

Coneção

P O L Í T I C A

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

16

ANO IX - V. 9 - N. 01
TERESINA-PI, JAN./JUN. 2020

ISSN 2317-3254

Geopolítica,
território e poder



Revista Conexão Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

Ano - 9

2020

Geopolítica, Território e Poder



EDUFPI

Teresina- Piauí

Conexão Política - v. 9, n. 1 - jan./jun. 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dra. Regina Lucia Ferreira Gomes

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. João Xavier da Cruz Neto

Superintendente de Comunicação Social

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Diretor da Editora da UFPI

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Diretor: Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Coordenador: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bairro: Ininga - Teresina – PI

CEP: 64049-550

E-mails: cienciapolitica@ufpi.edu.br

revistaconexaopolitica@ufpi.edu.br

Fone: (86) 3237-1692

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Serviço de Processamento Técnico

Conexão Política [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Piauí. — v. 9, n. 1 (jan./jun., 2020) — . — Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2020— . — 248p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica>

Semestral.

ISSN: 2317-3254.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais. I. Universidade Federal do Piauí-UFPI.
II. Título: Conexão Política

CDD: 320

Revista Conexão Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal do Piauí



EDUFPI
Teresina- Piauí
Conexão Política - v. 9, n. 1 - jan./jun. 2020

EXPEDIENTE

Editor Responsável

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor Assistente

Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

CONSELHO EDITORIAL

Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)
Ana Paula Mauriel – Universidade Federal Fluminense (UFF – Brasil)
Arleth Borges – Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil)
Ana Paula Tostes – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ – Brasil)
Cleber de Deus – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)
Cristina Buarque de Holanda – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)
Flávio Resende – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)
Gabriela Tarouco – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)
Gilmar Antônio Bedin – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – Brasil)
Héctor Luis Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Franca – Brasil)
Jairo Marconi Nicolau – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)
Luis Gustavo Grohmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Brasil)
Marcia Soares – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Brasil)
Mathew D. McCubbins – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)
Monique Menezes – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)
Odete Maria de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – Brasil)
Raimundo Batista dos Santos Junior – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)
Scott Desposato – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)
Taeko Hiroi – University of Texas – At El Paso (Estados Unidos)
Valeriano Mendes Ferreira Costa – Universidade Federal de Campinas (UNICAMP – Brasil)

CAPA

Sammy Lima, com interferências sobre a obra “Títere e o mundo calculador do ser”, do artista plástico Evaldo Oliveira. Desenho, caneta hidrográfica preta. Dimensões: 297x420mm.

REVISÃO

Ilza Cardoso

TRADUÇÃO E REVISÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Lucas Lira de Menezes

EDITORIAÇÃO

José Anchiêta do Nascimento Lima

FOTO

Dyckson Sousa

Sumário

Apresentação <i>Raimundo Batista dos Santos Junior</i>	7
A resistência guarani contra a barbárie da “civilização”: a busca pelo Tekoa Porã <i>Jessica Aparecida Corrêa, David Karaí Popygua & Bernadete Aparecida C. Castro</i>	11
Uma guerra também se faz com mapas <i>Manoel Fernandes de Sousa Neto</i>	31
“Sertão acaba. Acaba?”: a territorialização do capital pelo planejamento na Serra do Cabral, Minas Gerais <i>Suelen Rosa Pelissaro</i>	43
A perspectiva da geopolítica do capitalismo para David Harvey <i>Raimundo Jucier Sousa de Assis</i>	67
Reflexões sobre a geopolítica russa: o governo Vladimir Putin de 2012 a 2015 sob a perspectiva das ações políticas e militares <i>Felipe Rodrigues de Camargo & Paulo Roberto Teixeira de Godoy</i>	89
Algorithmic Governance on the new silk road: an essay on power and technology across cities and regimes <i>Ricardo Andrade</i>	107
Os espaços do Capitalismo global: empresas varejistas, uso do território e transformação urbana no Brasil <i>Cláudio Smalley Soares Pereira</i>	139
Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais <i>Claudete de Castro Silva Vitte</i>	167
Carajás e Gurgueia: novos estados como ideologia para a acumulação primitiva do capital no Brasil <i>Carlos Henrique da Silva, Flávio Henrique Soares de Alencar & Carlos Rerisson Rocha da Costa</i>	195

A geopolítica da produção e da circulação do conhecimento <i>Joaquim A. P. Pinheiro</i>	221
Resenhas	235
LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. <i>Como as democracias morrem</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2018. <i>Clayton Mendonça Cunha Filho</i>	237
SANDEL, Michael J. <i>The tyranny of merit: what's become the common good?</i> New York, EUA: Editora Farrar, Straus and Giroux, 2020. <i>Adan John Gomes da Silva</i>	243

APRESENTAÇÃO

Um ponto de contato importante entre a Ciência Política e as Relações Internacionais com outras disciplinas acadêmicas tem se dado pelo debate referente à Geopolítica. Como um enfoque de estudos que busca compreender a relação entre território e poder, a Geopolítica tem permitido investigações sobre as instituições, os agentes públicos e privados, os acordos internacionais, as trocas comerciais, os conflitos fronteiriços, as espoliações de populações, as migrações internacionais, as guerras e os tratados de paz que envolvem os controles, as disputas e as administrações das estruturas territoriais nacionais, regionais e internacionais pelos Estados, os mercados e organismos multilaterais.

As diferenças e desigualdades dos territórios pelas suas ecologias, situações geográficas, economias, regimes políticos, infraestruturas físicas-sociais e formas distintas de sociabilidades com a natureza tornam a análise geopolítica fundamental para discutir como a origem e a administração do poder dos Estados estão interligadas ao agenciamento dos territórios no curso do capitalismo. As constituições das estratégias militares, das práticas políticas e das representações ideológicas produzidas pelos Estados modernos, sobre si e sobre os outros Estados, tornam-se essenciais para se refletir tanto as fronteiras externas quanto as fronteiras internas como faces da dinâmica internacional.

Nesse sentido, a *Revista Conexão Política*, V. 9, N. 1, de 2020, privilegia neste volume um número temático intitulado *Geopolítica, Território e Poder*. Aqui se reúnem textos de diferentes naturezas, empíricos, teóricos, revisões de literatura e ensaios sistemáticos sobre as interfaces que envolvem a geopolítica global, a soberania nacional, as formas de territorialização do poder político e econômico dos Estados em seus territórios e no exterior, os impactos territoriais, ambientais e sociais das assimetrias da divisão internacional do trabalho e a geopolítica da produção e da circulação de conhecimentos entre centros e periferias.

Em texto intitulado *A resistência guarani contra a barbárie da “civilização”*: a busca pelo *Tekoa Porã*, da autoria de Jessica Aparecida Corrêa, de David Karaí Popygua e de Bernadete Aparecida C. Castro, são construídas as contextualizações histórica e geográfica do episódio bélico chamado pela historiografia oficial de *Guerra Guaranítica (1753-1756)*, com destaque para a atuação da liderança Guarani Jekupe Aju (Sepé Tiaraju) na defesa do território dos Sete Povos das Missões.

O artigo de Manoel Fernandes de Sousa Neto *Uma guerra também se faz com mapas* discorre sobre como os mapas são utilizados antes, durante e após os conflitos bélicos, tentando

explicitar, em largas tintas, como isso se deu em dois dos maiores conflitos da América do Sul: a *Guerra contra o Paraguai* (1864-1870) e a *Guerra do Chaco* (1932-1935).

A autora Suelen Rosa Pelissaro, em seu texto “*Sertão acaba. Acaba?*”: a territorialização do capital pelo planejamento na Serra do Cabral, Minas Gerais, dialoga sobre como o Estado, em destaque a partir de 1930, facilita o acesso do capital às terras baratas e imprime com a modernização o avanço do movimento de valorização do valor sobre o sertão por meio da apropriação das terras e dos recursos naturais, enquanto expropriam os sertanejos, produzem conflitos e mudam a dinâmica de produção regional.

No texto *A perspectiva da geopolítica do capitalismo para David Harvey (1975-1985)*, Raimundo Jucier Sousa de Assis analisa como o geógrafo britânico elabora, a partir da leitura das intensificações territoriais e das expansões geográficas, uma leitura singular da geopolítica no âmbito dos estudos da acumulação do capital e das crises do capitalismo.

Em artigo intitulado *Reflexões sobre a geopolítica russa: o governo Vladimir Putin de 2012 a 2015 sob a perspectiva das ações políticas e militares*, os autores Felipe Rodrigues de Camargo e Paulo Roberto Teixeira de Godoy se debruçam sobre as ações geopolíticas russas nos anos entre 2012 a 2015, período esse representado por forte presença russa nas atividades de política internacional de Anexação da Crimeia, Guerra civil Ucraniana, Sanções econômicas e Guerra Civil Síria.

No texto *Algorithmic governance on the new silk road: an essay on power and technology across cities and regimes*, Ricardo Andrade analisa como a China, no século XXI, tem estabelecido políticas públicas arrojadas para se tornar líder global em inteligência artificial na próxima década. O autor apresenta brevemente quatro casos de cidades inteligentes onde empresas de alta tecnologia, Estado chinês, inteligência artificial e fronteiras públicas e privadas interagem, apontando para a necessidade de novas pesquisas em áreas interdisciplinares emergentes como governança algorítmica.

No artigo *Os espaços do capitalismo global: empresas varejistas, uso do território e transformação urbana no Brasil*, Cláudio Smalley Soares Pereira investiga como as empresas varejistas contribuíram para a produção do território brasileiro, gerando transformações urbanas inéditas em diversos espaços urbanos de complexidades distintas, como é o caso das cidades de Juazeiro do Norte, no Ceará, e de Ribeirão Preto, em São Paulo.

Claudete de Castro Silva Vitte, no artigo *Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais*, analisa como os países da América Latina, no século XXI, vêm adotando um *modelo de desenvolvimento econômico* calcado na extração de enormes volumes de recursos naturais, com foco em exportações, tendo com base a agropecuária monocultora, a mineração, hidrocarbonetos e megaprojetos de infraestrutura que provocam diversos conflitos e impactos socioambientais.

No texto *Carajás e Gurgueia: novos Estados como ideologia para a acumulação primitiva do capital no Brasil*, os autores Carlos Henrique da Silva, Flávio Henrique Soares de Alencar e Carlos Rerisson Rocha da Costa analisam os projetos legislativos de divisão territorial do estado do Piauí e criação do estado do Gurgueia, a divisão do estado do Pará e criação do estado

do Carajás, entendendo esses novos territórios estatais propostos como parte da fronteira da acumulação que se expandiu e se adensa no Cerrado e na Amazônia.

Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro, em ensaio chamado *A geopolítica da produção e da circulação do conhecimento*, argumenta que a produção e circulação do conhecimento nas ciências humanas se organizam a partir de hierarquias entre centros e periferias. Dessa forma, entende que fazer ciência na atualidade requer compreender criticamente as relações assimétricas entre os Estados envolvidos na produção do conhecimento, bem como os pressupostos de disputa de posições e interpretações geopolíticas que as estruturam.

Este número da Revista Conexão Política conta, ainda, com duas resenhas. A primeira é de autoria de Clayton Mendonça Cunha Filho, sobre o livro “Como as democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. A segunda, elaborada por Adan John Gomes da Silva, discorre sobre a obra “The tyranny of merit: what’s become the common good?”, de Michael J. Sandel.

O *Dossiê Geopolítica, Território e Poder* visa, portanto, a apresentar contribuições teóricas e conceituais em fina sintonia com as reflexões empíricas passadas e contemporâneas em torno de processos multiescalares — global/regional/local. Vale ressaltar, finalmente, que, em tempos de crise econômica e política, a leitura e a interpretação do poder, a partir das diversas experiências territoriais, poderão vislumbrar um alargamento e abertura das possibilidades de fundamentação da análise geopolítica e nos ajudar a revelar as funções ideológicas e políticas dos Estados-nações nos processos moleculares de valorização e acumulação em tempos de mais uma depressão internacional.

Teresina, junho de 2020.

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UFPI
Editor da Revista Conexão Política

A RESISTÊNCIA GUARANI CONTRA A BARBÁRIE DA “CIVILIZAÇÃO”: A BUSCA PELO TEKOA PORÃ

GUARANI RESISTENCE AGAINST THE BARBARISM OF “CIVILIZATION”: THE SEARCH FOR TEKOA PORÃ

Jessica Aparecida Corrêa*
David Karaí Popygua†
Bernadete Aparecida C. Castro‡

Resumo: O trabalho é resultado da união dos autores nos estudos da resistência Guarani contra a barbárie da “civilização”. A parte principal é a palestra pública da liderança Guarani David Karaí Popygua (TI Jaraguá/SP), na comemoração da sabedoria e cosmovisão Guarani que há séculos resistem e convivem entre nós. O artigo traz uma contextualização histórica e geográfica do episódio bélico chamado pela historiografia oficial de “Guerra Guaranítica” (1753–1756), com destaque para a atuação da liderança Guarani Jekupe Aju (Sepé Tiaraju) na defesa do território dos Sete Povos das Missões. A crítica fundamental está no fato de que é preciso superar a interpretação do episódio bélico e denunciar que a guerra foi feita pelos colonizadores europeus na marcha pela “civilização”. O objetivo principal do texto está na explicitação do fato de que, tanto no passado quanto no presente, a resistência indígena contra a espoliação territorial não tem cessado e esta é inspiração profunda para seguir adiante na luta pela garantia das terras indígenas e de seus modos de vida na busca pelo Teko Porã (o Bem Viver).

Palavras-chave: Guerra Guaranítica, Resistência, Teko Porã, Geografia Histórica a Contrapelo

Abstract: This article is the result of the authors’ union in the studies of Guaraní resistance against the barbarism of the “civilization”. Its main part is the public conference of the Guaraní leadership David Karaí Popygua (TI Jaraguá/SP), in memory of the wisdom and Guaraní

* Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / UNESP, Campus Rio Claro/SP; mestranda em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP. Membro do GECA (Grupo de Pesquisa e Estudos do Capital FFLCH/DEGEO/USP). E-mail: jessicapcorrea@gmail.com

† POPYGUA, David Karaí. Liderança Guarani Mbya da Terra Indígena do Jaraguá/SP, Presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo (CEPISP), Professor na escola da aldeia Jekupe Amba Arandu TI Jaraguá, São Paulo/SP e atua junto com outras lideranças na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). E-mail: davidguarani@gmail.com

‡ CASTRO, Bernadete Aparecida Caprioglio. Doutorado em Antropologia Social; professora aposentada/docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, Campus Rio Claro/SP. E-mail: bernadete56@gmail.com

worldview that has been maintained and lived among us for centuries. The text provides a historical and geographical context of the war episode entitled “Guerra Guaranítica” (1753–1756) by the official historiography, with emphasis on the performance of the Guarani leadership Jekupe Aju (Sepé Tiaraju), in the defense of the so called “Sete Povos das Missões” territory. The fundamental criticism, presented in this article, is that it is necessary to overcome the interpretation of the war episode and to denounce that the European colonizers fought the war in the march for the “civilization”. Therefore, the main objective of this text is to make explicit that, in the past and in the present, indigenous resistance has not ceased against territorial plunder, and this is a big inspiration for us to move forward in the struggle to guarantee indigenous lands and their ways of life in the seek for the Teko Porã (the good life).

Keywords: Guaranitic War, Resistance, Teko Porã, Historical Geography against the grain

1 Introdução

A abordagem está embasada na geografia histórica a contrapelo, e isso significa que a leitura da assim chamada “Guerra Guaranítica”, a ser apresentada no artigo, tem por interpretação fundamental o fato de que a guerra travada, em meados do século XVIII, na colônia luso-americana, foi desencadeada pelas Coroas ibéricas e não pelo povo Guarani.

A “Guerra Guaranítica” que, nos marcos oficiais, ocorreu entre os anos de 1753–1756 revelou a capacidade de resistência dos Guarani, apoiada pelos Jesuítas das Missões do Paraguai¹, em desafiar Portugal e Espanha contra as permutas territoriais do acordo que ficou conhecido na História Colonial como Tratado de Madri, firmado em 13 de janeiro de 1750, que fora malogrado com o levante indígena.

A Guerra ocorreu na região correspondente à Capitania do Rio Grande de São Pedro (fundada em 1737, hoje o atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul), o conflito marcou a segunda metade do século XVIII e girava em torno da disputa pelos territórios da Colônia do Sacramento (fundada em 1680) e dos Sete Povos das Missões (fundados pelos jesuítas espanhóis a partir de 1641). Além disso, o domínio do escoadouro do Rio da Prata forjou a problemática geopolítica que esteve relacionada com a disputa pela fronteira das Coroas ibéricas no extremo sul do continente.

O contexto geopolítico do acordo firmado pelas Coroas ibéricas tinha por interesse resolver a cobiça pelos domínios dos territórios coloniais na América do Sul e garantir a posse

¹ As Missões Jesuíticas Guarani pertenciam à unidade legal da Província Jesuítica do Paraguai subordinada à Coroa espanhola na extremadura da colônia americana. Os povoados indígenas se estendiam em partes onde atualmente se encontram os países Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Ao todo, a Província Jesuítica era composta por 30 povos reduzidos, sendo 23 localizados a Ocidente do Rio Uruguai e 7 povos localizados a Oriente do mesmo rio. Em particular, estes últimos ganharam evidência devido ao episódio da Guerra Guaranítica (1753–1756). São eles: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Atualmente essas áreas correspondem ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Os aldeamentos jesuíticos dos trinta Povos das Missões durante o século XVII e até meados do século XVIII se caracterizavam por manter relativa independência política e econômica, com destaque para a horticultura, a criação do gado, o cultivo de erva mate, tabaco, algodão, a pequena produção têxtil, o trabalho artesanal em couro e demais atividades. As reduções se instalavam próximas às ocupações coloniais, pois, como afirmou Beatriz Perrone-Moisés (1992), o aldeamento jesuítico-guarani esteve de acordo com o projeto colonial, sendo a catequização um pilar essencial para a efetivação do projeto.

das terras produtivas. O Tratado de Madri significou um acordo que consistiu em entregar e reconhecer oficialmente os territórios coloniais já ocupados; o Tratado tinha por finalidade oficializar margens fluviais, marítimas e terrestres, definindo os limites dos poderes de ambas as coroas.

Na execução dos acordos das negociações do Tratado de Madri, ficava, de um lado, a condição de os lusos cederem a Colônia do Sacramento, que, desde a sua fundação, em 1680, impedia o controle total dos castelhanos sobre a Bacia Platina. Em troca, ficariam os portugueses com o território dos Sete Povos das Missões, cujo domínio jesuítico espanhol e a presença dos indígenas Guarani organizados² dificultavam o avanço dos portugueses para o interior da colônia luso-brasileira.

No contexto das disputas, a liderança de Jekupe Aju (Sepé Tiaraju) deu voz à resistência guaranítica contra a entrega dos Sete Povos das Missões. A rememoração da luta de Jekupe Aju abre a possibilidade para resgarmos as histórias das lutas indígenas no Brasil e reeinvindicá-las no presente, de modo, que a perspectiva tenha por baliza a consciência e a prática crítica da tradição dos oprimidos na luta pela emancipação contra os opressores (BENJAMIN, 2012).

O texto apresentado é parte do resultado da união dos autores para aprofundar os estudos e fortalecer a luta pelo território indígena, em especial a luta dos Guarani. O ponto de encontro foi a interrogação lançada por David Karai no *Fórum Tekoa Porã* “Quem aqui já ouviu falar da Guerra Guaranítica?”³

A argumentação de David Karai é o núcleo principal do texto, as referências bibliográficas, os comentários e as figuras são mediações para nos ajudar a expor o contexto histórico e geográfico estudado.

Para começar, vamos trazer à luz o histórico personagem Jekupe Aju (Sepé Tiaraju) na rememoração da resistência guaranítica contra a violência bélica da colonização europeia no século XVIII.

2 Rememoração da liderança Guarani Jekupe Aju (Sepé Tiaraju)

Nas negociações que antecederam o ataque aos Sete Povos das Missões, em 1756, Jekupe Aju se destacou, pois, além de ter forte respaldo entre os indígenas das estâncias jesuíticas, sabia ler e escrever guarani, português e espanhol. A persuasão de sua liderança contra os prejuízos do Tratado de Madri (1750) foi relatada nos documentos da época.⁴ Para derrubar a resistência

² Para conhecer as táticas e detalhes das estratégias de resistência guaraníicas no contexto do Tratado de Madri, indicamos o livro de Lia Quarleri *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuítas e impérios coloniais* (2009).

³ Após o silêncio no auditório da universidade, David constatou surpreso que havia uma pessoa que conhecia a guerra contra os Guarani ocorrida no século XVIII. O encontro dos autores, a partir daí, gerou a amizade e o primeiro passo para o trabalho ora apresentado.

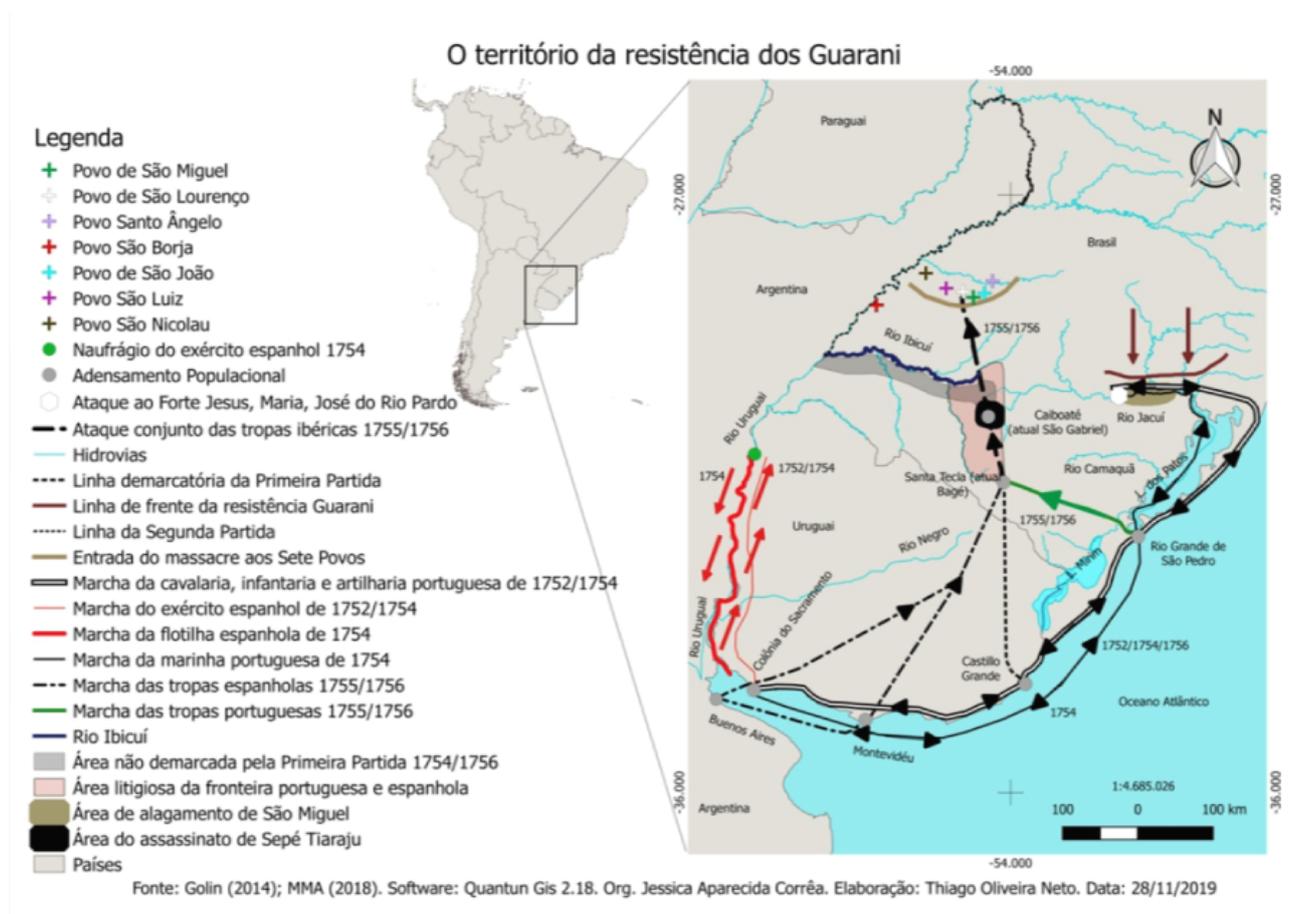
⁴ Os diários dos Padres Jesuítas e dos Comissários Demarcadores são fontes históricas de grande importância para os estudos da temática. Para isso, consultar o *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraníes, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*, do Padre Tadeo Xavier Henis (HENIS, 2002); e também o livro de Tau Golin (1998) que contém a biografia do coronel português José Custódio de Sá e Faria.

guaranítica nos Sete Povos, as tropas perseguiram Jekupe Aju e o assassinaram em 7 de fevereiro de 1756.

A documentação da época colonial mostra com detalhes as atrocidades sofridas pelo líder Guarani, a exemplo do que foi narrado pelo padre Thadeo Henis, em suas *Efemerides de La Guerra de los Guaranies*, descrito por Golin (2014, p. 151–152): “queimaram [Jekupe Aju] com pólvora [...] e o martirizaram de outras maneiras”. O golpe final foi o tiro disparado pelo governador de Montevideú José Joaquim Viana. Os relatos revelam que o corpo fora decapitado e a cabeça foi levada pelo exército espanhol e acomodada com sal para que pudesse preservar e servir de prova da morte do líder indígena.

O assassinato de Jekupe pode ser entendido como o grande estopim do conflito chamado de “Guerra Guaranítica”, pois, ao mesmo tempo em que o fato encerra os períodos de negociações entre os exércitos ibéricos *versus* indígenas e jesuítas, o assassinato da liderança Guarani é o pontapé fatal para o enfrentamento direto entre europeus e os indígenas das Missões, pois, no dia 10 de fevereiro de 1756, após três dias em que assassinaram a grande liderança Guarani, os exércitos ibéricos, em nome das Coroas invadiram o povoado de São Miguel e mataram mais de 1.600 pessoas. Essa carnificina do período colonial ficou conhecida como “Batalha de Caiboatê”.

Mapa 1: O território da resistência dos Guarani (1753–1756)



Fonte: Adaptado de Golin (2014).

A resistência guaranítica utilizou como estratégia inicial o impedimento dos técnicos e oficiais das comissões nos terrenos a serem demarcados. As expedições demarcatórias foram

previstas no Tratado de Madri e estavam incumbidas de levantar informações dos terrenos para balizar os cálculos da linha da fronteira entre os territórios coloniais.

As expedições tinham a tarefa de realizar o verdadeiro inquérito das terras coloniais e garantir a posse dos Estados absolutistas ibéricos. Os técnicos europeus esperavam a possibilidade da resistência indígena, portanto tinham oficialmente a permissão de fazer o uso da violência e do massacre contra aqueles que porventura se rebelassem contra as disposições do acordo de limites.

No Mapa Mapa 1, O território da resistência dos Guarani (1753–1756)⁵, destacamos os seguintes elementos:

- a) a área do assassinato do líder Jekupe Aju, em cor preta, nas proximidades de Caiboaté (atual cidade de São Gabriel/RS). O local é o ponto geoestratégico central do massacre ocorrido em 1756 e é caracterizado como a “porta de entrada” das tropas ibéricas nos Sete Povos das Missões;
- b) em relação à ação das tropas, o destaque é para o posicionamento em “U” da frente invasora. A Leste, a tropa portuguesa (linhas tracejadas em cor preta e linha contínua verde) e, a Oeste, a tropa espanhola (linhas vermelhas). A estratégia foi cercar os Sete Povos pela entrada de São Miguel, acima do Rio Ibicuí;
- c) em especial, apontamos a frente de resistência indígena na margem superior do Rio Jacuí. Nesse ponto, a linha de frente Guarani (linha de cor roxa, com setas para baixo) resistia ao avanço das tropas ibéricas e dos técnicos que visavam à demarcação da fronteira e ao reconhecimento dos terrenos estipulado no Tratado. A posição de defesa indígena repercutiu de maneira vitoriosa no ano de 1754 e malogrou o Tratado de Madri, levando a prorrogação da demarcação das fronteiras entre as Coroas ibéricas. O declínio final do tratado foi no ano de 1761, com o Tratado do Pardo;
- d) por último, destacamos a referência ao Forte Jesus, Maria, José do Rio Pardo. Nesse ponto, os guerreiros indígenas liderados por Jekupe Aju, no ano de 1754, sabotaram o Forte e incendiaram o local com o intuito de amedrontrar o contingente militar português para barrar o exército e dificultar o ataque contra as Missões Jesuíticas. O incêndio ao Forte fez crescer a fama da liderança Guarani. Em consequência, o resultado foi a perseguição contra Jekupe Aju até seu assassinato, em 1756. Vale lembrar que a “comemoração” da morte foi festejada entre os colonizadores nas terras coloniais e no além-mar.

A geografia histórica da resistência guaraníca, em meados do século XVIII, evidencia que a luta indígena contra a destruição de seus territórios e modos de vida está ativa desde os primórdios da colonização e permanece até os dias atuais.

⁵ Agradecemos a Thiago Oliveira pela ajuda na elaboração do mapa.

3 Sabedoria e resistência com David Karaí Popygua

Para nos aprofundarmos na questão da resistência guaranítica, apresentaremos a transcrição da palestra pública proferida por David Karaí Popygua na ocasião do *Fórum Tekoa Porã — Território de direitos: os indígenas no Brasil contemporâneo*⁶. A atividade foi realizada na Universidade de São Paulo/ECA, em junho de 2019. No evento, David decidiu trazer à cena o contexto das lutas indígenas travadas contra o Tratado de Madri e o episódio bélico que ficou conhecido pela historiografia oficial como “Guerra Guaranítica” (1753–1756).

A palestra foi gravada na íntegra, transcrita por Corrêa⁷ e revisada conjuntamente com o palestrante. O que se pode destacar é a sabedoria e a cosmovisão Guarani presente na fala, que resiste ao tempo e há séculos convive entre nós.

A argumentação de David Karaí compõe o principal momento do artigo, pois nele está contida uma visão crítica da história, onde se pode entender a resistência do povo Guarani frente à colonização. A história oficial buscou ocultar a barbárie e o genocídio dos povos originários praticados pelo colonizador em nome da “saga pela civilização”.

“Foi o encontro desses dois povos, né?! Os europeus e o povo Guarani. Primeiro, que eu entendo assim, a gente sempre ouve dos xeramõĩ⁸, nossos anciões, que nós Guarani não fazemos a guerra, de que nós Guarani não enfrentamos as coisas com violência, nós buscamos sempre o caminho espiritual, e, aí, esses primeiros contatos entre os portugueses, espanhóis e os Guarani não foram contatos violentos. Os espanhóis daquela época escreveram cartas e eles diziam que os Guarani viam os europeus entrando no território e ficavam tranquilos. Eles iam passando, iam entrando... Por quê? Porque, para nós Guarani, a terra ela tem um dono, que é o Nhanderu, que criou a terra. Só que não é só o ser humano que vive na terra; são várias outras espécies de vida, as plantas, as pedras, os animais... Então tudo isso faz parte da terra. A visão Guarani é tão difícil de um não indígena entender a profundidade do pensamento da liberdade da terra, da terra livre como ela realmente é. Porque os pássaros não pagam pedágio para voar, os peixes não pagam pedágio pra subir um rio ou descer um rio. Os seres humanos criam pedágios, os seres humanos criam lugares, os seres humanos demarcam lugares, se apropriam de espaços, e qual o objetivo de tudo isso? O dinheiro, como o Evandro⁹ falou, a riqueza. Então por que que eu estou falando disso? Porque, [com] os primeiros contatos com os Guarani, eles perceberam que os Guarani eram incapazes de fazer uma guerra contra eles; tem até uma frase de um espanhol que escreveu assim... o povo inteiro Guarani é incapaz de enfrentar

⁶ O evento ocorreu nos dias 5, 6 e 7 de junho de 2019. Realização: ECA (Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, coordenação: Prof^o Dr. Artur Matuck e curadoria: Maria Lucia Brant de Carvalho.

⁷ A transcrição foi realizada em 30 de setembro de 2019.

⁸ Anciões que exercem o papel de liderança espiritual.

⁹ Evandro dos Santos Guarani, liderança indígena da Terra Indígena do Jaraguá/São Paulo proferiu palestra ao lado de David Karaí no dia 07/07/2019 com a seguinte mesa: “O trabalho agroecológico nas comunidades indígenas”. Evandro Guarani é uma referência nos trabalhos agroecológicos na TI Jaraguá. Na mesa do evento, apresentou com o Edmilson Gonçalves.

50 pessoas de outra etnia ou 12 Guaranis não são capazes, não têm coragem de enfrentar um guerreiro de outra etnia... vai vendo onde vai dar isso! (risos). O que acontece: eu tenho me dedicado muito para estudar e entender a nossa forma de resistir nos dias de hoje. O que o Evandro faz é uma forma de resistência muito inspirada na sabedoria dos xiramõi e com estratégia de não precisar da guerra para sobreviver. O jurua¹⁰ cria a guerra; não fomos nós que criamos as guerras. Porque o povo Guarani, naquele período da invasão espanhola e portuguesa, já tinha um conhecimento de uma agricultura muito avançada, comparada com os outros povos da região Sul. Ali na região mais ao Sul do continente, Argentina, Paraguai, Sul da Bolívia e Chile. Por que os Guarani já tinham mais conhecimento da agricultura? E outra, os povos do Peru são os Incas né? Eles dominaram até a Polinésia Francesa e saiu dominando tudo, só que dentro da Amazônia eles não entraram... Por quê? Porque lá tinha o povo ali, que nem o nosso parente Huni Kuin¹¹, que sabe bem proteger o território. Eles não se meteram para dentro da Amazônia; ficaram só na parte do Peru que não tinha a Amazônia. E, no Sul, eles tentaram vir e conquistar o território do Sul, onde o povo Guarani era o maior povo, a maior nação indígena. Por que eles não conseguiram, sendo que o povo Guarani não faz a guerra? Qual foi a estratégia de luta dos Guarani? Então, nesse sentido, eu ouvi de historiadores antigos que os Guarani, quando iam pra guerra contra os impérios dos Incas, eles iam com toda a comunidade, iam com as crianças, com os velhos, com as mulheres e todo mundo ia para essa guerra e acabava não tendo essa guerra. E, além disso, os Guarani ainda conseguiram se apropriar de conhecimento dos Incas, que era o milho e a agricultura avançada que eles já tinham. Por isso que o povo Guarani mais ao Sul era o único povo que já tinha a agricultura mais avançada, ou seja, a nossa forma de viver não é fazendo a guerra. Então eu demorei anos para entender que não é com essa luta física que a gente vai conseguir sobreviver no futuro. O que a guerra traz de experiência Olha a Guerra do Paraguai! A população do Paraguai¹² foi dizimada, os jovens Guarani, mestiços, crianças de dez anos entraram na guerra. Os soldados brasileiros escreveram cartas que eles tinham que matar essas crianças

¹⁰A palavra “jurua” significa o não indígena, o colonizador europeu.

¹¹Referência à liderança indígena da Amazônia Brasileira Ninawá Huni Kuin, que também estava presente no evento e proferiu palestra no dia 05/07/2019.

¹²A “Guerra do Paraguai” ocorreu entre os anos de 1864–1870 e foi um grande massacre ocorrido na América do Sul. Tratou-se de uma unidade entre o Brasil, Argentina e Uruguai (chamado de tríplice Aliança) para usurpar bandas territoriais do Paraguai e viabilizar a navegação e escoamento de mercadorias pelo rio Paraguai. A estratégia geopolítica era garantir o acesso ao interior do continente. Em particular, no caso do Brasil, a maior ambição era a absoluta posse da região mato-grossense e das terras. A esse respeito é importante destacar o que diz o pesquisador Eduardo Neumann (2015), em entrevista ao documentário Rio Grande do Sul — terra de índios. O autor ressalta que a população indígena (não somente os Guarani, mas também os Kaingang e Charrua) foi muito ativa nos conflitos entre as fronteiras durante todo o século XVIII, XIX e XX, pois basta lembrar que o atual estado do Rio Grande do Sul foi área de intenso litígio, tal como a “Guerra Guaranítica” e “Guerra do Paraguai”. Podemos citar também a Guerra Cisplatina e a Guerra Farroupilha. Em todos os casos, o contingente indígena sempre foi “indispensável”. O vídeo pode ser acessado e está disponível no Youtube (ver RIO..., 2015). Uma referência importante é o texto de Mário Maestri (2020) *As feridas da guerra com Paraguai ainda latejam*.

que se abraçavam nas pernas deles pedindo para sobreviver. A ordem do governo da Argentina e Buenos Aires era para matar até as crianças que estavam no ventre das mulheres. Os soldados brasileiros, argentinos e uruguaios devastaram o Paraguai. 40% do território do Paraguai foi perdido, quase que 70% da população, e a maioria Guarani. Não foi Guerra do Paraguai! Foi um massacre orquestrado pelos argentinos, brasileiros e uruguaios contra o Paraguai. Aquilo foi um massacre! Quando se leva o nome de guerra, sempre querem apontar o derrotado ou aquele que foi massacrado como o culpado pela guerra. Quem já ouviu falar da Guerra Guaranítica aqui? A “Guerra Guaranítica”. Vocês acham mesmo que foram os Guarani que criaram essa guerra? O jurua é tão perverso na sua forma de reproduzir a história. Para lavar a mente das pessoas, ele fala “Guerra Guaranítica”, como se os Guarani tivessem feito uma guerra. Jamais o jurua deveria usar ou relacionar o nome do povo Guarani com a guerra dessa forma. Isso é um erro histórico que precisa ser corrigido. Nós não fizemos a guerra. O que aconteceu na região Sul do Brasil nas Missões Jesuíticas foi massacre! Porque Portugal e Espanha assinou um tratado, o Tratado de Madri, em 1750. O tratado dividia o território que até então era das Missões Jesuíticas junto com os espanhóis e os padres jesuítas. Na disputa entre Portugal e Espanha, uma parte da Missão Jesuítica ficou para o lado de Portugal, e os portugueses negociaram com o rei da Espanha, para que a parte pertencente às Missões (que estava do lado de Portugal) fosse entregue a Portugal. Por quê? Lá os Guarani tinham aproximadamente 700 mil cabeças de gado, lá os Guarani exportavam couro para a Europa, lá os Guarani produziam violino e violão que exportavam pra Europa. Veja bem, naquele período os Guarani já eram capazes de fazer violino de alta qualidade e violão para exportar para a Europa”.(David Karaí Popygua).

Na Figura 1, estão retratados os instrumentos musicais que, segundo o relato de David Karaí, eram produzidos pelos Guarani.

Essa figura, que retrata os instrumentos musicais que eram executados pelos índios missionários, foi retirada do texto de Tau Golin (1998) “A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750–1761)”, mas a reprodução de Golin foi retirada da obra do historiador jesuíta Guillermo Furlong, publicada em 1969. Ainda sobre a vivência Guarani, continua Popygua:

“Vocês estão entendendo o que é isso? A habilidade do povo Guarani de sobreviver. Por quê? A vivência Guarani nas regiões jesuíticas foram mais de cem anos. Começaram as primeiras Missões em 1609 e foram até o período das últimas grandes guerras naquela região. Ou seja, essa ‘Guerra Guaranítica’ aconteceu cem anos antes da ‘Guerra do Paraguai’. Quando Brasil, Argentina e Uruguai resolveram invadir o Paraguai e dizimar todo mundo era o golpe final que eles queriam dar nos Guarani, ou alguém tem dúvida disso? Porque, no Brasil, na região do Sul, os portugueses já tinham expulsados os Guarani, só que os Guarani resistiram pela mata caminhando, fugindo da guerra. Por isso que nossos avós falam: quando um povo Guarani, uma

família, chegava num lugar que tinha alguém, um fazendeiro, alguém que falava que era dono, já fugia dali, já ia para outro lugar. Quando chegava num lugar e tinha presença do jurua que vinha matar, já fugia para outro lugar. Viviam fugindo, nosso povo, da guerra e do confronto. Porque essa não é a nossa estratégia de sobrevivência, tanto é que vários outros povos aterrorizaram a mente dos espanhóis e dos portugueses. Eles tinham medo, porque eram povos que realmente enfrentavam e que tinham êxito na batalha. Mas o povo Guarani era mais do diálogo e de uma diplomacia de conversar e saber dialogar. Então, nas primeiras Missões, foi feito um acordo com o rei da Espanha, e isso tem a ver com o que o Evandro tá falando aqui. Nas primeiras Missões, foi feito um acordo com o rei da Espanha, que era o seguinte: os Guarani entenderam que o rei da Espanha gostava de riqueza e poder e que o modo de vida dos espanhóis na terra era para produzir riqueza. Então, para fazer desse espaço um território sagrado, que nós Guarani chama de Ivy Mbyte, o centro do universo Guarani é exatamente onde foi construído essas Missões. Os Guarani, para protegerem aquele território, não tendo força pra enfrentar Portugal e Espanha para defender aquele território numa guerra, fizeram esse acordo com o rei da Espanha: pagar tributos. Foi isso que os Guarani fizeram. Eles trabalhavam construíam as casas e os templos, tanto é que as Missões que ficavam do lado do Brasil, naquele período de 1753, que foi quando começou essa batalha, era a maior cidade do período colonial. Nem os espanhóis, nem os portugueses tinham conseguido construir uma cidade tão grande quanto o lugar que os Guarani viviam. Por isso que os portugueses e espanhóis fizeram o acordo, onde o rei da Espanha disse para os portugueses: nós precisamos retirar os Guarani de lá e vocês vão e ficam com os lugares de criação de animais, vão ficar com o plantio, com as igrejas, com as catedrais, com as casas. Os portugueses queriam aquela cidade para fazer cidade para eles e expulsar os Guarani para outro lado do Rio Uruguai, para a parte da Espanha. Os Guarani resolveram sair e muitos passaram para o outro lado do Rio Uruguai, só que muitos também resistiram e também resolveram ficar. Esses que ficaram foram dizimados, que foi junto com Jekupe Aju (Sepé Tiaraju). Ele liderou um exército de 1.500 Guarani, que foram todos assassinados por Portugal e Espanha. Essa batalha ficou conhecida como ‘Massacre de Caiboaté’; foi nesse lugar, Rio Grande do Sul. Eram 1.500 guerreiros Guarani, que foram pela voz do Sepé Tiaraju, que, para nós Guarani, se chama Jekupe Aju. Ele era mestiço, e ele ficou ali, porque ele aprendeu estratégia de guerra¹⁴. Então ele achou que a guerra ia resolver. Para nós Guarani foi uma experiência também, para saber que a guerra não resolve nada, porque eles todos foram dizimados. Os outros Guarani que fugiram ou foram para um lugar de paz que

¹⁴Destacamos que, no contexto da resistência guaraníca contra o enfrentamento das tropas ibéricas, na invasão das Missões, o Jekupe Aju liderou a negociação com os representantes oficiais para impedir a guerra, através de cartas encaminhadas para a Coroa espanhola e para a Companhia de Jesus. Como não houve recuo das tropas, os guerreiros Guarani incendiaram o forte principal da Capitania do Rio Grande de São Pedro, o “Forte Jesus, Maria, José do Rio Pardo” (ver mapa). O intento era afastar a ameaça do exército. O episódio fez aumentar a perseguição contra a liderança Guarani até seu assassinato, em 1756.

conseguiam algum acordo viveram. Os que ficaram ali morreram todos! Tanto é que os historiadores falam que não precisavam ter matado todos Guarani; eles podiam ter prendido e mandado embora. Em 1753, tem uma carta¹⁵ dos Guarani dizendo que ali eles não acreditavam que o rei da Espanha seria capaz de entregar os Guarani para morrer e que sempre pagaram com seus tributos, sempre trabalharam para Coroa, e que ali se fizeram batizar pelos jesuítas, e que aquele território onde nasceram seus filhos e suas famílias não era lugar que os Guarani estavam dispostos a deixar. E essa carta foi escrita pelos Guarani dizendo: ‘Se for para todos nós morrer aqui e for a vontade de Deus, nós vamos ficar aqui’. E foi isso que aconteceu. Tinham 35 mil Guarani ali, naquela região. Os portugueses e os espanhóis dizimaram toda essa população. Por quê? Porque os Guarani pediram prazo, mandaram uma carta para o governador de Buenos Aires pedindo 1 ano para retirar 700 mil cabeças de gado e 35 mil Guarani. O rei da Espanha e o governador de Buenos Aires deu 1 mês para sair... Então não tinha o que fazer! Então, dentro das Missões dessas regiões, os Guarani eram completamente autônomos. Eles não dependiam da Coroa da colônia para nada. Muito pelo contrário, a colônia dependia dos Guarani para sobreviver, porque os Guarani tinham alimento, não precisavam de hospital, não precisavam de nada disso. Conciliaram o conhecimento dos europeus jesuítas com a cultura Guarani. E hoje uma forma de sobreviver é essa: o que o Evandro tá fazendo de alinhar esses conhecimentos para que o povo continue tendo um modo de vida. Porque no Jaraguá¹⁶, para sobreviver no Jaraguá com a nossa cultura, é muito difícil! Não tem espaço para plantar para todo mundo, a água do rio já está poluída, está contaminada, os problemas de saneamento básico são gravíssimos que leva a vida de muitas crianças todos os anos. Então a mortalidade infantil é muito alta... Então, realmente, esse trabalho que o Evandro está realizando é uma forma muito sustentável. Assim, alinhamos os conhecimentos né? E o povo Guarani é assim, de alinhar todos esses conhecimentos, para que continue sobrevivendo. Então sabemos que, independente do governo, o mais cruel dos governos, ele não vai conseguir acabar

¹⁵A respeito das inúmeras cartas escritas pelos Guarani no contexto da guerra e do Tratado de Madri (1750), o pesquisador Bartomeu Melià, em artigo de 2005, traz uma importante discussão sobre os escritos Guarani como fontes documentais da história paraguaia. Em especial, destacamos o material trabalhado com o subtítulo “el Guarani diplomático e insurrecto (1753-1756)”. O autor esclarece que as cartas escritas em Guarani podem ser consultadas nos arquivos nacionais de Montevideu e Buenos Aires. Para mais detalhes, ver o texto “Escritos guaraníes como fuentes documentales de la historia paraguaya”, de Bartomeu Melià (2005). Para mais discussões sobre a escrita Guarani e sobre os documentos existentes, indicamos o artigo de Eduardo Neumann (2007) “A escrita dos guaranis nas reduções: usos de funções das formas textuais indígenas século XVIII”.

¹⁶A TI (Terra Indígena) Jaraguá é habitada por Guarani, Guarani Mbya e Guarani Nandeva. A população da aldeia está contabilizada em torno de 586 pessoas, numa área aproximadamente de 2 ha (17.000m²), com predomínio da Mata Atlântica. A TI fica no Parque Estadual do Jaraguá, na Zona Oeste de São Paulo. Ali se encontra o Pico do Jaraguá, que representa o ponto mais alto da cidade, com 1.135 metros de altitude. A aldeia está homologada segundo dados do ISA (Instituto Socioambiental) (TERRA... 2019). As guerreiras e os guerreiros Guarani do Jaraguá resistem com sabedoria dos cantos e das rezas para manter a chama viva da esperança e da luta pelo Teko Porã. Para maior conhecimento da resistência dos Guarani no Jaraguá/SP, gostaríamos de indicar o trabalho de Camila Salles de Faria “A integração precária e a resistência indígena na periferia da metrópole” (2008), como também o trabalho de Daniel Calazans Pierre “O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbya” (2015).

com nosso povo! Porque sabemos sobreviver dentro desse território. E tem outra questão, naquele período os Guarani eram obrigados a ir para as Missões jesuíticas, todos! Então era uma ordem que não podia ter Guarani fora das Missões, porque se não eram considerados inimigos da Coroa. Eram perseguidos, caçados! E qual foi a estratégia da sobrevivência do povo Guarani? Mandava metade da comunidade para a Missão Jesuítica; a outra ficava escondida no mato. Era uma despedida, que eu ouvi um relato de um Guarani dizendo que os xiramõi falam que era uma despedida, que não ia se ver mais na vida. Porque nunca aqueles que saíram podiam falar onde os outros estavam. E aqueles que foram não se viam mais. . . Então era uma despedida na vida mesmo essas famílias que iam para Missão e iam com essa missão de ficar lá e nunca falar onde estão as outras famílias Guarani. Foi assim que o nosso povo sobreviveu. Então, disso tudo que eu estou falando, é para ficar muito claro que nós estamos numa luta para a sobrevivência. Só que muitas vezes parece que o jurua não quer fazer uma luta pela sobrevivência, quer acelerar o fim da resistência da sobrevivência da vida. Por que tem tanto desmatamento, com tanto avanço, com tanto progresso e com tanto desenvolvimento? Então isso assusta a gente, porque, no Jaraguá, a gente está tentando fazer daquele pedacinho de terra uma garantia de sobrevivência das futuras gerações do nosso povo. Então, no caso, até o nome desse Fórum ‘Tekoa Porã’, o tekoa, o que significa o tekoa? Tekoa é a nossa vida, é o lugar de reprodução da nossa vida. O que o jurua chama de aldeia, nós falamos tekoa. E porã é esse lugar bom, onde tem uma terra fértil, onde tem e dá para fazer o Bem Viver Guarani, buscar o Tekoa Porã. Então era isso que eu tinha pra falar né?! Essas áreas do Jaraguá, hoje, são 6 tekoa. Era 1 só quando meu avô foi para aquela região, na década de 1950. Antes dele ir pra lá, ele viveu 10 anos numa área de Mata Atlântica que tinha ali na região da cidade Dutra, perto do Autódromo de Interlagos. . . Ficou lá numa mata fechada 10 anos com outras famílias Guarani. Então aonde tem Mata Atlântica é lugar de refúgio do povo Guarani; aonde não tem mais Mata Atlântica, nem o Guarani, nem os animais e nem a vida consegue se reproduzir da forma que ela é. Se ela se reproduzir é da forma doente que o Evandro falou né?! Que a própria matéria orgânica se transforma em veneno né?! Isso é assustador né?! Imaginar. . . Então essa é a nossa luta: o Jaraguá, todas essas áreas que têm as retomadas, onde o Evandro está. Eu queria contar só isso. . . Assim, eu me lembro que eu sonhei com o lugar né?! O Evandro nem estava no Jaraguá ainda [quando] eu sonhei com aquele lugar, e aí fui procurar esse lugar e vi [que] o lugar tinha um capim bem grande. Eu falei: ‘Nossa, aqui dá uma aldeia certinho!’ Depois do Parque, assim, no meio da mata, acho que é esse o lugar! Aí, depois, levei o xeramõi lá. Ele falou: ‘Olha esse lugar aqui. Eu também sonhei com esse lugar!’ Aí passou anos, aí o Evandro apareceu no Jaraguá. Eu falei: ‘Evandro, rapaz tem um lugar bonito e legal! Que dá pra fazer uma tekoa lá; lá vai ser uma tekoa’. Ele foi lá e enfrentou praticamente sozinho, guerreiro mesmo! E está hoje com esse

projeto¹⁷ lindo lá né?! Então parabéns aí, Evandro, por essa luta, continue nesse caminho... Então é assim a nossa luta pela sobrevivência! Ha'evete!"

4 Considerações finais

A interlocução de David Karaí e a pertinente problematização levantada acerca da “Guerra Guaranítica” questionam o discurso oficial dominante, que sempre buscou legitimar uma versão da história que acusa o oprimido de ser o causador da violência, e, portanto, “oficializa” e “naturaliza” o massacre sofrido pelos Guarani historicamente.

Desse modo, como argumenta David Karaí, a história oficial criminaliza as formas de resistência dos povos originários atribuindo a eles a barbárie, justificando a imposição do chamado “processo civilizatório” trazido pela colonização.

A rememoração da luta de Jekupe Aju traz a possibilidade de nos apropriarmos da história das lutas indígenas no Brasil e reeinvindicá-las como bandeira dos direitos territoriais dos povos originários.

Assim, desde o grande encontro¹⁸ realizado por 47 povos indígenas brasileiros, comandado pelo cacique Raoni, ocorrido entre os dias 14 e 17 de janeiro de 2020, na TI Capoto-Jarina/MT, o Manifesto¹⁹ elaborado pelos movimentos indígenas e movimentos populares no contexto da rememoração dos 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular no Brasil (1998) e a última grande assembleia Guarani Kaiowá (Aty Guasu), ocorrida em dezembro de 2019, o recado de resistência é inspirador:

Foram séculos de lutas, com sangue derramado de nossos guerreiros! Continuaremos até o fim com nossas lutas e fortalecendo ainda mais a nossa organização! A cada dia que passa conhecemos mais o desafio que teremos que enfrentar. A cada dia que passa, mais forte estaremos, até alcançarmos a paz e o bem-estar de nosso povo conforme nossa cultura e nossa memória!²⁰

A visão oficial da história da colonização é ponto central para uma crítica teórica aos estudos sobre a formação territorial do Brasil. A história dos “colonizadores” que desfila sobre os despojos dos corpos massacrados de todas as épocas e clamam em nome do “progresso” a glória dos feitos históricos nos abre caminho para lançarmos mão de uma perspectiva histórica engajada. Como ensina a perspectiva benjaminiana da história, os “bens culturais” são “documentos de bárbaries”²¹.

¹⁷O projeto a que David se refere é o trabalho agroecológico realizado junto com Edmilson Gonçalves: “Projeto Agroecológico e Saneamento Básico em Terra Indígena Guarani M’bya da RMSP” – realizado nos anos de 2017/2018.

¹⁸Para acesso, na íntegra, da reportagem, consultar Borges (2020).

¹⁹Manifesto transcrito por Benedito Prezias (2017, p. 201).

²⁰Carta final da grande assembleia Guarani Kaiowá (ocorrida em novembro de 2019). Para acesso na íntegra do documento, ver o site do Conselho Indigenista Missionário (ATY... , 2019).

²¹Em especial, citamos a obra de Walter Benjamin “Documentos de Cultura: Documentos de Barbárie”, com destaque para a parte três da obra “Crítica da violência: crítica do poder” (1986, p. 160).

Os “modelos de progresso” e a destruição da vida são fundamentos da práxis colonizadora contra os povos originários que perduram até os dias atuais. A esse respeito vejamos o que argumenta David Karáí Popygua (2018, p. 2):

o Estado brasileiro ainda é dominado por pessoas que sempre agiram na contramão da vida, por pessoas que têm uma consciência, um pensamento, um coração muito pequeno diante do que realmente representa a terra pra todos nós. Então nós fazemos uma luta pelo reconhecimento do nosso território, mas sempre pensando que o princípio de tudo não é de que nós somos donos da terra, mas que nós fazemos parte dela e que é importante que ela exista, para que mantenha a nossa vida e a vida de todos vocês. Nós, Guarani, somos o povo da Mata Atlântica; nós estamos vendo, ano a ano, os projetos de empreendimento, projeto de progresso, modelo de progresso desse país passando por cima não só das nossas vidas, mas de todo o bioma que compõe o território Guarani. A cada ano são milhares de hectares que são desmatados em nome do progresso. Então isso para nós é muito forte quando se fala da destruição do nosso território, porque sem a terra não existe vida para nós indígenas. A terra, ela é sagrada. A Mata Atlântica é um lugar sagrado, ela é um templo sagrado, e nós Guarani estamos dizendo, desde a invasão do não indígena, que essa terra precisa ser respeitada, que é uma forma de se viver nessa terra. Mas o juruá, ainda hoje, quer crescer esse pensamento de progresso, de destruição, de exploração dos recursos naturais, como se isso não tivesse fim.

Nessa direção, no passado e no presente, a resistência contra a espoliação territorial encabeçada pelos povos indígenas não tem cessado e são inspirações profundas para seguirmos adiante na defesa pela garantia das terras indígenas e de seus modos de vida.

A relação histórica entre as guerras citadas nos séculos XVIII, XIX e a busca atual pelo *Teko Porã* (o Bem Viver) conectam-se através da permanente resistência pelo modo de vida indígena²². A renegação Guarani da violência nos ensina que a mobilização das guerreiras e guerreiros contra o projeto de “civilização” e “progresso” é a face oculta da geografia histórica colonial.

O *continuum* das mobilizações passadas com as atuais é a centelha da esperança numa concepção benjaminiana da história. Assim, tomar a posição de reivindicar uma geografia histórica a contrapelo significa despojar a visão oficial da proclamada “Guerra Guaranítica”. Como ressalta David, trata-se de entender o episódio histórico como um massacre contra os Guarani.

Para a cosmovisão Guarani a terra não tem dono, o ser humano não é superior as outras formas de vida; a sua relação com a terra perpassa o entendimento de que o ser humano, a terra, os animais e plantas são imperfeitos, a vida é imperfeita. O *juruá* tem que entender que a dominação sobre a Mãe Natureza e a ganância pelo poder arruinam a vida. A ambição de

²²Como nos ensina Davi Karáí: sem Tekoa não há Teko (sem a terra sem a aldeia não há vida); Tekoa é o que o juruá chama em português de “aldeia” o Teko significa vida o “a” na palavra Teko indica lugar, o lugar de se reproduzir o Bem Viver Guarani = Tekoa Porã. O Tekoa Porã é o viver bem com o que é necessário, sem acumular e sem ter desperdício. Coletivizar e compartilhar o excedente entre todos igualmente.

submeter o planeta todo para satisfazer às vaidades e desejos capitalistas é um fracasso²³.

Nessa direção, resgatamos a oitava tese de Walter Benjamin (2012, p. 245), que nos ensina que a luta contra o massacre e a barbárie do “progresso” começa por entendermos a tradição da resistência dos oprimidos:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” (*Ausnahmestand*) em que vivemos é a regra. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esse ensinamento. Perceberemos, assim, que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; e com isso nossa posição ficará melhor na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica — o assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, *não é um assombro filosófico*. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história em que se origina é insustentável.

A pertinência da tese benjaminiana, nos anos vinte do século XXI, “não é um assombro filosófico”. Ela nos ensina que a história dos colonizadores se revela insustentável. Por isso a concepção histórica deve ter por base a reivindicação dos povos originários contra a barbárie da “civilização” mantenedora da sociabilidade capitalista. A resistência Guarani na defesa pela TI do Jaraguá é um exemplo da sabedoria dos povos originários que iluminam as forças populares e democráticas contra as tendências fascistas atuais, principalmente no Brasil.

Nossa luta é a cobrança do Estado, da dívida histórica pela retirada do nosso território, mas a gente vai resistir, a gente não vai desistir do nosso modo de vida e aceitar a imposição de passar o resto da vida nesses 1,7 hectare, sem o direito de ensinar para as nossas crianças o plantio e a colheita, o modo de se aprender a lidar com a terra. (POPYGUA apud GONÇALVES, 2017).

A dívida histórica cobrada é conduzida através da resistência na preservação das culturas, línguas e conhecimentos ancestrais, na preservação da narrativa oral, das transmissões dos saberes e histórias, na rememoração da paz, nas rodas de conversas, nos cantos, nas danças e nos ritos.

O contato que os Guarani estabeleceram com outros povos contribuíram para que esses ampliassem suas referências socioculturais, aumentando as possibilidades de existência. As situações de contato e de conquistas de novos territórios, assimilando traços de grupos diferentes e novos conhecimentos, permitiram o fortalecimento da cultura Guarani e de sua resistência.

Os colonizadores buscam incessavelmente soterrar o passado e as vozes dos oprimidos, ainda mais vigorosamente no século XXI. Como escreve Walter Benjamin, o método com o qual o materialismo histórico rompeu é justamente aquele em que o historiador traz inequivocadamente a empatia com o vencedor. Nas palavras de Benjamin (2012, p. 244),

²³A filosofia e a cosmovisão Guarani são comentadas por David Karaí em entrevista aos Jornalistas Livres (UMA CONVERSA... , 2019).

[...] A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso já diz o suficiente para o materialista histórico. Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostados no chão.

É preciso superar a interpretação do episódio bélico chamado de “Guerra Guaranítica” e denunciar a ocultação do massacre contra as populações indígenas. Além disso, o Brasil contemporâneo citado por David Karaí revela a permanência da opressão sobre o povo Guarani, descaracterizando sua cultura e ameaçando seus territórios. As aldeias Guarani situadas no Jaraguá na porção norte do município de São Paulo se apresentam como territórios insurgentes, pois estão constantemente ameaçados pela especulação imobiliária.

A esse respeito podemos citar a resistência Guarani da TI Jaraguá contra a Construtora Tenda Negócio Imobiliário S.A, que, no mês de março de 2020, desmatou centenas de árvores da Mata Atlântica da área vizinha cerca de 8 metros das aldeias Ytu, Pyau e Yvy Porã para a construção de um condomínio residencial com 11 torres e 396 apartamentos, num terreno de 8.624,59m².

De acordo com as lideranças indígenas, o empreendimento não respeitou nem as questões ambientais e nem sociais previstas pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos Indígenas, no qual o Brasil é signatário.

A Convenção Internacional garante que as comunidades indígenas sejam consultadas a respeito de empreendimentos que ocorram nas áreas lindantes e protegidas por lei. Para denunciar o desrespeito às regulamentações socioambientais, os indígenas e apoiadores ocuparam o terreno da construtora, com vistas a barrar o dano à sobrevivência da comunidade Guarani do Jaraguá, ao patrimônio ambiental da Mata Atlântica e à vida silvestre, que estão ameaçados de desaparecer.

A prefeitura da cidade de São Paulo não fez o licenciamento ambiental, e, como resposta à mobilização indígena, acionou a justiça estadual pedindo a reintegração de posse da área e mandando ao local a tropa de choque da Polícia Militar.

Conforme disse David Karaí Popygua (2020), em entrevista aos apoiadores, no dia 10 de março de 2020, “a gente sabe que a Polícia Militar foi chamada para limpar o crime ambiental da prefeitura e limpar o crime ambiental da construtora, e agora, para que eles passem por bonzinhos da história, a polícia vem até aqui para fazer um trabalho violento para expulsar a nossa comunidade dessa área que nós estamos ocupando e protegendo”.

Por fim, para dar força à luta Guarani nos dias de hoje, David Karaí nos diz: “o caminho a percorrer é recontar a história do ponto de vista da resistência indígena para vir à tona todos os documentos que comprovam tantas barbáries contra meu povo”²⁴.

²⁴Citamos algumas plataformas digitais com documentos, informações e pesquisas sobre a resistência indígena no Brasil: Centro de Trabalho Indigenista (<https://trabalhoindigenista.org.br/acervo/biblioteca-digital/>); Conselho Indigenista Missionário (<https://cimi.org.br/>); Instituto Socioambiental (<https://www.socioambiental.org/pt-br>).

Referências

ATY Guasu denuncia as práticas genocidas do Governo brasileiro em carta final da Assembleia. In: CONSELHO Indigenista Missionário. 03 dez. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/12/aty-guas-denuncia-as-praticas-genocidas-do-governo-brasileiro-em-carta-final-da-assembleia/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BENJAMIN, Walter. *Magia técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Tradução Celeste H. M. Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BORGES, Helena. A semana em que 47 povos indígenas brasileiros se uniram por um manifesto antígenocídio. *El País*, Madrid, Espanha, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-19/a-semana-em-que-47-povos-indigenas-brasileiros-se-uniram-por-um-manifesto-anti-genocidio-e-anti-ecocidio.html>. Acesso em: 14 fev. 2020.

CRETÃ, Romancil Gentil; POPYGUA, Davi Karaí. Trajetórias de vidas e lutas pela demarcação das terras indígenas. Uma entrevista com Cretã Kaingang (PR) e Davi Karaí Popygua (SP) [Entrevista cedida a Carmem Susana Tornquist e Raquel Mombelli]. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 206–228, jan./abr. 2018.

BARBOSA, Luciana. A poesia das carícias. [Entrevista cedida a] Márcia Junges e Andriolli Costa. IHU On-Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 460, 16 dez. 2014. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5803&secao=460. Acesso em: 12 dez. 2016.

FARIA, Camila Salles de. *A integração precária e a resistência indígena na periferia da metrópole*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750–1761)*. Passo Fundo, Porto Alegre: EDIUPF; Editora da Universidade Ufgrs, 1998.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GONÇALVES, Juliana. Em São Paulo, menor reserva indígena do país luta contra redução de território. In: BRASIL de Fato. São Paulo (SP), 01 set. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/em-sao-paulo-menor-reserva-indigena-do-pais-luta-contr-reducao-de-territorio/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

HENIS, Tadeo Xavier. *Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraníes, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/portales/academia_argentina_de_letras/obra/diario-historico-de-la-rebelion-y-guerra-de-los-pueblos-guaranis-situados-en-la-costa-oriental-del-rio-uruguay-del-ano-1754--0/.

Acesso em: 15 abr. 2020.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyritama: eu moro na cidade*. São Paulo: Pólen, 2018.

MAESTRI, Mário. As feridas da guerra com Paraguai ainda latejam. In: OUTRAS Palavras. São Paulo/SP, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/as-feridas-da-guerra-com-paraguai-ainda-latejam/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MELIÀ, Bartomeu. Escritos guaraníes como fuentes documentales de la historia paraguaya. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 9, n. 1, p. 5-18, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6405>. Acesso em: 05 dez. 2019.

NEUMANN, Eduardo. A escrita dos guaranis nas reduções: usos de funções das formas textuais indígenas século XVIII. *Topoi*, [S.l.], v. 8, n. 15, jul./dez., p. 49-79, 2007.

PERRONE-MOISES, Beatriz. *Índios livres e índio escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 115–132, 1992.

PIERRE, Daniel Calazans. *O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mybya*. Dissertação do Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

POPYGUA, David Karai. *David Karai Popygua, da TI Jaraguá, de SP, fala sobre o crime da Tenda*. [S. l.], 10 mar. 2020. Facebook: @Portal.Desacato. Disponível em: <https://www.facebook.com/Portal.Desacato/videos/1225876850937176/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PREZIA, Benedito. *História da resistência indígena: 500 anos de luta*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RIO Grande do Sul — Terra de índio. [S. l.: s. n.], 17 set. 2015. 1 vídeo (25 min 11 s). Publicado pelo canal Az Filmes. Disponível em: <https://youtu.be/ayqeB7WDsh0>. Acesso em: 15 fev. 2019.

TERRA Indígena Jaraguá. In: TERRAS Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3707#direitos>. Acesso em: 4 dez. 2019

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 11 – 29, jan./jun. 2020

UMA CONVERSA com Karai Popygua (David), liderança indígena Guarani — Jornalistas Livres. [S. l.: s. n.], 23 abr. 2019. 1 vídeo (20 min 47 s). Publicado pelo canal Jornalistas Livres. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-hTzVlTiweM>. Acesso em: 10 abr. 2020.

UMA GUERRA TAMBÉM SE FAZ COM MAPAS *

A WAR IS ALSO MADE WITH MAPS

Manoel Fernandes de Sousa Neto[†]

Resumo: Este artigo visa a tratar da maneira como os mapas são utilizados antes, durante e após os conflitos bélicos, tentando explicitar em largas tintas como isso se deu em dois dos maiores conflitos da América do Sul: a *Guerra Contra o Paraguai* (1864–1870) e a *Guerra do Chaco* (1932–1935).

Palavras-chave: Mapas. Guerras. Geopolítica. América do Sul. Território.

Abstract: This article aims to deal with the way maps are used before, during and after the war conflicts, trying to explain in large paints how this happened in two of the biggest conflicts in South America: the *War against Paraguay* (1864–1870) and the *Chaco War* (1932–1935).

Keywords: Maps. Wars. Geopolitics. South America. Territory.

1 Introdução

Toda guerra, como sabemos, é por território e pelos recursos que esses territórios possibilitam acessar. Os conflitos violentos, o confronto em que muitos morrem, em que se mobilizam vidas e recursos materiais tem que ser preparados e, depois de estabelecido um fim, é preciso costurar tratados de paz, acordos mútuos e dizer então qual o desenho das fronteiras que se passará a ter.

Para Marcelo Escolar (1996) as conquistas territoriais modernas se dão primeiro mediante a utilização da força militar, da guerra, da rapina. Depois elas são resultado de um processo de convencimento ideológico da comunidade imaginada de que os territórios conquistados ou por conquistar lhes pertencem. Por fim, é preciso convencer aos outros Estados Nacionais da legitimidade das novas fronteiras por intermédio de negociações diplomáticas.

* Comunicação apresentada no VII SIAHC (Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia), em Quito/EQ, no período de 25 a 28 de abril de 2018, com financiamento do PROEX/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

† Professor Livre Docente da Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em História da Cartografia pela Universidade do Porto (2013). Foi Professor Visitante na Université Cergy-Pontoise, em 2019. E-mail: manoelfernandes@usp.br

Os mapas são esses textos que se produzem com finalidades múltiplas, para a ação em campo de batalha, mas também para a propaganda, a disputa ideológica e o estabelecimento de provas acerca dos territórios em disputa.

Por essas razões alguns mapas são de uso restrito dos exércitos/forças armadas e compõe aquela coleção de intenções que não pode ser vista pelos demais seres comuns, por fazer parte do monopólio da violência do Estado Moderno em seus saberes estratégicos.

Em Geografia, um dos primeiros trabalhos a denunciar esses “saberes estratégicos nas mãos de alguns” foi o clássico de Yves Lacoste (1987) *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, em que alertava para o fato de os Estados Unidos, na guerra contra o Vietnã, bombardearem apenas os diques para provocar enchentes e proporcionar a morte de muitos e o isolamento entre regiões vietnamitas.

A guerra do Vietnã forneceu numerosas provas de que a geografia serve para fazer a guerra de maneira a mais global, a mais total. Um dos exemplos mais célebres e mais dramáticos foi a execução em 1965, 1966, 1967 e, sobretudo em 1972 de um plano de destruição sistemática da rede de diques que protegem as planícies densamente povoadas do Vietnã do Norte: elas são atravessadas por rios caudalosos, com terríveis cheias que escoam não por vales, mas ao contrário, sobre elevações, terraços, que são formados por seus aluviões. Esses diques cuja importância é, de fato, absolutamente vital, não poderiam ter sido objeto de bombardeamentos maciços, diretos e evidentes, pois a opinião pública internacional ali teria visto a prova da perpetração de um genocídio. Seria preciso, portanto, atacar essa rede de diques, de forma precisa e discreta, em certos locais essenciais para a proteção de uns quinze milhões de homens que vivem nessas pequenas planícies, cercadas por montanhas. Era necessário que esses diques se rompessem nos lugares em que a inundação teria as mais desastrosas consequências. (LACOSTE, 1987, p. 27).

A produção de conhecimentos sobre o território implicou sempre na produção do território. Em John Brian Harley (2005) podemos entender que os mapas são textos e possuem agendas secretas, servindo para elaborar discursos muito competentes, como aqueles que denominaram vastas áreas do mundo como espaços vazios, lugares por ocupar, terras incógnitas.

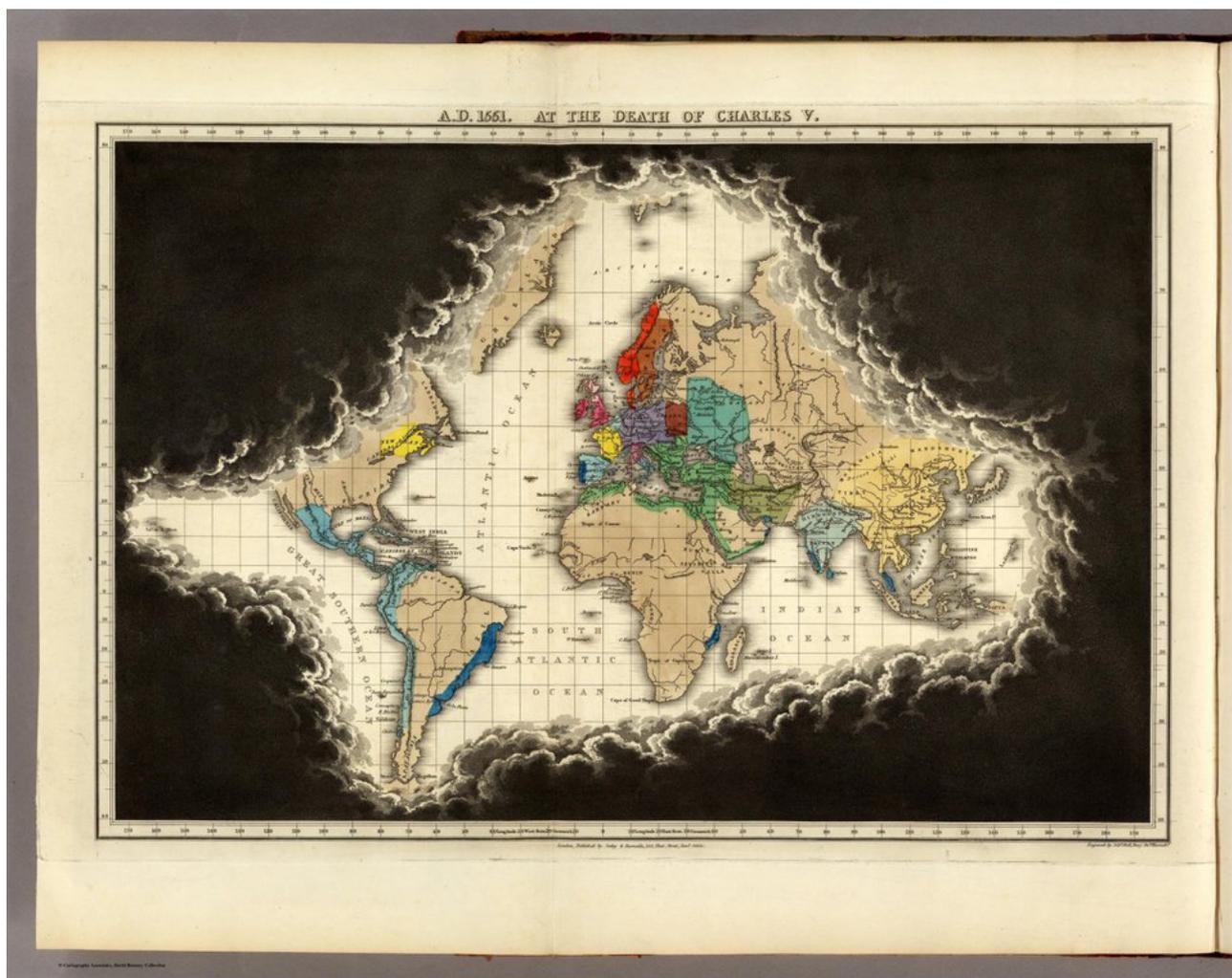
A partir dessa acepção é possível compreender que as guerras comecem, se façam e terminem pelo reconhecimento do território ou por dar a conhecer os territórios de determinado modo. E não raro na história, primeiro os territórios são desenhados no papel e só depois se tornam efetiva realidade política; é o que nos demonstra Harley (2005, p. 177) quando examina a influência do poder sobre a representação cartográfica nos atlas ingleses do século XVIII:

No curso da guerra franco-índia, tanto os ingleses como os franceses utilizaram mapas como armas de propaganda internacional ou para manipular a opinião pública nacional com o objetivo de obter apoio às ações militares. No entanto foram os topógrafos ingleses que chegaram mais longe ao estender as fronteiras das treze colônias em seus mapas, a oeste, até o Mississippi.

O mesmo vale quando se trata de ocupar o território, a partir dos silêncios expressos nos mapas, como uma vez mais lembra Harley (2005, p. 181) ao dizer que “a parte leste da América do Norte foi colonizada em papel pelos europeus antes de ser colonizada em terra”.

Vale ainda recordar os Atlas Históricos que seguiam o modelo difusionista, como aquele publicado em 1830, em Londres, pelo advogado londrino Edward Quin (1794–1828), em que as regiões consideradas incivilizadas eram escuras e cinza, contraposição a um colorido mundo “civilizado” europeu (BLACK, 2005, p. 109–110).

Figura 1: A descoberta da América: Atlas histórico feito em 1829 por Edward Quin



Fonte: Quin (1830).

As proposições feitas por Harley (2005) e Black (2005) cabem perfeitamente para analisar a produção cartográfica do espaço geográfico da América do Sul e que são importantes para pensarmos alguns dos problemas que só apareceriam após a independência das antigas colônias espanholas e portuguesa.

Os impérios Ibéricos produzem uma cartografia que partilha, representa e produz de modo efetivo os territórios sul-americanos e boa parte das contendas militares, ideológicas e diplomáticas que atravessaram os séculos desde o tratado de Madri (1750) e estavam, já com Alexandre de Gusmão, assentados no argumento do *Uti Possidetis*, se baseavam, portanto, na lógica hipotética de que a posse do território derivava da expressa capacidade de representá-lo

bem cartograficamente (MAGNÓLI, 1997).

No caso da América Portuguesa, que se manteve com praticamente a mesma configuração territorial após a independência, havia a vantagem de partir de uma cartografia histórica longamente consolidada e que podia ter nos argumentos, ainda do período dos impérios ibéricos, suas melhores justificativas. Não por acaso, muitos dos mapas usados pela diplomacia brasileira em momentos diversos vai buscar seus argumentos no longo passado colonial.

A fragmentação dos territórios espanhóis, por sua vez, coloca um problema que diz respeito à necessidade de costurar entre eles fronteiras novas, historicamente mais recentes e, portanto, exigentes de outros artifícios e argumentos.

É assim que, não por acaso, o século XIX será, na tentativa de construção das nações na América Meridional, a desesperada busca de consolidação de imagens nacionais, nomeadamente mapas e atlas, onde a disputa por territórios e fronteiras joga papel fundamental e expressa planos, a um só tempo de manutenção e expansão territorial.

2 A Guerra Contra o Paraguai

A historiografia da Guerra Contra o Paraguai, de cunho patriótico e memorialístico, ou a fase de sua restauração recente, nesse mesmo tom, realizada por muitos historiadores, esquece um elemento que Mario Maestri (2009, p. 4), no artigo “A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica (1871–2002)”, publicado em 2009, ressalta que

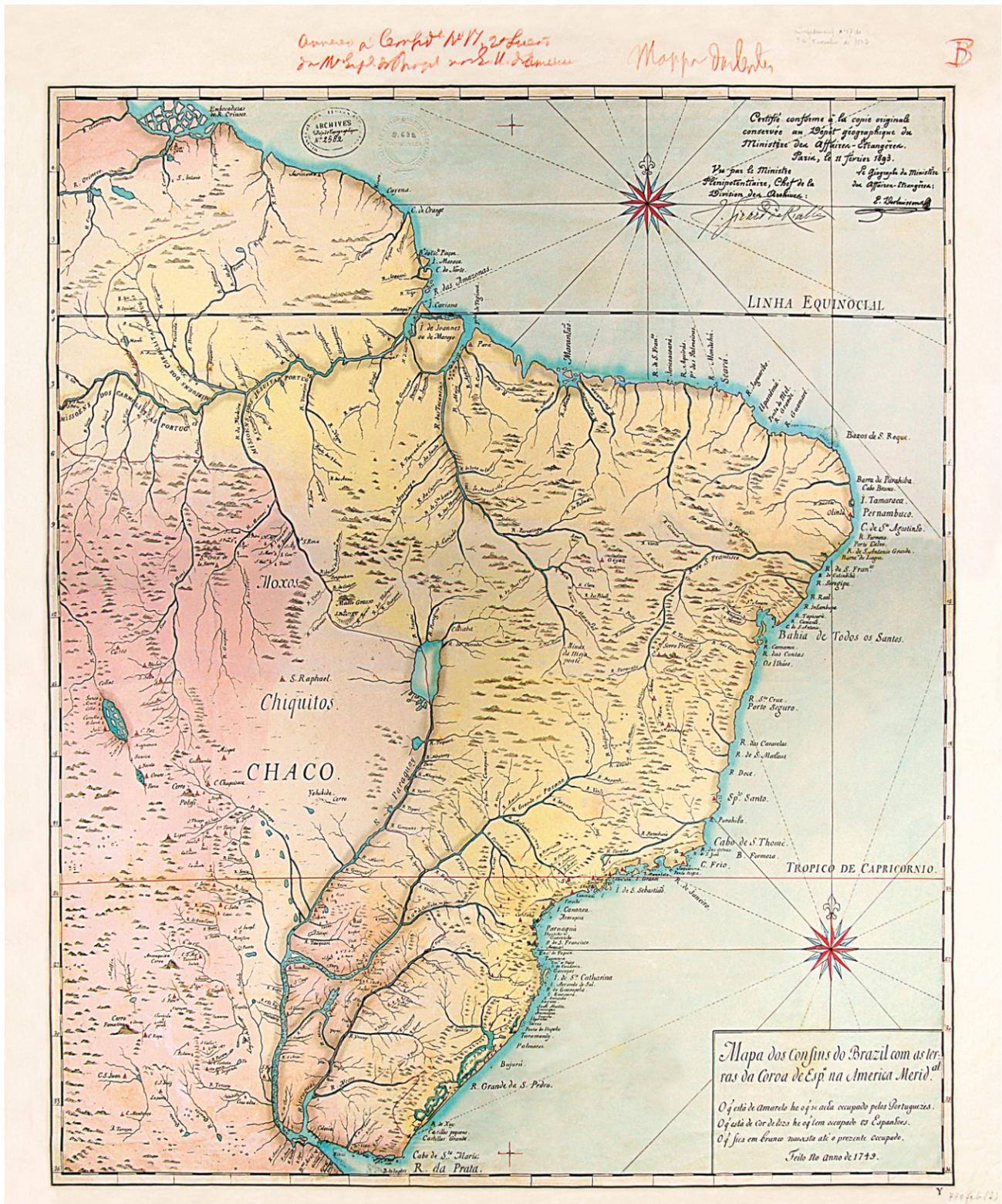
para corroborar a visão de embate querido pelo ditador paraguaio, essa historiografia consolidou como ponto zero do confronto o aprisionamento do vapor mercante brasileiro Marquês de Olinda, em novembro de 1864, em águas paraguaias, sem declaração de guerra. Em geral, pouco destaque foi dado à invasão do Império, um mês antes, do Uruguai, apoiado pela Argentina mitrista, fato anunciado pelo governo paraguaio como “*casus belli*”, pois condicionava a saída ao mar do Paraguai à vontade do Império e da Argentina.

Queríamos partir daqui, então, para sugerir um indício importante de que o Império do Brasil se preparava também para o conflito com o Paraguai.

Havia muito, ainda em 1842, o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro propusera a criação de uma Comissão de Limites, responsável por levantar escritos e mapas que pudessem ser utilizados como documentos nas disputas territoriais do Brasil com os demais países confinantes da América do Sul. A comissão por ele proposta não foi levada a cabo a sua época, mas ele próprio reuniu um significativo conjunto de mapas e memórias, organizou a feitura de outros tantos documentos e interveio em muitas das questões de limites, dentre elas aquelas referentes às fronteiras com o Paraguai (ADONIAS, 1984).

Qual o indício que sugerimos para propor que o Império do Brasil se antecipava à Guerra Contra o Paraguai? O da realização de um acordo conhecido como *Convênio Luso-Brasileiro de 1867* (MANIQUE, 1950; MENDES, 1983; ESTRELA, 2006; SOUSA NETO, 2014), em que um

Figura 2: Mapa dos confins do Brasil com as terras da coroa de Espanha na América Meridional



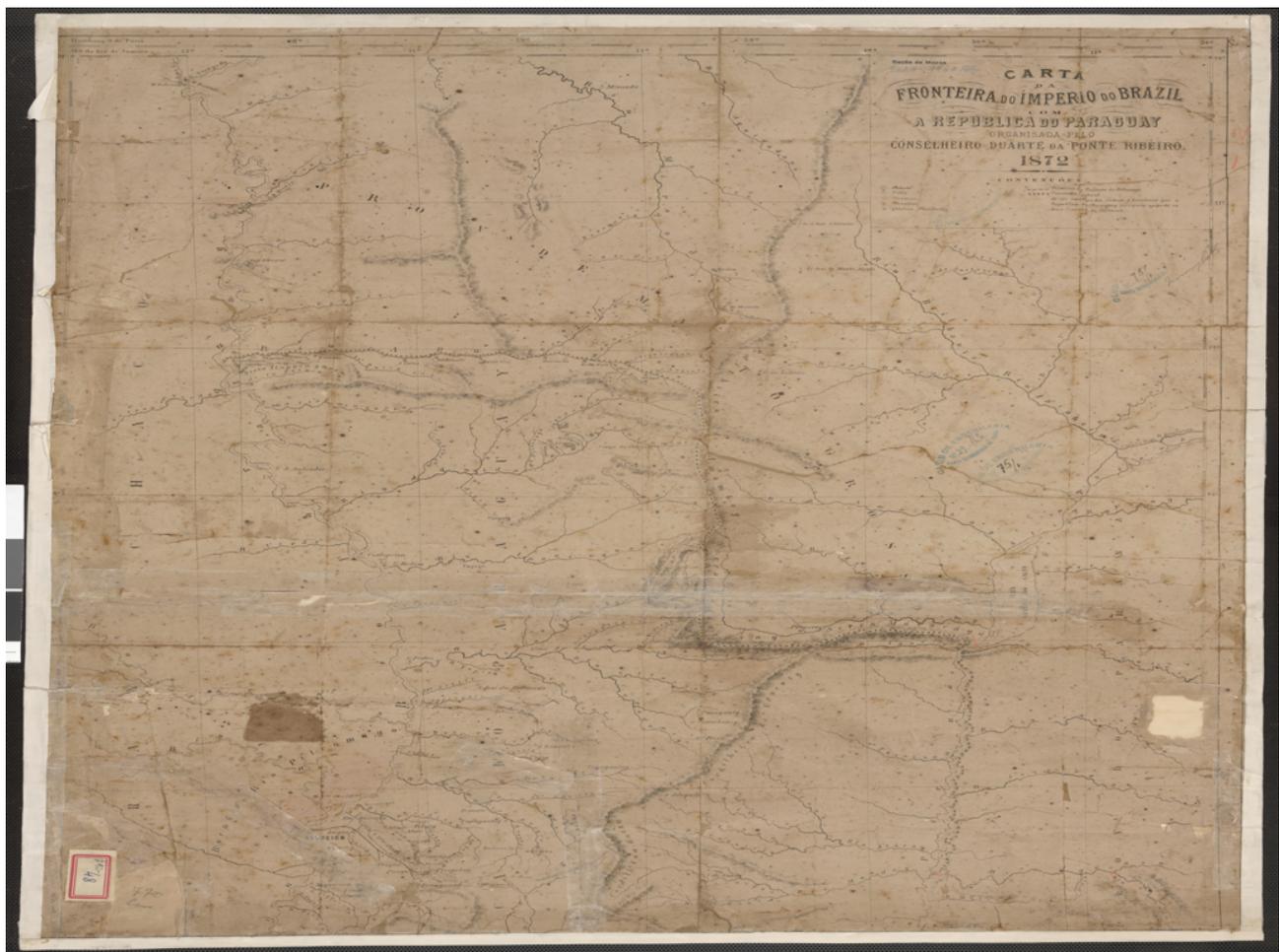
Fonte: Mapa... (1893).

conjunto de mapas do território de Portugal existente no Arquivo Militar do Brasil foi trocado por um acervo escolhido cuidadosamente pelo então Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro em arquivos portugueses e versava sobre o território do Brasil, nomeadamente suas fronteiras terrestres e marítimas, como lembra Gabriel Mendes (1983, p. 4): “na verdade, tratava-se de preciosíssimos exemplares, de utilíssimo esclarecimento nas melindrosas, difíceis e importantes questões de fronteira do Brasil com os países confinantes”.

O convênio concluído apenas em 1867 foi, em realidade, iniciado ainda em 1863. Duarte Ribeiro pesquisou os acervos da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo Histórico Militar e dos Negócios da Marinha e de Ultramar e voltou ao Brasil com o que viria a ser o acervo que daria início à Mapoteca do Itamaraty.

Bem, o indício que levantamos se assenta sobre o fato de ter Duarte Ribeiro organizado uma memória e produzido um mapa que, publicado em 1872, busca provar que os territórios reclamados pelo Império lhe pertenciam desde a época de realização dos levantamentos para a feitura do famoso Mapa das Cortes, 1751.

Figura 3: Mapa dos limites do Império do Brasil com o Paraguai, 1872



Fonte: Ribeiro (1872).

Em uma belíssima operação de desconstrução do quebra-cabeça imagético da fronteira com o Paraguai (“Mapa dos limites do Imperio do Brazil com o Paraguay”, 1872, Figura 3), o Conselheiro Duarte Ribeiro (1872, p. 2) realiza uma espécie de remontagem histórica das

linhas de fronteira antes da guerra e, dentre as obras que cita para realizar tal processo, pelo menos uma delas consta da relação de mapas que trouxe consigo após a realização do Convênio Luso-Brasileiro de 1867:

Plano e descrição da serra de Maracayú, levantado em 1774 pelo brigadeiro José Custodio de Sá e Faria, então comandante da praça dos Prazeres, e encarregado do plano de defesa da fronteira do Igatemi.

Provavelmente, este documento consta de um conjunto referente na lista de permuta concernente ao que recebeu o Brasil, de número 134, onde está descrito:

Diário de Navegação dos rios Tietê, Paraná e Igatemy e planos dos mesmos, pelo brigadeiro José Custodio de Sá e Faria. 1774–1775. Contem 23 folhas com plantas topographicas e um pequeno mappa estatístico da guarnição da praça de N. Senhora dos Prazeres (MENDES, 1983, p. 22).

Ademais, Duarte Ribeiro atuou como crítico contumaz do Atlas do Império do Brasil, da autoria de Cândido Mendes de Almeida, publicado em 1868, e o fez para dizer que as linhas de fronteiras existentes no trabalho deste último estavam equivocadas por terem feito uso de mapas incorretos. Dentre os problemas que apontava estava o da fronteira do Brasil com o Paraguai.

Afora isso, é preciso lembrar que sobre a preocupação com o que seria uma disputa diplomática importante, Duarte Ribeiro colabora para a confecção de duas cartas sobre o Império do Brasil que iriam ser exibidas nas exposições universais de 1873, em Viena, e 1876, na Filadélfia, e visavam a propagar o corpo territorial do Império após a Guerra Contra o Paraguai. A última delas é a imagem do Brasil divulgada de forma pouco modificada até a construção da Carta da República do Brasil de 1922.

Como já havíamos dito antes, no começo da nossa exposição, a construção de uma imagem do País por intermédio dos mapas nacionais e de sua larga divulgação implica também uma operação de guerra que antecipa uma ação militar ou serve para justificar a posse legítima dos territórios conquistados.

A Guerra Contra o Paraguai, como bem nos propõe Moniz Bandeira (1998), tem continuação, certo modo, na Guerra do Chaco e está diretamente vinculada à Guerra do Pacífico, em que a Bolívia perdeu acesso a um dos dois oceanos que banham a América do Sul. Em realidade, a vinculação dos conflitos bélicos na América do Sul, no século XIX, com aquele que marcou a disputa com mais de 100 mil mortes entre Bolívia e Paraguai, já nos anos trinta do século XX, dizem respeito às querelas realizadas entre Argentina e Brasil pelo controle dos territórios em torno da Bacia do Prata e as saídas terrestres ou fluviais para portos no Atlântico ou no Pacífico. Claro, tratava-se também do controle de mercados, terras, populações e dos recursos naturais, como o Petróleo.

3 A Guerra do Chaco

A Guerra do Chaco, ocorrida entre 1932 e 1935, em que o Paraguai e a Bolívia disputaram o Chaco Boreal, iniciou-se em realidade com as perdas territoriais que tiveram os dois países no

conflito bélico da Guerra Contra o Paraguai.

Já em 1866 o Tratado da Tríplice Aliança realizado entre Uruguai, Argentina e Brasil tomava parte não apenas do território paraguaio, como também do boliviano, o que fez com que durante aquela guerra o general boliviano Mariano Melgarejo chegasse a discutir com Francisco Solano Lopes a oferta de 12.000 soldados, oferta que acabou não se concretizando graças à ação da diplomacia brasileira (MONIZ BANDEIRA, 1998).

Após a Guerra Contra o Paraguai, a região do Chaco, em boa dose, ficou sob controle da Argentina, segundo propõe Moniz Bandeira (1998, p. 168):

Os grupos econômicos sediados em Buenos Aires e que também possuíam grandes interesses na Bolívia, onde adquiriam considerável faixa de suas melhores terras, espraíram de tal modo seu domínio que o Chaco ficou de fato sob controle da Argentina, apesar de que, após a Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil impedisse que o Paraguai lhe cedesse de jure a soberania sobre a região. A firma Casado & Cia., além das atividades ligadas à produção e comercialização de tanino, dedicaram-se à criação de gado. Fundada por volta de 1886, quando Carlos Casado passara de Buenos Aires para Assunção e comprara, no Chaco, 3.000 léguas de terra, expandira suas operações que, no início dos anos 30 [século XX], possuía cerca de 134 km de estradas de ferro dentro de sua propriedade.

Depois, a Guerra do Chaco dá-se em um contexto efetivo de disputa dos interesses por petróleo entre grande empresas e em um contexto imperialista que se abate sobre os interesses da própria Argentina na região, em que a disputa por petróleo com empresas como a Standart Oil faz com que se crie, por volta de 1922, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), a partir da qual se promove intenso movimento nacionalista argentino pela exploração, produção e distribuição de petróleo (MONIZ BANDEIRA, 1998).

O fato é que, quando a guerra do Chaco, impulsionada por interesses territoriais tão mais complexos, começou, o que menos havia na região em disputa era petróleo por explorar, como já sabia a Standart Oil e imaginava ser blefe a concorrente Royal Dutch Shell (MONIZ BANDEIRA, 1998).

A Guerra do Chaco, por sua vez, nos interessa aqui como exemplo que teve uma intensa disputa baseada em mapas e que começou já em 1924, quando o Paraguai lança um selo que contém as letras P, A e R, denominando o Chaco como Paraguaio (Figura 4).

Em resposta, no ano de 1928, a Bolívia responde com um conjunto de selos, em que denomina o Chaco de Chaco Boliviano (Figura 5).

Em 1932, ano em que a Guerra começaria, o Paraguai lança um conjunto de selos, com mapas que reafirmam ter sido, ser e vir a ser o Chaco território paraguaio (Figura 6).

Esse conjunto de mapas produzidos em pleno conflito e que utilizou como suporte selos postais foi objeto de análise realizada por Bruce Davis (2013), retratando, além do conflito do Chaco, aquele que envolveu a Argentina e a Inglaterra pela disputa das Ilhas Malvinas em 1982.

Figura 4: Selo do Paraguai, 1924



Fonte: The Chaco... (2018).

Figura 5: Selo da Bolívia, 1928



Fonte: The Chaco... (2018).

Figura 6: Selo do Paraguai, 1932



Fonte: The Chaco... (2018).

4 Considerações finais

Os mapas, parece, habitam o conflito como um discurso imagético poderoso e revelam uma importante cultura de linguagem manipulatória da opinião pública. Sem esses muitos mapas não se narra, em meio às guerras, a própria constituição das fronteiras do mundo e, de modo particular, dessa nossa América do Sul.

O mais provável, portanto, é que não haja guerras sem mapas ou que se faça as guerras por causa deles.

Referências

- ADONIAS, Isa. *O acervo de documentos do Barão da Ponte Ribeiro: centenário de sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884–1984)*. Rio de Janeiro: IHGB, 1984.
- BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- DAVIS, Bruce. Maps on postage stamps as propaganda. *The Cartographic Journal*, v. 22, n. 2, p. 125–130, 2013.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ESTRELA, Paulo Jorge. O convênio cartográfico luso-brasileiro de 1867: gênese da cartoteca do Instituto Geográfico Português. *Revista Fórum Geográfico*, Lisboa, Instituto Geográfico Português, v. 1, n. 1, p. 58–69, 2006.
- HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura, 2005.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, SP: Papirus, 1987.
- MAESTRI, Mario. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia da instauração à restauração da historiografia (1871–2002). *Revista Espaço Acadêmico*, n. 93, fev. 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/093/93maestri.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- MAGNÓLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MANIQUE, Luis de Pina. O Convênio Luso-Brasileiro de 1867 sobre a cartografia portuguesa. In: *Anais: IV Congresso de História Nacional, 21–28 Abril de 1949*. v. 4, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 454–483.
- MAPA dos confins do Brasil com as terras da coroa de Espanha na América Meridional. In: ARQUIVO Público do Distrito Federal. Brasília: Mapoteca do Itamaraty, 1893. 1 mapa, color., 60 × 65cm. Disponível em: http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/06__MI.jpg. Acesso em: 02 jul. 2019.
- Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 31 – 41, jan./jun. 2020

MENDES, H. Gabriel. O Convenio Cartográfico Luso-Brasileiro de 1867: a cartografia portuguesa ao serviço da comunidade Luso-Brasileira. *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, n. 3 (Separata), Lisboa, 1983.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. A Guerra do Chaco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 1, p. 162–197, 1998.

QUIN, Edward. *The Discovery of America*, Londres: Seeley & Burnside, 1830. 1 mapa, color., 33 x 47 cm. Escala 1:90,000,000. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~707~70069:A-D--1551--At-The-Death-Of-Charles->. Acesso em: 02 set. 2019.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Apontamentos Relativos a Fronteira do Império do Brasil com a Republica do Paraguay*. Rio de Janeiro, 22 abr. 1872.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. Carta da fronteira do Império do Brazil com a Republica do Paraguay. In: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Coleção Benedicto Ottoni, Rio de Janeiro, RJ, 1872. 1 mapa, litografado, color., 98 x 58 cm. Disponível em: <https://bd1b.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/429586>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. O Convênio Luso-Brasileiro de 1867: coleções, mapas e instituições. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, RJ, v. 10, n. 1, jan./jun. 2014, p. 151–157.

THE CHACO War. In: AUCKLAND Philatelic Society, Inc. Auckland, New Zealand, 2018. Disponível em: http://www.aps.gen.nz/149/chaco_war.html. Acesso em: 01 fev. 2018.

**“SERTÃO ACABA. ACABA?”: A
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL PELO
PLANEJAMENTO NA SERRA DO
CABRAL, MINAS GERAIS**
**“SERTÃO ACABA. ACABA?”: THE
TERRITORIALIZATION OF THE CAPITAL BY THE
PLANNING IN SERRA DO CABRAL, MINAS
GERAIS**

Suelen Rosa Pelissaro*

Resumo: Trata do processo de territorialização do capital na Serra do Cabral, norte de Minas Gerais, o qual permite entender a forma de ser do Estado, que é a de facilitar, por meio da grilagem e do crédito, o acesso do capital privado às terras baratas, sobretudo a partir da centralização do Estado, de 1930 em diante. Este estudo faz parte da tese de doutorado “O sertão na transversal do tempo: a territorialização na Serra do Cabral, Minas Gerais”, sobre a particularidade das relações de produção no norte mineiro. Valendo-se do suporte técnico e científico com sua aparência de neutralidade, a modernização e seu movimento de valorização do valor avançam sobre o sertão por meio da apropriação das terras e dos recursos, enquanto expropriam os sertanejos e mudam a dinâmica de produção regional, promovendo na contradição em processo conflitos e desigualdades. Utilizou-se como método a arquivística, a consulta a mapas, documentos e relatórios diversos, além de realizar trabalhos de campo, entrevistas e revisão bibliográfica. O processo tem indicado não apenas a agonia de uma região condenada ao colapso da modernização, como também as antinomias de sua resistência, analisadas com mais esmero na tese, em vias de ser concluída.

Palavras-chave: Sertão. Território. Planejamento. Desenvolvimento. Modernização.

Abstract: It concerns about the process of territorialization in Serra do Cabral, on the north side of Minas Gerais, seeking to understand the State’s way of being, which is to facilitate, through the act of “grilagem” (illegal land titles) and credits, the access of the private capital to cheap lands, mainly from the centralization of the State, in the period of 1930 onwards. This study is part of the doctoral thesis “Wilderness on time transversal: the territorialization on Serra do Cabral, Minas Gerais”, about the particularity of production relations on the north side of Minas Gerais. Using technical and scientific support with its neutral appearance,

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), sob a orientação do prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. E-mail: superrrosa@gmail.com.

modernization and its appreciation of value advance on wilderness through land grabbing and resources appropriation, while expropriating people and changing the regional production dynamics, promoting in contrast to the processes, conflicts and inequalities. Therefore, it was used as method, the archival, through the consultation of maps, documents and miscellaneous reports, besides field researches, interviews and bibliographic review, which have indicated not only the agony of a region condemned by the collapse of modernization, but also the antinomies of its resistance, analyzed in the doctoral thesis, nearing completion.

Keywords: Wilderness. Territory. Planning. Development.

1 Do sertão ao cerrado: uma introdução

O processo de apropriação das terras na Serra do Cabral, ao norte do estado de Minas Gerais, como em grande parte do Brasil, se deu à base da grilagem, legitimado a partir de 1850 com o aval do Estado, que marcharia endossando a falsificação da posse da terra pós-centralização, doravante 1930. A ode à grilagem, escrita por Monteiro Lobato em 1922, referindo-se à expansão dos cafezais em São Paulo, expõe bem o desejo dos dominantes que personificam capital e poder para seguirem com o projeto de territorialização do valor.

No entanto a arte do grilo seria, para a perspectiva deste estudo, tirar o direito pela expropriação em nome da onda verde a ser implantada mais adiante: a do eucalipto, que abriria caminho para que o Estado conduzisse ao que chama de civilização aqueles que aos seus olhos resistiam a ela, na promessa da mobilidade do trabalho e da fartura econômica. Do sertão ao cerrado, reforça-se o discurso da técnica e do planejamento para cobrir de um verde exótico as chapadas e veredas que forneceriam o carvão àquilo que os militares consideram progresso, ou seja, as siderúrgicas mineiras.

No livro *Onda verde*, de 1922, Monteiro Lobato dedica dois capítulos ao eucalipto, tecendo elogios e esperanças de modernização e independência econômica nacional a partir do “pão exótico”. Observando os eucaliptos do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em Rio Claro, o criador do Sítio do Pica-Pau Amarelo se juntava aos entusiastas da silvicultura que despontava, no raiar do século, como parte do projeto de industrialização tardia brasileira, provando que os discursos encontrados na década de 1970 e nos anos 2000, apresentados no decorrer da tese, não surgiram de repente.

Mesmo ciente da consequência ambiental, Lobato (1922, p. 90-91) insiste na silvicultura como “a solução nacional do problema do combustível para nossas vias ferreas”, já defendendo, no alvorecer do século, os pesticidas à base de sulfuretos contra as formigas, apontadas, junto à figura do Jeca Tatu, como um dos grandes males do país. Torna-se notório que a posterior teoria do desenvolvimentismo, calcada na aceleração da modernização com um horizonte de independência nacional, encontrou suas bases a partir da centralização do Estado, ocorrida poucos anos depois desse texto, urdido por intelectuais que também personificavam a economia naquela passagem. Grilar terras e cultivar o que se convinha/convém chamar de útil eram/são ações amalgamadas.

Sendo o território um resultado da apropriação do espaço pelo capital, ele não pode ser compreendido como um dado natural. Sobre a teoria moderna da colonização, Marx já apontava para a necessidade de enxergar a expansão capitalista como manifestação de uma relação social calcada na violência da submissão aos desígnios econômicos, os quais também movimentam para a formação do Estado moderno e seus desdobramentos no processo de autonomização das categorias de mediação social — terra, trabalho e capital.

A partir de 1930, novas configurações econômicas impeliram a novas relações entre os fatores de produção e o Estado, antes pulverizado no poder do mandonismo local. Este transformou-se em poder centralizado com tentáculos institucionais que organizariam as formas de produção de valor. A partir desse momento, a região, herança das particularidades que a territorialização colonial deu forma, aparece aos olhos dos burocratas desprovida de historicidade e como impasse à homogeneização econômica, cabendo ao Estado assumir o papel da totalização via planejamento, numa tentativa forçada de alcançar as grandes potências.

Na Serra do Cabral, tais movimentos, oriundos da mudança, foram, perceptíveis décadas mais tarde, expostos na paisagem, nas relações e na mobilidade do trabalho, que, a partir de então, aparece como projeto e consequência das transformações ali impostas — apesar de já existente desde a territorialização colonial.

2 O Estado Novo e o embrião do novo Estado: a região aparecendo

O processo de territorialização da Serra do Cabral se deu pelas relações capitalistas integradas ao sentido da colonização. Como resultado, aparece a região pecuária e diamantífera como herança da territorialização, da colônia ao Império. Os dois reinados viram a relativa decadência da mineração em todo o Norte de Minas Gerais, apesar de homens livres pobres continuarem penetrando as grotas da Serra, vindos de lugares diversos e movidos por um só motivo: a sobrevivência condicionada pelo fetiche da mercadoria, característica definidora daquela sociedade.

Sendo a região um produto histórico forjado na relação com o mercado internacional, ao mesmo tempo em que se constitui mantendo ou criando formas de geração do valor bastante diferenciadas (OLIVEIRA, 1988), a Serra do Cabral se formou ligada ao comércio interno pela criação bovina, indiretamente vinculada aos mercados internacionais, enquanto se aproximava do exterior pela mineração de diamante, possível de se realizar apenas com o abastecimento das fazendas pecuárias. Direta e indiretamente, a produção de artigos para o mercado externo se conformava como a lei de reprodução social no nível mais geral que, conseqüentemente, criava formas de produção do valor bastante distintas, o que confere a particularidade de cada região.

A pecuária se sedimentou nas terras do norte mineiro, consolidando o poder dos coronéis. O ocaso do garimpo delineou a Serra como produtora de carne, couro e derivados ao longo do século XX, tornando-a um espaço socioeconômico onde a forma então vitoriosa do capital — o boi — se impôs às demais, homogeneizando-a como uma região pela predominância da atividade pecuária e pelas relações de classe, em que a hierarquia e o poder dos latifundiários

eram determinados pelo lugar e pela forma em que eram personas do capital e de sua contradição básica (OLIVEIRA, 1988).

Toda região tem uma base territorial, e por isso nenhum dos dois conceitos (região e território) pode ser encarado como naturalizado. Entende-se a região a partir do proposto por Francisco de Oliveira (1988), para quem ela se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Nela, o político e o econômico se fusionam, amalgamando interesses de grupos específicos na reprodução do capital.

Enquanto produto histórico, a região sucede à territorialização. Esta última já era a modernidade se desdobrando, iniciada no momento colonial. Os atributos fisiográficos específicos de cada porção do espaço apropriado conferem formas próprias de organização da produção, criando relações sociais particulares. Nessas relações restritas é que a região se torna evidente, nitidez captada nos discursos e projetos ao longo do século XX, que a despiram de sua historicidade para justificar intervenções.

Desistoricizar a região seria, portanto, retirar dela a bagagem social que a conformou, tornando-a empecilho ao movimento geral do capital e um vazio passível de intervenção. Sua particularidade passa a ser interpretada como disparidade, decorrente do relativo isolamento e do atraso, e não como consequência da própria modernização ou da posição da forma social de mediação na reprodução do capital. Tal ótica abriu caminho para que o Estado, diante do ímpeto centralizador e consolidador do seu território, buscasse, por meio do planejamento, a correção das desproporções, na tentativa de homogeneização das regiões consideradas problema, conferindo-lhes novas funções.

Essa corrida, com o fim de alcançar as grandes potências, apresentada por Robert Kurz (1994) como modernização retardatária, não contém na sua base a liberdade do Estado em se modernizar, mas a sua inserção no decurso do capitalismo a um sistema mundial, o que torna a história geral uma totalidade concreta e contraditória e transforma de maneira qualitativa as condições do desenvolvimento econômico e social. Nesse transcurso, estágios sociais diferentes daqueles das grandes potências ocidentais são considerados atrasados pela ótica do capital e de sua reprodução ampliada e territorializante, que, apesar das diferenças, se articulam no processo de totalização. Essa é a base da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, desenvolvida por Trotsky para explicar o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais em que subsistem relações pré-capitalistas e se impõe a lógica das contradições econômicas e sociais do capitalismo periférico por meio do domínio imperialista.

Lançados pelo imperialismo, os Estados periféricos anulam sua historicidade, fincada nos processos violentos de abrangência do mundo da mercadoria, e buscam se inserir nos mercados internacionais, cada vez mais dinâmicos na produção e na troca. Constrangidos pelo sentimento de retardo por estarem a reboque dos países avançados, essas sociedades, na compreensão de que o desenvolvimento econômico se dá em etapas, saltam suas fases intermediárias rumo aos estágios mais avançados da produção, invocando a violência na sua execução qual um rolo compressor. Assim, realizam os programas de modernização na ilusão de alcançar o futuro,

sem consegui-lo, pois as particularidades locais e regionais possuem limitações cuja coação à assimilação deflagra o caráter contraditório e retardatário do desenvolvimento.

Além da impossibilidade de tocar o futuro, é difícil definir o que é arcaico e o que é moderno no capitalismo, pois o capital nem sempre se apresenta da mesma forma. Se a produção de artigos para o mercado externo foi a regra de reprodução social no nível mais amplo que resultou na particularidade de cada região, dentro de um pensamento preso à moderna relação do valor, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado parte de opostos binários. Isso significa que a própria teoria não escapa ao dualismo, como alertou Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997): ao apontar a conciliação de dois princípios reguladores da atividade econômica que são essencialmente opostos — produção direta de meios de vida e produção de mercadorias —, a economia colonial não pode ser representada como *dualidade integrada*, mas como *unidade contraditória*.

Sendo o dualismo uma composição de opostos, Robert Kurz (2010) aponta que a polaridade é não só imanente ao sistema produtor de mercadorias, mas responsável por seu movimento, impulsionando as sociedades taxadas de periféricas à corrida rumo à modernização, em um processo de aniquilação hostil entre seus opostos, enquanto contraditoriamente constituintes dos dois lados de uma mesma identidade.

Assim, a territorialização, enquanto processo histórico que envolve a expansão sobre novas áreas ou lhes confere a aparência de novas funções em nome de uma mesma intenção, é um processo de abrangência da modernização, que, por sua vez, enquadra-se na transição de uma forma concebida como estática para uma forma dinâmica de sociedade. Concordando com Robert Kurz, a modernização é, portanto, um processo de transformação permanente, que sempre volta a sacudir toda a estrutura de reprodução; é parte do processo de reprodução ampliada do capital.

Para ligar o Brasil ao movimento mundial de modernização, é interessante observar o imperialismo contemporâneo. Dialogando com os pensamentos voltados à resolução das crises nas metrópoles europeias dos Oitocentos, David Harvey permite pensar esse processo de expansão do capital no elo entre sua reprodução ampliada, imperialismo e resolução dos problemas da superacumulação nos países cernes dessa dinâmica. Para tal, ele parte da teoria moderna da colonização de Marx em comparação às preocupações de Hegel e Von Thünen sobre a harmonia econômica de suas sociedades.

Para o geógrafo, o capital tem um impulso para criar o mercado mundial, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, “para implantar novos recursos produtivos em novas regiões”. O autor explica que o capital excedente pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões. As altas taxas de lucro prometidas oportunizam um incentivo “natural” para tal fluxo e, se atingidas, aumentam a taxa média de lucro no sistema como um todo. “Temporariamente” as crises ficam resolvidas, pois os lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, com consequente tendência à intensificação da superacumulação em uma escala geográfica expansível (HARVEY, 2006, p. 117).

O ajuste espacial — expressão que o autor dá a esses movimentos de expansão do

capital a fim de resolver as crises dos países de origem — não pode acontecer sem expropriar as populações anteriormente assentadas nos espaços visados, criando os excedentes de força de trabalho. Ele aponta para a necessidade de uma relação orgânica entre reprodução expandida e processos violentos de espoliação¹, conexão com uma dinâmica histórica que envolve a associação entre a constitucionalidade burguesa e a formação do Estado, as quais permitiram a criação de duas formas de ajuste para a questão da sobreacumulação, ambas dialeticamente relacionadas: temporal e espacial.

A forma temporal se pautaria em um processo de desvalorização geral, tendo os juros como cerne de sua regulação. A forma espacial seria a expansão geográfica, onde incidiriam outros processos de acumulação por espoliação, relacionados às despossessões de terras e recursos, e a imposição do trabalho assalariado. Desse modo, a acumulação por espoliação libera ativos a custo muito baixo, abocanhados pelo capital superacumulado que lhes confere imediatamente um uso lucrativo. Sobre esses ativos incide o interesse de produção e circulação de mercadorias, cujos meios de fazê-las se dá com empréstimos disponíveis, movimentando o capital subreacumulado, que se valoriza (KLUCK, 2019).

Esse ajuste seria para Harvey uma forma provisória de resolução das crises econômicas, pois nas regiões que recebem os empréstimos a superacumulação de capital também tenderia a acontecer, reproduzindo o movimento de ajuste e arrastando consigo as regiões antigas. Tal imperativo seria produto da real geografia histórica do capitalismo, que, enquanto relação social, contém a marca da contradição. O ajuste espacial se tornaria um recurso constante às crises do capital, cuja saída estaria na intensa racionalização da transformação e expansão geográfica, no sentido de absorver sociedades ainda não agregadas à lógica da mercadoria.

Para o caso do Brasil, o ajuste espacial provindo de fora traz consigo o discurso da modernização, desconsiderando as formas particulares de inserção social no mundo da mercadoria. O Estado, alicerçado na academia, é quem toma para si o planejamento como maneira de modernizar o território nacional idealizado na homogeneidade. O planejamento é, assim, uma ação de ajuste espacial atendendo às exigências de expansão do capital fictício, tanto do Centro-Sul do país quanto dos centros econômicos mundiais.

Modernização e territorialização são, no caso particular do país, duas ações de apropriação espacial que pressupõem o subdesenvolvimento como condição a ser superada, com discurso carregado de dualismos. Cada transformação das relações do capital requer novas maneiras de organizar os espaços para que eles deem conta de suas demandas. Tanto o subdesenvolvimento quanto o dualismo são conceitos apresentados como mera oposição formal que oculta um processo real, mas em que há uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários em que o “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”; o capitalismo cria a ilusão do subdesenvolvimento como produção de sua expansão (OLIVEIRA, 2013, p. 32-33). Com isso,

¹ O autor parte da análise de Rosa Luxemburgo em *A produção capitalista do espaço* para compreender esse processo de desterritorialização de comunidades camponesas para que o capital se recupere de sua crise estrutural, transformando a terra em ativo e explorando a força de trabalho a baixo custo, o que Luxemburgo denomina imperialismo. Segundo Harvey (2006, p. 99), quando essa lógica territorial capitalista encontra entraves à sua expansão, entra em cena o Estado, responsável por aniquilá-las e promover a mobilidade do trabalho.

o discurso do subdesenvolvimento alimenta os planos de modernização, arraigando uma ação contraditória e impossível de homogeneizar os territórios do capital².

No Brasil, tais demandas e discursos se encontram a partir do processo simultâneo de conformação e centralização do poder do Estado, iniciado em 1930, configurando a chamada autonomização (TOLEDO, 2008) e o processo de institucionalização de suas ações, tornando o planejamento uma de suas balizas. Para que o poder estatal desse conta de tal projeto, foi necessário uma mudança na sua forma de ser e de agir, o que significou impor transformações no poder local e sua reprodução, requalificando a região.

Se antes, no jogo contraditório da relação capital em territorialização e com seu poder reconhecido pelo Estado os coronéis monopolizavam o controle sobre a terra e o trabalho, a partir de 1930, com a extinção da Guarda Nacional, opera-se uma forma de o Estado se impor a esse poder local, que não era inadequado nem inútil enquanto foi eficiente na territorialização e na produção de bens.

Muitos desses poderosos foram agregados pela política modernizadora dentro da institucionalização das ações do Estado, de seu aparato e financiamento, centralizando a reprodução capitalista em decorrência da arrecadação de impostos e da capacidade de gerar endividamento, com empréstimos aos setores industrial e agropecuário. O estudo de Erick Kluck exemplifica, no caso do médio vale do São Francisco, as contradições do Estado em planejar a região para, mais tarde, a partir dos anos 1980, criar políticas territoriais pautadas nos territórios de identidade e na gestão de crise via crédito, enquanto abre o vale sanfranciscano para introduzir o capital privado via grandes projetos.

Pautando-se em Francisco de Oliveira, essas mudanças na forma de ser do Estado significaram transformações no poder local e em sua reprodução, requalificando a região como região planejada, imo da discussão sobre o caráter do atraso e da modernização, tratada como retardatária e marcada, entre outras coisas, pela mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977) por meio do Estado e de iniciativas privadas, transformando fundamentalmente o sentido da reprodução ampliada, generalizando o mercado de terra e de trabalho, o que requereu diversos processos violentos (KLUCK, 2019).

No decurso de institucionalização de suas ações, o Estado recorreu ao aparato científico e técnico, bem como ao suporte jurídico, de forma a dar respaldo aos seus feitos. Não à toa, já se observa na virada do século XIX o movimento dos filhos dos coronéis à cidade ou a outros países para estudar e, depois, retornar ao domínio de seus progenitores como tecnocratas, autonomizando-se das condições de seus antepassados, comprometidos naquele momento com o fortalecimento e a centralização do poder estatal diante da crise da reprodução do poder local. O contato com os espaços urbanos, sobretudo com os países centrais, para o imperialismo da época, foi essencial para que retornassem com novas ideias, voltadas à administração, urbanização e difusão do trabalho complexo, além do forte sentimento de desconforto, já evocado em gerações anteriores pela interpretação dos intelectuais que pensaram a formação do Brasil.

² Apesar de não compor a intenção deste artigo, cabe salientar que o conceito subdesenvolvimento foi apropriado em meados do século XX para a construção de uma teoria que justificasse as transformações que se acreditavam necessárias à modernização do país.

Os excertos dos anuários estatísticos de Minas Gerais do começo do Novecentos apontam para a transformação que o capital operou na mentalidade de parte das personificações das classes dominantes: o sertanejo, em especial o que habita a Serra do Cabral, é visto como um sujeito doente, miserável e ignorante, passível de ser “produzido” e tornado útil pela educação técnica e libertação das amarras locais do patronato, algo só possível de realização ao se mobilizar trabalho e privatizar a terra.

Esse momento de ruptura, que já vinha sendo engendrado desde o segundo reinado, avançou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder pela primeira vez. As bases políticas desses marcos (mobilização do trabalho, privatização das terras e interferência direta do Estado nas regiões via planejamento) são identificáveis na institucionalização das ações do Estado Novo, ligadas à administração pública, à segurança nacional, à produção de estatísticas socioeconômicas, à constituição do ensino secundário, técnico e superior, entre outras atitudes.

A insistência do Governo Federal na ideia de segurança nacional serviu para criar uma série de empresas estatais estratégicas que garantiriam nas décadas seguintes a ampliação do processo de industrialização. Para dar cabo a essa nova política econômica, era preciso criar mecanismos de controle do território, abarcando o conhecimento dos aspectos físicos da superfície e do subsolo, dos padrões espaciais da ocupação humana e econômica e de um ordenamento regional condizente com a escala territorial do Brasil, além do seu mapeamento sistemático.

Salienta-se que tais transformações criaram um discurso contendo dialeticamente uma origem na reprodução da totalidade concreta. Nesse momento, é criado em 1934 o Instituto Nacional de Estatística, embrião do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coordenado por Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral com experiência em informações territoriais acumulada com o cargo de Delegado Geral do Recenseamento de Minas Gerais nos anos 1920. Sob sua coordenação, o levantamento do território do estado foi o mais completo possível para o período — não à toa, esteve na chefia do instituto.

Teixeira de Freitas, junto a Juarez do Nascimento Fernandes Távora (militar experiente no interior brasileiro por ter sido tenente na Coluna Prestes) e Francisco Luís da Silva Campos (burocrata de visão modernizadora do ensino universitário e da saúde pública), articulou ao longo da década de 1930 para criar um sistema de planejamento centrado no gerenciamento de informações que alcançaria a instância municipal, o que expõe o tentáculo normatizado do Estado chegando diretamente aos poderes locais.

Roberto Schmidt de Almeida comenta que a década de 1930 foi de trabalho intenso para o trio. Foi nesse período que as noções de integração técnica entre Estatística, Geografia e Cartografia tomaram corpo, sobretudo em termos de preparação das equipes profissionais que iriam gerenciar a referida agência a partir daquele momento. Da Lei Geográfica, implementada em 1938 para dispor sobre o mapeamento das malhas municipais e distritais, até a Campanha Censitária de 1940, o conceito de regionalização se consolidou no instituto. Em 1941, o IBGE oficializou a macrorregionalização do território brasileiro, com a finalidade de homogeneizá-lo e coletar dados estatísticos com maior precisão para subsidiar o processo de planejamento nas décadas seguintes (ALMEIDA, 2012).

Dialogando com o IBGE, datam também dessa época os convênios internacionais para

a organização e institucionalização de cursos universitários no Brasil, tais como a vinda de professores franceses para iniciar os cursos de Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro, bem como a de austríacos especialistas em Geodésia.

Assim como a cartografia imperial era encomendada a técnicos de maioria anglo-saxã, no século XX, a função do técnico estrangeiro não era apenas realizar um serviço pago pelo Estado para revelar os recursos do território, mas fundar as bases de um pensamento científico ilustrado favorável ao novo Estado e reprodutor das relações mediadas pela mercadoria, por meio da consolidação de instituições, como a universidade, que teriam como incumbência participar do projeto nacional. A esta, caberia, por um lado, desenvolver linhas de pensamento que refletissem sobre a formação do país e seu povo, e, por outro, adotar atitude pragmática sobre o corpo territorial que o abrigava.

Desse modo, a ciência se traveste com um discurso neutro, posicionando-se acima dos interesses particulares e em nome da governabilidade, tornando-se assim uma das armas do Estado para fenecer os poderes locais. No entanto, conforme David Harvey (1981) adverte, a ciência é naturalizada para atender aos interesses de quem a utiliza como ferramenta de poder, abstraindo sua condição de produto histórico imbuído de ideologias e funções.

Ao abordar, a exemplo de Malthus, Ricardo e Marx interpretavam a relação entre população e recursos no século XIX no contexto europeu, Harvey mostra como Marx criticava seus contemporâneos por não relacionarem o objeto de suas preocupações ao modo de produção que os utiliza ou os produz — atentando para a historicidade da relação e suas dinâmicas complexas serem jogadas de escanteio. Com isso, perdia-se a oportunidade de análise dos encadeamentos dentro da totalidade.

Na conexão sujeito-objeto, Harvey aponta que Marx defende o conhecimento como interno à sociedade e parte da totalidade, sendo a ciência também uma relação social concebida dentro de seu contexto histórico. Para o autor, “se se supõe que todos os métodos científicos são eticamente neutros, então os debates sobre metodologia raramente são importantes” (HARVEY, 1981, p. 22), um comportamento que vem de encontro aos interesses de quem advoga pela neutralidade científica em nome de uma população inteira, abstraindo a defesa de objetivos muito particulares.

Para Harvey, o materialismo dialético seria o método mais adequado de tratamento das complexas relações população-recursos, pois seria a única ou a mais acurada forma de entender que por trás do discurso de neutralidade científica sempre há uma pretensão ideológica. Portanto, ao se pensar a normatização do ensino superior, incluindo o curso de Geografia, em um quadro de realização do Estado Novo e seus projetos, torna-se possível analisar criticamente o discurso de neutralidade e superioridade científica, a qual porta consigo a posição iluminista de verdade incontestável como ferramenta de alteração das relações de poder pretéritas.

No moderno sistema produtor de mercadorias, diferentes áreas de conhecimento se desenvolvem numa direção comum. A inauguração dos cursos de Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro e a criação do IBGE, todos na mesma década, são parte de um mesmo plano do Governo Federal. O trânsito de docentes e pesquisadores entre as universidades e o Instituto

elucida a produção de um discurso científico de suporte às ações estatais. Pedro Pinchas Geiger é um exemplo desse engajamento da universidade com as instituições modernizadoras estatais.

Considerado pelo próprio IBGE um dos principais pesquisadores da segunda geração do seu Conselho Nacional de Geografia, onde ingressou em 1942, ele teve uma trajetória de produção acadêmica. Nessa senda, pensava, entre outras preocupações, a regionalização, a qual julgava um campo que “vem interessando a estudiosos das ciências sociais e às camadas esclarecidas da população” (GEIGER, 1969, p. 5). Para ele, o planejamento deveria dedicar importância aos aspectos espaciais da economia e reconhecer na regionalização uma expressão do processo de desenvolvimento, cabendo à tecnologia o papel da totalização do espaço. Defendia que a Geografia tinha muito a contribuir para as formas e condições de regionalização, surgindo como disciplina diretamente integrada ao planejamento, que estaria incumbido de difundir um modelo de desenvolvimento embasado na industrialização e na difusão dos transportes e comunicações (GEIGER, 1969).

Para o geógrafo, o subdesenvolvimento era identificado pela ausência de determinadas estruturas regionais, cabendo ao planejamento dirigir a regionalização para as áreas menos evoluídas, definindo-a como o motor de homogeneização do país, de forma a integrar melhor o conjunto nacional. Pensando os processos econômicos brasileiros como fases, ao invés de contradições, e tendo escrito em fins dos anos 1960, Geiger se sintoniza à linha de pensamento desenvolvimentista, cuja perspectiva se insere na concepção evolucionista, a qual via a história como uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas, cuja caminhada da sociedade, se conduzida linearmente e com respeito aos seus estágios, não levaria ao progresso³.

Com isso, o Estado passa a se valer não apenas da academia como suporte, mas também de teorias que endossem seu projeto de modernização retardatária. Tornando-se ferramentas de submissão, o saber e o conhecimento, determinados por um contexto histórico social, são condicionados por formas sociais fetichistas que implicam relações de coação e dominação, tornando-se ideologia. Para isso, o desenvolvimentismo se converte em uma teoria abraçada pelo horizonte político e econômico das camadas dirigentes do país⁴.

Analisando de forma elogiosa o pioneirismo de Minas Gerais no desenvolvimento brasileiro, Otávio Soares Dulci explica que “desenvolvimento, no terreno socioeconômico, é uma ideia referente à superação intencional de uma situação de atraso relativo”, que envolve uma clara dimensão política, que se traduz em ações governamentais e também em articulações de classes e grupos diversos (sobretudo as elites políticas, econômicas e intelectuais) em torno da meta de superação do atraso. “Podemos chamar de desenvolvimentismo ao pensamento que focaliza esse processo numa perspectiva de projeto” (DULCI, 2005, p. 114).

³ “O desenvolvimento recente do país, desde a Segunda Guerra Mundial até o início da década de 60, calcado fundamentalmente na industrialização, é relacionado a um processo de substituição de importações. Agora, dizem economistas, trata-se de **iniciar outra fase**, onde a expansão econômica só poderá ter apoio numa ampliação de mercado. E mais, que uma excessiva concentração da distribuição da renda, deve ser superada, para que se efetive esta ampliação do mercado” (GEIGER, 1969, p. 17, grifo nosso).

⁴ Cabe lembrar que o desenvolvimentismo, enquanto teoria, abrange um amplo leque de interpretações que escapa à abrangência deste artigo. Ele também seria, na concepção de teóricos como Celso Furtado, a aceleração do progresso nas regiões consideradas atrasadas, tendo em vista que, para o economista, o subdesenvolvimento era uma condição estrutural do capitalismo, na coexistência com o desenvolvimento.

Contribuindo para a coletânea de textos intitulada *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*, organizada por Ângela de Castro Gomes, o autor termina sua participação enaltecedora da trajetória de João Pinheiro apontando para a concretização do projeto com os esforços de seu filho Israel Pinheiro, engenheiro que debutaria em sua carreira política como secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais em 1933, tendo depois participado ativamente no governo de Juscelino Kubitschek (JK).

Sob o encargo de Israel, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, criado em 1935 e publicado dois anos depois, apresentava os dirigentes mineiros integrados à modernização que o Estado Novo adotava. Dentro de um quadro agravado pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial, o plano buscava diversificar as mercadorias e estava setorializado em produção vegetal, animal e mineral, com ênfase maior na agropecuária — a indústria ainda engatinhava no estado. No entanto, os projetos rodoviário, ferroviário e educacional não foram esquecidos: este último deveria se voltar para o ensino agrícola e industrial, diplomando técnicos e mobilizando o trabalhador também no nível do conhecimento útil. Nesse contexto, a Escola de Viçosa e a Escola Superior de Agricultura são transformadas em universidades-modelo e é criada a cidade industrial de Contagem, entre outros feitos.

Poucos anos mais tarde, JK seria o governador de Minas Gerais (1951-1955). O desenvolvimentismo, o planejamento regional, a modernização retardatária e todas as contradições encontrariam suas oportunidades de discurso e ação, e, de forma ufanista ou crítica, vê-se em Minas Gerais uma das bases mais sólidas de criação das ideologias desenvolvimentistas e dos projetos de autonomização do Estado.

3 O desafio do “presidente bossa nova” ao tocar a região

O Estado Novo preparou as bases para que o planejamento regional se assentasse como projeto de governo modernizador. Do ponto de vista ideológico, o desenvolvimentismo, elaborado já na década de 1930, seria o respaldo teórico de convencimento de que o país precisava se modernizar e que o Estado teria o papel de condutor da burguesia nacional — esta, dada por alguns como já formada, enquanto para outros, mesmo à esquerda, como Francisco de Oliveira, ainda não, o que era preciso ser feito rumo ao progresso.

A década de 1950 se apresenta como um momento em que, passado o autoritarismo e o centralismo do Estado Novo como ferramenta de imposição do projeto de modernização retardatária, o discurso democrático tornaria palatável o desenvolvimentismo como agenda nacional, cabendo aos técnicos, já tomando seus assentos na gestão, pensar e planejar o país rumo à maior produção de mais valor.

Nesse contexto, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais envolvidos tinha como objetivo o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. A preocupação do instituto girava em torno da discussão dos problemas brasileiros correlacionados às problemáticas universais, apesar

de ser abertamente nacionalista. Do ponto de vista da geografia, é importante considerar esse tipo de ação porque ele revela como os poderes político e econômico e os intelectuais estavam olhando para o território nacional e o que consideravam disparidades regionais. Ao adotar esse método comparativo, antevê-se a base dualista dos discursos de planificação nacional.

Para Hélio Jaguaribe, uma das lideranças do ISEB, o desafio era como alcançar um projeto que conservasse o máximo de sua intenção nacional e social, mas que, ao mesmo tempo, fosse compatível com a realidade do país, das forças dominantes e, enfim, das condições que prevaleciam na década de 1950. Para ele, a solução mais viável naquele momento era “um projeto nacional-desenvolvimentista, que atribuía à burguesia nacional uma grande importância na mobilização de um esforço de desenvolvimento industrial encaminhado para um projeto nacional” (JAGUARIBE, 2005, p. 255).

Para seus intelectuais basilares, entre eles Nelson Werneck Sodrê e Ignácio Rangel, o Brasil só poderia ultrapassar a fase de subdesenvolvimento pela intensificação da industrialização e com a substituição das antigas elites dirigentes do país. Apesar de reunir membros com diferentes pontos de vista, adotavam o método histórico de conhecimento, partilhando, segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira — membro paulista e júnior entre os anos 1950 e 1960 —, de uma perspectiva de esquerda moderada e eram, sem exceção, nacionalistas, preocupados com a industrialização e com o que consideravam a Revolução Nacional Brasileira. Acreditando na existência de uma burguesia nacional, a leitura que fizeram de Marx e de sua revolução burguesa permitiu ao ISEB interpretar que esta se daria em duas fases: a do mercantilismo e a do capitalismo industrial, sendo que apenas a última conduziria efetivamente ao desenvolvimento.

Alinhados ao pensamento da Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal), seus integrantes acreditavam que o desenvolvimento que emergiria da revolução capitalista seria “sustentado” porque, a partir de então, a acumulação de capital e o progresso técnico se tornariam condição de sobrevivência das empresas. Ao contrário do que acontecia no capitalismo mercantil, a empresa que não continuasse a investir na modernização de seu sistema de produção e de seus produtos e serviços pereceria. A partir desse raciocínio, era razoável que o ISEB e a CEPAL supusessem que o desenvolvimento se tornaria praticamente automático depois da industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2004).

Apresentado nesses termos por Bresser-Pereira, o desenvolvimento aparece como revolução capitalista, estratégia e superação do dualismo. Em sua definição, ele é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico por meio do qual a renda por habitante e o padrão de vida da população aumentariam de forma sustentada. O ISEB e a CEPAL viam na industrialização o desenvolvimento, “mas, mais do que isto, era o processo mediante o qual o país realizava sua revolução capitalista” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 55), viável apenas com a formação de um Estado-nação moderno, que definiria e regularia o mercado.

Ou seja, o mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois polos de um mesmo “campo” histórico da modernidade (KURZ, 1994). O desenvolvimentismo escancara o paradoxo do Estado como base para o desenvolvimento do capitalismo, bem como a sua captura pelo mercado.

Não só intelectuais brasileiros teceram suas ideias desenvolvimentistas sobre o país. Na mesma esteira estava Jacques Lambert, chegado ao Brasil em 1939 para integrar a missão de professores franceses que vieram inaugurar a Faculdade Nacional de Filosofia. Inebriado pelas previsões ufanistas que a industrialização e o desenvolvimentismo faziam do Brasil, via nos Estados Unidos, o grande centro capitalista da Guerra Fria, o modelo maior de progresso. No seu panorama sobre a América do Sul, o Brasil era o país com as melhores condições para se tornar uma grande potência, caso seguisse “o progresso econômico e social que tomou conta do Estado de São Paulo” (LAMBERT, 1972, p. 33).

Provido de suas ideologias, em 1956 lança *Os dois Brasis*, com a colaboração de intelectuais de primeiro plano pela *expertise* e pelo convívio, como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Roberto Moreira, Jaime Abreu, Aparecida Joly Gouveia, Alceu Amoroso Lima, L. A. Costa Pinto e José Honório Rodrigues. O título já anuncia a sua concepção teórica de país: a formação de duas sociedades num mesmo território, representadas por um Brasil velho e um Brasil novo, separados pelo peso de séculos de distância.

Lambert (1972, p. 103-104) não apenas diferenciava esses dois Brasis pela economia e estrutura social, como também delimitava geograficamente essas duas unidades, entendendo o “desenvolvimento das civilizações” corrente em âmbitos regionais, cujo motor da evolução se localizava nas cidades e deveria seguir para o campo. Enquanto para ele o Brasil novo e próspero se caracterizava pela indústria e pela urbanização — na cidade de São Paulo, a cada hora termina-se um prédio —, o Brasil velho e arcaico, onde os bois devoram os homens, é representado pela sua ignorância, a sua desnutrição, a sua falta de saúde, miserável e imóvel, e pela fazenda do interior, cujos homens do campo trabalham de enxada e transportam uma colheita insignificante em carroças rangentes que precisam ser puxadas por três ou quatro juntas de bois. Como se não bastasse delimitar as duas realidades entre o Sul e o Nordeste, o autor a fez no âmbito internacional, entre Estados Unidos e Índia (LAMBERT, 1972).

Os quadros do ISEB estariam, até certo ponto, afinados às ideias estrangeiras de desenvolvimento econômico, não idealizando os entraves ao desenvolvimentismo apenas a partir da teoria dualista, mas — o que é mais evidente em intelectuais técnicos como Pedro Geiger — concebendo o progresso a partir de etapas, conforme propôs Walt Whitman Rostow (1978) em livro publicado na mesma década.

Professor de História Econômica do Massachusetts Institute of Technology (MIT), portanto um intelectual estadunidense, e autor do livro *Etapas do desenvolvimento econômico*, Rostow (1978) defende que é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, em uma das cinco categorias seguintes: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Analisar-se-á brevemente a sua proposta para rastrear como o ISEB e o desenvolvimentismo concebiam o projeto de Brasil.

Para que uma sociedade alcance a fase de pré-condições para o arranco, é necessário um Estado nacional centralizado e eficaz, “baseado em coligações matizadas pelo novo nacionalismo, em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou ambos” (ROSTOW, 1978, p. 19) — o que Vargas teria iniciado com o processo de centralização, mas,

dada a particularidade local, sem romper com os poderes locais de base agrária.

A etapa seguinte, a do arranco, é o intervalo em que as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas, sendo a tecnologia o grande incentivo do arranco. O desafio brasileiro seria alcançar essa etapa. Com ela, a indústria cresce e há expansão das áreas urbanas, do setor moderno e da classe empresarial, e “a economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados” (ROSTOW, 1978, p. 21).

Ao enfatizar a introdução da tecnologia na indústria e no campo e a expansão urbana, o historiador desconsidera o investimento industrial em capital constante, a concentração fundiária e a consequente mobilização do trabalho, inclusive na sua modalidade espacial, ocasionada pelo êxodo rural. Para ele, é preciso que as grandes empresas nacionais detenham as rédeas do desenvolvimento de suas sociedades para que as etapas seguintes sejam alcançadas e a sociedade conquiste o Estado de Bem Estar. Ainda arrisca dar um prazo genérico de 60 anos para as sociedades que atingirem a fase do arranco cheguem à maturidade, de forma que do arranco em diante o desenvolvimento se manteria num ritmo constante, sem levar em conta as contradições e os conflitos sociais oriundos de uma realidade em que a forma de mediação social é o problema maior.

Não se poderia esperar uma preocupação de base social de Rostow, cujo subtítulo do livro é “Um manifesto não-comunista”. Escrito durante a Guerra Fria, o distanciamento de qualquer menção ao socialismo em sua obra estava na mesma esteira das preocupações de Hélio Jaguaribe (2005, p. 255), que, via discussões do ISEB, buscava superar o dilema positivismo-marxismo e “passar daquele modelo socialista-nacionalista para um projeto que conservasse o máximo de sua intenção nacional e social”. Ambos integrantes da *intelligentsia* no contexto histórico bipolar em seus respectivos países, reproduziam muito bem um discurso da ciência neutra e acima dos interesses ideológicos, como se ela não fosse um produto histórico influenciado pelos momentos e pela qual é desenvolvida.

Em 1959, em nome do projeto de “país do futuro”, começaram as ações da instituição que viria a ser o marco do planejamento regional no Brasil: a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Traçando os caminhos que levaram à criação do órgão, Erick Kluck apresenta como documento base de sua criação a *Meta 31* de combate à seca — denominada “A operação Nordeste” e pertencente ao *Plano de Metas* de 1956, do governo do então presidente JK — junto com “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” — relatório do diagnóstico do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) criado em 1957, no qual constava o levantamento das causas das disparidades de crescimento entre as regiões. Em sua apresentação oficial, em fevereiro de 1959, o presidente da República criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) para articular as primeiras ações, enquanto a lei de criação da superintendência era concluída. Para coordenar esse conselho, e mais tarde a coordenação da Sudene, indicou Celso Furtado (KLUCK, 2019, p. 210).

Nesse íterim, em 1959, a Sudene foi criada. Tida como o primeiro grande projeto nacional de planejamento regional, a autarquia revela o planejamento como a presença de um Estado capturado pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização do território brasileiro. De acordo com Francisco de Oliveira

(1988), a Sudene trouxe no seu programa a marca da intervenção planejada, visando a superar o conflito de classes intrarregional e expandir para o Nordeste o capitalismo do Sudeste por meio do poder de coerção do Estado.

À frente da superintendência, Celso Furtado via as desigualdades regionais como consequência do “desenvolvimento espontâneo” do capitalismo, fundamentado no processo histórico de formação do país. As regiões seriam fruto de sistemas econômicos isolados, de contornos visíveis desde o século XIX. De acordo com Francisco de Oliveira, até então, certas classes dominantes — os coronéis personificados na terra e no capital — “fechavam” a região, reproduzindo as relações de classe que lhes convinham e, juntamente, a relação social de dominação e de produção, obstaculizando e bloqueando a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. O objetivo do planejamento de governo era “abrir” as regiões resistentes a novas formas produtivas, sob o guarda-chuva do desenvolvimentismo.

A regionalização tinha em seu horizonte a homogeneização do território nacional via planejamento para obras de conexão entre as áreas “dísparas”, ideia defendida pelos tecnocratas, como Pedro Geiger. Em texto de 1969, o geógrafo alega claramente que “o planejamento nacional vem dando maior ênfase ao ataque à permanência de violentos desníveis que separa as três grandes unidades”, apontando como regiões problemas a Amazônia e o Nordeste. Ambas seriam regiões “fechadas”, em que, através de política ditada pelo poder federal, “canalizam-se recursos e favorecem-se estas chamadas macrorregiões, onde atuam SUDAM⁵ e SUDENE, com incentivos fiscais, objetivando a multiplicação e renovação de empreendimentos econômicos” (GEIGER, 1969, p. 17).

A “abertura” da região e a conseqüente “integração” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida e, por essa impossibilidade, percola a perda da hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional (OLIVEIRA, 1988). Porém, uma parcela desses donos do poder local seria agregada pelas novas organizações do capital e desfrutaria de suas benesses, enquanto para as populações alvo do desenvolvimentismo os benefícios permaneceram como promessa.

Anos depois, ao fazer um balanço do que foram os esforços do ISEB e da política nacional-desenvolvimentista de sua geração, Jaguaribe (2005) admitiu ter se decepcionado com o desenvolvimentismo, que não passou de uma modernização conservadora. O intelectual desconfiou da perversidade e da incapacidade da modernização em incluir todos os sujeitos nos proveitos do que considerava progresso, mas não conseguiu entender que desenvolvimentismo, planejamento regional, ajuste espacial e modernização retardatária, se não são a mesma coisa, valem-se de discursos ilusórios e ações violentas, caminhando juntos rumo a uma mesma finalidade: a valorização do valor.

O desalento de Jaguaribe também seria produto do contexto histórico. Com o golpe militar de 1964, o ISEB foi extinto e seus membros cassados. Enquanto atuante, a sua interpretação dualista de Brasil promoveu em resposta debates acerca dos problemas do país, sendo a formação da Escola de Sociologia encabeçada por Florestan Fernandes, dez anos depois e com

⁵ Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

sede em São Paulo, uma objeção à discussão do desenvolvimentismo, um produto por excelência da universidade. Combatendo a proposta do ISEB de aliança de classes e de desenvolvimento nacional obstado pelo imperialismo, a escola paulista adotou uma perspectiva antidualista, cosmopolita e estruturalista, enfatizando o conflito de classes e a questão racial — contrariamente ao discurso do grupo carioca.

Os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, publicados na década de 1960, e de Francisco de Oliveira, lançados nos anos 1970, ao não se comprometerem com uma visão de nação e rejeitarem a ideia de aliança entre empresários e trabalhadores, confrontavam pelo viés esquerdista o discurso do ISEB. Após o golpe militar, a Escola de Sociologia teve na sua liderança transitória Caio Prado Júnior, que exorcismava a interpretação nacional-burguesa do Brasil propalada pelo grupo do Rio de Janeiro e pelo Partido Comunista. Enquanto a Escola resistiu aos anos de chumbo, o instituto foi desfeito.

A produção intelectual que pensava o Brasil, no período, e seus debates auxiliam no entendimento das maneiras de enxergar os projetos de país. Apesar de antagônicos, os intelectuais em questão foram contemporâneos, e mesmo as produções críticas ao dualismo não escaparam à composição de um marxismo nacionalista e, por vezes, até de burlar um suposto etapismo de horizonte industrial, conceituando uma “usurpação da mais-valia”, captado em Francisco de Oliveira e em Caio Prado Júnior, por exemplo.

Esse resultado prático da modernização tardia e melancolicamente compreendido por Jaguaribe também pôde ser entrevisto na Serra do Cabral. Estando localizada no norte de Minas Gerais, foi abrangida pela integração norte mineira à Sudene, produto maior do planejamento de então e sua ideologia desenvolvimentista. Esse processo de abertura regional provocou o desgaste dos poderes locais, com suas personificações, sobretudo em fazendeiros de gado, construindo um discurso de regionalismo e defendendo um projeto de modernização de forma a garantir a perpetuação de seus interesses.

4 “A Serra que eu não conheço mais”: o eucalipto

A segunda metade do século XX assistiu a um impasse do ponto de vista econômico motivado pelos rearranjos gerais de produção e acumulação. Até então, as condições regionais de territorialização do capital não possibilitavam a autonomização nem entre terra e trabalho, nem entre terra e capital, assim como impediam a autonomização dos rendimentos relativos a cada um dos fatores de produção, justamente em razão dos mesmos não terem ainda se cindido. Tais condições constituíram a fazenda tradicional como garantia permanente do investimento agrícola e criaram a base de um processo de mobilização do trabalho em que o trabalhador ainda estava forçado à realização do mais-produto.

Para que essas fazendas pudessem se integrar ao mercado na condição de terras apenas, seriam necessárias a sua separação tanto do trabalhador quanto do capital, a instauração de novas condições de territorialização e, com essas premissas, seria possível alterar a mobilização do trabalho para que a terra, sobretudo a sua propriedade, passasse a operar como fundamento

da dupla liberdade do trabalhador, na conjunção de expropriado sujeitado a ter que ir e vir como momento da realização dessa nova situação.

Ao discutir a formação e a crise da reprodução do campesinato do Vale do Jequitinhonha, Ana Carolina Gonçalves Leite não apresenta o processo de expropriação da terra do lavrador e sua cessão pelo Estado às reflorestadoras a partir da década de 1960 como uma acumulação primitiva — lembrando que este momento já tinha se dado durante o período colonial como parte da mundialização do sistema produtor de mercadorias. O que passou a ocorrer na segunda metade do século XX no Vale do Jequitinhonha, na Serra do Cabral, no norte de Minas Gerais e em outras regiões, foi a autonomização do capital com a sua separação da terra e a formação do trabalhador livre, já emancipado dos processos forçados de mobilização (LEITE, 2015).

Seu curso foi longo e teve descompassos, dada a simultaneidade particular da territorialização do capital — seja em relação ao Brasil e ao mundo, seja intrafronteiras, no que toca às regiões, que se apresentavam como desiguais, ao invés de diversas. Esse quadro justificou os projetos de desenvolvimento homogeneizador das forças produtivas em escala nacional, transformando a terra de fonte de reprodução social a mero fator de produção capitalizado. É nesse interregno que o governo militar, sobretudo após o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1974, orienta a prevalência do planejamento nacional sobre o regional, com vias a promover o desenvolvimento rural integrado em manutenção com outros setores econômicos. As mudanças não se deram apenas na forma de produção e acumulação, mas foram também cravadas nas vidas e nas paisagens sertanejas.

A tese de Ana Carolina Leite traz exemplos da transformação do Vale do Jequitinhonha no mesmo período, seja na apropriação das terras devolutas pelo Estado e pelo capital privado, seja pela mudança ocorrida no interior das fazendas. Além da introdução do reflorestamento, as fazendas locais, que antes eram estabelecimentos agropastoris, tendiam ao pastoreio extensivo puro e simples a partir dos anos de 1960. Por ser essa atividade mais lucrativa, todo o solo foi revertido ao plantio de capim, retendo-se, em média, apenas um ou dois vaqueiros para os cuidados do rebanho, que também passava a se compor de raças selecionadas (LEITE, 2015).

Em conformidade com o que foi comentado, o discurso científico abraçado pela República e adotado oficialmente pelo Estado Novo tinha como personificação o técnico, que deveria racionalizar o modo como o Estado territorializaria suas ações em nome do capital. Se, em princípio do Novecentos, o discurso do atraso estava atrelado à figura do sertanejo como sujeito febril e ignorante, a partir de 1930 a ele é adicionada a ideia de que sua forma subdesenvolvida de ocupação do espaço, muitas vezes nômade em vista da pobreza econômica, é ecologicamente predatória.

Tal sermão, como se pode desconfiar, não é neutro. De acordo com Múcio Tosta Gonçalves (2006), havia uma ligação entre a crítica à agricultura nômade e “destrutiva” e a política de titulação de terras, perpassada por uma apologia do progresso. Segundo o autor, em Minas Gerais as diversas formas de utilização de florestas para fins energéticos e de construção foram uma permanente fonte de pressão sobre os recursos florestais, chegando o estado a ter apenas 11% do seu território coberto por matas nativas já em fins da década de 1950. Apesar de se saber que o estilo adotado de crescimento industrial e demográfico urbano era o que

pressionava as áreas ainda florestais, o ataque à agropecuária pobre foi a desculpa escolhida para explicar a deterioração e o esgotamento dos solos, criando um ótimo motivo para abrir a região em nome do desenvolvimentismo.

Erick Kluck mostra os passos dados pela Sudene no sentido de concretizar a modernização regional. Após o golpe de 1964, o planejamento estatal sob sua batuta sofreu transformações. Ao analisar o III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968), o autor aponta que a autonomização entre as esferas econômica e social já estava anunciada no discurso do governo. A partir desse plano, o Estado reduziu as verbas e, via isenção de impostos, ampliou a participação de empresas privadas na autarquia. No discurso do plano seguinte (1969-1973), o “êxito” da Sudene é realçado. O contexto pós-AI-5 reforçava o momento de risco à “integridade nacional”, com a defesa da industrialização como forma de modernizar o território como um todo.

Todavia, a industrialização permaneceu em áreas seletas, aconteceu em regiões estratégicas, como na criação da Zona Franca de Manaus, ou foi reforçada nas grandes capitais do Centro-Sul e do Nordeste. Onde a indústria não estava, era preciso intensificar a produtividade agrícola, de modo a oferecer matéria-prima para sustentar o seu avanço, casando os objetivos do desenvolvimentismo com os interesses da Revolução Verde.

Olhando genericamente para o rearranjo de produção e acumulação a partir da predominância do capital financeiro na década de 1970, a introdução de novas organizações e interesses com vistas a quebrar as alianças regionais permitem acompanhar as ações dos centros econômicos lançadas para as periferias. Os excedentes de capital e força de trabalho nos países centrais teriam como alternativa à desvalorização a sua alocação nos países periféricos onde pudessem criar nova capacidade produtiva valendo-se da promessa de colheita de lucro futura. O investimento se dá em longo prazo, enquanto a expansão contínua de uma economia capitalista regional inteiramente nova cria uma demanda corrente e crescente pelos excedentes de capital e força de trabalho na região natal.

Esse movimento, já identificado por David Harvey como busca por ajuste espacial, não escapa às antinomias da relação do valor. Segundo o autor, ele levaria a um conseqüente crescimento da região receptora dos investimentos, criando seus excedentes de capital e força de trabalho, mais e mais difíceis de serem absorvidos. Entrando em competição com o centro e desvalorizando a economia de origem — ou, como neste caso, submissa à imposição de formas dependentes de desenvolvimento ditadas pela região central —, a economia periférica permanece subserviente, porém também impelida a cuidar do seu próprio ajuste espacial (HARVEY, 2006).

Para o caso brasileiro, durante o regime militar, o governo receber os empréstimos do capital externo excedente para financiar o plano nacional desenvolvimentista — com seu conseqüente endividamento — e ter de lidar com a cisão dos fatores de produção, ao promover a espoliação dos trabalhadores, enquanto dava incentivo agrícola, configuram uma explicação possível para o panorama econômico e político sugerido pelo geógrafo.

A institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi o primeiro instrumento utilizado pelo Estado no intuito de garantir a modernização do campo, em especial das regiões tidas como vazias e economicamente atrasadas ou estagnadas. A estratégia consistiu

em promover a modernização agropecuária e, ao mesmo tempo, criar mecanismos via crédito subsidiado para transferir recursos públicos ao grande capital, sem que ocorressem maiores riscos. É desse quadro que nasce a aliança do capital industrial e financeiro com o Estado, que vai conduzir as transformações que ocorrerão no campo brasileiro a partir de então.

Como a produção primária era parte do planejamento, para Múcio Gonçalves a importância das alterações vislumbradas no movimento territorial das plantações em Minas Gerais se dava ao fato de parte do norte do estado se encontrar incluído na área da Sudene, o que estimulou o deslocamento dos plantios para essa região, instigando um movimento análogo ao dos reflorestadores, com os consumidores crescentemente dependentes do carvão vegetal e da lenha, particularmente as indústrias siderúrgica, metalúrgica, cimenteira e de calcinação, as quais direcionaram suas atividades de desmatamento e carvoejamento para o cerrado (GONÇALVES, 2006).

Junto à necessidade de produção primária para o fornecimento industrial estava o discurso da adequação do cerrado para o empreendimento silvicultor. A defesa da ideia de que o solo é ácido e em muitas partes arenoso, portanto impróprio para outros cultivos, bem como o clima de chuvas sazonais aliado às altas temperaturas e à presença de lençol freático e a vegetação feia e inútil endossaram a introdução do reflorestamento na Serra.

Como a modernização retardatária pós-1930 via o progresso como sinônimo de industrialização, encobriu-se o momento histórico basilar da acumulação primitiva como processo inicial de expropriação, entendendo-se a instalação da fábrica como o real momento de consolidação do capitalismo. Enxergar os posseiros na sua relação com veredas e chapadas como refratários à forma social moderna foi um meio de validar as ações planejadoras, o que, no decurso da autonomização do Estado e dos fatores de produção, estimulou a grilagem, o planejamento, entre outras formas que têm na contramão a expropriação daqueles que dependem dela. Por sua vez, a espoliação liberaria a força de trabalho a baixo custo para os planos regionais. No caso do norte de Minas Gerais, a apropriação da terra e de seus recursos naturais pelo capital privado só foi possível com o aval do Estado que, para tal, também deveria partilhar da mesma visão sobre terra, natureza, recursos e força de trabalho.

Com a política de incentivos fiscais e o alto custo das terras mais ao sul do estado, os aplicadores passaram a buscar terrenos de baixa valia para implantarem as suas florestas. Ou seja, a partir da consolidação da política de incentivos, o preço da propriedade passou a ser o principal determinante na escolha da localização dos plantios, uma vez que os resultados financeiros obtidos com a atividade se tornaram independentes do aproveitamento industrial dos maciços. A procura por terras baratas levou os investimentos à Serra.

Na Serra do Cabral, o reflorestamento chegou como laboratório ainda no governo militar, no fim dos anos 1970. Assim como em todo o norte mineiro, a intensificação das atividades de reflorestamento recebeu o apoio de órgãos governamentais empenhados, como a Ruralminas⁶,

⁶ Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário, órgão do governo de Minas Gerais responsável na época pelas terras do estado, criado em 1966 para representar o Estado na legitimação da propriedade, uso e reintegração de posse e discriminação de terras devolutas em Minas Gerais, conforme as determinações do Estatuto da Terra, promulgado quatro anos antes.

que viabilizou a penetração dessas empresas em terras consideradas devolutas, o que, por sua vez, alimentou a grilagem e a concentração fundiária.

A introdução de florestas homogêneas de *Pinus* e eucalipto na região fazia parte da estratégia desenvolvimentista do governo militar, com o uso de mecanismos, como o Fundo de Investimento Setorial (Fiset) — substituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) —, o Programa de Distritos Florestais⁷ e, no norte de Minas, também os incentivos financeiros da Sudene e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf).

Esta última, uma autarquia criada em 1975, fruto do desdobramento da Companhia Vale do São Francisco (CVSF) e Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), com uma dinâmica pautada no autoritarismo do governo que a criou, personificou a atuação direta do Estado na ampliação e institucionalização do mercado de terras no vale do São Francisco. Por meio dela, o governo fazia concessão e arrendamento de terras devolutas a preços simbólicos, sobretudo nas áreas de chapada, sem grandes riscos financeiros e visando à produção de celulose e carvão para os mercados interno e externo, considerando a crescente demanda por carvão vegetal para o polo siderúrgico do estado. Os contratos de arrendamento tinham vigência média de 25 anos, correspondendo aproximadamente ao ciclo das espécies de eucalipto que permitem três cortes, um a cada sete anos. Com a isenção temporária do imposto territorial, fazendeiros também se interessaram pelo arrendamento de suas propriedades. As próprias autoridades públicas encarregadas do processo desenvolvimentista eram enfáticas na defesa desse modelo.

Como as áreas pretendidas pelas empresas de reflorestamento ultrapassavam o permitido, não só pela legislação de terras do Estado, como também pela Constituição Mineira, era obrigatória a prévia aprovação do Senado Federal na concessão das terras. Tal foi feito. Assim, nos anos 1970, a Assembleia Legislativa anuiu o arrendamento com direito à alienação de quase 1.500.000 ha no norte de Minas Gerais para 18 empresas, concretizando, com o aval do Estado, a expulsão de camponeses (DAYRELL, 1998).

Os incentivos à silvicultura contaram com a oferta de rede de serviços e infraestrutura para se concretizarem. No caso de Minas Gerais, o apoio de órgãos de extensão, fomento e fiscalização deram respaldo ao setor no estado, como a Assistência Técnica Rural (Emater), as mencionadas Sudene e Codevasf, os Bancos do Brasil e do Nordeste e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Assim, a procura por terras a baixo preço significou um movimento de valorização do capital por meio do aprisionamento de extensas parcelas contínuas de solos. O movimento de conquista dessas terras para extração de vegetação nativa e plantação de florestas homogêneas foi direcionado para as regiões onde elas podiam ser apropriadas mais facilmente, sem o recurso do mecanismo regulatório do mercado, o contrato de compra e venda. Isso significou também que a expansão da fronteira silvicultora foi responsável por eliminar as antigas estratégias de posse e de agregação da e na terra.

⁷ Criado pela Portaria n. 43/76 de 16/02/76, com incentivos fiscais da Lei n. 5.106, de 02/09/66 e do Decreto Lei n. 1.376 de 12/12/74 (Ruralminas, Doc. II Resumo dos contratos sobre Distritos Florestais, Histórico, Leis e Decretos s/d). No documento, consta que são “áreas ecológicas, economicamente estabelecidas, para produção florestal com fins nobres, principalmente o industrial [...] tem como base as terras devolutas do Estado de Minas Gerais” (DAYRELL, 1998, p. 77).

Múcio Gonçalves acrescenta que terra, propriedade e fazenda não significavam a mesma coisa e que suas aquisições não implicavam troca mediante dinheiro, mas apenas troca. A presença das plantações serviu como um catalisador e/ou detonador para os processos de expulsão e transformação dos direitos costumeiros, o que alterou radicalmente a feição social do rural em Minas Gerais, especialmente no norte do estado.

Conforme mostraram os trabalhos de campo realizados para a tese, apenas a partir desse período de chegada dos projetos desenvolvimentistas na Serra que as famílias agregadas começaram a articular as condições para sair do domínio das propriedades alheias, assentando-se nas periferias dos pequenos núcleos urbanos locais. Quando os fazendeiros não recorriam à violência para expulsar as famílias das terras, negociavam com elas o fornecimento de um lote ou uma casa simples para a sua transferência para a sede do município. O processo de formação de trabalho assalariado na Serra exigia, junto à especialização das produções, a expulsão do agregado da fazenda. Não apenas os agregados foram expulsos, mas também os posseiros. Conforme as reflorestadoras subiam as chapadas, ludibriavam famílias lá instaladas há gerações.

Longe de romantizar os posseiros, a maneira como essas famílias viviam na Serra não pode ser vista apenas como metabolismo entre homem e natureza. Elas ocuparam as veredas mais distantes dos povoados e as chapadas ainda sem dono porque sua condição de expropriadas das fazendas e imediações dos núcleos de povoamento as impeliu a tal. No entanto, a depender da riqueza material que a natureza lhes oferecia para sobreviver, de alguma maneira satisfizeram suas necessidades básicas, interpretadas pelas reflorestadoras como uma vida miserável, porque nela, presas à forma social, a mediação pelo dinheiro não determinava ainda as relações na sua totalidade.

Um giro pelos municípios hoje permite observar que as cidades cresceram espacialmente de 1980 em diante, comprovando a expropriação de agregados e posseiros nas últimas décadas. A expulsão os liberou para a busca de emprego, complementando a contradição da liberdade no sistema. Com a autonomização do fator trabalho, a mão de obra também passa a ser uma mercadoria. Por trás do processo, é abstraído o trabalho concreto, que passa a lidar com a violência institucionalizada do Estado, não mais personificada no jagunço do coronel, mas na força policial e no aparato jurídico.

Concordando com Margarida Moura (1988), a dissociação do corpo do trabalhador do lugar onde trabalha é a forma de separar do solo-mercadoria a presença física de quem o habita em função do trabalho. Ao criar o mercado de trabalho na Serra, completa-se a cisão entre este e a terra, liberando força de trabalho barata para o projeto de desenvolvimento nacional. “Procedimentos que ‘conquistaram a terra para a agricultura capitalista incorporaram o solo ao capital e entregaram à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem eira nem beira’” (GAUDEMAR, 1977, p. 268).

Na percepção dos expropriados, uma mudança fundamental provocada na economia rural da região foi a geração de empregos assalariados com carteira assinada. Para muitos dos ouvidos em campo, ser fichado foi a melhor coisa que lhes poderia acontecer. As incongruências nas falas dos entrevistados permitem pensar sobre o quanto não notam que a liberdade das amarras de uma reprodução social os condenou à total submissão ao processo capitalista de

socialização.

A intervenção estatal no desenvolvimento dos potenciais recursos para a produção incluía a implantação de infraestrutura, a formação de um mercado fundiário, a elevação do preço da terra e, evidentemente, a formação do trabalhador assalariado, tanto com a educação técnica quanto na sua “liberação” das relações tidas como arcaicas. Esse processo inclui o enfraquecimento do poder local, pois o Estado, ao penetrar a região, impõe suas normas de maneira a impulsionar a mobilidade do trabalho via sujeição dos homens e mulheres à territorialização planejada do capital. Ao institucionalizar suas ações, o Estado estabelece e qualifica a sua autonomização sob o capital, realizando um contraditório e crítico modo de reprodução da forma social (KLUCK, 2019).

Preparada a abertura da região, proprietários extrarregionais, considerados personificações do capital, imbuídos do crédito público e dispostos a modernizar aquele sertão, continuaram chegando à Serra. Os incentivos fiscais eram um forte atrativo naquela ocasião, porque permitiam que a atividade silvicultora remunerasse os empresários quando da execução dos plantios e não quando da sua venda, transformando o capital em renda territorial capitalizada. Empresas como a mineira Santa Maria Agrofloresta foram sucedidas pela carioca Serra do Cabral Agroindústria (Scai), também de olho no preço das terras e na mão de obra muito barata, além da proximidade dos centros siderúrgicos de Sete Lagoas, da ligação ferroviária, da construção rodoviária com centros consumidores e da topografia favorável à implantação de florestas homogêneas. Ela enxergava nas terras de chapada áreas vazias que deveriam ser ocupadas em nome da segurança nacional e do capital privado. Não por acaso, os complexos agroindustriais representavam uma transformação na forma de financiamento estatal de mercado, baseada no endividamento, colocando o capital fictício no centro da reprodução ampliada.

A Scai começou com o plantio de *Pinus* para o carvoejamento e, hoje, segue na função com eucalipto — apesar de o norte de Minas Gerais chegar em 1985 com a produção de mais de 25% do carvão no estado, a primeira tentativa não foi exitosa na Serra, sendo os *Pinus*, inicialmente plantados dentro de veredas, abandonados, dado que demoravam muito a virar carvão. O crédito foi reduzido nos anos 1990, mas voltou a ser disponibilizado nos anos 2000, tornando não apenas a Scai e a Santa Maria atuantes na Serra, mas abrindo para outras reflorestadoras, como o Grupo Plantar.

Prosseguindo com sua produção, de acordo com o relatório de licenciamento ambiental de 2007, a Scai se situa na fazenda Serra do Cabral, na zona rural dos municípios de Várzea da Palma, Francisco Dumont, Augusto de Lima e Lassance, com área total de 84.472 ha, sendo que o plantio de *Pinus* abrangia uma área de 27.326 ha e o de eucalipto cobria 400 ha, junto às benfeitorias arroladas, como estradas e depósitos.

Para aquele ano, o relatório informa que a grande maioria dos empregados contratados pela empresa era originária e residente dos municípios do entorno da Serra do Cabral. Na época do plantio, conforme registros da empresa e do Registro de Carteira Assinada (RCA), o número de empregados era superior a 500, tendo atingido um pico de 1.200 nos anos de 1982 e 1983. Até 2007, o relatório informa que o total de empregos diretos era da ordem de mil, já que se instalaram na região mais de 20 empresas para explorar produtos e subprodutos derivados

do reflorestamento. São trabalhadores que são cada vez mais substituídos por máquinas e, quando empregados, submetidos a contratos de trabalho apenas durante o plantio e o corte da madeira, dispensados nos meses seguintes. O sertão, de território habitado, agoniza no embate que o transforma em cerrado, concebido como vazio e vazio, pronto a receber os insumos da modernização.

5 Considerações finais

Dos anos de 1980 em diante, a paisagem da Serra mudou. Tanto nos núcleos urbanos quanto mata adentro, a transformação tem sido drástica. Muitos dos entrevistados que disseram conhecer a Serra como a palma da mão ressaltaram que hoje já não conseguiriam andar por ela, perderiam-se facilmente por entre as ruas estreitas de eucaliptos homogêneos — isso quando lhes é permitido circular por entre os plantios.

Nota-se que a metamorfose da paisagem e das formas de reprodução social são resultados de um projeto cujo cerne jaz claramente a partir de 1930, com a centralização do Estado e cisão dos fatores de produção, que, ao longo das décadas, atendem às demandas das mudanças no processo produtivo. Junte-se a esse movimento o apego dos tecnocratas ao viés esclarecido da história como tempo linear, homogêneo e vazio, ao invés do seu acontecimento dialético (BENJAMIN, 1994). O Estado, via planejamento, se torna ferramenta eficiente dos interesses do capital em realizar a mera valorização do valor, com trágicas consequências para o sertão e os sertanejos, interesses de segundo plano em toda a trajetória de territorialização do valor na Serra do Cabral.

Referências

- ALMEIDA, Roberto Schimidt de. A estruturação da tecnoburocracia do planejamento territorial no Brasil. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 113-134, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/356>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. I).
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimentismo do ISEB discutido. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.
- DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Internacional de Andaluzia, La Rábida, 1998.
- DULCI, Otávio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-27, mar./jun. 1969.

GONÇALVES, Múcio Tosta. A formação da economia das plantações florestais nos vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): notas sobre história econômica e ambiental de uma região. XII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2006, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, MG: Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 1-18.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

HARVEY, David. População, recursos e a ideologia da ciência. *Seleção de Textos*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 7, p. 1-35, 1981.

JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e a retomada do desenvolvimento nacional. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Quando o planejamento vai para o brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico*. São Paulo: FAPESP: Humanitas, 2019.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KURZ, Robert. *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, 2010.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2015.

LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Brasiliense, 1922.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamentos e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das lavras baianas*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2008.

A PERSPECTIVA DA GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO PARA DAVID HARVEY

THE PERSPECTIVE OF THE GEOPOLITICS OF CAPITALISM BY DAVID HARVEY

Raimundo Jucier Sousa de Assis*

Resumo: Este artigo analisa a maneira como o geógrafo David Harvey elabora uma perspectiva singular da geopolítica no âmbito dos estudos da acumulação do capital e das crises do capitalismo. Para realizar esse exame, foram selecionadas algumas entrevistas, ensaios e livros do autor produzidos de 1970 ao início do século XXI, sendo destaque *Spaces of capital: towards a critical geography* (2001), *The limits of capital* (1982) e *Spaces of hope* (2000). Entre os resultados, evidencia-se que a teoria da geopolítica de Harvey articula a intensificação dos domínios territoriais nos núcleos da economia mundial e a expansão geográfica para outros territórios periféricos como aspectos da ampliação e sobrevivência do capitalismo.

Palavras-chave: David Harvey. Geopolítica. Acumulação. Crise.

Abstract: This article analyzes the way in which David Harvey develops a singular interpretation of the geopolitics of capitalism, in particular, on the accumulation of capital and the crisis of capitalism. This bibliographic study is based on the selection of a few interviews, essays and books by the author studies, produced between the 1970s and the beginning of the 21st century: *Spaces of capital: towards a critical geography* (2001); *The limits of capital* (1982); and *Spaces of hope* (2000). Among the results, it is highlighted that Harvey's theory of geopolitics, articulates the territorial domains of the world economy with the geographic expansion of other peripheral territories, considered as strategical spaces to the expansion and survival of capitalism.

Keywords: David Harvey. Geopolitics. Accumulation. Crise.

1 Introdução

A leitura abrangente dos textos de Marx por David Harvey, como mesmo admite o autor, nunca foi realizada com as lentes de que Marx era um *imprimatur da verdade absoluta*. Dentre as ideias inacabadas, compreendeu Harvey (2005, p. 13) que “ainda Marx tivesse prometido um volume de *O capital* dedicado à formação do Estado e ao mercado mundial, nunca concluiu seu

* Professor do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP, 2012/2017). E-mail: raimundojucier@ufpi.edu.br

projeto”. E entre os clássicos do marxismo, Harvey (2005, p. 13) também percebeu que “havia bem poucos textos sobre a geografia da acumulação de capital e sobre a produção desigual do espaço e de desenvolvimento geográfico”. Dessa maneira, o autor percorreu grande parcela da sua travessia, na geografia estadunidense, mapeando as contribuições e as lacunas que Marx e outros teóricos marxistas haviam deixado, entre elas, sobre o mercado mundial, o Estado e sua relação com o espaço geográfico. Desenvolveu, nessa jornada, o que consideramos uma parcela da renovação do materialismo histórico, constituindo, entre as suas contribuições, uma perspectiva singular para pensar a geopolítica do capitalismo.

Tratamos como uma perspectiva singular por duas questões: primeiro, a expressão geopolítica do capitalismo não é utilizada apenas por Harvey, pois outros autores, como José Luis Fiori (2014, p. 15–49) e alguns de seus comentadores, pensaram com base nesse termo e produziram um arcabouço teórico bem distinto (FARIAS, 2015). Segundo, mesmo que existam outras expressões usadas, inclusive pelo próprio Harvey, como “geografia da acumulação de capital”, “geografia histórica do capitalismo”; *ajuste espacial*; “desenvolvimento geográfico desigual”, “imperialismo capitalista”, entre outros, a locução “geopolítica do capitalismo” evidencia um momento de síntese do autor que resume o exercício teórico e metodológico das suas principais publicações clássicas para pensar as dinâmicas entre os Estados, os territórios e o mercado mundial. Assim, foram aqui escolhidas para a análise a coletânea intitulada *Spaces of capital* (Espaços do capital) (HARVEY, 2007), publicada em 2001, em destaque, os capítulos escritos de 1975 a 1981¹; e a obra *The limits of capital* (Os limites do capital), que veio a público em 1982, sendo esses materiais cotejados com outras publicações no limiar do século XXI, como o livro *Spaces of hope* (Espaços de esperanças), de 2000 (HARVEY, 2013).

A unidade da ideia “geopolítica do capitalismo” aparece, pela primeira vez, no texto publicado em 1981 (HARVEY, 2013). Mesmo formalmente datado um ano antes da principal publicação da obra de Harvey, isto é, os Limites do capital (1982), aquele texto reúne uma abreviação e citações diretas dessa obra como um livro finalizado. A geopolítica do capitalismo conforma uma proposição-síntese capaz de revelar como a produção hegemônica das geografias materiais nos centros e nas periferias do capitalismo está associada à acumulação e à tendência congênita da sobreacumulação de excedentes de capital e de trabalho. Dessa forma, o mapeamento das produções e das destruições das geografias, além de toda a mobilidade da força de trabalho, servem de evidências empíricas para as investigações que entendem esses dois excedentes como impulsionadores das relações e das confrontações geopolíticas entre os Estados nacionais e os agentes privados ligados às expansões geográficas, sobretudo em tempos de depressão econômica.

2 A leitura das contradições internas do capitalismo

A história de Harvey na constituição da sua teoria geopolítica pode ser lida como a de um cientista fora da moda intelectual. Harvey adere ao marxismo no momento em que ler Marx já não era uma das tendências, por muitas situações, ditas libertadoras. E, de 1970 a 1980, já

¹ No Brasil, esses textos encontram-se na tradução reduzida da coleção Geografia e Adjacências, coordenada por Antonio Carlos Robert Moraes. Ver Harvey (2005).

percebia que ler Marx não representava nem atividade política nem acadêmica para a maioria dos intelectuais que aderiram à “virada cultural” nas ciências humanas. Mesmo assim, comenta o autor que enfrentou com os estudantes e por conta própria um ato de ler Marx como “um cego conduzindo outro cego”, sendo esse processo o caminho que lhe permitiria, mais à frente, tornar o seu percurso, considerado por muitos como anacrônico e ultrapassado, em uma das linhas mais fortes da reinvenção da geografia na contribuição dos estudos contemporâneos².

Em um dos textos que conta sua travessia de estudos da obra de Marx, Harvey (2004, p. 17–18) assinala:

Mesmo antes do colapso do Muro de Berlim, no começo dos anos de 1980, Marx estava definitivamente saindo da moda política e acadêmica. Nos prósperos anos da política de identidade e da famosa virada cultural, a tradição marxiana assumiu um importante papel negativo. Foi considerada ritualística e (incorretamente) uma ideologia dominante a ser combatida. Ele e o marxismo “tradicional” foram criticados e [desqualificados] de maneira sistemática como tendo pouca preocupação com importantes questões de gênero, de raça, de sexualidade, de desejos humanos, de religião, de etnia, de dominações coloniais, de ambiente ou do que mais se quis.

O que marca o nosso período, interpreta Harvey, é uma mudança discursiva que predomina nas últimas três décadas na hegemonia nas ciências humanas. Sustentam essas narrativas que “um dia, houve o estruturalismo, modernismo, industrialismo, marxismo e de que se tem agora pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-industrialismo, pós-marxismo, pós-colonialismo e assim por diante” (HARVEY, 2004, p. 25). Na compreensão do autor, esses movimentos produziram um afastamento e uma desconfiança com “as categorias de compreensão do mundo antes estabelecidas”, desconectando um conjunto de relações que envolviam o corpo, os grupos, as classes e os territórios com a dinâmica mais objetiva da realidade. A esfera do indivíduo foi contraposta à esfera do globo e o pós-modernismo foi deslocando o vocabulário de análise do capitalismo, tornando o corpo, a subjetividade e outros enigmas psíquicos em esferas de investigações apartados das dinâmicas e das categorias objetivas do mundo.

Entre suas conclusões, adverte Harvey (2004, p. 27) sobre as avaliações que resultaram de uma geração lendo e compreendendo Marx: “apartar-nos de Marx é cortar nosso nariz investigativo a fim de satisfazer à face superficial da moda intelectual contemporânea”. Marx, dessa maneira, torna-se o “bloco teórico” central da sua obra, sendo com base nele que o autor conseguiu “friccionar outros intelectuais” e fazer seu fogo abstrato e investigativo próprio para pensar a realidade. Marx é assim o ponto de partida que tem permanência nos textos de Harvey que analisamos, logo, dos extratos que realizou dessa leitura, sendo necessário à compreensão

² Em entrevista cedida a *New Left Review*, em agosto de 2000, Harvey relata que começou a ler *O Capital* num grupo de estudos, em 1971, com os estudantes. “O grupo de leitura foi uma experiência maravilhosa, mas eu não estava em condições de ensinar a ninguém. Enquanto grupo, éramos um cego conduzindo outro cego”. Mesmo após escrever seu primeiro livro, em 1973, claramente, com base em formulações marxistas, Harvey (2005, p. 22; 24–25) admitiu que, após o *Justiça Social e a Cidade*, percebia “que não entendera Marx e precisava corrigir isso”, comentando que fez esse mergulho sem relação alguma com corporações intelectuais, ou outro orientador, conduzindo o processo entre o grupo de estudos e por conta própria.

da exposição de alguns elementos centrais que o autor agrega de Marx à sua obra. Entre eles, cabe destacar a seguir que a elaboração da teoria da geopolítica de Harvey tem como núcleo o entendimento e a análise das contradições internas do capitalismo pensadas por Marx. Isto é, implica a compreensão de como ocorrem a valorização contínua do capital, bem como suas irrupções e destrutividade (as crises e desvalorizações).

Na compreensão sobre as contradições internas do capitalismo, se tem a apreensão da ideia de que é pela via crescente da circulação das mercadorias, produzidas com base na exploração do trabalho vivo e na separação dos trabalhadores dos meios de produção (maquinário, matérias-primas, insumos de energia, do solo etc.), que se constitui, assim, o núcleo dessa acumulação. A separação entre os trabalhadores e os meios de produção, ambos existentes no mercado em quantidades excedentes, é um modo que representa a própria luta de classes específica no capitalismo entre aqueles que vendem sua força de trabalho como a única mercadoria para viver (os trabalhadores) e aqueles que compram a força de trabalho e renovam os meios de produção para obtenção dos direitos de propriedade relativos às mercadorias produzidas (possuidores de capital). Ao final da negociação das mercadorias, cabe aos compradores de força de trabalho reinvestir em salários, matérias-primas, tecnologias, propriedades privadas, investimentos em infraestruturas de circulação e nos demais custos de produção que lhes permitam acumular de modo crescente³.

A inovação tecnológica se expressa na acumulação de capital como necessária, estratégica e contraditória para os capitalistas. *Necessária* por possibilitar aumentar a produtividade do trabalho, aperfeiçoar a produção e acelerar a circulação de mercadorias até o consumo. *Estratégica* por expulsar trabalho vivo da produção, induzir o desemprego, controlar, desse modo, os salários e preparar uma reserva de trabalhadores flutuantes, isso além de fomentar a competição intercapitalista por novos mercados. *Contraditória* pelo fato de essa inovação se constituir expulsando ou diminuindo, exatamente, o trabalho vivo gerador de valor. Essa inovação tecnológica e a substituição dos trabalhadores por máquinas acelera a própria produção de crises periódicas de sobreacumulação, momento em que os excedentes de capital (na modalidade de finanças, bens de consumo e tecnologias) e de trabalho (homens, mulheres e crianças que vendem a força de trabalho para sobreviver) não podem mais ser absorvidos pelo mercado (HARVEY, 2005, p. 130–133). E por esse entendimento, “o fato de que há um excesso de capital, relativo às oportunidades de emprego desse capital, significa que houve uma superprodução de capital em estágio precedente e que os capitalistas estão investindo em excesso e subconsumindo o excedente” (HARVEY, 2005, p. 46). As crises, assim, geram momentos de desvalorização do capital (queda da taxa de lucros), se transformando em períodos de tensões sociais e provocando trágicas consequências, “na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos, inflação, concentração crescente de poder econômico e político, queda dos salários reais e desemprego” (HARVEY, 2005, p. 47). A crise é a síntese de um período em que a “produção pela produção” precisa renovar as “condições de acumulação”. Em termos contrários, sobrevive-se no contexto da produtividade decrescente, do maquinário sem renovação e desvalorizado, do

³ Essa síntese pode ser encontrada em diversos textos de Harvey (2005, p. 130–133), em destaque, nos dez pontos que o autor seleciona para interpretar as principais características do modo de produção em Marx.

desemprego e do subemprego crônico, das impossibilidades de investimentos lucrativos e, assim, sem a criação de uma nova demanda de mercado de bens de consumo, de bens de capital e das próprias finanças.

O excedente de capital em quantidades sempre maiores torna-se, igualmente, tanto a base do capital vinculada ao mecanismo de “progresso infinito da acumulação”, como a “base para os fenômenos que se mostram nas crises” (GRESPLAN, 2012, p. 121). O excedente torna-se crise “quando nem todo valor a mais integra o novo capital” (GRESPLAN, 2012, p. 121), quando o limite mais elevado da produção capitalista perde o sentido da valorização do valor e penetra a desvalorização do capital. O excesso de produção não ameaça apenas o indivíduo, mesmo que o desemprego, as falências, os estoques cheios, a queda dos preços, entre outros fenômenos, despertem para essa análise. O fenômeno da sobreacumulação ameaça a sobrevivência do próprio capital como totalidade formalmente estabelecida, ao mesmo tempo em que revela o efeito da potência de formulação e desmoronamento do mundo baseado no impulso da acumulação. “Como sujeito que tem em si próprio seu fim e forças para adequar suas formas de existência à realização dele, o capital é o ‘conteúdo fundado’, o interior a partir do qual se exteriorizam as determinações contraditórias, inclusive a crise” (GRESPLAN, 2012, p. 121).

As saídas para o excedente de capital e da força de trabalho, como adverte Harvey baseado em Marx, são assim momentos de racionalizações arbitrárias sobre o desenvolvimento econômico capitalista. Faz-se necessário elaborar “um outro nível de demanda efetiva” que estaria na capacidade do capital penetrar em “novas esferas” da produção, produzir novas condições de circulação, criar “novos desejos e necessidades de consumo”, equilibrar o crescimento da classe trabalhadora e expandir-se geograficamente “para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou de *mercado mundial*” (HARVEY, 2005, p. 48). Na análise de Harvey, entretanto, Marx pouco se deteve sobre as transformações externas que seriam provocadas pelas contradições internas do capitalismo. Mesmo deixando claro que havia uma força violenta que se projetava no palco mundial provinda da irrupção e da autodestruição do capitalismo que recriariam as contradições em escalas mais amplas, estava ausente de Marx uma teoria geopolítica que revelasse as modalidades dos domínios territoriais e das expansões geográficas como medidas para a estabilização das contradições internas do capitalismo.

Exatamente nesse último item, vinculado às expansões espaciais, exportações de capital e criação do mercado mundial, é que Harvey despende trabalho intelectual para pensar como a natureza das contradições internas do capital, compreendida por Marx, abre as possibilidades para se elaborar uma teoria da geopolítica, que pense as consequências da continuidade da sociedade capitalista e das dinâmicas políticas de poderes entre os Estados nacionais em tempos de crise e “desvalorização selvagem” do capitalismo. Essa teoria busca entender como as intensificações do capitalismo nos próprios centros e sua expansão geográfica para territórios às margens das hegemonias fazem parte das tentativas de recuperação da valorização do valor e da sobrevivência de um modo de produção que carrega em si sua negação. Harvey, com efeito, busca em Marx e em outros interlocutores, como Hegel, Luxemburgo e Lenin, as bases para a elaboração de uma teoria que leve em conta os aspectos internos e externos do modo de

produção capitalista. Com suporte nesses quatro teóricos, compõe seu “núcleo intelectual amplo” para mostrar os influxos da lógica que envolve a administração e a dominação do excedente de capital no mundo, especificando, entre as principais consequências analisadas, “a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação” (HARVEY, 2005, p. 48).

3 Núcleo teórico amplo da geopolítica do capitalismo

Em termos investigativos, antes mesmo de Marx, já havia observado Harvey (2005, p. 99–100) que Hegel (1770–1831) foi um dos primeiros a entender que os Estados modernos em formação se deparavam com a necessidade de pensar estratégias para a resolução dos problemas das contradições internas de uma sociedade civil-industrial. Em seu livro *Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel (1997, p. 208) entendeu que esses problemas eram apresentados, por um lado, pela concentração de capital e o aumento da produção de riqueza e, por outro, pela crescente massa de miseráveis que se acumulavam, liberadas pelo uso das técnicas e da especialização do trabalho, ambos sem absorção no interior de um mesmo Estado. Hegel, citando o exemplo da Inglaterra, discordava da noção de que a resolução para essa contradição fosse resolvida pela manutenção de instituições pela classe rica, como hospitais, fundações etc., para os miseráveis sem trabalho. Examinava, no entanto, que a incorporação de mais trabalho na indústria resultaria na produção do excesso de produtos e não eliminaria a ampliação da pobreza, sendo esse “o mal que assim crescia duplamente” (HEGEL, 1997, p. 208).

Para Hegel, as contradições internas que surgem em uma sociedade civil, associadas à busca do lucro e ao trabalho como princípio de honra, não conseguem nem ser resolvidas pela sociedade civil nem pelo próprio mercado interno. Mesmo que seja sugerida a “cobrança de imposto dos mais ricos para favorecer aos pobres”, ou mesmo, que fossem ofertadas “novas oportunidades de trabalho aos pobres”, tudo isso só acentuaria o problema. “A criação de novos empregos aumentaria o volume de produção, quando a calamidade consiste precisamente no excesso de produção e na falta de um número proporcional de consumidores” (HARVEY, 2005, p. 100). As capacidades produtivas do mercado haviam criado um problema na dinâmica interna de uma sociedade madura em que ela mesma não resolveria, mesmo que coubesse à “classe rica” e aos representantes políticos encontrar saídas para a sobra de riqueza e o excesso de pobreza produzidos dentro da mesma unidade nacional (HARVEY, 2013, p. 524).

Hegel (1997, p. 209–210) compreende, assim, que a sociedade civil é impelida em ultrapasse a ela própria, “obrigada a procurar fora de si os consumidores e, portanto, os meios de subsistir, recorrendo a outros povos que lhe são inferiores nos recursos que ela possui em excesso, em geral na indústria”. Essa busca colonialista também serviria como uma porta para os miseráveis acumulados no país industrial, tratada por G. W. F. Hegel (1997, p. 209–210) como uma possibilidade que permitiria “uma parte da população regressar, num novo território, ao princípio familiar e de, ao mesmo tempo, obter novas aplicações para o seu trabalho”. Harvey (2013, p. 524) é contundente, ao dizer que Hegel foi o primeiro a propor as práticas expansionistas “como soluções necessárias para as contradições acumuladas que assediam qualquer sociedade

civil madura”. No panorama de instabilidade social, de conflitos acirrados entre as classes, de excesso de produção de riqueza e do inexpressivo consumo ante as capacidades de produção, a “sociedade civil é forçada a buscar uma transformação externa por meio da expansão geográfica” (HARVEY, 2013, p. 524).

O colonialismo era, consoante Hegel, um instrumento para resolver os problemas da sociedade civil com base no domínio territorial de outras partes do mundo. Tal proposta, no entanto, é mencionada por David Harvey como a única porta que fora aberta por G. W. F. Hegel que não foi fechada. Dizendo em outras palavras, o autor menciona que Hegel não apresenta um desenvolvimento desse argumento sobre como a relação entre o mercado mundial e a expansão geográfica poderia garantir estabilidade ao capitalismo. Para Harvey (2013, p. 524),

Hegel deixa em aberto a relação exata entre os processos de transformação interna e externa e falha em indicar se a sociedade civil pode ou não resolver permanentemente seus problemas internos mediante a expansão espacial.

Em consequência dessa falha, permanece um sentido de incompletude no argumento, “o fantasma de Hegel”, que não permite se avaliar os limites e as barreiras das possibilidades de manutenção da acumulação com suporte no expansionismo geográfico pelos Estados modernos.

Harvey (2005) retorna sempre a Marx para buscar averiguar que respostas já foram dadas à porta aberta por G. W. F. Hegel. As preocupações passam por descobrir como essa geografia “fora de si” que o capitalismo precisa para sobreviver, apresentado por G. W. F. Hegel com apoio na proposta da colonização, é analisada na obra de Marx. Investigando o livro *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, obra escrita por Marx para virar de ponta cabeça a dialética de Hegel, Harvey assinala que o autor “ignora os trechos em que Hegel, de modo tão assombroso, descreve as contradições internas da sociedade e sua possível superação” por meio do colonialismo⁴. É possível, no entanto, apreender na obra de Harvey o uso recorrente, pelo menos, de dois momentos em que Marx trata do colonialismo: o primeiro, referente aos textos publicados por Marx, relacionado ao domínio britânico na Índia, e o segundo, alusivo ao último capítulo d’*O Capital*, sendo uma resposta de Marx à porta aberta por G. W. F. Hegel.

Desde os textos sobre a Índia, Harvey extrai a noção de que Marx compreendia que a penetração do capital britânico promoveria a destruição das bases econômicas da sociedade hindu, dissolvendo a propriedade comum, a divisão hereditária do trabalho e as tradições culturais associadas à agricultura, ao artesanato e à religião⁵. A extensão do território, a “abundância de produtos naturais” e a aptidão dos hindus para “adaptar-se a trabalhos totalmente novos” deveriam ser utilizadas futuramente para a produção agrícola destinada às fábricas inglesas, bem como para a elaboração e manejo dos projetos de implantação de máquinas no território. A colônia, com efeito, seria também um espaço para converter investimentos introduzidos em modernas forças produtivas, como ferrovias, servindo, tanto para acelerar a conexão entre os

⁴ E acrescenta: “Muito surpreendente, portanto, é a total falta de qualquer comentário sobre a concepção de Hegel a respeito da ‘dialética interna’ da sociedade civil, que a leva a buscar soluções coloniais ou imperialistas” (HARVEY, 2005, p. 110-111).

⁵ Ver: “O domínio britânico na Índia” (MARX, [18-?], p. 286-291).

diversos pontos isolados das comunidades que precisavam continuamente de instruções, tropas e alimentos referentes às forças armadas, quanto para “baratear o transporte do algodão e de outras matérias-primas necessárias para as suas fábricas”⁶.

A criação de colônias, assim, não serviria apenas para o deslocamento do excesso de produtos e miseráveis, como pensava Hegel, mas acompanhava a destruição da própria sociedade original. Harvey (2013, p. 524–525) argumenta que, no capítulo final do primeiro volume do livro *O capital*, Marx forneceu uma resposta a Hegel e uma maneira de mostrar como as práticas de colonização “só podem suprir novos mercados e campos para a indústria à custa de recriar as relações capitalistas da propriedade privada e uma capacidade para se apropriar do trabalho excedente de outras pessoas”. Para a produção capitalista avançar em colônias a “passos de gigante”, como nos Estados Unidos, expressava Marx (2013, p. 844) que foi preciso deixar de ser “a terra prometida dos trabalhadores emigrantes”. A base material do novo mundo “aniquilava a propriedade fundada no próprio trabalho”, e a centralidade do capital no território criava os agentes financeiros, imobiliários, associados à apropriação privada das terras públicas e à especulação com as ferrovias e as minas, inerentes ao domínio supremo do capital sobre os trabalhadores (MARX, 2013, p. 844).

A tese central de Marx entendia que o assentamento das bases materiais do novo mundo recriaria as contradições semelhantes nos territórios antigamente colonizados. De efeito, a longo prazo, não haveria *solução externa* para as contradições internas do capitalismo, as taxas de lucros seriam alvos de queda a longo prazo, a solução para a crise não estaria resolvida e a acumulação cessaria seu funcionamento. Entende Harvey, todavia, que adiantar isso no final do século XIX foi um equívoco de Marx sobre o papel que as transformações espaciais teriam para a acumulação, já que o limite externo ao capital estaria distante de ocorrer, pela quantidade de possibilidades que o mundo apresentava para as expansões, ou mesmo pela força bruta que o próprio processo de acumulação criaria, ligado às crises, forçando as expansões de poder dos Estados, ou mesmo as guerras, as desigualdades espaciais e os conflitos geopolíticos. Nas palavras de Harvey (2013, p. 525),

[...] o limite externo a esse processo está no ponto em que toda pessoa em todo canto do mundo [estivesse] espremida dentro da órbita do capital. Até que esse limite seja alcançado, as resoluções externas para a resolução interna do capitalismo parecem inteiramente factíveis.

O que permanecia em aberto exigia uma resposta teórica que tratasse acerca de como a expansão geográfica poderia trazer uma solução efetiva para as crises e para os processos de desvalorização do capital a longo prazo. Assim, destaca na sua obra a importância de outros interlocutores que, na transição do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, levaram em conta e buscaram produzir respostas sobre o papel que a produção dos excedentes de capital e a expansão geográfica teriam na sobrevivência do capital. Entre eles, Rosa Luxemburgo (1972, p. 74) torna-se uma das principais fontes metodológicas de Harvey, por tratar do expansionismo e do domínio territorial como necessidades inerentes a uma realidade em que o excesso de

⁶ Ver: “Futuros resultados dos domínios britânicos na Índia” (MARX, [18-?], p. 295).

produção capitalista caminha como um “bêbado nas curvas”, tendo a instabilidade de preços e as crises “uma única função na sociedade: integrar a produção privada caótica num contexto mais geral sem o qual a sociedade rapidamente se desintegraria”.

Para Harvey (2005, p. 58), Luxemburgo foi a principal produtora da ideia de que “o espaço novo para a acumulação que o capitalismo tem de definir existe apenas sob a forma de sociedades pré-capitalistas, que proporcionam mercados virgens para a absorção do que é a tendência permanente à superprodução”. Dessa maneira, na interpretação de Luxemburgo, faz-se necessário decompor a premissa teórica de Marx da divisão da sociedade em apenas duas classes (burguesia e proletariado), sendo essa alteração uma compreensão de que outros modos de produção coexistem organicamente com o modo de produção capitalista quer nos centros, quer nos territórios colonizados. Com efeito, as saídas para a sobrevivência da acumulação estaria na expansão para esses distintos territórios com outras relações sociais de produção, trocas comerciais e outras ordens políticas locais em que a “classe capitalista pode escoar o excedente de mercadorias para trocar a mais-valia em dinheiro e, assim, acumular capital” (LUXEMBURGO, 1972, p. 79).

Esse entendimento de Luxemburgo, após 30 anos das afirmações de Marx sobre a colonização, direciona Harvey para perceber como as sociedades pré-capitalistas, não sendo as mesmas nas margens dos centros e em outras regiões, produzem resistências distintas à penetração capitalista. Esse processo alargava a introdução da importância de movimentos anticapitalistas não proletários contra as práticas expansionistas que eram fundamentais para a sobrevivência do capitalismo. Harvey colhe, assim, o exercício intelectual de Luxemburgo como um caminho heurístico para se perceber a importância que a variedade geográfica, no interior dos continentes, teria para a lógica de expansão e incorporação do capitalismo. Em Luxemburgo (1972, p. 79), essa variedade geográfica é formada por distintos ritmos e modalidades de vida em variados modos de produção pré-capitalistas, como comunismo primitivo, feudal, camponês e artesanal, que ainda estariam, “em si, fora” da predominância do processo da acumulação ampliada de capital, quer dentro da Europa, dos Estados Unidos e, sobretudo, em outros territórios “onde a produção capitalista apenas lançou raízes”.

Não só todos estes modos de produção coexistem, e coexistem localmente com o capitalismo, como se observa também um intenso comércio de tipo específico entre eles [...] Os países capitalistas mais avançados participam nesta *caça a áreas de acumulação*, quanto mais rara se tornam as zonas capitalistas ainda abertas à expansão do capital e mais se agudiza a concorrência; as suas incursões transformam-se numa cadeia de catástrofes econômicas e políticas: crises mundiais, guerras, revolução. (LUXEMBURGO, 1972, p. 79–81).

A busca por espaço novo diz respeito às compreensões teóricas sobre a participação do desenvolvimento geográfico desigual do globo a fim de pensar as saídas para a acumulação contínua e as crises do capital. De tal maneira, Luxemburgo fazia uma leitura mais paciente sobre a ideia de que não havia mais espaço a curto prazo para a expansão do capitalismo — como tornava a se compreender com amparo nas premissas de Marx —, propondo uma análise

da acumulação de capital vinculado aos processos concretos e variações geográficas de cada território. “A acumulação de capital enquanto processo histórico”, assinala Luxemburgo (1972, p. 83), “desenvolve-se no meio de várias formações pré-capitalistas, numa constante luta política e através de relações econômicas recíprocas”. Os territórios abertos aos centros do capitalismo eram vistos, assim, como novas fronteiras de consumidores para o excedente da produção industrial e reservatórios para a renovação da própria acumulação desde a apropriação dos recursos naturais “sobre as ruínas de modos de produção de nativos” (LUXEMBURGO, 1972, p. 82).

Com arrimo em Rosa Luxemburgo, entendemos que Harvey mergulha na questão de método para pensar a geopolítica do capitalismo, tendo como princípio a compreensão da diversidade e desigualdade histórico-geográfica entre os territórios que conformam ou podem ainda ser incorporados nas dinâmicas do mercado mundial. Essa abertura das possibilidades de expansão como saída para o capitalismo segue outra premissa de Luxemburgo, que orienta a necessidade de superação da leitura do capitalismo em “estado puro”, como sistemas com formatos sociais fechados. Esse processo não negaria a abstração das contradições internas do capitalismo como ponto de partida, entretanto propunha uma articulação com as situações concretas, isto é, com as formações econômicas e sociais particulares na realização da acumulação de capital, ou mesmo nas resistências aos processos de incorporação mais intenso dos territórios na dinâmica do mercado mundial.

As heranças desse exercício do pensamento reflexe a diversidade natural, política e social do globo, abrindo essa constatação um aspecto relevante da teoria geopolítica em constituição:

Para começar, o globo nunca foi um campo nivelado em que a acumulação capitalista pudesse jogar seu destino. Foi e continua a ser uma superfície intensamente variegada, ecológica, política, social e culturalmente diferenciada. Os fluxos de capital encontraram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases de desenvolvimento. E no contato com o mercado capitalista mundial algumas formações sociais adaptaram-se para se inserir agressivamente nas formas capitalistas de troca de mercado, ao passo que outras não o fizeram, por uma gama de motivos, o que teve conseqüências supremamente importante (HARVEY, 2004, p. 51).

Harvey, no entanto, em todos os seus trabalhos aqui analisados, rejeita a tese do subconsumo, de Luxemburgo, como a principal atitude dos centros da acumulação de capital para solucionar as crises em longo prazo. E, assim, discorda da tese segundo a qual as sociedades pré-capitalistas serviriam apenas como terceiros mercados para o excedente de mercadorias dos centros. Primeiro, entende que a penetração e a destruição das sociedades pré-capitalistas dependeriam das resistências políticas-econômicas dessas sociedades e, ainda, de que tipo de conexão ou função tinham elas com os centros do capitalismo. Segundo, apreende que o capitalismo não se destruiria ao transformar os territórios pré-capitalistas incorporados em novos territórios capitalistas. Para Harvey, a variedade geográfica do globo continuaria, sobretudo, pelos territórios que concentram e controlam os excedentes de capital e aqueles que, mesmo independentes e capitalistas, participam, política e economicamente, subordinados na própria

lógica da acumulação global. A tendência inata à superacumulação de capitais e, assim, de novas crises, exprimia que o próprio capitalismo fundava novas desigualdades entre os territórios como um dos seus aspectos externos (HARVEY, 2013, p. 545–549).

Ao refutar ambas as hipóteses de Luxemburgo, Harvey busca em Lenin uma proposição teórica que recupere a leitura das contradições internas e das crises, reveladas por Marx, articuladas à história da dinâmica geopolítica entre os Estados nacionais. A tese central de Lenin (2012, p. 89) afirma que existe uma concentração do excedente de capital financeiro nos países que predominavam a grande indústria, criando uma forte assimetria mundial entre os “Estados financeiramente poderosos em relação a todos os restantes”. No limiar do século XX, demonstrava que a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha possuíam 80% do capital financeiro mundial, além dos principais monopólios dos ramos industriais. Quase todos os restantes, os outros países, recém-independentes ou territórios diretamente colonizados, tinham dívidas públicas com um desses Estados, servindo esses territórios para a exportação de capital financeiro, com a finalidade de alargar os lucros dos bancos, abrir mercados para os produtos industrializados e preservar as assimetrias do poder econômico e político no espaço mundial.

Dessa maneira, Harvey incorpora, com suporte em Lenin, a ideia de que as principais modalidades de exportação de capital não se fecham às mercadorias, isto é, os centros selecionam os espaços dos quais têm o domínio ou que constituíram relações assimétricas para investir, sobretudo financeiramente, nos territórios em que os capitais são escassos, as terras são baratas, os custos com a força de trabalho e as matérias-primas são baixos. Se as crises “aumentam, por sua vez, em proporções enormes, a tendência para a concentração e para o monopólio”, como atestou Lenin, com as falências e fusões das instituições financeiras e produtivas nos centros do capitalismo, as periferias, por sua vez, passaram a ter a função de evitar o processo de desvalorização dos capitais acumulados das empresas e dos Estados, traduzindo a disputa de absorção do excedente no exterior como os palcos de “lutas econômicas, políticas e militares entre os Estados-nações” (HARVEY, 2005, p. 125). O excedente de capital, revelado como base da superacumulação, mostra politicamente que, em períodos de crise, existe um lado canibal do capitalismo que aflora nos conflitos pelos territórios.

Em tempo de desvalorização selvagem, a busca de ajuste espacial se converte em rivalidades interimperialista, que sustentam o impacto da desvalorização. A exportação do desemprego, da inflação e da capacidade produtiva ociosa se tornam as fichas num jogo ameaçador. As guerras comerciais, o *dumping*, as tarifas e cotas, as restrições ao fluxo de capital e ao câmbio exterior, as guerras associadas às taxas de juros, as políticas de imigração, a conquista colonial, a subjugação e dominação de economias tributárias, a reorganização forçada da divisão internacional do trabalho nos impérios econômicos e, finalmente, a destruição física e a desvalorização forçada do capital de um país rival por meio da guerra, são algumas opções à mão. (HARVEY, 2005, p. 125).

Para Harvey, no entanto, Lenin introduziu as dimensões geográfica e espacial vinculadas à compreensão do excedente de capital, principalmente a exportação do capital após o aparecimento

das primeiras grandes depressões, como as ocorridas de 1873 a 1900, processos que explicariam as mudanças no estágio do capitalismo, bem como a Primeira Guerra Mundial. Mesmo com uma porção de *ajustes ad hoc*, Lenin conseguiu afirmar que

o capitalismo passa por seu curso específico de desenvolvimento dependendo das condições nesse ou naquele território, e que a dinâmica fundamental do capitalismo força as principais potências capitalistas a lutas e confrontações geopolíticas (HARVEY, 2005, p. 125).

Tendo sido assim, Lenin também introduziu o conceito de Estado como expressão de poder sobre uma territorialidade, equivocando-se, inclusive, para Harvey, com questões de cunho nacional, tanto para pensar o capital como a organização da classe trabalhadora. Na perspectiva de Harvey (2005, p. 144), “Lenin deu expressão geográfica à dinâmica da acumulação de capital à custa de reabrir a questão histórica da relação entre sociedade civil e Estado”.

4 A problemática espacial

A travessia de estudos sobre as obras de Hegel, Marx, Luxemburgo e Lenin fez, em nosso entendimento, Harvey estabelecer as suas bases teóricas da geopolítica do capitalismo como parte da crítica da economia política e, concomitantemente, compreender que a porta aberta por G. W. F. Hegel, há muitos anos, ainda não havia sido razoavelmente fechada. Nem Marx nem mesmo os marxistas haviam concluído como as transformações capitalistas das naturezas e das formas de vida nos territórios poderiam solucionar a superacumulação de capital que conforma as crises. Além de *ajustes ad hoc*, o problema-chave de Harvey está em constituir uma resposta que revele qual o papel da dominação territorial e da expansão geográfica para a formação e absorção do excedente de capital e, assim, para pensar as administrações das crises. Esse processo abre um poderoso enigma sobre a sobrevivência do capitalismo por meio da *intensificação*, com amparo na procura de espaços novos no interior dos territórios dos centros do capitalismo e, sobretudo, pela via da *expansão*, ao buscar soluções externas arrimadas nos acordos internacionais, de trocas desiguais ou de conflitos geopolíticos entre os Estados nacionais e as empresas nas margens do mundo.

O papel do imperialismo e do colonialismo, da expansão geográfica e da dominação territorial, na estabilização geral do capitalismo, não está resolvido na teoria marxiana. Na verdade, ele continua sendo objeto de intensa controvérsia e com frequência de debates amargos. Uma resposta abrangente e irrefutável ao problema que Hegel colocou tão claramente muitos anos atrás ainda tem de ser construída. Será que existe um “concerto espacial” para os problemas do capital? Se não existe, que papel desempenha a geografia nos processos de formação e resolução da crise? (HARVEY, 2013, p. 526).

Na leitura abrangente das obras de Marx e de teóricos marxistas do imperialismo, Harvey rastreia incompletudes, ou mesmo, uma ausência no que se refere à produção teórica da crítica

da Economia Política vinculada à relação entre tempo e espaço⁷. Para o autor, a centralidade na dimensão temporal é tão nítida quanto a atitude desprezível sobre o espaço na análise da valorização do capital. Isso torna-se até compreensível, na medida que o capital se estabelece com base no controle de um conjunto de tempos, como do trabalho excedente no interior da fábrica, da mina, da agricultura moderna, até o tempo de transferência das mercadorias ao mercado consumidor. Ratifica Harvey (2005, p. 145), no entanto, que, como ponto de partida, todos os esforços para controlar o tempo e anular as distâncias físicas tão somente “podem ser alcançadas por meio da produção de configurações espaciais fixas e imóveis (sistemas de transporte etc.). Em segundo lugar, nos defrontamos com a contradição: a organização espacial é necessária para superar o espaço”. Em outras palavras, “o mais-valor deve também ser produzido e realizado dentro de um determinado domínio geográfico” (HARVEY, 2013, p. 526).

Para Harvey, o tema do espaço e da geografia em Marx, quando não se trata do exemplo de algum *ajuste ad hoc* de um fenômeno histórico citado (localizado na Índia, Estados Unidos, Irlanda, Inglaterra etc.), é lido teoricamente apenas como distâncias e obstáculos temporais, uma barreira a ser superada, que encurte o processo de desvalorização da mercadoria entre a produção, a circulação e o consumo. Assim, o espaço pensado por Marx é relacionado como um objeto que precisa ser destruído para a acumulação contínua se ampliar, isto é, está vinculado ao tempo de desvalorização do capital, um empecilho para ser superado pelo desenvolvimento das forças produtivas, um freio que impede o aumento da produtividade do trabalho, a ampliação das necessidades, da diversidade da produção e, assim, da autovalorização do capital. Entre as fontes possíveis para tratar dessa abordagem que Marx (2011, p. 444–445) endereça para a relação entre o tempo e o espaço, torna-se necessário recortar uma passagem extensa do *Grundrisse*:

Quando falamos de velocidade da rotação do capital, presumimos que só detêm a passagem de uma fase à outra as *barreiras externas*, e não as barreiras resultantes do processo de produção e da própria circulação (como nas crises, superprodução etc.). Além do tempo de trabalho realizado no produto, o tempo de circulação do capital ingressa igualmente como momento da criação do valor — do próprio tempo de trabalho produtivo. Se o tempo de trabalho aparece como atividade ponente de valor, esse tempo de circulação do capital aparece como o tempo da desvalorização [...]. Consequentemente, o tempo de circulação só determina o valor na medida em que aparece como barreira natural para a valorização do tempo de trabalho [...]. O tempo de circulação aparece, portanto, como obstáculo da produtividade do trabalho = aumento do tempo de trabalho necessário = redução do tempo de trabalhos excedente = redução do valor excedente = freio, obstáculo do processo de autovalorização do capital. Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local de intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; i.e., para reduzir a um mínimo de tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula,

⁷ Por exemplo, ver Harvey (2011, p. 133; 2004, p. 30–31 e p. 40).

tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo.

Dessa maneira, Marx entende que o capitalismo produz em seu íntimo a “tendência necessária para superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005, p. 65). E, de modo claro, aponta que, desde a relação entre “transporte, localização e concentração geográfica”, é possível encontrarmos algumas das suas condições genéricas sobre a extensão espacial e, do mesmo modo, o “elo perdido” entre a acumulação e o espaço na sua teoria. Marx aponta, no entanto, a necessidade apenas de expandir e intensificar geograficamente, não tratando exatamente “como, quando ou onde” (HARVEY, 2005, p. 66). Isto é, Marx não desenvolveu teoricamente como a produção do espaço, sobretudo, nos períodos de queda da taxa de lucros, assumiria parte da função de absorver o excedente de capital e atuaria como uma saída estabilizadora em tempos de crise. E, além dessa lacuna sobre o novo papel do espaço, não deu continuidade às análises dos processos baseados na acumulação primitiva interligados com a acumulação ampliada, não amadurecendo como “o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos ‘fora de si’ mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação” (HARVEY, 2011, p. 119).

Tal como refere Ricardo Musse (2014, p. 63), “a questão, no fundo, remete às relações entre economia e política, um dos muitos pontos que Marx apenas esboçou e não teve tempo de desenvolver em sua obra”. A análise da produção do espaço em diversas escalas torna-se, desse modo, a peça empírica para as abstrações sobre o modo de produção capitalista de Marx. O “como, quando e onde” são três faces que revelam como o espaço que está sendo produzido está associado à produção de excedente de capital, quando essa produção ocorre particularmente no curso histórico do capitalismo e em que região da produção de excedente ou de escassez de capital do globo essa produção ocorre. Esse processo, para Harvey, a título do que é descrito por Musse (2014, p. 63), não está dissociado das instituições administrativas e dos discursos políticos produzidos no interior dos Estados nacionais, sendo preciso levar em consideração “a influência mediadora das estruturas políticas, ideológicas, militares e outras, que, embora devam ser organizadas de modo coerente em relação ao curso da acumulação de capital, não são determinadas unicamente por isso”.

Consoante Harvey, o Estado aparece como um dos principais mediadores, servindo para administrar um conjunto de alianças internas de classes que têm “diversos interesses dentro de um território”. O Estado, assim, serve para defender “os valores já materializados”, a “acumulação adicional”, intensificar os “fomentos” públicos para a produção do espaço pelos possuidores de capital, ou mesmo para assumir obras que os capitalistas não podem ou não querem assumir (como transportes, comunicações etc.) em períodos de estabilidade. O Estado é utilizado também para fortalecer os setores produtivos que estão “fixos” nos territórios, criando espaços novos para a acumulação de capital no interior de uma sociedade civil. O Estado ainda participa diretamente da produção ideológica, local, regional ou nacionalista, fomentando a produção de vários discursos sobre as necessidades das transformações materiais dos locais, das reestruturações dos espaços regionais, do desenvolvimento do território nacional, das atrações,

ou mesmo dispersão do capital e do trabalho para outras regiões (HARVEY, 2013).

As relações espaciais e as estruturas geográficas são assim “o domínio do concreto e do específico” nos territórios, num dado “contexto das determinações universais e abstratas da teoria de Marx” (HARVEY, 2005, p. 145). Essa proposta implica entender que um conjunto de produções espaciais no interior dos Estados nacionais, sobretudo centralizadores do excedente de capital no mercado mundial, são realizadas como formas lucrativas e como medidas políticas para a estabilização da economia. Efetivamente, Harvey (2009, p. 10) insiste em dizer que, dentro das possibilidades para encontrar soluções rentáveis para a produção do excedente no interior dos centros da economia, “a urbanização proporciona um caminho para resolver o problema”, como foram os casos de seus estudos sobre Paris, revelando a sobrevivência política de muitos chefes de Estado ligada à abertura para investimentos produtivos em programas e políticas territoriais para implantação de infraestruturas que permitissem resolver a questão do capital excedente e da força de trabalho desempregada em médio prazo com gastos produtivos (HARVEY, 2009; 2015).

Nas palavras de Carlos (2011, p. 98–99), para Harvey, a produção do espaço urbano, em escala ampla, constitui-se como momento do processo de valorização do capital em que “a cidade assume uma função econômica: a de ser fonte/receptáculo de investimentos (capital fixo) e geradora de lucro (força produtiva)”. A depender do crédito, por exemplo, os bancos antecipam capitais para os Estados, para os proprietários de terra, empresários construtores, os capitalistas da produção, entre outros agentes que podem ser utilizados para ampliações da geografia da produção e da circulação com esteio na implantação de infraestruturas físicas e sociais nas escalas das cidades e das regiões no interior dos territórios (HARVEY, 2013, p. 530–531). O projeto de Harvey em “espacializar o marxismo”, como chamou Vieillescazes (2008), faz as geografias urbanas produzidas se transformarem numa condição para mais expansão ou destruições criativas futuras, permitindo estender os limites da acumulação com apoio na reestruturação espacial, sendo essas paisagens imobilizadas uma face do domínio do espaço para a continuidade da absorção do excedente e circulação do capital⁸.

É por intermédio desse “comando” sobre a produção e o controle do espaço que Harvey pensa a urbanização como uma das faces da geopolítica do capitalismo. Em estudo realizado por Assis (2017), em específico sobre as experiências das *intensificações* dos investimentos de capital em Chicago, torna-se possível captar algumas variáveis para a investigação desse primeiro aspecto: o rastreamento e comparação dos investimentos nas cidades-sede da geopolítica do capitalismo em períodos de crescimento da taxa de lucros e das crises de sobreacumulação; as estatísticas vinculadas ao tecido urbano produzido nesses períodos; a disposição de crédito dos capitalistas monetários para as reformulações do espaço urbano; os gastos produtivos estatais em reestruturações do espaço urbano com esgotos, avenidas, habitações, transportes, estruturas para os serviços, comércios, hospitais, centros educacionais e militares; levantamento das diferenças dos preços das terras e especulações nos mercado de imóveis, em destaque, nos subúrbios das cidades; o levantamento dos agentes imobiliários e de demolições; trabalhadores envolvidos na produção da cidade; os movimentos de resistências às reestruturações e ampliação das geografias

⁸ Para esse debate também pode ser consultado o texto de Valença (2006, p. 185–190).

urbanas; os discursos espaciais produzidos pelo Estado ou empresas, como plantas urbanas, mapas, desenhos e fotografias⁹.

Harvey, no entanto, elabora uma teoria geopolítica com base na hipótese de que somente as intensificações dos investimentos de capital no interior dos Estados nacionais, quer com a urbanização, quer com as reestruturações territoriais, não seriam capazes de evitar o colapso da sobreacumulação nos territórios. Por essa ótica, o excedente de capital, drenado de vários pontos da superfície do Planeta para os centros do capitalismo, sabe que a única maneira de manter o poder dos Estados e das alianças de classe, principalmente em períodos de depressões, é buscando “uma solução externa para os problemas” (HARVEY, 2005, p. 153). Nesses termos, Harvey (2005, p. 62) afirma que “o capitalismo se destina a se expandir por meio tanto da intensificação dos relacionamentos nos centros capitalistas de produção, como de expansão geográfica desses relacionamentos no espaço”. Para o último caso, o

Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico (HARVEY, 2011, p. 147).

Além do Estado, outras instituições “hierarquicamente aninhadas”, como das finanças, com a hierarquia de moedas lastreadas entre os Estados; as “firmas multinacionais”, com perspectivas de acumulações globais que precisam interagir com vários locais, e os “arranjos governamentais regionais, municipais e comunitários” tornam-se “poderosos mediadores entre a universalidade do dinheiro no mercado mundial e as particularidades de trabalhos concretos realizados” (HARVEY, 2004, p. 55). Para Harvey, os centros da geopolítica do capitalismo buscam nos Estados com fraca soberania política e poder econômico, em destaque na América Latina, na Ásia e na África, abrir espaços lucrativos para a absorção do capital; territórios capazes de imobilizar os empréstimos para reestruturações geográficas ao deslocar parcela da indústria, migrar a mão de obra excedente, investir na modernização das forças militares, acelerar as trocas comerciais, ou seja, conseguir abrir novas frentes com superlucros que não teriam apenas com os investimentos internos.

O novo aspecto que se mostra, na segunda face da teoria da geopolítica de Harvey, é um entendimento da crise como um processo de desvalorização que pode ser estabilizado com a expansão geográfica, isto é, na medida em que as instituições hierárquicas passam a entender que “o mercado externo é a fronteira-limite de expansão do capitalismo” (TEIXEIRA, 2014, p. 165). Esses capitais concentrados no interior das instituições financeiras, da produção de mais-valor e nos próprios Estados nos centros do capitalismo, são capazes de

[...] determinar onde vão surgir certos tipos de trabalhos concretos e relações de classe, podendo às vezes, até mesmo, ditar padrões de desenvolvimento geográfico desigual por meio do controle da reunião de capitais e fluxos de capitais (HARVEY, 2004, p. 55).

⁹ Ver Assis (2017). Em destaque o tópico, “a exposição universal de Chicago numa centralidade urbana da nova potência” (ASSIS, 2017, p. 146–155).

O que importa sempre para a análise, atesta o autor, é como o processo de incorporação desigual de novos lugares e regiões, como partes concretas da totalidade do mercado mundial, permite realizar uma nova leitura da formação e da resolução das depressões ligadas “às qualidades materiais do espaço social como estão definidas nas relações capitalistas de produção e troca” (HARVEY, 2013, p. 536).

A busca do capital pelas regiões certas no momento certo na história do capitalismo é uma maneira utilizada pelos seus possuidores para evitar o processo de desvalorização do seu próprio capital. Mesmo que o capital procure internamente modalidades lucrativas extrapolando as fronteiras ou criando frentes de absorção com a urbanização, “a desvalorização [só] é evitada por transformações externas sucessivas e ainda mais grandiosas” (HARVEY, 2013, p. 539). Para Harvey, os ritmos regionais diferentes na dinâmica mundial, mesmo que apresentem algumas regiões em crescimento e outras em declínio, fragmentam a unidade da leitura abstrata da crise e criam, pela interpretação do desenvolvimento geográfico, a compreensão de que um *crash* global, por exemplo, pode ser compensado e encontrar saídas mitigadoras com suporte nesse jogo desigual entre os espaços. Harvey (2013, p. 540) segue propondo que “a geografia do desenvolvimento desigual ajuda a converter as tendências à crise do capitalismo em configurações regionais mitigadoras da acumulação e desvalorização rápidas”.

A saída para a absorção do excedente de capital, com base na reestruturação geográfica, requer um mundo aberto. Os fechamentos das fronteiras, na defesa da “inércia geográfica” com o estrangeiro, e das alianças políticas nas regiões são forçados a se abrirem nos períodos de sobreacumulação. “As alianças locais tendem a ser drasticamente reorganizadas”, “as incorporações tecnológicas repentinamente alteradas”, “as infraestruturas físicas e sociais totalmente reconstruídas” e “a economia de espaço da produção, distribuição e consumo capitalistas totalmente transformadas” (HARVEY, 2013, p. 541). Assim, a abertura de regiões alarga para o capital excedente novas zonas de investimentos lucrativos para o crédito, para sistemas de transportes e comunicações e, igualmente, para os avanços nas privatizações das fontes de matérias-primas e alimentos. Ainda existe a possibilidade de forjar novas regiões produtivas nas periferias, tornando-as capazes de estabelecer trocas mais volumosas e de servir como consumidora de produtos de alta tecnologia dos centros. Abrem-se, também, as possibilidades para investimentos e modernização das forças militares, integrando mais capitais ligados às tecnologias de segurança e da guerra.

Dessa maneira, algumas variáveis sobre a *expansão geográfica*, como o segundo aspecto da teoria da geopolítica do capitalismo, de David Harvey, podem ser destacadas¹⁰: levantamento e comparação dos dados da divisão territorial internacional do trabalho; estatísticas das balanças comerciais entre os países em períodos de crescimento e de crise; mapeamento dos acordos, das pautas, dos volumes e dos rendimentos da exportação e da importação entre os Estados; os agentes políticos e econômicos envolvidos nas trocas comerciais; a abertura de crédito para novas regiões para especulação de meios de produção ou para implantações de infraestruturas físicas e sociais; a conformação de novas especialidades produtivas nos territórios

¹⁰Variáveis que também serviram para a investigação de Assis (2017, p. 37–111). Em destaque, consultar o capítulo “As exposições universais na expansão geográfica do mercado mundial”.

e da diversificação das pautas de exportações; a abertura de empréstimos para fortalecer e modernizar as forças militares; estatísticas das dívidas públicas entre os Estados e instituições; o número de trabalhadores ocupados; os movimentos de resistência às formações das novas regiões produtivas; e representações territoriais, produzidas por instituições públicas e privadas, que tratem dos recursos naturais, transformações territoriais, acordos sobre trocas comerciais, operações militares etc.¹¹

Como assinala Harvey (2005, p. 117), “o capital excedente pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões” que tanto servem para imobilizar o capital em investimentos de longa duração como também para abrir mercados de consumos produtivos e ofertas de alguns produtos que os centros têm maiores dificuldades. E ainda assinala:

[...] o único escape reside na aceleração contínua da criação de novos recursos produtivos. Disso, podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital (HARVEY, 2005, p. 117).

As reestruturações das geografias, com efeito, inseridas ou como espaços “fora de si” que podem ser incorporados, tornam-se a nova referência possível para excedentes sem absorção; constituem uma saída plausível que o capital tem encontrado para as crises, ampliando a configuração periódica do globo, sobretudo nos momentos em que as produções excedentes de mercadorias, tecnologias e finanças ultrapassam as condições de utilidade (HARVEY, 2013, p. 543). Mesmo que a expansão geográfica não possa “curar as contradições herdadas do capitalismo”, o autor entende que

seus impactos podem ser disseminados e até certo ponto mitigados pelo deslocamento dos fluxos do capital e do trabalho entre setores e regiões ou por uma reconstrução radical das infraestruturas físicas e sociais (HARVEY, 2013, p. 544).

O excedente de capital, sem saídas lucrativas internas, utiliza-se das assimetrias entre os Estados nacionais para sua sobrevivência, avança politicamente as fronteiras para desenvolver as forças produtivas e novas relações sociais, a fim de reestabelecer um “concerto” para os problemas objetivos da desvalorização.

Essa interpretação geográfica de Harvey sobre as crises, como assinala Musse, estabeleceu uma renovação do materialismo histórico. Compôs, segundo o autor, uma “interpretação original da teoria marxiana” e sua “obra ultrapassou a condição de mera geografia do capital”, consistindo sua preocupação primordial em “buscar respostas para os desafios impostos ao marxismo pela crise econômica” (MUSSE, 2014, p. 57). Nos estudos das crises, Harvey compreendeu que as

¹¹Esse último ponto, em específico, refere-se ao debate sobre a produção de conhecimentos geográficos essenciais para a acumulação de capital e é pouco trabalhado pelos estudiosos de Harvey. Ver Harvey (2011, p. 226).

assimetrias entre os Estados nacionais produzem, além das distintas modalidades de concentração do excedente de capital, atitudes políticas, diplomáticas, embates ideológicos e até intervenções militares como parte das estratégias, tanto para absorver o excedente de capital quanto para produzir um conjunto de novos ativos produtivos. A resolução dos excedentes, ao mesmo tempo em que produz a “desvalorização de ativos e a destruição de regiões configura uma nova paisagem espaço-temporal para acomodar a perpétua acumulação de capital e, sua companheira inseparável, a acumulação interminável de poder” (HARVEY, 2013, p. 64).

A tese dos investimentos lucrativos requer uma transformação das geografias dos Estados que são centro da geopolítica do capitalismo e, concomitantemente, da formação de novas regiões produtivas ordenadas pelas dinâmicas da produção, da circulação e do consumo de excedentes de capital. Sem a possibilidade de comandar e produzir espaço, o capital entraria em profundo processo de desvalorização e caos, com inflações, superlotação dos estoques e queda dos preços, ociosidade de infraestruturas físicas, subutilização e paralisação da tecnologia de produção e circulação, além das altas taxas de desemprego, subemprego, tensões sociais e a exportação da desvalorização com apoio em conflitos bélicos. Mesmo, porém, utilizando-se do recurso da produção do espaço para protelar a crise e sustentar a acumulação, arremata Harvey (2005, p. 144): “o resultado final [...] é que as crises se tornam mais globais em escopo, enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução da crise”.

Nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar; quais são os limites externos à autonomia interna do Estado; ou como o poder do Estado, depois de constituído, pode, em si, tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico em que pode ser travada a luta de classes ou as lutas interimperialistas. (HARVEY, 2005, p. 144).

Para Harvey (2005, p. 118), “a construção de uma crise verdadeiramente global do capitalismo depende do esgotamento das possibilidades para novas transformações revolucionárias ao longo do curso do capitalismo”. Em outras palavras, a problemática central do autor é a de que “a acumulação de capital sempre foi uma questão profundamente geográfica” e, enquanto houver possibilidades de reconfiguração da geopolítica da acumulação de capital no globo, nem que seja com base na destruição das formas de vidas tradicionais ou da demolição de paisagens geográficas construídas por meio da guerra, o capitalismo utiliza-se das suas forças destrutivas para refazer as hierarquias e renascer dessas cinzas. Defende, assim, Harvey (2004, p. 40) o ponto de vista conforme o qual “sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político”.

5 Considerações finais

A geopolítica do capitalismo é o estudo da expressão geográfica das contradições internas do capital, “registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica, associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista” (HARVEY, 2004, p. 40). Implica, pois, compreender os jogos geopolíticos de poder entre os Estados nacionais e os possuidores de capital como processos que, além de interligarem espaços distintos, utilizam-se das reorganizações e das reestruturações dos lugares, das regiões e dos territórios nacionais como parte das estratégias para ampliação da acumulação e sobrevivência do capitalismo em suas crises. Cabe ao investigador entender como cada território se posiciona e participa do mercado mundial, e ainda como as propriedades do espaço evidenciam, num instante específico, a formação, a ampliação, a combinação ou mesmo a destruição das paisagens geográficas como “aspectos vitais” de uma época do capitalismo.

A geopolítica do capitalismo não nega que existem outras conformações de apropriação do território e relações de produção que não se integram à dinâmica do crescimento da taxa de lucro (trabalhos familiares, trocas no mercado interno e vínculos às tradições). Entende, todavia, que a efetivação da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos, caso o esgotamento das capacidades de absorção interna e externa do excedente de capital seja confirmado. As crises profundas solapam os períodos de estabilidades constituídos entre os Estados nacionais, as coerências estruturadas dos territórios ficam desordenadas, as alianças regionais de classe tendem a se fraturar, as integrações do mercado mundial desaceleram, as “portas abertas” da economia são surpreendidas pelas ações protecionistas, as trocas comerciais e o pagamento das dívidas públicas ficam impedidos, travando os fluxos dos excedentes de capital e de trabalho. Todos esses processos afloram das forças destrutivas do capitalismo para autopreservação, tendo como resultado uma nova força institucional ou brutal para a reconfiguração geopolítica do globo.

O excedente de capital em desvalorização traz consigo conflitos geopolíticos entre os Estados-nações e uma nova rodada da intensificação e da expansão geográfica. As novas redivisões do globo podem surgir com guerras, partilhas do planeta e novas ordens diplomáticas, ou mesmo com descolonizações e integrações de Estados modernos impotentes no mercado mundial. No interior dos centros do capitalismo, as guerras, em grande parte, destroem as infraestruturas urbanas e agrárias que logo precisarão ser reconstruídas, e, ainda mais, os países mais avançados demonstram na superioridade militar que também podem se servir dessa máquina como um grande negócio *a posteriori* para os outros Estados. O avanço sobre as periferias do mundo torna-se o método mais novo para cada período, com antigas práticas de expropriação dos meios de produção até a abertura de fronteiras de modernização dos territórios, buscando saídas lucrativas para os excedentes de capital financeiro e industrial. Cabe aos centros reconstruir os próprios centros e redefinir as clivagens geopolíticas nas alianças com as periferias, recriando as desigualdades geográficas em âmbito regional e mundial no interior do próprio capitalismo.

Referências

- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FARIAS, Hélio Caetano. Território, poder e riqueza. *Revista Continentes*, n. 7, p. 36–63, jul. 2015.
- FIORI, José Luís. *História, estratégias e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica da Marx à Economia Política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. *Geosp — Espaço e Tempo*, n. 26, 2009.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *Espacios del capital: hacia una geografía crítica*. Traducción Cristina Piña Aldao. Madrid: Akal, 2007.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 5. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LENIN, Vladimir Ilyich. *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. Revisão da tradução: Miguel Makoto Yoshiba. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital: uma anticrítica. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. *Imperialismo e acumulação de capital*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972.

MARX, Karl. O domínio britânico na Índia. In: MARX, Karl. *Obras Escolhidas*. v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, [18-?]. p. 286–291.

MARX, Karl. Futuros resultados dos domínios britânicos na Índia. In: *Obras Escolhidas*. v. I. São Paulo: Alfa-Ômega, [18-?]. p. 292–297.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. v. 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSSE, Ricardo. David Harvey: para além de uma geografia do capital. *Revista de Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 4, p. 55–69, jun. 2014.

TEIXEIRA, Francisco. Os limites do capital de David Harvey: para a reconstrução da teoria marxiana das crises. São Paulo: *Crítica marxista*, n. 39, 2014, p. 163–172.

VALENÇA, Márcio Moraes, Cidades ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento harveyneano acerca da urbanização do capital. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (org.). *Panorama da Geografia brasileira I*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 185–190.

VIEILLESCHAZES, Nicolas. Spatialiser le marxisme, marxiser la géographie: le materialisme historico-géographique de David Harvey. In: HARVEY, David. *Geographie de la domination*. Paris: Les Pairies Ordinaires, 2008.

**REFLEXÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA
RUSSA: O GOVERNO VLADIMIR PUTIN
DE 2012 A 2015 SOB A PERSPECTIVA DAS
AÇÕES POLÍTICAS E MILITARES**
REFLECTIONS ABOUT RUSSIAN GEOPOLITICS:
THE VLADIMIR PUTIN GOVERNMENT FROM 2012
TO 2015 IN VIEW OF THE POLITICAL AND
MILITARY ACTIONS

Felipe Rodrigues de Camargo*
Paulo Roberto Teixeira de Godoy†

Resumo: A partir da chegada de Vladimir Putin ao poder presidencial da Rússia, o país passou a configurar-se como um agente geopolítico mais participativo na esfera das relações internacionais. Dois objetivos foram definidos a partir de então: a consolidação de seu espaço vital, denominado *Heartland*; e o revisionismo da ordem internacional hegemônica estadunidense. Esses dois objetivos convergem para o estabelecimento da chamada Multipolaridade global. Como meio de iniciar uma reflexão acerca dessa observação, nos debruçamos sobre as ações geopolíticas russas nos anos entre 2012 a 2015, período este representado por forte presença russa nas atividades de política internacional de Anexação da Crimeia, Guerra civil Ucraniana, Sanções econômicas e Guerra Civil Síria.

Palavras-chave: Geopolítica. Rússia. Vladimir Putin. Heartland. Multipolaridade global.

Abstract: With the election of Vladimir Putin to the presidency of Russia, the country started to be configured as a more participative geopolitical agent in the sphere of international relations. Two objectives were defined: the consolidation of its Lebensraum, called Heartland; and the revisionism of the American hegemonic international order. These two objectives converge towards the establishment of the so-called global Multipolarity. As a means of starting a reflection on this observation, we looked at Russian geopolitical actions in the years between 2012 and 2015, a period represented by a strong Russian presence in the international policy activities of Crimea Annexation, Ukrainian Civil War, Economic Sanctions and Civil War Syria.

Keywords: Geopolitics. Russia. Vladimir Putin. Heartland. Global multipolarity.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro/SP. Bolsista CNPq. E-mail: feldecamargo@gmail.com

† Doutor em Geografia pela UNESP. Docente do Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental da UNESP, Campus de Rio Claro/SP. E-mail: p.godoy@unesp.br

1 Introdução

Como primeira instância de análise, apontamos a centralidade objetiva da estratégia de Vladimir Putin para a Rússia. Segundo Camargo (2018), Putin tinha por foco dois projetos para a Rússia: consolidação do espaço da *Heartland* como condição de espaço vital do Estado; e o fortalecimento da Multipolaridade da Ordem Internacional. Sendo sua maior incidência política referida à ordem das relações entre países que vislumbravam tais objetivos.

De modo geral, a Rússia efetivou em controlar essa região da *Heartland* por vias políticas, econômicas e promovendo a segurança regional. Esses países, de fato, são independentes, mas a Rússia tem grande capacidade coercitiva em caso de divergências de interesses e ações. Dentro dessa dimensão política, a Multipolaridade se apresentou por meio da cooperação com outros países na forma de limitar a influência dos Estados Unidos, único meio lógico de se opor ao *status quo* da Ordem Mundial vigente. A Rússia teve por grandes parceiros a Venezuela, Líbia, Síria, Brasil e Irã, além do bloco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como organização cooperativa entre Estados. (CAMARGO, 2018, p. 179).

Lemonte (2013) e Meshcheryakov (2014) argumentam que a Rússia de fato promoveu uma política externa que visava à consolidação de uma hegemonia local na Eurásia, fazendo usos indiretos de meios coercitivos mediante a cooptação de grupos de cooperação. De acordo com Meshcheryakov (2014, p. 1749),

A política externa russa na Ásia Central tem uma série de pontos fortes e inconvenientes. Entre as principais realizações da diplomacia russa, devemos notar que Moscou conseguiu construir um sistema bastante eficaz para a cooperação com a Ásia Central. Legalmente, quatro das cinco nações destaque (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão) são aliados da Rússia, o Turquemenistão se apresenta como um parceiro estratégico. Além disso, nenhuma dessas repúblicas são membros de organizações internacionais que contrariam a influência russa (OTAN etc.).

Aleksandr Dugin, um teórico geopolítico e assessor direto de Vladimir Putin, apresentou, em um de seus livros, a perspectiva da Multipolaridade que a Rússia deveria promover na Ordem Internacional.

Um terceiro exemplo pode ser encontrado no projeto Eurasianista (também conhecido como da multipolaridade, Grandes Espaços ou Grandes Poderes), propondo um modelo alternativo a ordem mundial baseando-se no paradigma das civilizações e das Grandes Potências. (DUGIN, 2012, p. 94).

Apesar de Dugin apelar para uma questão cultural/territorial, houve uma exemplificação da relação entre o espaço Eurasiano (*Heartland*) e a Multipolaridade, isto é, um discurso

geoideológico que fomentava e fortalecia suas pretensões territoriais e legitimava as dos seus principais parceiros na oposição à hegemonia dos Estados Unidos. Portanto as duas intencionalidades de Putin eram intrinsecamente interdependentes.

A análise das ações políticas e militares de Putin no período entre 2012 a 2015, período de forte atitude geopolítica russa, visa, desse modo, à compreensão da relação entre teoria e prática em geopolítica. Para tanto, fizemos uso de artigos de periódicos jornalísticos como fonte de investigação de tais ações.

Como substrato teórico foram utilizados os artigos do *Le Monde Diplomatique* Brasil e da edição digital do *El País Espanha*. O primeiro apresenta características acadêmicas, oferecendo profundas reflexões sobre os temas abordados, e o segundo se caracteriza como uma mídia de massa, apresentando-se, segundo seus próprios dizeres, como sendo uma mídia independente, comprometida com a liberdade e o pluralismo. Nesse sentido, o jornal é definido como “[...] independente e de qualidade, com vocação ibero-americana e defensor da democracia pluralista. Nasceu como um jornal de vanguarda, progredindo em seu sentido literal e não político” (EL PAÍS, 2018).

Essas duas mídias são importantes em seus segmentos, sendo a disparidade de público o fator que proporciona uma rica bibliografia, trazendo à luz vários aspectos das ações de Vladimir Putin na Rússia.

Para análise do material empírico destacado, optou-se pelo procedimento de pesquisa referido por Bardin (2011, p. 47), como a Análise do Conteúdo, que é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Segundo a autora, a Análise do Conteúdo é um procedimento que busca realizar a captura de informações objetivadas, ou seja, absorver o essencial para a pesquisa dentre um conjunto amostral de dados.

2 Governo Vladimir Putin do ano 2012 a 2015

O ano de 2012 foi o da eleição para o terceiro mandato de Putin à Presidência. Contudo, durante esse período de eleição, o que se pode perceber diz respeito à estratégia de mudança governamental, via movimentações sociais, denominada pela imprensa ocidental como *Revoluções Coloridas*. No caso ucraniano foi a chamada *Revolução Laranja*, financiada por intermédio de Organizações Não Governamentais (MONIZ BANDEIRA, 2018).

As ONGs — tais como Freedom House, American Enterprise Institute (AEI), National Democratic Institute (NDI) e muitas outras, financiadas pela USAID, NED, CIA e agências dos Estados Unidos e da União Europeia e/ou grupos privados, seguiram encorajar as denominadas revoluções

coloridas nos países do Cáucaso. A Revolução Laranja, na Ucrânia, visou anular a eleição de Viktor Yanukovych, governador da província de Donetsk (1997-2002) e levar ao poder seu adversário, o líder da oposição Viktor A. Yushchenko, que era pró-Occidente, [...]. (MONIZ BANDEIRA, 2018, p. 266).

A tentativa de ingerência nas eleições russas se agravou após Putin declarar que concorreria (FERNÁNDEZ, 2011) novamente nas eleições, levando à deflagração de várias movimentações populares contrárias que começaram a surgir nas principais cidades (BONET, 2011c), com destaque para os grupos neonazistas, igualmente aos que acometeram a Ucrânia (BONET, 2011a; BONET, 2011b; MONIZ BANDEIRA, 2018).

Medvedev realizou um discurso sobre esses movimentos populares, que foi transcrito por Fernández (2011, tradução nossa) em um artigo do *El País*:

No início de seu discurso, Medvedev se referiu às recentes eleições parlamentares no início de dezembro, que receberam fortes críticas internacionais pelas irregularidades detectadas pelos observadores. Os Estados Unidos duvidaram publicamente da legitimidade do resultado. Medvedev, como já fez Putin na época, advertiu que não permitirá "interferência do exterior". "O direito das pessoas de expressarem sua opinião com métodos legais é garantido, mas tentativas de manipular os cidadãos da Rússia, enganá-los, acabar com a discórdia social são inadmissíveis, não permitiremos que provocadores e extremistas arrastem a sociedade para dentro de suas aventuras, nem vamos permitir a interferência estrangeira em nossos assuntos internos", disse o presidente.

Medvedev faz claro destaque à tentativa de manipulação ocidental aos cidadãos russos como meio de aplicar um *Regime Change*¹ na Rússia. Essa tentativa de reorientar a opinião pública resultou em agitação social com forte presença de grupos extremistas, impactando as eleições legislativas e presidenciais.

As movimentações populares contra Putin e seu partido ocorreram tanto nas eleições parlamentares de 2011, quanto nas eleições presidenciais de 2012. Os países ocidentais abertamente alegaram que esses pleitos foram fraudulentos. Todavia a população russa foi majoritariamente a favor de Putin no governo (CAÑO, 2011; BONET, 2011a; BONET, 2011b; CLAUDÍN; PEDRO, 2011; FERNÁNDEZ, 2011).

Uma revolução colorida à moda russa não vai acontecer. Os encontros para manifestações, em 5 e 10 de março, convocados por grupos que contestavam o resultado da eleição presidencial, não atraíram as multidões esperadas, e seus organizadores reconheceram a necessidade de alterar o modo de expressar seu descontentamento. No entanto, o poder procederia erradamente ao agir como se tudo estivesse novamente em ordem. Após um período de mobilizações sem precedentes iniciado em dezembro de

¹ Sendo a mudança de um regime de governo por outro através de ações políticas, militares ou ingerências indiretas, causadas e articuladas por uma ou mais potências externas. Muito utilizadas pelos Estados Unidos (MONIZ BANDEIRA, 2017).

2011 por ocasião das eleições legislativas, a sociedade russa se mostra mais dividida do que nunca.

Além das fraudes constatadas, a reeleição de Vladimir Putin não é uma surpresa. Primeiro, porque, para grande parte do eleitorado, ela continua sendo a única garantia de estabilidade no país, traumatizado pela sucessão de crises políticas e econômicas enfrentadas desde 1991. Mesmo nas grandes manifestações que se seguiram às contestadas eleições para a Duma, a maioria não queria uma ruptura política completa. O partido no poder soube jogar eficazmente com esse estado de espírito, prometendo continuidade. Além disso, as leis eleitorais colocadas em prática desde 2000 impediram a oposição de apresentar candidatos plausíveis. (RADVANYI, 2012).

Radvanyi (2012) relatou o suporte popular ao modelo político de Putin, além de confirmar uma estruturação política e administrativa para manutenção de sua presença no governo. O desenvolvimento político e econômico promovido por Vladimir Putin assegurou uma relativa estabilidade que fez com que a população russa passasse a apoiá-lo, independentemente das fomentações do *Regime Change*. (BONET, 2002a; BONET, 2005a; BONET, 2007c; BONET, 2014c).

A popularidade do presidente russo Vladimir Putin chegou a 88%, seu nível mais alto desde que se tornou presidente pela primeira vez há mais de 15 anos, de acordo com uma pesquisa divulgada nesta sexta-feira que confirma a força de sua imagem.

A pesquisa, preparada pelo Centro de Pesquisas de Opinião Pública, reafirma a tendência crescente de que a popularidade de Putin vem se registrando desde o início da crise política na Ucrânia, há mais de um ano. Especificamente, 88% dos russos apoiam seu presidente, de acordo com a pesquisa, extraídos de 1.600 entrevistas em 130 locais e coletadas pela agência de notícias Itar-Tass. (PUTIN... , 2015, tradução nossa).

No decorrer de seus mandatos, houve bloqueios jurídicos aos seus opositores de modo a impedi-los a concorrer nas eleições. Dessa maneira, Putin conseguiu transpor o problema das ingerências nas eleições russas por meio de sua própria popularidade advinda de sua atuação em defesa da unidade territorial russa e de seu povo, levando-nos a correlacionar como uma postura política voltada essencialmente à Kultur russa (ELÍAS, 1994).

Nessa mesma postura de promover o bloqueio jurídico das forças opositoras, Putin tomou medidas contra a estratégia de *regime change* aplicada pelos Estados Unidos (as tentativas de ingerência nas suas eleições) na Rússia, como forma de evitar futuras tentativas de fragilização de seu governo.

Percebendo, entretanto, que os efetivos atores das ingerências eram as Organizações Não Governamentais (ONG) que recebiam financiamentos advindos de Washington, o governo russo tomou providências para regulamentar essas instituições, classificando-as como “agentes estrangeiros” e subsequentemente facilitando seu monitoramento (BONET, 2012a; BONET, 2012b).

Em alguns casos, foram realizadas sérias investigações, culminando com expulsões dessas entidades da Rússia, como no caso da “Agência de Desenvolvimento Internacional”, de origem estadunidense (BLANCO, 2015; FERNÁNDEZ, 2015a). No tocante às ingerências ocidentais no entorno estratégico russo, o caso ucraniano tornou-se emblemático, pois Putin, em 2005, havia neutralizado a estratégia de contenção estadunidense em cooptar a Ucrânia para sua esfera de influência direta, pela *Revolução Laranja*. Apesar disso a última eleição da Ucrânia com a eleição do presidente Viktor Yanukovich, de tendências pró-russas, realinhou os dois países.

Um de seus primeiros atos foi o cancelamento das negociações de Kiev com o acordo de livre comércio com a União Europeia. Esse fato fez com que elevasse as tensões internas ucranianas com a população pró-europeia, financiadas pelos Estados Unidos, que iniciaram uma grande revolta na praça Maidan. Grupos neonazistas participaram de forma extremamente agressiva nas manifestações. Esses grupos forçaram a renúncia de Yanukovich e a proclamação de novas eleições, em que Petro Poroshenko (pró-ocidente) saiu vencedor como presidente. (BONET, 2013; DECENAS... , 2013; FARIZA, 2014b; VICÉNS, 2014; DREYFRUS, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2018).

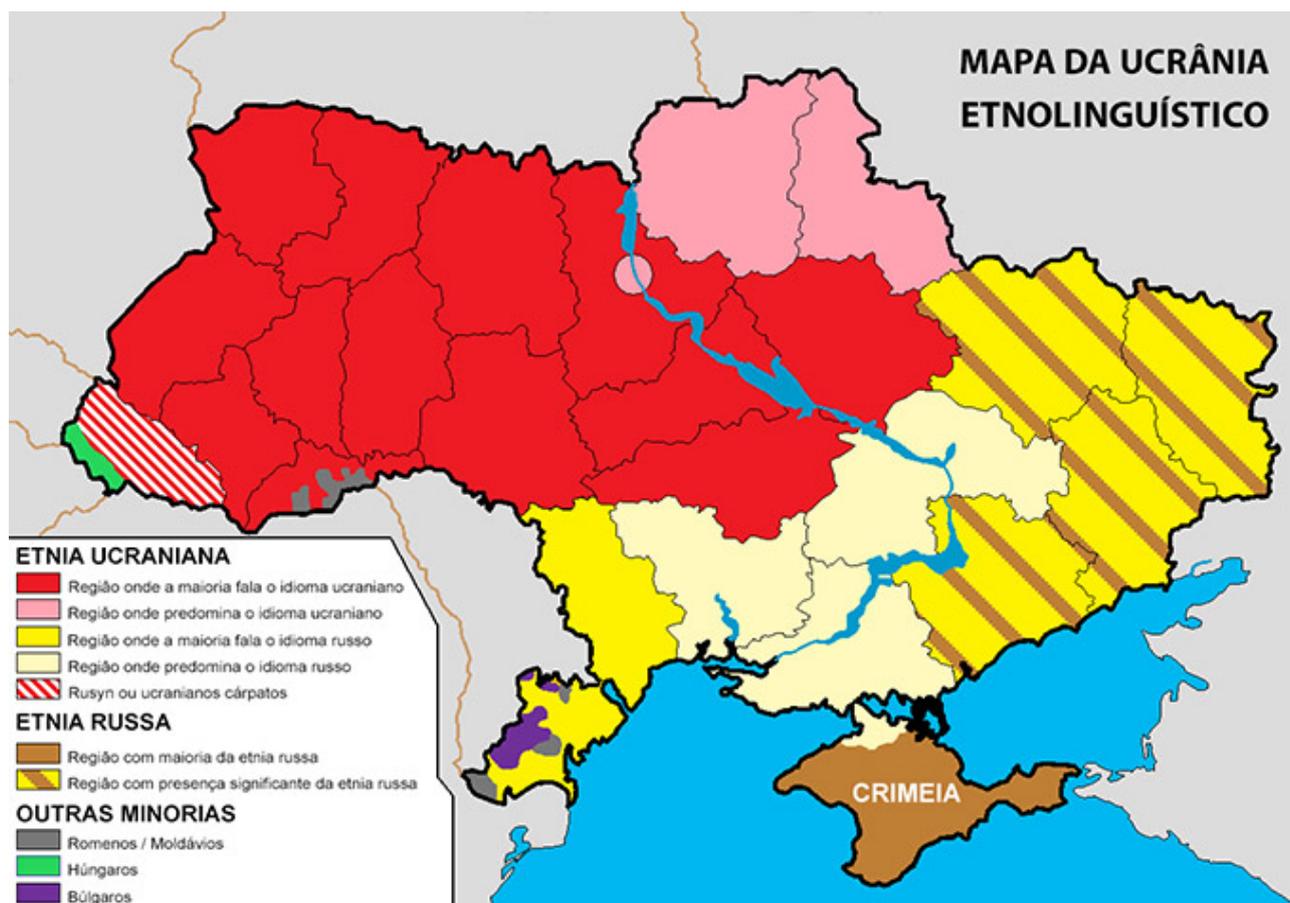
As extremas direitas ganham terreno na Europa, ainda que muitas delas procurem adotar novos hábitos. Obviamente, tais movimentos desempenham seu papel na Ucrânia. O Svoboda e o Praviy Sektor esperam ganhar com a revolta popular contra o sistema corrupto do ex-presidente Viktor Yanukovich, deposto no dia 22 de fevereiro (DREYFRUS, 2014).

Putin relatou para Oliver Stone (2017), em uma entrevista, a preocupante guinada pró-ocidental da Ucrânia. Dessa forma

Os mercados da Rússia estavam totalmente abertos às importações da Ucrânia. Tínhamos, e ainda temos, barreira tarifária igual a zero. Temos um sistema de energia e um sistema de transporte únicos. Há diversos outros elementos que unem nossas economias. Durante 17 anos, negociamos com a União Europeia condições de acesso da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC), e, de repente, foi anunciado para nós que a Ucrânia e a União Europeia estavam firmando um acordo de associação. Isso significa a abertura do mercado ucraniano. Significava que os padrões técnicos, a regulação do comércio e outros elementos da política econômica da União Europeia deviam ser implantados na Ucrânia, e isso estava acontecendo muito rápido, sem um período de transição. Ao mesmo tempo, nossa fronteira aduaneira com a Ucrânia se achava totalmente aberta. A União Europeia podia ingressar em nosso território com todos os seus produtos sem nenhuma negociação, apesar dos acordos — acordos de princípios — que tínhamos alcançado com ela antes, no correr daquelas conversações de 17 anos a respeito de nosso acesso à OMC (STONE, 2017, p. 90).

Nas palavras de Putin, observa-se claramente como o líder russo procurou denotar forte interligação econômica e social entre a Rússia e a Ucrânia. De fato, até 1991 a Ucrânia nunca se apresentou como um país independente. Em toda sua história esteve, de alguma

Figura 1: Divisão Etnolinguística da Ucrânia



Fonte: MAPA... (2020).

forma, vinculada à Rússia, sendo o território ucraniano efetivamente o berço da civilização russa (MONIZ BANDEIRA, 2018).

Outro elemento que Putin se referiu foi quanto ao impacto na economia russa, por meio da entrada das mercadorias ocidentais via Ucrânia. Ou seja, o ocidente teria fáceis condições de desestabilizar a Rússia internamente, pois as fronteiras estavam abertas ao fluxo de bens, serviços e pessoas.

A reação de Putin contra a Ucrânia foi apoiar as regiões de maioria populacional russa dentro da Ucrânia (Figura 1). Essa ação resultou na anexação da península da Crimeia, ocorrendo em 20 dias. Cronologicamente, foi no dia 27 de fevereiro de 2014 que o parlamento da Crimeia votou por um referendo sobre a independência e subsequente concordância à anexação pela Rússia. Em 18 de março, o parlamento russo (Duma) aprovou o protocolo de anexação (FERNÁNDEZ, 2014a).

O principal fator que proporcionou a anexação da Crimeia foi a característica da população local, maioria étnica russa. As regiões de Lugansk e Donetsk (regiões destacadas em amarelo com faixas em bege na Figura 1) também apresentam significativa população russófila e russófona. Essa foi a base da reivindicação ao mesmo direito da Crimeia em poder declarar-se independente e, posteriormente, estabelecer a associação ao Estado russo (FERNÁNDEZ, 2014b).

Primeiramente, a Rússia apoiou a iniciativa das regiões de Lugansk e Donetsk, no

entanto essa escalada de acontecimentos levou a um confronto militar entre as milícias pró-Rússia e as forças militares ucranianas. A primeira financiada pela Rússia e a segunda pela Ucrânia e países ocidentais (SÁNCHEZ-VALLEJO, 2014; BONET, 2014a; SUTYAGIN, 2015).

Há evidências de tropas russas presentes no leste da Ucrânia — não apenas em um papel de comando e para operar equipamentos avançados, mas também como combatentes. As forças destacadas para a Ucrânia, perto da fronteira da Crimeia, representam uma ameaça séria e direta à Ucrânia. Isso se deve ao número dessas forças russas, que quase iguala a de todas as forças de combate disponíveis por Kiev. Além disso, as forças rebeldes, mais ou menos sob o controle russo, representam metade do total das tropas russas. Assim, Kiev não pode gerar ou contar com superioridade numérica (SUTYAGIN, 2015, p. 9, tradução nossa).²

As pretensões de Putin não eram agravar mais a situação com a Ucrânia. Dessa maneira apoiava a iniciativa dos rebeldes, mas não os incentivou a seguir o caminho separatista da Crimeia (BONET, 2014b). Putin idealizava construir um federalismo na Ucrânia que possibilitasse maiores liberdades políticas para essas regiões, tornando mais flexível sua capacidade de influência interna nesse território. A despeito disso, seu controle sobre os rebeldes era escasso, não podendo interromper os desenlaces do conflito, que se agravaram a uma configuração de guerra civil na Ucrânia.

Diferentemente das regiões de Lugansk e Donetsk, que se utilizaram do confronto armado como meio de alcançarem seus objetivos políticos, o caso da Crimeia teve uma maior participação burocrática do que as ações militares. Putin, com efeito, fez uso da prerrogativa da independência do Kosovo, Resolução nº 1.244 da Corte Internacional de Justiça de 17 de fevereiro de 1999. Ou seja, a base legal e jurídica da autodeterminação dos povos. Desse modo, pode efetivar a incorporação da Crimeia em seu território, retoricamente colocando-a como uma iniciativa advinda da própria população local.

Há, contudo, complexos fatores estratégicos na integração da Crimeia ao território russo. Obviamente existem tanto a base de consolidação da *Heartland* quanto o estabelecimento do efetivo controle da *Kultur* russa. Não obstante há, também, uma geoestratégia envolvida, a consolidação do acesso ao Mar Negro e das reservas de hidrocarbonetos na região do próprio Mar Negro e na do Mar de Azov (CHAGAS, 2014; MATLACK, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2018).

[...] E era a partir do Mar Negro que a frota estacionada em Sevastopol podia, através do Mediterrâneo, chegar ao Atlântico e ao Oceano Índico. A presença da Frota Russa no Mar Negro — entedia o presidente Putin — constituía fator chave para a segurança regional. A Rússia temia o enclausuramento pelo Ocidente, a ameaça à sua fronteira sudeste. Desde os tempos mais remotos, a região esteve em sua esfera de influência e constituía o eixo de sua segurança nacional. Não podia, portanto, perder a estratégica posição na Crimeia. Era através dos portos dessa península — Sevastopol, Varna, Sohum, Trabzon, Konstanz, Poti e Batumi — que

² artinii

transitavam o óleo e o gás natural, oriundo do Cáucaso, e a frota do Mar Negro controlava as comunicações com o Mar Mediterrâneo, através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, de importantes zonas energéticas que abasteciam os mercados do Ocidente. Os corredores de energia expandiram assim a dimensão geopolítica do Mar Negro e de todo o seu entorno. (MONIZ BANDEIRA, 2018, p. 306–307).

O acesso russo a portos de águas quentes, ou seja, que no inverno não congelam, efetivamente favoreceu a operacionalidade de suas forças armadas (marinha) em qualquer período do ano, ampliando a sua capacidade de estender seu poder e controle geopolítico com maiores facilidades. Os próprios corredores energéticos da região da Crimeia estão relacionados à estratégia russa de controle energético sobre a Europa.

Na extensão desse constante conflito com a União Europeia e os Estados Unidos, houve a intensificação de sanções contra a Rússia e imposição do envio de tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte para o Leste europeu (FARIZA, 2014a; YÁRNOZ, 2014; AYUSO, 2014), como estratégias de contenção territorial da Rússia em relação ao seu *espaço vital* (SPYKMAN, 2017).

A estratégia ocidental em atacar a Rússia com sanções econômicas, bloqueio de bens e restrição à movimentação de “pessoas-chave” — ligadas ao governo de Putin — foi efetiva para arrefecer a economia russa. A “coincidência” na diminuição dos preços do petróleo impactou mais severamente ainda, promovendo a incapacidade de investimentos e de arrecadação do governo. Além de solaparem, em conjunto, os aliados também são dependentes dos hidrocarbonetos (Venezuela, Síria e Irã). Em âmbito geral, pode-se afirmar que houve fortes impactos estruturais à economia russa (BONET, 2014d; RIMBERT, 2015; MONIZ BANDEIRA, 2018).

A pressão econômica instaurada sobre a Rússia fez com que abrisse a possibilidade para os seus parceiros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como forma de intensificar a ruptura do sistema econômico mundial imposto pelos Estados Unidos (GONZÁLES, 2014) e conduzir para uma possível ação da Multipolaridade em frente da imposição unipolar de Washington.

A Multipolaridade, como anteriormente referido, é uma via antissistêmica geral ao globo. Dugin a incorporou dentro de sua Teoria, e essa foi a via com que a Rússia tomou como forma de remediar sua decrescente economia.

Outras atitudes tomadas pela Rússia para superar as sanções foram, por um lado, a consolidação da União Econômica Euroasiática, estabelecendo o espaço econômico comum na Eurásia, ou seja, nos países ex-soviéticos (FERNÁNDEZ, 2014c) e, por outro, a ampliação dos acordos com a América do Sul (ROSSI, 2014; ROSSI; REBOSSIO, 2014), bem como a parceria estratégica com a China, principal aliada na política e na economia (LIY, 2014; RUSIA..., 2015).

A consolidação do bloco de países da Eurásia por intermédio da União Econômica Euroasiática se correlacionou também como uma ampliação do controle russo sobre o território da *Heartland*, fortalecendo laços econômicos e políticos e moldando uma configuração de mercado semelhante à União Europeia, mas diferenciando-se pela potencialidade superior da Rússia diante de seus parceiros.

De fato, as sanções contra a Rússia apresentaram resultados significativos, entretanto Moscou não se intimidou e passou a reforçar o seu projeto Multipolar como via de amenizar as sanções econômicas e se posicionar, militarmente, no conflito civil sírio.

O conflito na Síria ganhou uma centralidade geopolítica para a Rússia nas referidas dimensões. Moscou tomou a frente da situação quando do agravamento do conflito civil naquele país aliado. O confronto bélico entre o governo e os “rebeldes” apoiados pelos Estados Unidos se deu pela descoberta de ricos recursos petrolíferos em sua costa (CHUSSUDOVSKY, 2012; MONIZ BANDEIRA, 2017).

Nesse sentido, a retirada de Bashar al-Assad do governo sírio (regime change) propiciaria a Washington obter mais facilmente os recursos energéticos da Síria, além de efetivar a implementação de oleodutos que escoassem o petróleo do Oriente Médio diretamente no Mediterrâneo, evitando o Estreito de Ormuz (MONIZ BANDEIRA, 2017).

Estrategicamente, a Rússia, além de atuar contra os interesses dos Estados Unidos, tem suas intenções estratégicas na Síria, baseada em seu poder telúrico do petróleo, via parceria pelas estatais do setor (RANGEL, 2013). Também possuía a estratégia de evitar um ressurgimento do terrorismo no Cáucaso, pois os grupos atuantes na Síria apresentavam fortes vínculos com os do Iraque e Chechênia (MARKEDÓNOV, 2015).

Inicialmente, a atuação da Rússia foi em conjunto com os BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China), demonstrando empenho em promover a defesa perante as ingerências externas do ocidente desde o início dos conflitos internos na Síria, em 2011.

Os países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) tinham clara consciência de que a Resolução, propondo o estabelecimento da *no-fly zone* sobre a Síria, era, mais uma vez, manobra de engodo para capciosamente possibilitar a intervenção militar da OTAN, sob o pretexto fraudulento de defender a população civil, defesa humanitária etc., quando o objetivo era a de regime change, como na Líbia. Os Estados Unidos e seus aliados, porém, não desistiram. Com o apoio da Liga Árabe, dominadas pelas autocracias sunitas do Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico (CCG), os Estados Unidos, em 4 de fevereiro, intimidaram Bashar al-Assad a deixar o poder, e sofreram mais uma contundente derrota. A Rússia e a China vetaram-na. E a equação armada pelo Ocidente, com o apoio da Liga Árabe, falhou nesse cálculo. Os Estados Unidos e seus sócios da União Europeia não puderam usar falaciosamente a cobertura do CSNU e instrumentalizar a OTAN para destruir o regime de Bashar al-Assad. (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 387).

Moniz Bandeira (2017) deixa explícita a ação ocidental em intervir militarmente via OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), todavia a ação conjunta da Rússia e China dentro do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) impediu os ocidentais sobre o veto (MONGE, 2014; SANZ, 2015). A Rússia tomou a iniciativa em intervir militarmente no conflito quando a pressão dos “rebeldes” patrocinados por Washington somente se expandia. Isso culminou com a institucionalização do Estado Islâmico. Moniz Bandeira (2017, p. 446) relata a estagnação do conflito:

Com razão, o presidente Bashar al-Assad, em entrevista exclusiva à TV *Russia Today* (RT), disse que ocorreria na Síria um “*new style of war*”, o “*proxy terrorism*” (terrorismo por procuração), e, embora suas tropas estivessem lutando uma guerra “dura e complicada”, ela poderia parar dentro de poucas semanas se outros países deixassem de enviar armas aos rebeldes, dando todo o suporte político, inclusive dinheiro, em escala sem precedentes: Sem combatentes estrangeiros e contrabando de armamento, “*we could finish everything in weeks*”. O apoio externo era o que mais sustentava o terrorismo na Síria. E a Turquia, mais do que qualquer outro país, era o que mais apoiava o ingresso de terroristas e o contrabando de armamento para a Síria.

A Rússia enviou assessores militares (FERNÁNDEZ, 2015b), mas efetivamente a atuação militar foi em 30 de setembro de 2015.

A aviação russa bombardeou, nesta quarta-feira, posições de grupos insurgentes inimigos do regime de Bashar al-Assad, depois que a câmara alta do parlamento russo deu seu consentimento pela manhã para o uso das forças armadas no país árabe. O Ministério da Defesa da Rússia informou que os ataques atingiram alvos do Estado Islâmico (IS). O secretário de Defesa dos EUA, Ashton Carter, disse que as primeiras indicações são de que os atentados “provavelmente” afetaram áreas sem a presença do EI. “Esse tipo de ação inflamaria a guerra civil”, lamentou. (BONET, 2015a, tradução nossa).

Os ataques militares da Rússia partiram de suas próprias bases em território sírio, Lakaria e Tartus configuram-se como suporte aéreo em solo e bombardeios a alvos terrestres como armazéns de munição, fortificações e redutos dos “rebeldes” (BONET, 2015b). Também foram realizados bombardeios por mísseis através dos navios da Frota do Mar Cáspio, atravessando os espaços aéreos do Irã e do Iraque até atingirem seus objetivos (VICÉNS, 2015). Essa atitude em bombardear o território sírio por intermédio dos navios do Mar Cáspio apresentou-se como um demonstrativo da capacidade bélica dos russos frente aos Estados Unidos e Europa Ocidental.

A participação direta dos russos proporcionou uma aceleração nas vitórias militares do exército sírio, corroborando com a efetividade das ações russas em defesa de seus interesses e na ação de resoluções de problemas mundiais. Também demonstraram o nível de poder alcançado pela Rússia na configuração das relações internacionais. Como dito por Willian Roberto (2012, p. 70) sobre o papel russo na síria,

De qualquer forma, o papel russo na Síria configura-se como um indicativo da importância da Rússia no sentido de ela ser um importante pilar do multilateralismo que vai tomando forma neste contexto do século XXI, mostrando que Moscou deve ser levado em conta nos arranjos de segurança tanto no âmbito regional quanto no internacional. Observa-se então que a Rússia é decisiva para entender a polaridade do Sistema Internacional que está se construindo.

A Rússia materializou-se como um pilar do multilateralismo no conflito sírio, tomando para si as responsabilidades que condiziam com sua efetiva capacidade geopolítica, mas não

sozinha. Sua retórica e busca de constantes diálogos com parceiros e países de destaque legitimaram seu valor nas Relações Internacionais. Essa conduta também é clara oposição à postura unitarista dos Estados Unidos.

Essa nova configuração russa no âmbito da divisão de poder mundial tem por base a expansão racional de sua força telúrica e das características de sua *Kultur*, configurando, em linhas gerais, uma geopolítica pautada na consolidação de seu território, entendido como *Heartland*, e em uma nova via da divisão mundial dos poderes, a Multipolaridade.

3 Considerações finais

O Presidente Vladimir Putin apresentou em suas ações geopolíticas condutas que coadunam com as nossas premissas. Com a perda da capacidade de influência direta na Ucrânia, Putin promove a instabilidade interna e a anexação da República Autônoma da Crimeia, no caso, parte integrante do território ucraniano, como via de ainda ter vantagens efetivas no controle territorial, por intermédio da retórica da cultura, língua e a maioria de cidadania russa dessa região.

Como consequência, os países centrais, Estados Unidos e União Europeia, aplicaram sanções econômicas de forte impacto na Rússia, que veio como um catalisador para as relações com os países da Eurásia, com a China e os outros países do BRICS, Organização para Cooperação de Xangai e União Econômica Eurasiática. Indo, dessa forma, ao encontro das vias Multipolares e reforçando estruturalmente a oposição frente as instituições de controle ocidental.

Por fim, tem-se a participação direta no conflito da Síria. Essa ação pode ser observada por vários espectros: o primeiro é a estabilidade territorial russa. Muitos combatentes antigo-verno sírio advieram dos grupos terroristas chechenos; segundo, o fortalecimento de parcerias significativas no Oriente Médio que são opositoras aos Estados Unidos e aliados; em terceiro, a apresentação mundial de sua capacidade bélica e política em uma situação de alta magnitude nas relações internacionais.

Apresentamos algumas das principais ações de Putin nesse pequeno período de quatro anos, entretanto elas revelam uma significativa correlação com as perspectivas teóricas. Uma linha histórica mais ampla foi apresentada na dissertação de Camargo (2018) e revela as mesmas observações. Contudo devemos nos ater que a efetiva prática de Putin não é ortodoxa a qualquer teoria, mas uma manifestação da efetiva capacidade russa diante das múltiplas adversidades políticas internas e externas. Portanto, até o momento, há vantagens relevantes nessas práticas geopolíticas, conquanto possam ser revistas e reestruturadas segundo o método e a forma, de acordo com a realidade objetiva russa.

Referências

AYUSO, Silvia. EE UU también “ampliará y profundizará” sus sanciones contra Rusia. *El País*, Madrid, 11 set. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/09/11/actualidad/1410459662_384650.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 2011.

BLANCO, Patricia R. Putin ya no tiene que esconder su intención de matar a las ONG. *El País*, Madrid, 25 mai. 2015. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/05/25/actualidad/1432551873_305052.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. “Europa”, grito de guerra en Kiev. *El País*, Madrid, 26 nov. 2013. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2013/11/26/actualidad/1385495034_659515.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Aprenda a combatir en cinco días. *El País*, Madrid, 24 maio 2014a. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/05/23/actualidad/1400861556_734293.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Aviones rusos bombardean en territorio sirio. *El País*, Madrid, 01 out. 2015a. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/09/30/actualidad/1443599626_907354.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Putin afloja el pulso en Ucrania. *El País*, Madrid, 07 mai. 2014b. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/05/07/actualidad/1399473527_401405.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Putin aprueba la ley que convierte a las ONG rusas en “espías”. *El País*, Madrid, 05 jul. 2012a. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2012/07/05/actualidad/1341510064_723166.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Putin, un zar entre tormentas. *El País*, Madrid, 21 jun. 2014c. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/06/21/actualidad/1403378546_851562.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Rusia ataca en Siria a varios grupos enemigos del régimen de El Asad. *El País*, Madrid, 02 out. 2015b. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/10/01/actualidad/1443683235_197494.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Rusia expulsa a la Agencia de Desarrollo Internacional de EEUU. *El País*, Madrid, 19 set. 2012b. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2012/09/19/actualidad/1348076832_530858.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

BONET, Pilar. Rusia sufre más por la caída del petróleo que por las sanciones. *El País*, Madrid, 24 nov. 2014d. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/11/24/actualidad/1416852880_752008.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

CAMARGO, Felipe Rodrigues de. *A geopolítica da Rússia nos governos de Vladimir Putin: as ações econômico-político-militares e a Teoria Neo-eurasiana*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, p, 209, 2018.

CAÑO, Antonio. EE UU insiste en que sus críticas a Putin están “bien fundadas”. *El País*, Madrid, 08 dez. 2011. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2011/12/08/actualidad/1323372027_440481.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

CHAGAS, Debora Cristina Nascimento. A geopolítica dos recursos naturais da Rússia: uma análise sob a perspectiva de Vladimir Putin. *Revista Vernáculo*, n. 33, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/37140>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CHOSSUDOVSKEY, Michel. Syria: British Special Forces, CIA and MI6 Supporting Armed Insurgency. NATO Intervention Contemplated. *Global Research*, v. 7, jan. 2012. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/syria-british-special-forces-cia-and-mi6-supporting-armed-insurgency-nato-intervention-contemplated/28529>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CLAUDÍN, Carmen; PEDRO, Nicolás. Por fin buenas noticias de Rusia. *El País*, Madrid, 21 dez. 2011. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2011/12/21/actualidad/1324492565_284239.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

DECENAS de miles de ucranios claman por un pacto con la Unión Europea. *El País*, Madrid, 24 nov. 2013. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2013/11/24/actualidad/1385320413_639690.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

DREYFRUS, Emmanuel. Extrema direita ucraniana, entre o nacionalismo e a desordem. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 1 mar. 2014. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/extrema-direita-ucraniana-entre-o-nacionalismo-e-a-desordem/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

DUGIN, Aleksandr. *The Fourth Political Theory*. London: Arktos, 2012.

EL PAÍS. *El País*, Madrid, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://elpais.com/corporativos/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ELÍAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIZA, Ignacio. Bruselas avisa de posibles sanciones ante la escalada de violencia en Ucrania. *El País*, Madrid, 22 jan. 2014a. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/01/22/actualidad/1390416344_882946.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

FARIZA, Ignacio. La OTAN planea reforzar su presencia militar en países fronterizos con Rusia. *El País*, Madrid, 26 ago. 2014b. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/08/26/actualidad/1409074930_951874.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. El Senado ruso exige investigar a 12 ONG internacionales. *El País*, Madrid, 09 jul. 2015a. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/07/08/actualidad/1436359865_897102.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 89 – 105, jan./jun. 2020

FERNÁNDEZ, Rodrigo. Lugansk también quiere un referéndum como Crimea. *El País*, Madrid, 10 mar. 2014a. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/03/10/actualidad/1394440085_831607.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. Putin firma la anexión de Crimea a Rusia. *El País*, Madrid, 18 mar. 2014b. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/03/18/actualidad/1395125826_603105.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. Putin, proclamado candidato a la presidencia rusa por unanimidad. *El País*, Madrid, 27 nov. 2011. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2011/11/27/actualidad/1322410585_108216.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. Rusia avanza en sus planes para reagrupar el espacio postsoviético. *El País*, Madrid, 29 mai. 2014c. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/05/29/actualidad/1401390819_382391.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. Rusia confirma que tiene asesores militares en Siria desde 2011. *El País*, Madrid, 09 set. 2015b. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/09/09/actualidad/1441796216_947099.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

GONZÁLES, Alicia. Los BRICS se rebelan contra el FMI. *El País*, Madrid, 29 abr. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/07/13/actualidad/1405270597_195035.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

LEMONTE, Marco Vallada. Identidade nacional e política externa: impactos do eurasianismo no pensamento geopolítico russo. IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa. *Anais eletrônicos* [...]. San Tiago Dantas, 2013.

LIY, Macarena Vidal. China se apoya en Rusia para acrecentar su peso internacional. *El País*, Madrid, 25 nov. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/11/15/actualidad/1416088304_442188.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

MAPA da Ucrânia etnolinguístico. In: R7. Disponível em: <http://www.r7.com/r7/media/2014/20140303-Crimeia/assets/mapa02x680.jpg>. Acesso em: 12 set. 2020.

MARKEDÓNOV, Seguí. Rusia y la amenaza terrorista. *El País*, Madrid, 25 nov. 2015. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2015/11/19/opinion/1447924189_425486.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

MATLACK, Carol. Losing Crimea could sink Ukraine's offshore oil and gas hopes. *Bloomberg Business Week*, March, v. 11, 2014. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2014-03-11/losing-crimea-could-sink-ukraines-offshore-oil-and-gas-hopes>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MESHCHERYAKOV, Konstantin Yevgenievich. Russia's foreign policy in Central Asia: strengths, weaknesses and paths for improvement. *World Applied Sciences Journal*, v. 30, n. 12, p. 1749-1751, 2014.

MONGE, Yolanda. Rusia y China impiden que la Corte Penal investigue los crímenes en la guerra siria. *El País*, Madrid, 22 mai. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/05/22/actualidad/1400781900_687551.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A desordem mundial: o espectro da total dominação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PUTIN alcanza uma cifra récord de popularidade del 88%. *El País*, Madrid, 13 mar. 2015. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/03/13/actualidad/1426271339_789048.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

RADVANYI, Jean. Vladimir Putin e as expectativas da sociedade russa. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 1 abr. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/vladimir-putin-e-as-expectativas-da-sociedade-russa/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

RANGEL, Carmen. Rusia busca el petróleo y el gas de Siria. *El País*, Madrid, 27 dez. 2013. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2013/12/27/actualidad/1388173802_253968.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

RIMBERT, Pierre. Extrema direita ucraniana, entre o nacionalismo e a desordem. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 1 abr. 2015. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/petroleo-e-paranoia/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

ROBERTO, Willian Moraes. O papel russo na crise síria e sua decorrência internacional. *Revista perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 5, p. 57-72, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/issue/download/2607/155#page=57>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ROSSI, Marina. Rusia busca carne en Brasil tras el veto de alimentos a la UE y EEUU. *El País*, Madrid, 08 ago. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/08/08/actualidad/1407456267_254205.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

ROSSI, Marina; REBOSSIO, Alejandro. Sudamérica exportará alimentos a Rusia ante las sanciones a la UE y EE UU. *El País*, Madrid, 08 ago. 2014. Disponível em: https://elpais.com/economia/2014/08/08/actualidad/1407524494_130789.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

RUSIA se convierte em el primer suministrador de petroleo de China. *El País*, Madrid, 23 jun. 2015. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/06/23/actualidad/1435062924_650964.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

SÁNCHEZ-VALLEJO, María Antonia. Los prorrusos toman la Administración Provincial de Lugansk. *El País*, Madrid, 29 abr. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/04/29/actualidad/1398790716_186883.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

SANZ, Juan Carlos. Irán y Rusia intentan buscar una salida diplomática para El Asad en Siria. *El País*, Madrid, 16 ago. 2015. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/08/16/actualidad/1439752952_972720.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

SPYKMAN, Nicholas J. *America's strategy in world politics: the United States and the balance of power*. Routledge, 2017.

STONE, Oliver. *As entrevistas de Putin*. Tradução Carlos Szlak. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

SUTYAGIN, Igor. Russian forces in Ukraine. *RUSI Briefing paper*, v. 9, 2015. Disponível em: https://rusi.org/sites/default/files/201503_bp_russian_forces_in_ukraine.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

VICÉNS, Elena. Rusia ataca en Siria con misiles desde las aguas del Mar Caspio. *El País*, Madrid, 07 out. 2015. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/10/07/actualidad/1444221857_560186.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

VICÉNS, Elena. Rusia debate si el Euromaidan es revolución o provocación. *El País*, Madrid, 30 jan. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/01/30/actualidad/1391100694_778219.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

YÁRNOZ, Carlos. Europa y EE UU ultiman nuevas sanciones contra Rusia. *El País*, Madrid, 28 jul. 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/07/28/actualidad/1406567442_037860.html. Acesso em: 24 abr. 2020.

ALGORITHMIC GOVERNANCE ON THE NEW SILK ROAD: AN ESSAY ON POWER AND TECHNOLOGY ACROSS CITIES AND REGIMES

GOVERNANÇA ALGORÍTMICA NA NOVA ESTRADA DA SEDA: UM ENSAIO SOBRE PODER E TECNOLOGIA ATRAVÉS DE CIDADES E REGIMES

Ricardo Andrade*

Abstract: In recent years, fast development of technologies such as artificial intelligence and Big Data analytics, along with the popularization of global platform services like Google, Facebook, Amazon, Baidu and WeChat led to major impact on elections, public opinion, privacy and other core socio-political processes in Western democracies. China has established ambitious policies towards becoming a global leader in artificial intelligence in the next decade, and some of the largest Chinese technology groups are now exporting know-how in *smart city* solutions to a growing number of cities and countries along the Belt and Road Initiative. The companies providing technology are the same that support the Chinese government with technical systems for surveillance of minority groups in Xinjiang, or develop pilot programs for China's controversial *social credit system*. New regulation has recently made it compulsory for large private Chinese companies in strategic sectors to have members of the communist party at the highest management level, formally blurring the lines between public and private interests in the way these companies operate in China and abroad. Also, the unprecedented economic development of China in the last decades and its new global geopolitical influence add to a number of challenges currently faced by liberal democracy. This article looks into the interdisciplinary nexus of China's expanding geopolitical influence, the increasing relevance of algorithmic systems in the public and private sector, and the crisis of liberal democracy. The author briefly introduces four cases of *smart city* initiatives where these factors intertwine, and points towards the need for further research on emerging fields such as *algorithmic governance*. The abovementioned topics and cases are presented in the context of the author's ongoing doctoral research project at the Otto-Suhr-Institut für Politikwissenschaft, Freie Universität Berlin.

Keywords: Algorithmic governance. Democracy. Technology. China. New silk road. Artificial intelligence. Big Data. Smart cities.

* Doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade Livre de Berlim. Mestre em Gestão Pública pela Universidade de Potsdam. E-mail: talktoricardo@gmail.com

Resumo: Nos últimos anos, o rápido desenvolvimento de tecnologias como inteligência artificial e análise de Big Data, somado à popularização de plataformas online como o Google, Facebook, Amazon, Baidu e WeChat, passaram a gerar impacto significativo em eleições, na opinião pública, na privacidade e em outros processos socio-políticos essenciais das democracias no Ocidente. A China estabeleceu políticas públicas arrojadas no sentido de se tornar líder global em inteligência artificial na próxima década, e algumas das maiores empresas chinesas de tecnologia atualmente exportam sua experiência em soluções para *idades inteligentes* para um crescente número de cidades e países associados à *Belt and Road Initiative*. As empresas que fornecem tecnologia para esses projetos também trabalham com o governo chinês em sistemas de vigilância utilizados no monitoramento de minorias étnicas em Xinjiang e desenvolvem projetos piloto para o controverso *sistema de crédito social* atualmente em implementação no país. Leis recentes tornaram compulsório que grandes empresas chinesas em setores estratégicos possuam membros do partido comunista chinês no mais alto nível gerencial, formalmente confundindo os limites entre interesses públicos e privados em relação à maneira como essas empresas operam na China e em outros países. Além disso, o desenvolvimento econômico sem precedentes vivenciado pela China nas últimas décadas e sua crescente influência geopolítica aumentam os desafios atualmente enfrentados pela democracia liberal. O autor apresenta brevemente quatro casos de *idades inteligentes* onde os fatores acima interagem e aponta para a necessidade de novas pesquisas em áreas interdisciplinares emergentes como *governança algorítmica*. Os tópicos são discutidos no contexto do projeto de pesquisa de doutorado atualmente desenvolvido pelo autor no Instituto Otto-Suhr de Ciências Políticas da Universidade Livre de Berlim.

Palavras-chave: Governança algorítmica. Democracia. Tecnologia. China. Nova rota da seda. Inteligência artificial. Big Data. Cidades inteligentes.

1 Introduction

Many social science scholars currently argue that the prevailing liberal democratic order, which has gained ground during a large part of the 20th century, is not capable of handling its own growth or providing answers to present or future challenges, resulting in the prevalence of illiberal regimes (ZAKARIA, 1997; IKENBERRY, 2010; MOUNK, 2014; ENDERLEIN, 2018; DIAMOND, 2019). Traditional ways of governing seem to be overwhelmed, and while many societies have democratic ideals, they lack informed, engaged citizens that can act on these values, often resulting in a government that “neither knows, nor implements the public will” (KAKABADSE *et al.*, 2003). This has contributed to increasing disillusionment towards democratic processes and institutions. Research into causes of the escalating challenges to liberal democracy have led to a variety of theories and arguments, including economic, cultural and political factors (ZÜRN, 2018; ABOU-CHADI, 2017). More recently, widely publicized usage of social networks and platform services to influence public opinion and election outcomes in several Western countries have generated stronger awareness of—and flourishing research on—the emerging role of technology in processes and institutions that are at the core of social and political systems. Data leaks, fake news, software *bots*, *nudging* and *filter bubbles* have strongly affected the outcomes of the UK Brexit referendum, the 2016 elections in the United States and the 2018 elections in Brazil (BHAYA, 2018; TUFEKCI, 2015; AMOORE, 2017).

Predictive algorithms statistically determine areas where crimes might take place, guiding police action while also, in many cases, automating biases and racial profiling in public security. Face recognition systems use machine-learning technology to identify individuals among crowds in public areas, with or without public knowledge or consent. GPS systems in mobile mapping applications allow online platform services to determine and store detailed data about where people are at each time of the day, when and where they go, how frequently, and how long they stay.

Recent high-profile cases where some of the main characteristics of these new socio-technical systems can be observed include Google's controversial initiative to finance a new *smart city* in a waterfront area in Toronto, CA, developing the area into "the most innovative district in the entire world" (BLISS, 2019), and also China's unchecked use of surveillance technology to monitor the Uighur population in the province of Xinjiang, along with the ongoing development of a *social credit system*. Firstly, these cases show that the borders between public and private sectors are becoming increasingly blurred, particularly in technology-related fields. For example, in one of the most criticized offers by the US-based search company, Google has proposed to finance the full development of the Toronto Quayside district in exchange for a (permanent) percentage of all tax revenues in the area. While the CEO of Google's subsidiary SidewalkLabs, responsible for the Quayside project, denies any "interest in monetizing personal information", media reports disclosed an internal program aimed at packaging and selling location data originating from millions of cell phones on the future district. In China, the suppliers of technology for surveillance systems in Xinjiang and for pilot programs of the *social credit system* are mostly private companies, which are required by Chinese National Security Law to provide customer data to government agencies, while also using it to offer personalized commercial services to vast user bases. Large Chinese private companies, especially those operating in strategic sectors, traditionally have representatives of the Chinese communist party as top executive cadres, forming virtual "party cells" at the highest management level and leading to parallel, unofficial public/private structures (LIN, 2018; NITSCH, 2018). Secondly, the cases above indicate that the unchecked development and use of new technology is not limited to specific regimes. Van Dijck (2019) argues that we now live in a global "platform society", characterized by two major ecosystems of online platforms—US-based and China-based—with widespread impacts on individual life and sociopolitical institutions. Despite the fact that the two ecosystems operate in increasingly similar ways (LUCAS, 2019), Van Dijck emphasizes one main difference: the US-based ecosystem (Facebook, Amazon, Google, Microsoft, Apple etc.) is led mostly by market forces and benefits from a largely unregulated space, while China-based conglomerates and platforms (Huawei, Baidu, Alibaba, Tencent, among other) have strong political, economic and strategic government support. Finally, the examples of Toronto, Xinjiang and the *social credit system*, as well as of US and China-based platform ecosystems draw attention to the fact that these new socio-technical assemblages operate simultaneously at multiple levels, from individual to global, amassing significant economic and political power and challenging traditional jurisdictions and regulatory mechanisms. Google, Facebook, Tencent and Alibaba offer their services worldwide and have data-centers in many countries, and with

growing adoption of decentralized systems such as blockchain, it is seldom clear where personal data is stored, processed or commercialized.

China's Belt and Road Initiative (BRI) is currently one of the most relevant contexts where the Chinese government's strategic and foreign policy goals visibly align with commercial interests of major Chinese technology infrastructure providers. Also known informally as the "New Silk Road", and often compared to the US Marshall Plan (CHINA'S... , 2019; SHEN; CHAN, 2018; KOZUL-WRIGHT; POON, 2019), the BRI was publicly announced by President Xi Jinping in 2013, and since then it has evolved to become China's main foreign policy initiative and the largest infrastructure development effort worldwide, embodying and shaping China's "going out" effort. The initiative officially aims at improving connectivity and economic flows between China and the rest of the world by financing a number of large-scale physical and technological infrastructure projects in multiple countries, distributed along a "Silk Road Economic Belt" and a "21st Century Maritime Silk Road". Planned investments by Chinese banks, construction and technology enterprises are reported to range from US\$ 1 trillion (PERLEZ; HUANG, 2017) to US\$ 8 trillion (MING, 2018), and include railways, roads, oil and gas pipelines, ports, power plants, among other major projects (MERICS, 2018). In spite of uncertainties regarding the economic feasibility of many projects and China's capacity to deliver on promised investments (HILLMAN, 2019; WO-LAP, 2016), over 125 countries have signed agreements with China to participate in the BRI (KUO, 2019).

The positive international response to the BRI has led the Chinese government to expand the initiative by developing a *Digital Silk Road*, introduced as a scientific program aiming at improving telecommunications infrastructure in developing countries, and also as a powerful range of tools that will help fill scientific knowledge gaps and support international collaboration towards the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs). The *Digital Silk Road*, or *Digital Belt and Road* (DBAR), encompasses the design, funding, development and operation of large-scale technical systems, including GPS and remote sensing satellites (*Beidou* satellite program), submarine and terrestrial internet cables, online data platforms, 5G mobile networks, among other infrastructure projects (DBAR, 2019; HUADONG, 2018).

As part of the *Digital Silk Road*, China has been actively promoting the implementation of *smart cities* both internally and in over 100 cities in 40 countries (HO, 2017; LAU, 2018; HE, 2019). The concept of *smart city* involves organizations, institutions, services, and a variety of technologies: cameras with face recognition software for general identity verification and public security; GPS-enabled terminals for obtaining real-time location of citizens, vehicles and fleets, or police units; high-speed (5G) mobile networks to enable upcoming new public and business services, such as autonomous cars, e-Health, smart energy grids, and wearable devices; and also artificial intelligence (AI) software systems to collect and analyze vast amounts of data. As the first China-funded *smart city* projects get underway in Belt and Road countries, discourse by public officials and suppliers praising global collaboration, shared values and efficiency meet more somber media reports (YANG, 2018; ANDERLINI, 2019). China is the largest global market for *smart city* pilot projects and home of most technology suppliers on the BRI (CNBC, 2018). While many countries welcome China as an investment partner, and technology infrastructure

development can bring concrete improvements in areas such as crime reduction and mobility, BRI projects have focused predominantly on economic development, with limited attention to socio-political impacts, particularly at the local level. Several factors make this a reason for concern.

From a social and political perspective, technology is neither neutral nor objective: concepts of objectivity, truth and trust are contextually defined and may change as a result of various factors (RIEDER; SIMON, 2016). Technologies are funded, designed, developed or used for a reason, which may be aligned to different and conflicting values and institutional agendas, contributing, for example, to politicization, de-politicization, or re-politicization (HANSEN, 2015). Apart from intrinsic aspects of the various technologies it promotes, the *Digital Silk Road* itself can be seen as a *dispositif* in the Foucaultian sense, bringing together an “heterogeneous ensemble consisting of discourses, institutions, architectural forms, regulatory decisions, laws, administrative measures, scientific statements, philosophical, moral and philanthropic propositions” (FOUCAULT, 1980 apud GAILING, 2016). These *policy assemblages* are permeated by relations of power and knowledge, and in the case of DBAR, which focuses mostly on developing countries, the socio-political outcomes of these relations often interact with contexts involving illiberal regimes, weak institutions, lack of regulation, large informal economies, armed conflict, poverty, displacement (RIZK, 2017), as well as issues of *data colonization* (HARARI, 2019).

Media reports indicate there are over 500 *smart city* initiatives in China (ANDERLINI, 2019), and according to the Australian Strategic Policy Institute (ASPI), Chinese technology companies are involved in the financing, development and/or operation of *smart city* projects in 115 cities worldwide (ASPI, 2019). Given the scale of the Belt and Road Initiative, the disrupting role of technology in core socio-political processes, and the challenges currently faced by liberal democratic regimes—which include the potential international validation of the Chinese governance model as an alternative to the global liberal order—it is important to understand if and how China is exporting its internal norms and practices regarding technology policies to different regimes through BRI projects, and what this means for liberal democracy. The fact that a large number of China-backed *smart city* projects may impact local governance is particularly relevant, as the latter remains the most accessible level of engagement with the State for the vast majority of people. Cities are where people participate regularly in decisions that affect their lives and exercise their rights and obligations, making good local governance a basic condition for democracy.

Technologies such as GPS, face recognition and mobile networks tend to become ubiquitous both in constitutional democracies and in autocratic regimes. Nevertheless, the impact they have on human life depends on the governance model adopted. As China extends and consolidates its global influence through the Belt and Road Initiative and advances its goal of becoming a global leader in artificial intelligence by 2030 (ROBLES, 2018), Western democracies raise concerns about the extent to which Beijing’s economic expansion also mean the international legitimation of the Chinese political system. The current literature on the Belt and Road Initiative offers limited comparative insight into how the adoption of technology infrastructure financed and developed by China impacts power relations and public participation

in local governance across different regimes. The author's ongoing doctoral project proposes a comparative analysis of how *smart city* initiatives financed and developed by Chinese companies impact power relations and public participation at the local level in different political regimes. The project aims at contributing to the flourishing literature on the Belt and Road Initiative, while also exploring and developing a new interdisciplinary research nexus between Policy Analysis, Chinese Studies, and Science and Technology Studies.

2 Literature review

This essay aims at introducing and discussing sociopolitical challenges that lie at the nexus of three current facts: the international crisis of liberal democracy, the popularization of algorithmic systems in the private and public sectors, and the global rise of China as an economic and political power. The following paragraphs present an overview of recent research literature on each of these topics.

2.1 Liberal democracy in crisis

After the end of the Cold War, Fukuyama's "end of history" and Huntington's "clash of civilizations" proposed, respectively, that liberal democracy would remain as the one universal ideology, and that ideological conflicts that marked the 20th century would be replaced by cultural ones, where religion, heritage and tradition would take the main stage. Since then, many authors have analyzed geopolitical changes and developed theories trying to explain the rise of illiberal regimes in the last decades. In an influential article, Zakaria (1997) discussed the rise of illiberal democracies and stressed the historical differences and necessary tensions between democracy and constitutional liberalism, claiming that rule of law is a stronger determinant of the development of stable democratic regimes than elections and other mechanisms of political competition. In his work on hybrid regimes, Diamond (2002) pointed out that at the turn of the 21st century many countries were adopting the form of electoral democracy, but were actually authoritarian or pseudo-democratic regimes with some type of political competition. Mounk and Foa (2016) demonstrate that support for democracy has fallen sharply in younger generations in both sides of the Atlantic, citing a 'democratic disconnect' that currently hollows out liberal democratic regimes.

But why is this happening? And why is it happening now? Authors researching the challenges to liberal democracy and the rise of illiberal regimes have proposed a variety of ideas. Zürn (2018) discusses three main theories: economic, cultural and political.

The economic theory argues that in spite of overall global economic development and decrease in poverty in the last decades, globalization has generated winners and losers, and inequality has continued to rise, particularly within nation-states. Citizens who feel they did not benefit from the way global capitalism developed protest by joining authoritarian populist parties or leaders with anti-establishment discourses. The second theory envisions a cultural backlash by more conservative parts of society against excessive liberalism (i.e. regarding beliefs about sexual

orientation, foreign culture and music, dress codes etc.) especially in urban centers of Western democracies. More conservative citizens, which often live in rural areas, identify with traditional values, and as such do not feel represented by progressive liberal leaders. Finally, the political explanation claims that the crisis of liberal democracy is the outcome of multiple socio-political factors over the last several decades. In Germany and Western Europe, the “catch-all” parties (Volksparteien) that gained majority after World War II had to make many compromises once in power, and as they grew in size and influence, these parties morphed into professionalized bureaucracies run by experts and elites, losing touch with their political origins and with voters. As globalization and “denationalization” settled in (ZÜRN, 1997), a significant decline of trust in parties and other majoritarian institutions led to the rise of *non*-majoritarian institutions (i.e. central banks, constitutional courts, international institutions), where decisions are based on technical expertise and take into consideration more global aspects of social concerns (global poverty, migration, climate change). These institutions have an intrinsic bias towards liberalism, open borders and progressive values, and as their influence reached national and subnational policies, more conservative citizens felt they had “lost control” of their countries, eventually migrating towards populist and nationalist movements. Other authors also attribute challenges to liberal democracy to problems deriving from formal as well as informal institutions. Azari (2019) posits that an obsession with elections has made politics in the United States increasingly about position taking and performative conflict, while relevant informal institutions, such as the accepted norms by which elected presidents address the public, have not received enough attention from researchers (AZARI; SMITH, 2012).

Fung (2007) offers an interesting perspective: he proposes that every conception of democracy must present three basic components to be complete. First, it must provide an “articulation of values that relate collective decisions and actions to interests and views of individuals”. Second, it should “recommend institutions that advance its underlying values (i.e. political liberties, competitive elections, universal suffrage, civic associations, referenda, town meetings, peak bargaining arrangements)”. Finally, Fung argues that the values and institutional prescriptions are connected by assumptions about political psychology and capabilities of individuals and also about sociopolitical dynamics. Based on Rawls’ (1971) idea of *reflective equilibrium* (which states that our conception of justice aligns with our moral sensitivity when everyday judgments we make align with our moral principles), Fung develops the concept of *pragmatic equilibrium* and applies it to democracy. A democracy is in *pragmatic equilibrium* “when the consequences of the institutions it prescribes realize its values well and better than any other feasible institutional arrangements over a wide range of problems and contexts”.

As political scientists try to make sense of the increasing predominance of illiberal democracies and of changes in the public perception of democratic regimes and institutions, new fields of inquiry have recently emerged with the goal of investigating social and political implications of the widespread adoption of new technologies in the private and public sectors.

2.2 Algorithmic governance

Exponential growth in the flow of digital data (LENARD; RUBIN, 2013), along with the rapid development of technologies for data processing such as machine learning, neural networks and deep learning, and also the evolution and popularization of personal computers and smartphones, have led to widespread adoption in business and government of algorithmic systems based on artificial intelligence and Big Data (COLETTA; KITCHIN, 2017; ZARSKY, 2016). Platform services such as social networks, search engines and video sharing websites play a major role in this process, attracting billions of users across the planet to useful and seemingly free services. Network effects transformed these businesses into global monopolies, creating powerful regional online ecosystems based on the extraction, analysis and commercialization of data services and technologies to the private and public sectors. Algorithmic systems currently “make and mediate social fabric”, “shape social and cultural formations” (BEER, 2009) and seem to disrupt every area in which they are applied, which has led an increasing number of scholars to argue that we are now in an era of widespread algorithmic governance (KITCHIN, 2017) or algorithmic governmentality (ROUVROY, 2016). In this context, algorithms play a major role in the exercise of power, the automation of social discipline and control, the establishment of new tools to deal with social and political risk (AMOORE, 2017) and the increase in efficiency of capital accumulation (ZUBOFF, 2015; KITCHIN, 2017).

Technical or managerial approaches to social problems involving automated decision-making in the public sector (i.e. “de-biasing data”) tend to ignore basic principles of political systems, such as conflicting interests and values, as well as the importance of institutions as arenas where competing conceptions of society are negotiated. These are crucial factors that play out in multiple ways in different policy areas, and particularly across different political regimes. In spite of several social risks (JANSSEN; KUK, 2016), Big Data analysis, reactive algorithms and human in the loop algorithmic processes may offer significant improvements to policy making and public services, mainly by detecting correlations in large datasets that humans may not be able to analyze as efficiently (YEUNG, 2017a) (WIRTZ; MÜLLER, 2018). However, the predictive use of Big Data and unsupervised artificial intelligence (i.e. deep learning or reinforcement learning) in automated decision-making (ADM) is what represents the “holy grail” of algorithmic systems (YEUNG, 2017a), contributing to concerns about “black box” decision-making and raising issues of accountability, liability and fairness (KITCHIN, 2017; KAR; THAPA; PARYCEK, 2018). Simultaneously, filter bubbles, nudging, and social ranking systems skew political understanding and engagement in ways not fully understood (SAURWEIN; JUST; LATZER, 2015; HELBING, 2016; REISCH, 2018). These factors already impact civic and political action by individuals and institutions, as well as major electoral processes and global geopolitics, regardless of the fact that the practices they involve have not been thoroughly debated and are largely unregulated in most countries (TUFEKCI, 2015; YEUNG, 2017b). Intrinsic elements of software code such as transparency, defaults and standards can also be used to determine or nudge individual and social behavior (SHAH; KESAN, 2003). Just and Latzer (2017) claim that as an institution, software impacts societies like laws, contracts and

values that are imprinted in algorithms. The algorithmic personalization and individualization of reality construction changes the perception of shared social reality, which is the base of social order, and therefore algorithms need democratic legitimation. In this sense, from a political and policy perspective, the international adoption of technology and data infrastructures financed, developed and operated by countries with different political regimes and social contracts raises important questions regarding regulation, policy choices, power relations, public participation, and civil rights, among other issues. This is particularly true in the context of political instability that characterizes current times.

2.3 The Rise of China and Smart Cities on the *Digital Silk Road*

Three factors make the concept of algorithmic governance particularly relevant for discussions about the ongoing challenges to liberal democracy: first, the economic and geopolitical rise of China and its turn towards centralization of power under Xi Jinping; second, the significant investment China has made in disruptive technology sectors (i.e. artificial intelligence, Big Data, space technology, telecommunications) and the way the country has adopted these technologies for surveillance and social control; finally, the large number and fast growth in the international adoption of *smart city* technologies, particularly initiatives financed and developed by Chinese companies along the Belt and Road Initiative.

China's economic progress and geopolitical rise in the last few decades have proven that liberal democracy does not hold a monopoly on the claim to prosperity (ZÜRN, 2019). For some time, this presented no particular threat to democratic systems, as the Chinese regime slowly opened and became more flexible to political reforms. Xi Jinping's government brought a renewed concentration of power, giving rise to claims of a 'new Maoist authoritarianism', characterized by a revitalization of the Chinese Communist Party, economic strengthening of the State sector, and reinforcement of ideology in policy matters (SO, 2019). Since Xi took power, the government has also explored novel, technology-driven tools for social and behavioral control. Monitoring and surveillance have become pervasive: in 2017 there were over 170 million surveillance cameras in operation across China, and this figure is expected to more than triple by 2020 (HERSEY, 2017). Since 2015 the city of Beijing has had blanket video surveillance with 100% coverage (HUANG, 2015). China's *Social Credit System* (*shehui xinyong tixi*)—a framework of ratings used to assess individual and institutional actors on the "lawfulness and morality" of their actions (CREMEERS, 2018)—makes use of Big Data sourced from private and public data sources. The system has already been applied, among other cases, to deny access to transportation, loans, jobs in the public sector and other types of benefits to millions of Chinese citizens, generating widespread fears of an Orwellian state, notably among Western media (KÜHNREICH, 2018) (MCDONALD, 2019). Interestingly, recent studies show that a large majority of citizens—particularly older people and wealthy urban residents with high levels of education—*support* the Social Credit System, viewing it as a legitimate instrument for increasing trustworthiness within Chinese society, as well as a frame through which benefits can be obtained (KOSTKA, 2019).

With nearly 800 million people connected to the Internet and more than half of its population living in urban areas, China needs its cities to work better. The same is valid for the rest of the world: the number of people living in cities is expected to grow by 2.5 billion in the next three decades (UNITED NATIONS, 2018), bringing further challenges to local governments that are already overwhelmed. Despite many examples of concrete benefits brought about by new technologies to policy sectors such as urban mobility and public security, critical literature on *smart cities* has pointed to multiple problems: the predominance of techno-centric urban governance solutions and a neoliberal ethos (KITCHIN, 2014; CARDULLO; KITCHIN, 2018), procedural and regulatory problems in the public implementation of algorithmic processes (BRAUNEIS; GOODMAN, 2017), reproduction of unequal power relations (KLAUSER; SÖDERSTRÖM, 2015; RODRIGUES, 2017), and the need for further comparative research with more nuanced empirical evidence (KITCHIN, 2016). Recently, as the Belt and Road Initiative drew academic and media attention and China's success in exporting *smart city* technology and infrastructure governance models gained visibility, initial reports warned of early signs that China is “exporting AI-driven authoritarianism” (AKITA, 2019), and that Chinese technology “could spread authoritarianism around the world” (MAZA, 2019). More critical scholars refer to China's technology export model as “algorithmic authoritarianism” and coin terms such as “the China stack” (HO, 2018)—an authoritarian “end-to-end digital ecosystem” and “technological public-private consortium”. They argue that this new techno-social context has allowed the Communist Party to renew its hold on society and boost national economy, while Chinese citizens willingly adopt the conveniences offered by these advanced technologies. Additionally, EU-funded research initiatives investigate topics such as “Authoritarianism 2.0” (STOCKMANN, 2019). In summary, up to now, economic progress and intensive focus on technology development have allowed China to successfully renegotiate the social contract fiercely guarded by liberal democracy.

Despite plenty of evidence on Beijing's non-democratic practices and their impact on civil and human rights, the critical literature on China tends to ignore nuances of the country's political and policy processes. For example, in her study of central-local relations in dam-induced resettlement in China, Habich-Sobiegalla (2016) demonstrates that the role of civil society organizations has grown significantly in Chinese policy-making in recent years, with some authors referring to the new model of state-civil society relationships in China as “consultative authoritarianism” (TEETS, 2013, 2014, 2015 apud HABICH-SOBIEGALLA 2016). This further illustrates the need to better understand how Chinese politics and norms interact with local governance in different political regimes in the context of the Belt and Road Initiative.

3 Theoretical background

Michel Foucault has done extensive work on power relations between citizens and government through complex regimes of practice, coining terms such as *governmentality* and *dispositif*. Michael Dean has elaborated and qualified these concepts through aspects such as *emphvisibility*, *technology*, *forms of knowledge* and *identity*. This section will briefly discuss the

Foucaultian concept of *governmentality* and Dean's *analytics of government*, along with research on public participation and policy diffusion, as initial elements of a theoretical framework for analyzing sociopolitical impacts of China-backed smart-city initiatives across different regimes.

3.1 Governmentality and policy diffusion

Foucault's concept of governmentality aims at demonstrating "how the modern sovereign state and the modern autonomous individual co-determine each other's emergence" (LEMKE, 2002). Rose (1999 apud HUXLEY, 2007) affirms that governmentality analyzes "the emergence of particular regimes of truth concerning the conduct of conduct, ways of speaking the truth, persons authorized to speak truths, ways of enacting truths and the costs of doing so". It involves also "the invention and assemblage of particular apparatuses and devices for exercising power and intervening upon certain problems". Governmentality addresses the ways through which a wide range of technologies of government—such as legal, political, administrative, financial, architectural, professional, and jurisdictional institutions—interact with everyday procedures and mechanisms of standardization, measurement, interpersonal comparison, medicine, family life, education or surveillance, in order to influence the processes by which individuals are governed and constituted as certain types of subjects (GAILING, 2016; TUCKER, 2014). Foucault's idea of power is intrinsically *productive*: it "creates what is taken for granted in society" (GAILING, 2016). It defines what individuals take to be truth, and in doing so, leads them to adopt certain roles in socio-political contexts, enabling the deployment of political rationalities and agendas (MILLER; ROSE 2008 apud GAILING, 2016). Despite the fact that individuals are free to make choices, and that power can also be fragile, power assemblages as seen by Foucault make it difficult for citizens to define themselves in ways that contradict the prevailing logic.

A *dispositif* is

a thoroughly heterogeneous ensemble consisting of discourses, institutions, architectural forms, regulatory decisions, laws, administrative measures, scientific statements, philosophical, moral and philanthropic propositions—in short, the said as much as the unsaid (FOUCAULT, 1980 apud GAILING, 2016).

The three most important aspects of a *dispositif* are: a focus on assemblages of very different material and non-material elements and the networks between them; a strategic goal of these assemblages permeating the relations of power and knowledge; and the historical evolution of the assemblages, allowing for the observation of how its composing relationships change over time (AGAMBEN, 2006; BASU, 2010 apud GAILING, 2016). The first aspect shows that Foucault's interest was not so much on what power is or who has it (he argues that power cannot be possessed), but on the qualities it displays and the effects it has through its interactions with the plurality of socio-materialities that surround it. It is necessary to follow the connections and associations in order to understand the *dispositif*. The strategic goal of the Foucaultian *dispositif* lies on the fact that it usually responds to an urgency, which can be understood in English as an emergency or a need (CABORN, 2007). This can apply to any type of need or discourse:

economic, social, technical, political, religious, moral etc. The third aspect of a *dispositif*, its historicity, is important in the observation of changes in the genealogy of power relations: for example, how conflicting *dispositifs*, knowledge forms and practices co-exist, interact, and succeed one another.

Recent studies of algorithmic governance have attempted to formulate and discuss typologies of algorithmic selection applications and their implications in governance (SAURWEIN; JUST; LATZER, 2015), as well as taxonomies of algorithmic configurations and their impacts on regulation (YEUNG, 2017a). The objects of these efforts can also be seen as Foucaultian *dispositifs*, operationalized as technologies of government and technologies of the self in a context of governmentality. Characteristics and outcomes of different *dispositifs* can be studied, for example by comparing algorithmic systems with more traditional components of control systems, by which governments set standards, gather information and enforce these standards when deviation is found (YEUNG, 2017a). By using artificial intelligence and Big Data, predictive algorithms allow different agents to infer private information and behavior which have never been publicly disclosed anywhere (HILL, 2012; TUFEKCI, 2015), obviating new *dispositifs* which establish, reinforce or change regimes of truth, power relations and political agendas, as described by Foucault.

Michael Dean (2010) frames governmentality as an analytics of government which seeks to understand regimes of practice—the historically constituted, routinized and ritualized ways people do things in certain places and at certain times (i.e. formal or informal institutions). He argues that in order to understand regimes of practice one must look into the assemblages that constitute them and that also lead to relatively stable forms of institutional practice. These include

routines of bureaucracy; technologies of notation, recording, compiling, presenting and transporting of information; the theories, programs, knowledge and expertise that compose a field to be governed and invest it with purposes and objectives; the ways of seeing and representing embedded in practices of government; and the different agencies with various capacities that the practices of government require, elicit, form and reform (DEAN, 2010, p. 37).

Dean posits that by emphasizing “how” questions, an analytics of government reveals the conditions under which regimes operate. He distinguishes four key dimensions of this process: first, particular regimes of practice imply characteristic forms of visibility, prioritizing and highlighting certain aspects while obscuring and hiding others. For example, techno-centric views of urban governance often present in smart-city initiatives emphasize potential benefits of the efficient management of systems, technology and data, prioritizing them over other governance approaches which may focus on distributional issues, resource sustainability or public participation. A second dimension of this analysis involves technical aspects of government: the means, mechanisms, instruments and technologies by which authority is constituted. From economic models to algorithmic systems or specific discourses, Dean argues that the *techne* of government is an essential element for values to be realized and rule to be accomplished. The

third aspect an analytics of government reveals are forms of knowledge, which play a major role in giving rise and transforming specific forms of truth. Knowledge here refers to the “connection of government and thought” and implies both material forms (graphs, sets of regulations, texts etc.) and a “mentality”—ways of viewing practices and institutions. The fourth dimension considers the various individual and collective identities that regimes of practice and programs of government try to form, and through which they operate. The relevance of this axis of inquiry lies in identifying how governments elicit, foster and attribute capacities, qualities and statuses to different agents, and also to what extent these agents come to experience themselves through these (self-) attributed identities. This involves definition, enforcement and change of conduct, duties and rights, qualities etc.

A focus on “how” questions also implies that the assemblages, agents, processes, as well as the multiple dimensions of governments are flexible, and thus constantly in flux due to pressure from different sources. Policy science offers various theories, frameworks and models for exploring policy formation, stability and change, from initial ideas of the iron triangle of policy making (congress, administration and interest groups) to Hecló’s work on *issue networks*, Sabatier’s *Advocacy Coalition Framework*, Pierson’s *path dependence* and Roger’s *diffusion of innovation*, among other. In recent decades, globalization and the rise of international organizations have contributed to increased exchange between policy makers, and technology development has greatly facilitated access to information, leading to growing interest in concepts of *policy diffusion*, *policy transfer*, and *policy learning*. Dolowitz and Marsh (1996) have worked on issues of agency and content in policy transfer, such as *who* is involved in transferring policy, *what* is transferred, *to what extent*, and also if there are *constraint factors*. Stone (2004) conceives the international transfer of hard policies and soft norms as a constitutive element of transnational governance, focusing on international organizations and global public policy networks. In his study of global norms and local non-state courts in Bangladesh, Berger (2017) demonstrates that when norms are transferred to a new context, social and political dynamics at the destination only change if the meanings of the norms are intelligible to people in this specific social context.

Broad sociopolitical impacts resulting from the adoption of algorithmic systems in the public and private sectors renew the need for identifying, disaggregating, and critically evaluating new and complex socio-technical systems. Foucault and Dean offer interesting approaches on how to structure a theoretical analysis of government, technology and power relations, while studies on policy transfer and diffusion bring light into how (and how well) norms and policies travel. Another area of research closely associated to power relations and to the legitimacy of policy making is public participation, particularly at the local level, which is where citizens frequently exercise their political views and interact with the State.

3.2 Public participation

While Arnstein (1969) has laid out an important modern typology of participation focusing on redistribution of power, later used by many researchers who have contributed to the development of participation as an academic discipline in the last decades, Webler

(1999) argues that the field is still characterized by “rich experiential knowledge and a growing, but scattered theoretical literature consisting mostly of case studies, handbooks, surveys and models describing discrete phenomena”. Several scholars have placed issues of power, legitimacy, diversity, and the role of expertise as major concepts in participatory processes and research (FREIRE, 1987; QUICK; BRYSON, 2016; STOKER, 2013; STEWART, 2009). Fung (2007) posits that in a participatory democracy conception, direct participation makes policies and laws democratically valuable through mutual agreement, which improves outcomes; self-creation of solutions, increasing the value of the final results; and the transformation of participants, which happens when they elucidate and solve their own problems, and also when they identify the partiality of their views, enlarging their perspectives in ways that generate consensus.

The Democracy Cube is a conceptual model of public participation proposed by Harvard scholar Archon Fung (2006). The model incorporates as analytical elements three important dimensions of participatory processes: a) *participant selection*, which determines the adequacy of representation, b) *modes of communication and decision-making*, ranging from superficial consideration of opinions to intensive learning, negotiation and collective deliberation and c) *allocation of authority and power*, a key aspect that defines to what extent collective decisions become policy. Fung’s model considers each of these elements within a spectrum, and places them as axes in a three dimensional space. This enables researchers to perform systematic comparative analysis of participatory governance by verifying how empirical data on stakeholder engagement relates to different institutional configurations for participation, thereby contributing to substantiate academic inquiry as well as policy recommendations. Fung’s Democracy Cube enables a systematic analysis and visualization of public participation in different settings, which is important in order to obtain relevant results in a comparative analysis. The model incorporates a specific axis qualifying aspects of authority and power in public participation, which supports the analysis of local power relations proposed by this project. The other two axes—participant selection and modes of communication—are also permeated by power relations, allowing for interesting discussion of participatory processes in the context of ideas proposed by Foucault, Dean, and other governmentality scholars.

The theories and concepts described above offer an interesting frame of reference for analyzing the dissemination and adoption of China-backed *smart city* initiatives in different regimes along the Belt and Road Initiative. What happens when policies and norms are transferred to contexts where the adoption of new technologies has weakened the social fabric, polarizing public opinion and radicalizing political thought? What are the roles of ideology and regime type in policy transfer? What are key components of *smart city* policy assemblages and what aspects of governance do these prioritize or hide? How does the adoption or rejection of specific technologies promote, attribute or change individual and collective identities? To what extent does collaboration with China in *smart cities* promote or hinder public participation at the local level? Are there broader implications for liberal democracy? These questions illustrate the wide range of conceptual and theoretical issues involved in the topics discussed in this article, as well as the need for further research.

4 Cases

This section will briefly introduce four examples of *smart city* initiatives where technology infrastructure involves Chinese companies. The cities where these projects take place are located in countries with very different political regimes (Hangzhou/China, Duisburg/Germany, Quito/Ecuador, Memphis/USA), and several controversial issues related to policy-making and sociopolitical processes can be initially identified in all cases. During the course of the doctoral research these cases will be systematically analyzed and the results will be made available in scientific journals. As the goal of this article is to introduce the key topics and briefly discuss the main cases, the research methodology will not be detailed.

4.1 Hangzhou City Brain (China)

With nearly 5000 years of history marked by a succession of well-known dynasties and warring periods until the establishment of the first Republic of China in 1912 and finally the People's Republic of China in 1949, the Middle Kingdom has had plenty of experience with non-democratic political systems. The new republic brought major economic, political and social turbulence, including the “Great Leap Forward”, a failed accelerated development policy responsible for the largest famine in human history (over 30 million deaths) (SMIL, 1999). Sixty years later, China has largely traded political rights, civil liberties and privacy for economic development and security, and presents the world with a credible alternative to liberal democracy. The country's problematic record of human rights violations and the frequent accusations of unfair trade practices by international commercial partners have not kept Western scholars from pointing to China as the “main global driving force in political theory and action” (BACKER, 2018). Recent developments such as the *social credit system*, unchecked surveillance and imprisonment of ethnic groups in Xinjiang, and the arrest of student protesters in Hong Kong were widely reported by international media, drawing global attention to non-democratic practices.

Hangzhou, one of China's ancient cities, with a population of nearly 10 million, is the capital of the Zhejiang province and one of the country's main tourist destinations due to its natural beauty and cultural heritage. The city's famous West Lake is a UNESCO World Heritage Site and has been immortalized by countless poets and painters. As in many Chinese cities, coal is the largest energy source, accounting for 70% of energy consumption (ZHANG *et al.*, 2008). With China's development in the last decades, Hangzhou saw a large growth in population, followed by an unprecedented increase in the number of registered vehicles in the metropolitan area—from 126.000 in 2001 to 1.832.000 in 2010 (ZHANG, 2010). Serious problems with traffic and pollution ensued, and despite investments in road capacity, traffic systems, public transport and bicycle rental systems, in 2016 the city was the 4th most congested in China. It is against this background that Chinese tech giant Alibaba's “City Brain” solution was rolled out in Hangzhou in July 2017. The system began by monitoring traffic and using data from the transportation bureau, public transportation systems, a mapping app and thousands

of surveillance cameras (BEALL, 2018). The company claims that by controlling 128 traffic lights in Hangzhou, City Brain was able to increase car speeds by 15%, reduce by 10% the time drivers spent on highways, and decrease by 50% the time it took ambulances to reach their destination in emergency cases, without crossing red lights (CHOU, 2018). The system has already been deployed in several other cities in China, Malaysia, and is currently being offered to cities worldwide (LEE, 2018).

The efficiency of City Brain depends, in large part, on collecting as much data as possible—artificial intelligence (AI) algorithms need to process large amounts of data in order to learn how to identify and differentiate objects, people, movement, patterns etc. According to Xian-Sheng Hua, deputy managing director of AI at Alibaba, the City Brain solution is about “comprehensive cognition”. Alibaba can track almost every car on every road in Hangzhou, allowing the system to predict the traffic flow 10 minutes ahead of time with 90% accuracy (REVELL, 2017). The same capabilities apply to identifying people, movements and behavior, and can be used to control anything or anyone Chinese authorities define, including criminals, but also political dissidents, activists, protesters, or journalists critical to the regime. Alibaba’s Hua claims that “in China, people have less concern with privacy, which allows us to move faster” (REVELL, 2017). The possibility of predictive data analysis being used to estimate or determine citizen’s future behavior based on previously collected data (CHRISTIN; ROSENBLAT; BOYD, 2015) is a major concern, as the complexity of the algorithms, the fact that they are proprietary, problems with data bias, and the absence of strong government watchdogs in China can make it nearly impossible for a regular citizen to argue against a legal decision based on an algorithmic system.

4.2 Smart City Duisburg (Germany)

Several German governmental agencies, market initiatives, consumer associations and civil society organizations have recently engaged in active discussions about the future of artificial intelligence and automated decision-making in Germany and Europe. The EU-wide approval in 2018 of the General Data Protection Regulation (GDPR) was mostly well received by industry and the public, and has served as a model for similar legislation around the world. Cities like Berlin and Mannheim (JUNG, 2018; STUTTGARTER ZEITUNG, 2019) are testing and implementing public video surveillance systems, and Munich has been using predictive policing algorithms since 2014 (BRÜHL; FUCHS, 2014). These tests and experiments in the public sector generate significant media coverage and public pressure, leading government authorities in Germany to take a reasonably cautious approach before permanently adopting socially or politically controversial technology. The *German AI Strategy*, currently under discussion, aims at balancing market, state and social interests by regulating the development and deployment of artificial intelligence systems in the country and addressing some of the main social concerns, such as fairness, transparency, avoiding bias and labor risks. These discussions are happening in a context of increasing political conflict over migration and security, which have been major issues in the recent regional expansion of nationalist-populist movements, marked by the entrance of

far-right party AfD in the German parliament in 2017.

A former Hanseatic city dating back to Roman times, Duisburg lies at the confluence of the Ruhr and the Rhine rivers, in the German state of North-Rhine Westphalia. Historically associated with chemical, steel and coal industries, it was heavily bombed and almost fully destroyed during World War II. Since the 1960's, the city has suffered the effects of a decline in industrial activity and also of structural economic changes. While in the 1970's North-Rhine Westphalia boasted the highest GDP per capita in West Germany, it is now burdened by almost 40% of the nation's municipal debt (FREUND, 2019). The recent *Energiewende* (phase out of non-sustainable energy sources) has brought extra pressure to coal-based companies in the region, leading to increasing unemployment.

In the last few years, Chinese investment has brought the promise of new life to Duisburg. The city has the largest inland port in Europe, with 21 docks and 40 kilometers of wharf. The port's mix of shipping and rail freight and its central location in Europe are strategic for the distribution of Chinese products arriving in Germany and Europe through the New Silk Road, as well as for German and European exports to China. Duisport, the management group operating the port, expects E-commerce and its business with China to be the most important sales drivers in the future (FREUND, 2019).

In early 2018 the city of Duisburg signed a Memorandum of Understanding with Huawei Enterprise Business Group for a long-term strategic cooperation that intends to transform Duisburg into an "innovative and digitalized Western European model city", including the setup of a Joint Innovation Center (HUAWEI, 2018). Initial plans included the expansion of the city's WLAN network, "intelligent classrooms" with WiFi and broadband for local schools, intelligent street lamps, cloud-based eGovernment solutions, and systems for supply networks and traffic management. The company will offer 5G LTE technology and broadband networks, required for self-driving cars, future logistics management, among other areas. The final goal is to transform Duisburg into an attractive city to residents, business and investors, while also opening new markets for the Chinese company at the heart of Germany - Europe's economic and political powerhouse.

The Duisburg Smart City project highlights both local socio-political and technical issues as well as broader debates regarding the presence of Chinese companies in Europe. While the collaboration has shown initial positive results and might be an important seal of approval by a German government about Huawei and Chinese investment, it also obviates the level of economic and technological dependency on China that many public officials in Europe and worldwide subscribe to. All data from the Duisburg project is stored at the Rhine Cloud, an online platform developed by Huawei. A new Cyber Security Law approved in 2017 in China requires Chinese companies to provide Chinese government authorities full access to data if required, as well as unspecified "technical support". The Law states that telecommunications service providers must "obey social norms and commercial ethics, be honest and credible, perform obligations to protect network security, accept supervision from the government and public, and bear social responsibility" (WAGNER, 2019). The vagueness of some of these provisions is a reason for concern, as they lend the government greater room for maneuvering or bending due

legal process for political reasons. Also, as mentioned previously, the presence of communist party cells at the top management of most major Chinese businesses blurs the lines between private and public decision-making (LIN, 2018; NITSCH, 2018). Some media reports state that, because of China's laws and administrative practices, Huawei would be forced to hand 5G data to the Chinese government, if asked to do so (KHARPAL, 2019) - which both the company and the Chinese government strongly deny. The Duisburg case is an interesting opportunity to understand how a Chinese "technology giant" and the Chinese government interact with local government in a stable democratic European country, in an effort to implement advanced technologies that involve sociopolitical and security concerns, as well as expectations of economic development.

4.3 Quito ECU 911 (Ecuador)

The origins of Ecuador can be traced back several thousand years, when the first tribes populated the region. Around the year 1000 AD the Kingdom of Quito was established, and later conquered by the Incas, who travelled north from Peru to expand their empire. The first Europeans arrived in the early 1500's, and the Spanish established a thriving colony based on exploitation of indigenous labor. Since independence in 1830, Ecuador has experienced significant levels of development with high levels of inequality, as well as "boom and bust" economic cycles and many instances of political upheaval, including nearly twenty years of military rule. Recent politics has been marked by leftist president Rafael Correa (2007-2017), and in the last few years by conservative Lenin Moreno, Correa's former Vice President, elected in 2017. Ecuador is one of the most biodiverse countries in the world, and Ecuadorian Christiana Figueres served two terms as Executive Secretary of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). The country has also received global media attention by offering asylum to journalist Julian Assange, founder of Wikileaks, who remained for seven years at the Ecuadorian Embassy in London, until having his asylum withdrawn in 2019, allegedly for publishing on Wikileaks documents linking Moreno to a corruption scandal.

Recent political history in Ecuador makes the country an interesting case for research on algorithmic governance in different political systems. As in other countries in the region, populist regimes are a mainstay in Ecuadorean politics, with some scholars arguing that populism has been the "most important political phenomenon in contemporary Ecuadorian history" (DE LA TORRE, 1997), epitomized in the figure of José María Velasco Ibarra, who dominated the country's politics for four decades and was elected president five times. Other prominent political leaders also embodied populism and its more typical techniques, including the "leader of the poor" Abdalá Bucaram, and Rafael Correa, who spoke of himself as the leader of "the citizens' revolution" and was elected president of Ecuador three times. The project to be studied in this case (ECU 911) was deployed during Correa's regime, and may provide important insights as to how Chinese technology companies and the Chinese government interact with a populist regime in a developing country in the Global South.

Rafael Correa's three terms as president of Ecuador (2007-2017) are a crucial factor towards understanding the evolution of the country's recent relationship with China, and also

the specific topics discussed in this article. Correa was part of Latin America's *pink tide*, a period during which several countries in the region elected left wing leaders who turned away from neoliberalism, implementing different versions of a progressive economic and social agenda. In the case of Ecuador, these policies led to concrete social improvements, including significant rise in the minimum wage, reduction of poverty and inequality. After defaulting on the country's foreign debt in 2008, which excluded Ecuador from traditional financial markets, Correa increasingly turned to Chinese companies and financing for infrastructure development. Telecommunications, oil and hydropower were some of the sectors that saw rapid expansion. By 2014, there were 70 Chinese companies operating in Ecuador, and the country had received US\$ 19 billion in financing from Chinese banks (ELLIS, 2018). This period coincided with the consolidation of Correa's power after his second presidential victory in 2013. Understanding democratization as an increase in social spending at the cost of pluralism, civil rights and the rule of law, Correa denounced parties, shut down legislature, attacked private media, and filled control institutions with supporters. Some scholars argue that, by that time, most Ecuadorians appeared "willing to trade their freedoms for economic prosperity" (DE LA TORRE, 2013)—an analysis that resembles the Chinese social contract.

In 2008, an Ecuadorian delegation toured the Beijing surveillance system set up for public security during the Olympic Games. Impressed with the results, they reported their impressions back to the Ecuadorian government. In early 2011, facing high crime rates, Rafael Correa made surveillance a national priority for public security. After closed-door discussions with military attachés at the Chinese Embassy in Quito, during which details of a Chinese-made technology system were agreed, Ecuadorian officials travelled back to China for further consultation with the companies in charge of technology development, including state-owned China National Electronics Import and Export Corporation (C.E.I.E.C) and Huawei (MOZUR *et al.*, 2019). Within months, a contract was signed with no public bidding process: Ecuador would get a Chinese developed surveillance system paid for by Chinese loans. In exchange, the South American country would provide one of China's most important import commodities: oil.

ECU 911 has grown into a countrywide surveillance system operating in 16 regional centers in Ecuador, including the capital Quito. The system analyzes video footage from 4300 surveillance cameras (many with face recognition technology), as well as thermal cameras, drones capable of night vision, an automated platform for sending video evidence to courts, and an artificial intelligence research laboratory inaugurated by Xi Jinping himself (ROLLET, 2018). The surveillance system is also used for security in airports at major cities, and there are media reports of ECU 911 footage being used at SENAIN, Ecuador's National Intelligence Agency. Activists opposed to Correa's regime claim that surveillance technology is one of the ways by which China has supported and emboldened Correa's authoritarian practices (MOZUR *et al.*, 2019).

As described above, the political environment in Ecuador in recent years and the process that led to the implementation of ECU 911 make this a relevant case for studying political and social aspects related to China-backed *smart cities* in different regimes.

4.4 Memphis Police Department (USA)

Several factors make local governance in the United States an important aspect of the issues discussed in this article. First, the country's ongoing retreat from global governance institutions is directly associated to current changes in the international order and the rise of China to the global stage. By withdrawing from major global accords (i.e. the Paris Agreement, the UN Human Rights Council, UNESCO, the UN Global Compact for Migration, and more recently the World Health Organization), the United States has enabled incumbent powers such as China to claim a renewed geopolitical role, and many scholars argue that the XXI century will be marked by a bipolar US-China world order. Second, the United States is still the most powerful nation in the world, and as such, the stability (or lack thereof) of US institutions matters. Azari (2019) argues that the constitutionally designed tensions between US political institutions have been exacerbated by new factors such as an obsession with national presidential elections, a mismatch between local representation and national politics, congressional infighting, growing polarization, as well as mass media and social media. The impacts of these tensions are particularly visible in areas that have long been subject of social conflict, such as racial inequality. Finally, the recent trade conflicts between the United States and China have accentuated changes in power balance, particularly in strategic industry sectors such as technology. China's massive investments in artificial intelligence and the global presence of state-owned and state-supported Chinese technology conglomerates are shifting power scales towards Beijing. Concrete local implications of this new scenario can be witnessed not only along China's New Silk Road, but also in many US cities.

With a population of approximately 650.000, Memphis is the second largest city in the state of Tennessee, and the 26th largest in the United States. Located along the Mississippi river, the city has been historically associated with the production and transportation of agricultural goods such as cotton and lumber. The largest employer is international courier corporation FedEx, which maintains its global hub at Memphis International Airport, making it the second busiest cargo airport in the world. Considered the birthplace of *blues*, Memphis' culture and arts scene is associated with major names in music and entertainment. Graceland, Elvis Presley's former estate, is located in the city, and music stars like BB King, Roy Orbison and Johnny Cash often recorded their albums at historical Sun Studios.

Racial conflict in Memphis dates back to the times of the slave trade, when the city's location made it a favored operation base for dealers supplying enslaved black workers to plantations in the Mississippi delta. The assassination of Martin Luther King Jr. at the Lorraine Motel in 1968 placed Memphis at the center of the civil rights movement in the United States, with many groups protesting police abuse and political persecution. During the next decade, the city developed a large-scale surveillance program aimed at monitoring dozens of community organizations, including anti-war movements, student unions, racial justice groups and the Klu Klux Klan. By 1976 this program had an annual budget of \$ 1 million (corresponding to \$ 4 million today), and local police was engaging in unconstitutional spying of non-criminal citizens. In 1978, the American Civil Liberties Union (ACLU) sued the local police department for

politically-driven compromising of citizens' civil rights, securing a consent decree (the first in the nation) banning the Memphis police from all future monitoring of constitutionally-protected political activity (LARTEY, 2018). Four decades later, the problem persists: in 2017 the ACLU filed a new lawsuit, claiming that the city of Memphis was keeping a blacklist of activists who were members of the racial justice movement Black Lives Matter, and using this to keep citizens with no criminal record under surveillance. The organization argued that the city violated the 1978 consent decree by keeping a "City Hall escort list", sharing "Joint Intelligence Briefs" with local, state and national security agencies and the military, creating false social media accounts to "friend" online activists and bypass their online account security measures, among other actions (ACLU, 2017). In 2018 a district court ruled in favor of the ACLU, and ordered the police department to revise its policies and bolster training (LOS ANGELES TIMES, 2018).

Chinese surveillance systems manufacturer Hikvision has been selling cameras to the Memphis Police Department since 2007, and today there are more than 1000 cameras installed throughout the city. Police officials argue that cameras became essential since the department lost 500 officers in 2016 due to budget cuts. Camera surveillance leads to nearly 100 arrests annually. Hikvision is the largest global producer of camera surveillance systems. The company is valued at approximately \$40 billion, and in the first semester of 2018 sales to overseas markets grew 26.7 percent year on year. The Chinese government owns over 40% of the company, with state-owned China Electronics Technology HIK Group as the biggest shareholder.

In August 2019 the United States Senate passed the National Defense Authorization Act, banning the US government from buying Chinese-made surveillance equipment from several Chinese firms, including Hikvision and Hangzhou-based Dahua Technology. However, government agencies claim that the regulation is unclear, and the equipment is also sold in the US market as "white label" through various licensing agreements, making it "nearly impossible" to remove all systems from US stores (FORBES.COM, 2019a; LOS ANGELES TIMES, 2018). Recent studies show widespread use of commercial *predictive policing* solutions based on algorithmic systems and Big Data, such as PredPol (USA), HunchLab (USA), PRECOBS (Germany) and KeyCrime (Italy). While public and private actors developing and using these systems claim significant reduction in crime rates, researchers have also revealed new problems leading to civil rights issues, including data bias, unfairness, lack of transparency and automatization of structural inequalities. China is expected to have 600 million surveillance cameras installed by 2020, and many of the companies developing and selling these systems worldwide are also responsible for providing and operating systems for the surveillance and control of ethnic minorities in Xinjiang, and pilot programs of China's *social credit system*. How does the implementation of Chinese technology for public safety interact with norms and institutions in a US city marked by historical sociopolitical conflicts originating from racial inequality and excessive surveillance? How does this context compare with other cities and political regimes where sociopolitical inequalities entangle with different levels of institutional and political stability? The case of racial conflict and Chinese surveillance technology in Memphis can help provide valuable comparative data to the present project and also bring new insights into research on algorithmic governance and the blurring of private and public sector in Chinese foreign policy.

5 Conclusion

Chinese banks and business conglomerates currently finance, develop and operate technology and data infrastructure for *smart city* initiatives in over 120 cities and more than 40 countries, many of which have signed agreements with the Chinese government to take part in projects related to the Belt and Road Initiative. Most of these companies also provide technology and support to Beijing in technical systems used for surveillance of minority groups in Xinjiang, or for China's controversial *social credit system*. Technology policies in China are not subject to the legal, civil and media scrutiny characteristic of democracies, and recent legislation requires large Chinese technology companies to fully cooperate with Beijing. Government support may lead to fast development of critical technology sectors in China, and algorithmic systems have proven to be effective in some policy sectors. Nevertheless, as Chinese companies expand internationally and deploy major *smart city* infrastructure projects in countries with democratic regimes, questions arise regarding social and political implications. This is particularly relevant considering the fast adoption of algorithmic and automated decision-making systems, the impact they have in socio-political processes like elections and public opinion, the present scenario of political instability in many countries, and the fact that *smart city* projects happen at the local level, where citizens often exercise their political views.

In this article, the author has discussed emerging research literature as well as theoretical concepts at the interdisciplinary nexus of China's expanding geopolitical influence, the increasing international adoption of algorithmic systems in the public and private sector, and the crisis of liberal democracy. Four cases of *smart-city* initiatives where Chinese companies play a significant role have been introduced. The article has been developed in the context of the author's ongoing doctoral research project in Public Policy and Management at the Freie Universität Berlin. The project aims at developing a systematic comparative analysis of socio-political aspects of *smart city* projects involving Chinese companies, at the local level, across different political regimes. In doing so, the author hopes to contribute new empirical data to interdisciplinary research on algorithmic governance, comparative policy analysis, and Chinese foreign policy.

References

ABOU-CHADI, Tarik. Trump, Brexit, and a Progressive Awakening in Western Europe? *WZB Democracy Blog*, 15 maio 2017. Disponível em: <https://democracy.blog.wzb.eu/2017/05/15/progressiveawakening/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

AKITA, Hiroyuki. China is exporting AI-driven authoritarianism. In: *Nikkei*, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Comment/China-is-exporting-AI-driven-authoritarianism>. Acesso em: 16 jul. 2020.

AMOORE, Louise. What does it mean to govern with algorithms? *Antipode: A Radical Journal of Geography*, v. 49, n. 5, 2017.

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 107 – 137, jan./jun. 2020

ANDERLINI, Jamil. How China's smart-city tech focuses on its own citizens. *Financial Times*, 5 June 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/46bc137a-5d27-11e9-840c-530737425559>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969.

ASPI. *China Tech Map*. 2019. Disponível em: <https://chinatechmap.aspi.org.au/#/splash/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

AZARI, Julia. It's the Institutions, Stupid. *Foreign Affairs*, 2019. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2019-06-11/its-institutions-stupid>. Acesso em: 16 jul. 2020.

AZARI, Julia; SMITH, Jennifer K. Unwritten rules: informal institutions in established democracies. *Perspectives on Politics*, v. 10, n. 1, p. 37–55, 2012.

BACKER, Larry Catá. Next Generation Law: data-driven governance and accountability-based regulatory systems in the West, and social credit regimes in China. *S. Cal. Interdisc. LJ*, v. 28, n. 123, 2018.

BEALL, Abigail. *In China, Alibaba's data-hungry AI is controlling (and watching) cities*. 2018. Disponível em: <https://www.wired.co.uk/article/alibaba-city-brain-artificial-intelligence-china-kuala-lumpur>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BEER, David. Power through the algorithm? Participatory web cultures and the technological unconscious. *New Media & Society*, v. 11, n. 4, 2009.

BERGER, Tobias. *Global norms and local courts: translating the rule of law in Bangladesh*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BHAYA, Abhishek G. Cambridge Analytica faces backlash in India, Kenya, Brazil, Mexico and Malaysia. In: CGTN.com, 23 mar. 2018. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/784d544d306b7a6333566d54/share_p.html. Acesso em: 16 jul. 2020.

BLISS, Laura. A big master plan for Google's growing smart city. In: BLOOMBERG City-Lab, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.citylab.com/solutions/2019/06/alphabet-sidewalk-labs-toronto-quayside-smart-city-google/592453/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRAUNEIS, Robert; GOODMAN, Ellen P. Algorithmic transparency for the smart city. *SSRN Electronic Journal*, v. 103, p. 103–176, 2017.

BRÜHL, Jannis; FUCHS, Florian. *München: wie polizei mit software in die zukunft blickt*. 2014. Disponível em: <https://www.sueddeutsche.de/digital/polizei-software-zur-vorhersage-von-verbrechen-gesucht-einbrecher-der-zukunft-1.2115086>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CABORN, Joannah. On the methodology of dispositive analysis. *Critical Approaches to Discourse Analysis Across Disciplines*, v. 1, n. 1, p. 115–127 (112–123), 2007.

CARDULLO, Paulo; KITCHIN, Rob. *Smart urbanism and smart citizenship: the neoliberal logic of “citizen-focused” smart cities in Europe*. *Environment and Planning C: politics and space*, v. 37, n. 5, p. 813–830, 2018.

CHOU, Jeffrey. *City Brain*. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@chow0531/city-brain-412e3b48b7b4>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CNBC. *Smart cities are taking over, and over 50% of them are in China*. [online]. 2018. Disponível em: <https://www.cnn.com/advertorial/2018/03/28/smart-cities-are-taking-over-and-over-50-percent-of-them-are-in-china.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

COLETTA, Claudio; KITCHIN, Rob. Algorhythmic governance: regulating the “heartbeat” of a city using the Internet of Things. *Big Data & Society*, v. 4, n. 2, 2017.

CREMEERS, Rogier. China’s social credit system: an evolving practice of control. *Ssrn*, v. 222, 59–71, 2018.

CHRISTIN, Angele; ROSENBLAT, Alex; BOYD, Danah. Courts and predictive algorithms. In: *Data & Civil Rights Conference 2015: A New Era of Policing and Justice*, Washington, D.C., 27 Oct. 2015.

DBAR. Background. In: *DIGITAL Belt and Road*, Beijing, 2019. Disponível em: <http://www.dbeltroad.org/index.php?m=content&c=index&a=lists&catid=56>. Acesso em: 16 jul. 2020.

DEAN, Michael. Governmentality: power and rule in modern society. *Choice Reviews Online*, v. 47, n. 11, 2010.

DE LA TORRE, Carlos. Populism and democracy: political discourses and cultures in contemporary Ecuador. *Latin American Perspectives*, v. 24, n. 3, p. 12–24, 1997.

DE LA TORRE, Carlos. Technocratic populism in Ecuador. *Journal of Democracy*, v. 24, n. 3, p. 33–46, 2013.

DIAMOND, Larry. Thinking About Hybrid Regimes. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 2, p. 21–35, 2002.

DIAMOND, Larry. Democracy demotion: how the freedom agenda fell apart. *Foreign Affairs*, July/August 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-06-11/democracy-demotion>. Acesso em: 16 jul. 2020.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. *Political Studies*, v. 44, n. 2, p. 343–357, 1996.

ELLIS, Robert Evan. Ecuador’s leveraging of China to pursue an alternative political and development path. *Journal of Indo-Pacific Affairs* (Fall), 2018.

ENDERLEIN, Henrik. *Governance in a Changing World*. 2018. Disponível em: <https://www.hertie-school.org/en/governance-in-a-changing-world>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogy of the oppressed*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUND, Maike. *Industrial decline: coal holes and debt mountains*. 2019. Disponível em: <https://www.handelsblatt.com/today/politics/industrial-decline-coal-holes->

and-debt-mountains/23506350.html?ticket=ST-10647333-VZmidXPLFcFtzvXNdW1V-ap4.

Acesso em: 16 jul. 2020.

FUNG, Archon. Varieties of participation in complex governance. *Public Administration Review*, v. 66 (SUPPL. 1), p. 66–75, 2006.

FUNG, Archon. Democratic theory and political science: a pragmatic method of constructive engagement. *American Political Science Review*, v. 101, n. 3, p. 443–458, 2007.

GAILING, Ludger. Transforming energy systems by transforming power relations. Insights from dispositive thinking and governmentality studies. *Innovation*, v. 29, n. 3, p. 243–261, 2016.

HABICH-SOBIEGALLA, Sabrina. Dams, Migration and Authoritarianism in China. *Routledge*, p. 31–35, 2016.

HANSEN, Hans Krause. Numerical operations, transparency illusions and the datafication of governance. *European Journal of Social Theory*, v. 18, n. 2, p. 203–220, 2015.

HARARI, Yuval Noah. Who will win the race for AI? *Foreign Policy*, 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/gt-essay/who-will-win-the-race-for-ai-united-states-china-data/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HE, Wei. *Sofia smart city project gets Chinese funding*. 2019. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201903/28/WS5c9c5fc5a3104842260b314c.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HELBING, Dirk. Why we need democracy 2.0 and capitalism 2.0 to survive. *Ssrn*, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2769633. Acesso em: 16 jul. 2020.

HERSEY, Frank. *China to have 626 million surveillance cameras within 3 years*. 2017. Disponível em: <https://technode.com/2017/11/22/china-to-have-626-million-surveillance-cameras-within-3-years/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HILL, Kashmir. How target figured out a teen girl was pregnant before her father did. *Forbes*, 16 Feb. 2012. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kashmirhill/2012/02/16/how-target-figured-out-a-teen-girl-was-pregnant-before-her-father-did/#6ad47fba6668>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HILLMAN, Jonathan E. *How Big Is China's Belt and Road?* 2019. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/how-big-chinas-belt-and-road>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HO, David. *Beijing's initiative creates highway for "smart cities"*. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/special-reports/business/topics/special-report-belt-and-road/article/2112976/beijings-new-silk-road>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HO, Estella. Algorithmic authoritarianism: China's ideological export for the digital age. *Journal of International and Public Affairs*, 2018. Disponível em: <https://www.jipasg.org/posts/2018/9/11/algorithmic-authoritarianism-chinas-ideological-export-for-the-digital-age>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HUADONG, Guo. Steps to the digital Silk Road. *Nature*, v. 554, n. 7690, p. 25–27, 2018.

HUANG, Zheping. *Absolutely everywhere in Beijing is now covered by police video surveillance*. 2015. Disponível em: <https://qz.com/518874/absolutely-everywhere-in-beijing-is-now-covered-by-police-video-surveillance/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HUAWEI. Duisburg Germany and Huawei sign MoU to Build a Smart City. *Huawei Press Center*, Duisburg, Germany, 12 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.huawei.com/en/press-events/news/2018/1/Duisburg-Germany-and-Huawei-sign-MoU-to-Build-a-Smart-City>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HUXLEY, Margo. Geographies of Governmentality. In: CRAMPTON, Jeremy W.; ELDEN, Stuart (ed.). *Space, knowledge and power: Foucault and Geography*. London: Routledge, 2007.

IKENBERRY, Gilford John. The liberal international order and its discontents. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 38, n. 3, p. 509–521, 2010.

JANSSEN, Marijn; KUK, George. The challenges and limits of big data algorithms in technocratic governance. *Government Information Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 371–377, 2016.

JUNG, Wolfgang. *Projekt mit intelligenten kameran: rennen und fallen sind in Mannheim bald verdächtig*. 2018. Disponível em: <https://www.spiegel.de/netzwelt/netzpolitik/mannheimer-weg-2-0-pilotprojekt-mit-intelligenten-kameran-startet-bald-a-1193622.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

JUST, Natascha; LATZER, Michael. Governance by algorithms: reality construction by algorithmic selection on the Internet. *Media, Culture and Society*, v. 39, n. 2, p. 238–258, 2017.

KAKABADSE, Andrew; KAKABADSE, Nada K.; KOUZMIN, Alexander. Reinventing the democratic governance project through information technology? *Public Administration Review*, v. 63, n. 1, p. 44–60, 2003.

KAR, Resa Mohabbat; THAPA, Basanta; PARYCEK, Peter. *(Un)Berechenbar?: Algorithmen Und Automatisierung in Staat und Gesellschaft*. Berlin: Kompetenzzentrum Öffentliche IT, 2018.

KHARPAL, Arjun. Huawei says it would never hand data to China's government: experts say it wouldn't have a choice. In: *CNBC*, 4 Mar. 2019. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2019/03/05/huawei-would-have-to-give-data-to-china-government-if-asked-experts.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KITCHIN, Rob. The real-time city? Big data and smart urbanism. *GeoJournal*, v. 79, n. 1, p. 1–14, 2014.

KITCHIN, Rob. *Reframing, reimagining and remaking smart cities*. The Programmable City View project, Sept. 2016. Disponível em: <http://progcity.maynoothuniversity.ie/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KITCHIN, Rob. Thinking critically about and researching algorithms. *Proceedings of the International Symposium on Power Semiconductor Devices and ICs*, v. 20, n. 1, p. 61–64, 2017.

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 107 – 137, jan./jun. 2020

KLAUSER, Francisco; SÖDERSTRÖM, Ola. Smart city initiatives and the Foucauldian logics of governing through code. In: Marvin, Simon; Luque-Ayala, Andrés; McFarlane, Colin. *Smart Urbanism: Utopian vision or false dawn?* Routledge, 2015.

KOSTKA, Genia. China's social credit systems and public opinion: explaining high levels of approval. *New Media and Society*, v. 21, n. 7, p. 1565–1593, 2019.

KOZUL-RIGHT, Richard; POON, Daniel. *Can China learn anything from the US Marshall Plan? You'd be surprised.* 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/comment/insight-opinion/united-states/article/2183292/chinas-belt-and-road-plan-isnt-marshall-plan>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KUO, Lily. *Belt and Road forum: China's 'project of the century' hits tough times.* 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/apr/25/belt-and-road-forum-chinas-project-of-the-century-hits-tough-times>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KÜHNREICH, Katika. *Soziale Kontrolle 4.0?* Chinas social credit systems. 2018. Disponível em: <https://www.blaetter.de/archiv/jahrgaenge/2018/juli/soziale-kontrolle-4.0-chinas-social-credit-systems>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LEMKE, Thomas. Foucault, governmentality, and critique. *Rethinking Marxism*, v. 14, n. 3, p. 49-64, 2002.

LENARD, Thomas M.; RUBIN, Paul H. *The Big Data Revolution: privacy considerations.* New York; Washington-DC: Technology Policy Institute, 2013.

LUCAS, Louise. *US and China tech giants look increasingly similar.* 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/55435194-5f46-11e9-a27a-fdd51850994c>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LAU, Benson. *Belt And Road Initiative (BRI): the future of SMART infrastructure.* 2018. Disponível em: <https://medium.com/@benson.lau/belt-and-road-initiative-bri-the-future-of-smart-infrastructure-967eec40898c>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LEE, Emma. *Alibaba Cloud launches City Brain 2.0.* TechNode. 2018. Disponível em: <https://technode.com/2018/09/19/alibaba-city-brain/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LIN, Zhang. *China's Communist Party should stay out of private enterprises.* 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/2174811/chinese-communist-party-needs-curtail-its-presence-private>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MAZA, Cristina. *Experts warn China's technology could spread authoritarianism around the world.* 2019. Disponível em: <https://www.newsweek.com/china-technology-authoritarianism-congress-communist-party-1428827>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MERICS. *Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand.* 2018. Disponível em: <https://www.merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MOUNK, Yascha. Pitchfork politics: the populist threat to liberal democracy. *Foreign Affairs*, p. 27–36, Sept./Oct. 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2014-08-18/pitchfork-politics>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MOUNK, Yascha; FOA, Roberto Stefan. The Danger of Deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, p. 5–17, 2016.

MCDONALD, Joe. China's Orwellian "social credit" system blocked 17.5M people from buying airline tickets last year. 2019. Disponível em: <https://nationalpost.com/news/china-bars-millions-from-travel-for-social-credit-offences>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MOZUR, Paul, KESSEL; Jonah M.; CHAN, Melissa. Made in China, exported to the world: the surveillance state. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/24/technology/ecuador-surveillance-cameras-police-government.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

NITSCH, Manfred. *Learning from China Guanxi Economics everywhere through the Delta Factor by political party cadres?* Working Paper. Freie Universität Berlin, ZI Lateinamerika Institut, 2018.

PERLEZ, Jane; HUANG, Yufan. Behind China's \$1 trillion plan to shake up the economic order. 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/05/13/business/china-railway-one-belt-one-road-1-trillion-plan.html?_r=0. Acesso em: 16 jul. 2020.

QUICK, Kathryn S.; BRYSON, John M. Public participation. *Handbook on theories of governance*, Edward Elgar Publishing, p. 158–169, Aug. 2016.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Harvard: Harvard University Press, 1971.

REVELL, Timothy. China's super-smart city tracks your every move. *New Scientist*, v. 236, n. 3149, p. 7, 2017.

RIEDER, Gernot; SIMON, Judith. Datatrust: or, the political quest for numerical evidence and the epistemologies of Big Data. *Big Data & Society*, v. 3, n. 1, 2016.

RIZK, Nagla. *Global Symposium on AI & Inclusion, Keynote #1 & #2: AI and the Building of a More Inclusive Society*. Estados Unidos, 2017. 1 vídeo (2 h 00 min 09 s). Publicado pelo canal The Berkman Klein Center for Internet & Society. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qR4MSDLSP_4&list=PL68azUN8PTNhuuxDwtqgWiInX64n07H_h&index=2. Acesso em: 16 jul. 2020.

ROBLES, Pablo. *China plans to be a world leader in Artificial Intelligence by 2030*. 2018. Disponível em: <https://multimedia.scmp.com/news/china/article/2166148/china-2025-artificial-intelligence/index.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

RODRIGUES, Nuno. Algorithmic governmentality, smart cities and spatial justice. *Justice spatiale: Spatial justice*, Université Paris Ouest Nanterre La Défense, 2017. Disponível em: <http://www.jssj.org/article/gouvernementalitealgorithmique-smart-cities-et-justice-spatiale/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

- ROLLET, Charles. *Ecuador's all-seeing eye is made in China*. 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/08/09/ecuadors-all-seeing-eye-is-made-in-china/>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- ROUVROY, Antoinette. *"Of data and men": fundamental rights and freedoms in a world of Big Data*. Strasbourg: Council of Europe, 2016.
- SAURWEIN, Florian; JUST, Natascha; LATZER, Michael. Governance of algorithms: Options and limitations. *Info*, v. 17, n. 6, p. 35–49, 2015.
- SHAH, Rajiv C.; KESAN, Jay P. Manipulating the governance characteristics of code. *Info*, v. 5, n. 4, p. 3–9, 2003.
- SHEN, Simon; CHAN, Wilson. A comparative study of the Belt and Road Initiative and the Marshall plan. *Palgrave Communications*, v. 4, n. 1, 2018.
- SMIL, Vaclav. China's Great Famine: 40 Years Later. *BMJ*, v. 319, p. 1619–1621, 18 Dec. 1999.
- SO, Alvin Y. The rise of authoritarianism in China in the early 21st century. *International Review of Modern Sociology*, v. 45, n. 1, 2019.
- STEWART, Jenny. *The dilemmas of engagement: the role of consultation in governance*. Canberra: Australia National University EPress, 2009.
- STOCKMANN, Daniela. *Authoritarianism 2.0*. 2019. Disponível em: <http://www.authoritarianism.net/>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- STOKER, Gerry. Engaging citizens: can westminster coexist with meaningful citizen-centric engagement? In: LINDQUIST, E.; VINCENT, S.; WANNA, J. *Putting citizens first: engagement in policy and service delivery for the 21st Century*. Canberra: Australia National University EPress, 2013.
- STONE, Diane. Transfer agents and global networks in the “transnationalization” of policy. *Journal of European Public Policy*, v. 11, n. 3, 2004.
- STUTTGARTER ZEITUNG. *Mehr überwachungskameras in Mannheim*. 2019. Disponível em: <https://www.stuttgarter-zeitung.de/inhalt.videoueberwachung-videoueberwachung-mehr-kameras-in-mannheim.edaf161d-8fb8-439a-8afb-cb6ebb5023c3.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- REISCH, Lucia A. *et al. Verbrauchergerechtes scoring: gutachten des sachverständigenrats für verbraucherfragen*. Berlin: Sachverständigenrat für Verbraucherfragen, 2018.
- CHINA'S Marshall Plan. *The Jakarta Post*, Jakarta, 2 May 2019. Disponível em: <https://www.thejakartapost.com/academia/2019/05/02/chinas-marshall-plan.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- TUCKER, Karen. Participation and Subjectification in Global Governance: NGOs, Acceptable Subjectivities and the WTO. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 42, n. 2, p. 376–396, 2014.

TUFEKCI, Zeynep. Algorithmic harms beyond Facebook and Google: emergent challenges of computational agency. *Journal on Telecommunications & High Tech Law*, v. 13, n. 23, p. 203–216, 2015.

UNITED NATIONS. 68% of the world population projected to live in urban areas by 2050, says UN. In: UNITED Nations, Department of Economic and Social Affairs, New York, 16 May 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/en/news/population/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

VAN DIJCK, Maria José. Europe and responsible platform societies [video file]. Lecture at the Alexander von Humboldt Institut für Internet und Gesellschaft. 2019. Disponível em: <https://www.hiig.de/en/events/jose-van-dijck-europe-and-responsible-platform-societies/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

VERKUILEN, Jay; MUNCK, Gerardo L. Conceptualizing and measuring democracy: evaluating alternative indices. *Comparative Political Studies*, v. 35, n. 1, p. 5–34, 2002.

WAGNER, Daniel. *What China's Cybersecurity Law says about the future*. 2019. Disponível em: <https://www.sundayguardianlive.com/news/chinas-cybersecurity-law-says-future>. Acesso em: 16 jul. 2020.

WAHYUNI, Dina. The Research Design Maze. *Journal of Applied Management Accounting Research*, v. 10, n. 1, p. 69–80, 2012.

WEBLER, Thomas. The craft and theory of public participation: a dialectical process. *Journal of Risk Research*, v. 2, n. 1, p. 55–71, 1999.

WIRTZ, Bernd. W.; MÜLLER, Wilhelm. M. An integrated artificial intelligence framework for public management. *Public Management Review*, v. 21, n. 7, p. 1076–1100, 2018.

WO-LAP, Willy Lam. *Getting lost in “One Belt, One Road”*. 2016. Disponível em: <http://www.ejinsight.com/20160412-getting-lost-one-belt-one-road/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

YANG, Fan. China's Big Brother smart cities. *Policy Forum*, 26 July 2018. Disponível em: <https://www.policyforum.net/chinas-big-brother-smart-cities/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

YEUNG, Karen. Algorithmic regulation: a critical interrogation. *Regulation and Governance*, v. 12, n. 4, p. 505–523, 2017a.

YEUNG, Karen. “Hypernudge”: Big Data as a mode of regulation by design. *Information Communication and Society*, v. 20, n. 1, p. 118–136, 2017b.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. *Asia Pacific Viewpoint*, v. 76, n. 6, p. 22–43, 1997.

ZARSKY, Tal. The trouble with algorithmic decisions: an analytic road map to examine efficiency and fairness in automated and opaque decision making. *Science Technology and Human Values*, v. 41, n. 1, p. 118–132, 2016.

ZHANG, Qingyu *et al.* GIS-based emission inventories of urban scale: a case study of Hangzhou, China. *Atmospheric Environment*, v. 42, n. 20, p. 5150–5165, 2008.

ZHANG, Wenjie. *Managing traffic congestion: case study of Hangzhou*. Master Thesis (MSc in European Spatial Planning and Regional Development). Blekinge Institute of Technology, Blekinge, 2010/2011.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology*, v. 30, n. 1, p. 75–89, 2015.

ZÜRN, Michael. Was ist Denationalisierung und wieviel gibt es davon? *Soziale Welt*, p. 337-359, 1997.

ZÜRN, Michael. *Authoritarian Populism vs Open Society—A New Line of Conflict?*. [S. l.: s. n.], 7 dez. 2018. 1 vídeo (42 min 07 s). Publicado pelo canal Heinrich Böll Stiftung - Srbija, Crna Gora, Kosovo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eD094m813Ys>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ZÜRN, Michael. Democracy: an Outdated Model? *Tagesspiegel*, Berlin University Alliance, p. B4, 2019.

OS ESPAÇOS DO CAPITALISMO GLOBAL: EMPRESAS VAREJISTAS, USO DO TERRITÓRIO E TRANSFORMAÇÃO URBANA NO BRASIL*

THE SPACES OF GLOBAL CAPITALISM: RETAIL COMPANIES, TERRITORY USE, AND URBAN TRANSFORMATION IN BRAZIL

Cláudio Smalley Soares Pereira[†]

Resumo: Nas últimas décadas, o capital comercial varejista tornou-se um importante agente da produção do espaço em múltiplas escalas geográficas, revelando desigualdades em termos de poder de uso e produção dos territórios. O objetivo deste artigo é compreender como as empresas varejistas contribuíram para a produção do território brasileiro, gerando transformações urbanas inéditas em diversos espaços urbanos de complexidades distintas. Para tanto, examinaram-se relatórios de consultorias especializadas na dinâmica do varejo no Brasil e no mundo, além de fontes da imprensa nacional, buscando articulá-las com o debate teórico e metodológico em torno da globalização do varejo, do uso do território e da urbanização. Conclui-se, a partir de dois exemplos concretos — as cidades de Juazeiro do Norte/Ceará, e Ribeirão Preto/São Paulo — que os nexos entre as transformações urbanas engendradas pelas mudanças de produção e de consumo na formação socioespacial brasileira e as transformações do capitalismo no mundo se tornam cada vez mais manifestas no início do século XXI a partir das ações e estratégias espaciais e econômicas de empresas do capital comercial varejista.

Palavras-chave: Empresas varejistas. Urbanização planetária. Globalização. Transformação urbana.

Abstract: Over the past few decades, the retail trading capital has become an important agent in the production of space across multiple geographic scales, generating inequalities in terms of usage power and production of territories. The objective of this article is to understand how the retail companies contributed to the production of the Brazilian territory, implying unique urban transformations in several urban spaces of distinct complexities. Seeking this purpose, reports of consultancies specialized in retail dynamics in Brazil and in the world were

* Para a elaboração deste texto utilizei reflexões e pesquisas desenvolvidas durante a realização do mestrado, do doutorado e do pós-doutorado. Portanto agradeço às agências que financiaram essas pesquisas, notadamente à FAPESP (processos 12/04108-8 e 13/26896-0, respectivamente ao mestrado e doutorado) e à Capes (Bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado, em 2018).

† Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente/SP, Professor do Colegiado de Geografia da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. E-mail: clasmalley@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4624-4057>.

consulted, in addition to sources from the national press, with the goal to link them with the theoretical and methodological debate surrounding the globalization of retailing, such as the use of territory and the urbanization. Based on two concrete examples — the cities of Juazeiro do Norte/Ceará/Brazil, and Ribeiro Preto/São Paulo/Brazil — it is concluded that the links between the urban transformations engendered by the changes in the production and consumption in the Brazilian socio-spatial formation and the transformations of capitalism in the world, from the actions and spatial and economic strategies of companies of the retail trading capital, are becoming more and more manifested at the beginning of the 21st century.

Keywords: Retail companies. Planetary urbanization. Globalization. Urban transformation

1 Introdução

A compreensão da espacialidade humana ganhou novos contornos em termos analíticos nas últimas décadas. A ordem global de poder, as relações interestatais, bem como a crise do fordismo-keynesiano e a emergência do neoliberalismo e da financeirização encabeçados por Reagan e Thatcher tornaram-se alvo de estudos sistemáticos. A teoria da localização, preferida dos geógrafos na década de 1960, foi enfaticamente criticada, juntamente à descrição clássica e ao significado a-histórico dos processos e dinâmicas que a “revolução quantitativa” insistia em abraçar. A Geografia despertara para a reflexão crítica do mundo social. A globalização tornou-se, com isso, progressivamente, um tema do momento, sobretudo durante os anos 1990, após o fim da Guerra Fria, mediante um conjunto de processos que envolveram e ainda envolvem diferenciações geográficas de controle do trabalho, mão de obra, espaços de produção, troca e consumo e dos arranjos institucionais, além do processo urbano.

Se olharmos para o Brasil, um país em que as transformações econômicas, sociais e políticas, nas duas primeiras décadas do presente século, foram bastante turbulentas e contraditórias, e para o mundo nas últimas quatro décadas, veremos que progressivamente o consumo se tornou de fundamental importância para a compreensão do capitalismo e da urbanização no país. O presente artigo situa-se, do ponto de vista temporal, neste contexto.

O atual cenário de crise é produto de “rodadas de neoliberalização” (BRANDÃO, 2017) das últimas décadas que se sucederam em múltiplas escalas espaciais. Essas rodadas de neoliberalização reverberaram na “formação socioespacial brasileira” (SANTOS, 1996) impactando a organização da divisão territorial do trabalho, a divisão urbana e regional do país e a maneira em que as cidades e regiões se dinamizaram.

O crescimento econômico galgado durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), apoiado no *boom* das *commodities*, na redução das desigualdades sociais¹, no crescimento de postos de trabalho, na ampliação dos salários mínimos acima da inflação e na redistribuição de renda por meio de políticas sociais

¹ Para citarmos ao menos um indicador, o índice de Gini caiu sistematicamente, segundo dados oficiais do IBGE, de 0,555 para 0,495, entre 2004 e 2013, como destacou Melazzo (2018, p. 155). Do ponto de vista das desigualdades territoriais e em múltiplas dimensões, Arrecthe (2015) é referência fundamental.

caracterizam um momento importante da economia nacional. O consumo² cresceu fortemente num contexto de perda de importância econômica da industrialização nacional, de ampla valorização financeira, exploração de recursos naturais e de crescente urbanização cada vez mais território adentro.

No período compreendido entre 2003 e 2013, os segmentos do varejo que mais se beneficiaram, segundo a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (2019), foram os eletroeletrônicos, móveis, telefonia e informática. Nesse período, “o crédito de consumo destinado a pessoas físicas no Brasil passou de 5,8% para 14,6% do PIB” e “o varejo brasileiro [ficou] maior, mais competitivo, internacionalizado, moderno e maduro” (SBVC, 2019, p. 21–24). A ampliação do acesso ao ensino superior também é aspecto fundamental deste período³.

Nessa esteira de uma sociedade de consumo de massa crescente e do fortalecimento de um mercado interno com um mercado de trabalho mais robusto, o comércio varejista assumiu uma importância que permite compreender a produção do espaço tanto na escala urbana quanto nas escalas do Estado-Nação e do mundo. É nessa articulação que se situa a problemática do presente artigo. As transformações do capital comercial se expressam de maneira igualmente importante nas escalas da cidade e na dinâmica da urbanização. As relações entre urbanização, mundialização do capital e expansão do capital comercial varejista revelam muito sobre as dinâmicas do capitalismo em sua totalidade.

Neste artigo problematizam-se as relações entre os usos do território pelas empresas varejistas e as transformações urbanas. Compreendo aqui o território nacional como um espaço produzido socialmente, nos termos de Lefebvre (1978, 2000, 2012), objeto de intervenção e ação de diversos agentes sociais em conflito. Procuro argumentar que essa relação pode acontecer em contextos diversos e em situações particulares, envolvendo uma miríade de agentes sociais e forças endógenas e exógenas, mas a principal ideia que sustento se assenta na compreensão de que as cidades e a urbanização são realidades que expressam a dinâmica mais geral da acumulação do capital e da transformação da formação socioespacial sendo, portanto, resultados de processos socio-históricos, geoeconômicos e geopolíticos, como são, também, condição para o funcionamento relativamente estável do modo de produção e ainda para a irrupção e, em muitos casos, para crises.

Para exemplificar como a lógica do capital vem se articulando em múltiplas escalas e transformando a natureza da urbanização (parte um), destacarei a presença cada vez mais nítida e incontestável de ações das grandes empresas de capital internacional de varejo, desconcentradas territorialmente (parte dois), e presentes em múltiplas cidades de estratos urbanos diversos da rede urbana, algo que ocorre para além dos espaços metropolitanos (parte três). Para tanto, na parte final, utilizo exemplos retirados de outras pesquisas que realizei sobre duas cidades

² Tal quadro é, como se sabe, muito diferente atualmente, desde que a crise iniciada ainda no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011–2016) resultou no seu *impeachment*, seguido pela escalada de políticas neoliberais de maneira mais radical e implementadas de maneira sistemática desde Michel Temer (2016–2018) até o atual governo de Bolsonaro.

³ Esse período da história recente da formação socioespacial brasileira, basicamente entre os anos de 2003 e 2015, sem negligenciar os períodos anteriores e mesmo o atual contexto de crise, foram temas de importantes análises nos últimos anos. Menciono, a título de exemplo, as obras de Singer (2012) e Pochmann (2014).

específicas, como demonstração das ideias e argumentos discutidos ao longo do texto⁴.

2 Geopolítica do capitalismo, globalização e urbanização

O cenário de mudanças estruturais e conjunturais do mundo social desde a década de 1970 vem sendo documentado em uma vasta literatura⁵. A economia global se tornou multipolar, num momento histórico de reconfiguração do mapa do mundo (BECKER, 1995; DICKEN, 2009). A Ásia, e particularmente a China, se destacam nesse contexto geoeconômico e geopolítico de reestruturação produtiva e nova divisão internacional do trabalho que se originou do último quartel do século XX, com um desempenho fundamental para a economia global em vários setores econômicos (DINIZ, 2019). O papel da China na absorção dos excedentes do capital, mediante pesados investimentos em infraestrutura no meio ambiente construído e urbanização após a crise de 2007–2008, é algo impressionante (HARVEY, 2020, p. 9–14; p. 337–343). Uma nova configuração do poder global emergiu com base na nova lógica geográfica da economia mundial e da produção do espaço.

Seguimos na mesma linha de Henri Lefebvre (1976), para quem o espaço abstrato do capitalismo tem características muito particulares próprias desse modo de produção; meio de produção; objeto de consumo; instrumento político — nisso o território nacional é considerado como um espaço produzido sob domínio, controle e poder político do Estado (cf. LEFEBVRE, 1978, 2000, 2012) —; e, por fim, resultado da luta de classes.

O capitalismo e o neocapitalismo produziram um espaço abstrato que contém o mundo da mercadoria, sua lógica e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que o poder do dinheiro e aquele do Estado político. Este espaço abstrato se apoia sobre as enormes redes de bancos, de centros de compras, de grandes unidades de produção. E também sobre o espaço das autopistas, dos aeródromos, das redes de informação. Neste espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu (LEFEBVRE, 1976, p. 13).

Neil Smith (1988) buscou compreender a lógica teórica por trás da reestruturação do espaço geográfico promovido pelo capitalismo. A paisagem geográfica, bem como as dinâmicas entre múltiplas escalas espaciais, revelam um emaranhado de “coisas em desenvolvimento integrado” (desindustrialização, nacionalismos e xenofobia, migrações e caos urbano sistêmico, intensificação da urbanização, mudanças tecnológicas e na divisão internacional do trabalho etc.), as quais fazem parte da mutante geografia do capitalismo.

Os geógrafos têm sido muito atentos em considerar que o processo de globalização não se refere a uma integração total do planeta ou a uma anulação da geografia e do espaço. Ao contrário, a globalização se constitui como uma nova rodada de reorganização da paisagem geográfica pelo capitalismo, mediante “ajustes espaço-temporais”, com a construção de infraestruturas

⁴ Trata-se das cidades de Juazeiro do Norte, no Ceará, e Ribeirão Preto, em São Paulo, que serão apresentadas na parte final deste texto.

⁵ A literatura a esse respeito é vasta. Contento-me em indicar ao leitor as seguintes obras: Becker (1995), Harvey (2008), Soja (1993), Santos (1996), Santos e Silveira (2001) e Diniz (2019).

de transporte, comunicações e estruturas territoriais em razão de facilitar a acumulação do capital. Trata-se, assim, de uma nova fase do processo de produção capitalista do espaço (HARVEY, 2006, p. 80–81), assentada em uma “compressão espaço-temporal” que, desigualmente, articula os diversos lugares (HARVEY, 2008). A globalização precisa ser entendida, desse modo, como diferenciação espacial e valorizações seletivas dos territórios e espaços (BECKER, 1995; SANTOS, 1996; DICKEN, 2009). Noutras palavras, a globalização diz respeito ao processo de desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2007; SMITH, 1988, 2007).

A acumulação capitalista tem uma geografia pela qual se desenvolve e se transforma. É daí que as diferenciações espaciais, bem como as desigualdades espaciais, regionais e urbanas, por exemplo, são produzidas, constituindo, assim, contradições do capitalismo que são socialmente construídas. Essas contradições se expressam espacialmente em um conjunto relacional e desigual de processos e relações de poder assimétricas (DICKEN, 2009).

Essas desiguais relações de poder na produção do espaço suscita a questão do uso do território. Nesse sentido, Santos (2011, p. 6) associa o uso do território à geopolítica; para ele são sinônimos. Essa ideia não se reduz à perspectiva da geopolítica das nações, ou mesmo das lutas interestatais que marcaram a estruturação do capitalismo ao longo da história. Penso que a compreensão da geopolítica como sinônimo do uso do território permite compreender a geopolítica clássica, convencional ou mais tradicional que se exerce no nível dos Estados-nação e possibilita incluir na análise uma geopolítica das empresas, na medida em que estas usam o território, produzindo espaço, hierarquias e diferenciações, desigualdades e diferenças, concentrações e dispersões, e divisões territoriais do trabalho no exercício dos seus poderes. Isso vai na direção da apropriação que Harvey (2007, 2011) faz da contribuição de Arrighi (1996) sobre a dialética entre a “lógica territorial do poder” e a “lógica capitalista do poder” para explicar a longa, intrincada e contraditória geografia histórica do capitalismo.

A “lógica territorial do poder” e a “lógica capitalista do poder”, afirma Harvey (2007, p. 46; 2011, p. 166), operam no espaço e no tempo de formas distintas, mas articuladas. No plano da lógica territorial, estão em jogo “as estratégias políticas, diplomáticas, econômicas e militares mobilizadas pelo aparelho de Estado em seu próprio interesse”. Nessa lógica, é o espaço tempo-absoluto que se sobressai com estratégias de “controlar e gerenciar as atividades da população no território e acumular poder e riqueza dentro das fronteiras do Estado”. A lógica capitalista do poder “decorre do acúmulo de poder pelo dinheiro nas mãos de pessoas físicas e empresas em busca de um crescimento sem fim por meio de atividades lucrativas”, isto é, “o poder do dinheiro flui por e dentro do espaço [relativo e relacional] e fronteiras na busca da acumulação sem fim” (HARVEY, 2011, p. 166).

De certo modo, no final da década de 1970, Lefebvre (2012 [1979]) levantou esse problema. O filósofo francês sustentou as articulações entre o econômico, o político e o social no contexto de um “modo de produção estatal” (o crescimento econômico a cargo do Estado constituído como um fenômeno mundial) e da “mundialização do Estado”, ambos em franca relação e contradição com o mercado mundial (e com as companhias multinacionais). Importa notar, nesse sentido, o fenômeno da contradição entre o espaço produzido pelo Estado e o espaço produzido pelos interesses privados, sobretudo pelos interesses capitalistas, que seriam visíveis particularmente

nas cidades (LEFEBVRE, 2012, p. 145).

A disputa entre as duas lógicas do poder e da produção do espaço configura a maneira pela qual a dinâmica contemporânea do modo de produção se efetiva. Mas é importante destacar que, ainda que essa disputa ocorra e possa ser vislumbrada em aspectos diferentes, nos quais uma lógica pode predominar em relação à outra, dependendo do contexto, parece consensual que, pelo menos desde os anos 1970, a lógica capitalista do poder vem se tornando predominante. A dominância do poder econômico e do capital financeiro, em particular, na organização da sociedade, da economia e da política, são os aspectos que melhor ilustram a preponderância da lógica capitalista do poder⁶.

Entretanto isso não significa dizer que a lógica territorial do poder tenha desaparecido, como se tem propalado a ideia dos fins dos Estados. Ora, se a circulação, a velocidade, a informação e as tecnologias ajudam a derrubar as fronteiras nacionais (as barreiras espaciais), logo os Estados não teriam mais o papel histórico que exerceram praticamente nos últimos quinhentos anos. Porém se observa que o Estado não desapareceu (ARRIGHI, 1996; BECKER, 1995; HARVEY, 2008; SANTOS, 1996; DICKEN, 2009). Na verdade, ele mudou de natureza. Não são mais, necessariamente, as guerras e as invasões territoriais que estão no foco das ações dos Estados contemporâneos⁷. Um exemplo bastante atual sobre a eficácia da lógica territorial do poder diz respeito a toda política direcionada para o combate ao novo coronavírus (COVID-19), quando a difusão espacial da contaminação ao redor do mundo obrigou os Estados a lançarem mão de sua força na regulação dos territórios com o fechamento de fronteiras, determinação do isolamento horizontal (em alguns lugares com mais força que outros) e fechamento dos comércios e modificando radicalmente a vida nas cidades.

A conclusão que podemos tirar disso é que, como Harvey (2011, p. 149) muito bem frisou, “os Estados tanto atrapalham quanto facilitam o movimento geográfico dos fluxos de capital”, daí ser oportuno falar de uma nova configuração do “nexo Estado-finanças” (HARVEY, 2011, p. 47; p. 167), no que tange às relações, por vezes contraditórias, entre Estado e capital, referente a espaço-temporalidade do processo e acumulação e aos interesses, razões e intencionalidades subjacentes.

O exercício desse poder capitalista na configuração de territórios e lugares, bem como na divisão territorial do trabalho, das dinâmicas, dos fluxos e dos sentimentos e desejos neles engendrados, isto é, na produção do espaço, é, hoje, exercido com maior clareza e vigor e pelas grandes empresas e corporações. É aqui que uma geopolítica do capitalismo se desenha com maior nitidez, no entrelaçamento entre espaço, poder e política, emaranhados pelas ações e intencionalidades e produzidos pelos interesses por trás da reprodução do capitalismo.

Vejamos, agora, como essas lógicas se relacionam com o urbano e a urbanização ou a ela estão entrelaçadas. Smith (2007) e Harvey (2006) oferecem uma chave importante para a

⁶ Os trabalhos de Harvey (2008), Santos (1996), Swyngedouw (1999), Chesnais, (2005) são alguns dentre muitos que apontam na direção de uma dominância do capital financeiro na economia, na sociedade e na política.

⁷ Para Becker (1995), a nova Geopolítica, na virada do milênio, basear-se-ia em uma racionalidade que se constituiria, de um lado, uma nova disparidade entre Estados e territórios em termos de logística e tecnologia, na esteira da revolução científico-tecnológica; e, por outro lado, uma politização da natureza como uma forma segundo a qual os diversos Estados baseiam suas estratégias de dominação e de poder mundial.

análise dos nexos entre o urbano na globalização. O primeiro afirma que “há sobreposição de arranjos regionais e internacionais que complicam as configurações urbanas” (SMITH, 2007, p. 20), enquanto o segundo sugere que o processo urbano desempenha um papel “na reestruturação um tanto radical em curso nas distribuições geográficas da atividade humana e nas dinâmicas político-econômicas do desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2020, p. 152). Essas ideias merecem ser um pouco exploradas.

Em primeiro lugar, há um claro posicionamento a respeito da necessidade de se compreender os processos sociais como articulados escalarmente. Essas escalas, para lembrarmos, podem ser sucintamente compreendidas como escala urbana (aqui a escala regional também pode dela fazer parte), escala nacional e escala global. Embora possa parecer um tanto simplista, essa divisão tripartite considera que os processos ocorrem articulando escalas, e não as excluindo. As escalas são produzidas e constituem parte essencial do processo de acumulação do capital. A reestruturação do capitalismo tem assim uma dimensão urbana, que se materializa, por exemplo, na forma em que a urbanização se apresenta nas cidades do capitalismo avançado, com processos de gentrificação⁸, mas também nas cidades dos países subdesenvolvidos e do capitalismo periférico, com a profusão de novas centralidades urbanas segmentadas segundo classes sociais distintas e as fraturas sociais da segregação e fragmentação urbanas.

Em segundo lugar, as duas colocações consideradas apontam para um processo que é acentuadamente desigual. Ora, se a reestruturação capitalista que ocorreu após a crise do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 pode ser considerada como global, ela não foi, por isso mesmo, igual em todos os lugares. Nem no espaço nem no tempo, a reestruturação ocorre igualmente. É aqui que se concentra o processo de diferenciação espacial produzido pela ação humana numa sociedade de classes na sua relação intrínseca com a natureza. Na medida em que a sociedade está estruturada em hierarquias de poderes sociais, essa hierarquia se expressa na produção e organização do espaço. Numa sociedade desigual, o espaço é desigual.

Esses dois aspectos ajudam a compreender a sociedade urbana contemporânea. Se o espaço e o território são valorizados seletivamente de maneira estratégica e em variadas escalas geográficas, então a escala do urbano se torna, assim, efetivamente, alvo de estratégias políticas e econômicas de diversos agentes sociais e econômicos, sendo, em muitos casos, fonte de contradições, crises, conflitos que surgem de forma recorrente.

O urbano, nesse sentido, é considerado como algo relevante e que é capaz de revelar e explicar os fenômenos sociais em suas múltiplas dimensões e escalas. A urbanização é, enfatiza Lussault (2010), o horizonte do mundo. Visto que a urbanização se constitui globalmente, ao estar presente em diversos lugares — a “planetarização do urbano” (LEFEBVRE, 1989) — novas diferenças e desigualdades são produzidas, deixando evidentes as relações entre espaço, tempo e classes sociais. A segregação e a fragmentação socioespacial em diversos espaços urbanos de natureza e complexidades diferentes, como têm revelado diversas pesquisas (SPOSITO, 2019), são reveladoras das conexões escalares e do papel que o urbano desempenha no contexto do

⁸ A gentrificação se refere ao processo de transformação de áreas centrais de cidades do capitalismo avançado que remetem a uma nova etapa do processo urbano. Rotineiramente é entendida como *enobrecimento urbano*, pois se refere, grosso modo, a um retorno das classes médias e altas aos espaços centrais das cidades, o que tem implicações sociais, econômicas e políticas importantes. Sobre esse tema, ver Smith (2007).

capitalismo contemporâneo. Lembremos que muitas das crises financeiras que assolaram a vida de milhões de pessoas no século XX, tanto regional quanto globalmente, tiveram raízes na dinâmica dos mercados fundiários e imobiliário, isto é, no processo urbano (SMITH, 2017; HARVEY, 2020).

A globalização e a mundialização fomentaram uma internacionalização do capital comercial sem precedentes, acompanhada de uma maior concentração e centralização dos capitais, redefinindo territórios e articulando cidades e regiões em redes à lógica contraditória da acumulação. A ideologia do consumo e as mercadorias encontradas nos espaços de consumo (hipermercados, supermercados e mesmo em *shopping centers*) referem-se às necessidades e desejos que são criados, produzidos, e podem ser, ao menos parcial e temporariamente, atendidos. É constante e dinâmica, assim, a “remodelação das geografias de produção e consumo à imagem e semelhança do capital” (HARVEY, 2018, p. 131).

3 O uso capitalista do território pelas empresas de varejo no capitalismo atual

A ideia de “uso capitalista do território” foi proposta por Calabi e Indovina (1992) visando a compreender a transformação do território em função do processo geral de produção capitalista. Para os autores, a “organização do território” só pode ser elucidada se levarmos em conta o “processo de produção capitalista” como um todo, o que equivale dizer que o território é fruto das relações capitalistas de produção e reprodução, influenciando sobre elas, e das relações dialéticas e contraditórias entre valor de uso e valor de troca e do conflito entre capital e trabalho. O território é “organizado” por relações de produção capitalistas e assume, assim, uma feição de classes sociais, na qual o controle dessa organização é “resultado de forças complexas, unificadas, porém por uma lógica constante: a ligação existente entre configuração e lógica do desenvolvimento capitalista com as condições históricas dadas (políticas, físicas, sociais, conflituais)” (CALABI; INDOVINA, 1992, p. 59).

O que me parece importante, além disso, é a distinção entre diversos “usos” do território feitos por Calabi e Indovina (1992, p. 58–62). Dos três “usos do território” (processo de produção; circulação e valorização do capital; e reprodução da força de trabalho), o segundo é o mais interessante para minha argumentação, posto que é no processo de circulação e reprodução do capital que reside o papel dos capitalistas comerciais varejistas que utilizarei de exemplo, relacionando-os, no último tópico, com a transformação urbana brasileira a partir das cidades de Juazeiro do Norte (CE) e Ribeirão Preto (SP).

O funcionamento das empresas, no que diz respeito ao uso do território, é resultado de uma grande variedade de condições, agentes e arranjos político-econômicos e sociais. A globalização, como debatemos anteriormente, é uma nova realidade que mudou os fluxos e os fixos espaciais em muitas escalas geográficas. Uma nova divisão internacional do trabalho ganha corpo com a emergência de uma articulada e intrincada rede de processos e relações de poder que se condicionam mutuamente, modificando a produção do espaço e dos territórios. As ações das empresas capitalistas de todos os setores são, assim, impactadas.

O relatório *Global Powers of Retailing* da Deloitte (2018) é uma importante fonte de dados para os fins de compreensão da dinâmica econômica e espacial do capital comercial. As mudanças nas últimas duas décadas das 250 maiores empresas de varejo do planeta são bastante significativas em termos territoriais e em termos econômicos e organizacionais. Entre 2001 e 2016, a posição das dez maiores empresas se alterou bastante (Quadro 1), ao passo que a variação geográfica, em termos de participação da receita, mostrou uma diminuição das varejistas com sede na América do Norte e Europa e um aumento daquelas sediadas no Leste Asiático, na Ásia e no Oriente Médio e, por último, na América Latina (DELOITTE, 2018).

De acordo com a Deloitte (2018), esse olhar entre o passado e o presente mostra, em primeiro lugar, que o Walmart se manteve na liderança entre as 250 maiores empresas, o que ocorre há mais de 20 anos; em segundo lugar, apenas quatro empresas das dez primeiras do ranking de 2016 estavam no Top 10 de 2001; por fim, em terceiro lugar, a Amazon teve um crescimento impressionante, saindo da 157^a posição, em 2001, para a 6^a posição em 2016, com uma receita de aproximadamente 100 bilhões de dólares.

Esse mesmo relatório permite outras conclusões. Se observarmos bem, veremos, primeiro que os Estados Unidos é o país com a maior quantidade de empresas varejistas no Top 10, com sete empresas, tanto em 2001 quanto em 2016, consolidando assim o seu domínio em termos de origem do capital. Se ampliarmos para o Top 250, veremos que a presença norte-americana é de 87 empresas, sendo que, dessas, 80 são dos Estados Unidos, uma diferença bem significativa dos demais países que estão bem atrás: Japão com 32 empresas, Alemanha com 17, China com 14, e França e Reino Unido com 12 empresas cada um. Em outras palavras, das 250 maiores empresas, 32% delas são estadunidenses, as quais são responsáveis por 45,7% do lucro total de todas as empresas do *ranking* (DELOITTE, 2018).

Porém, conforme as análises de Coe e Wrigley (2018), a partir do relatório da Deloitte (2015), a Europa é a região mais globalizada em termos de varejo, com 38,6% das suas receitas vindas do exterior, numa média de 16,2% de operações em mercados não domésticos. Já os varejistas dos EUA obtêm 15,4% das receitas do exterior e 8,5% em média de operações em mercados estrangeiros. Os dados mais recentes, referentes a 2016 (DELOITTE, 2018), mostram que, para a Europa, 40,6% das receitas vêm do exterior, com 16,4% em média de número de países em que opera, enquanto, para os EUA, os dados são 13,7% e 9,4%, respectivamente. Constata-se, portanto, que, mesmo o capital varejista estadunidense permanecendo entre as dez maiores empresas nos últimos 15 anos, sua presença global diminuiu, enquanto o capital varejista europeu ampliou sua presença noutros territórios e se globalizou ainda mais.

Uma segunda informação significativa é a perda de posições do grupo francês Carrefour. Em 2001, o Carrefour era a segunda maior varejista do planeta, atrás apenas do Walmart, mas, em 2016, caiu para o nono lugar no conjunto das 250 maiores (em 2001 o ranking abrangia as 200 maiores, tendo sido alterado posteriormente), inclusive com alguns resultados negativos, conforme o Quadro 2. A gigante francesa, que tem a difusão do hipermercado no mundo como uma de suas marcas, expressa a “crise da grande distribuição” que vem acometendo outras empresas em todo o mundo.

Por fim, o crescimento extraordinário da Amazon merece atenção pelo fato de ela

Quadro 1: As dez maiores empresas de varejo do mundo em 2001 e 2016, e os países de origem do capital

Ranking	2001	País de Origem	2016	País de Origem
1	Walmart	Estados Unidos	Walmart	Estados Unidos
2	Carrefour	França	Costco	Estados Unidos
3	Ahold	Holanda	Kroger	Estados Unidos
4	Home Depot	Estados Unidos	Schwarz Group	Alemanha
5	Kroger	Estados Unidos	Walgreens Boot Alliance	Estados Unidos
6	Metro	Alemanha	Amazon	Estados Unidos
7	Target	Estados Unidos	Home Depot	Estados Unidos
8	Albertson's	Estados Unidos	Aldi Group	Alemanha
9	Kmart	Estados Unidos	Carrefour	França
10	Sears	Estados Unidos	CVS Health	Estados Unidos

Fonte: Deloitte (2018).

ter sido uma empresa criada para atuar, sobretudo, no “espaço virtual” da Internet, o que é revelador do papel do comércio virtual (*e-commerce*) no atual momento de mundialização do capital (ver Tabela 1). Essa tendência crescente de investimento no comércio eletrônico também faz parte da realidade das varejistas em território brasileiro⁹, conforme a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC, 2019). Os impactos diferentes no varejo com a Internet, desde pelo menos a década de 2000, com rebatimentos no espaço geográfico, nas formas de compra, nos relacionamentos entre empresas, consumidores e marcas, são notórios (WRIGLEY, 2009).

Tabela 1: As dez maiores empresas varejistas do mundo em 2016

Ranking das 250 maiores	Nome da Empresa	País de Origem	Receita do Varejo (US\$ milhões)	Crescimento de Receita do Varejo (em %)	Margem de lucro líquido (em %)	Retorno sobre os ativos (em %)	CARG* da receita de varejo 2011–2016	Número de países em que opera	% de receita do varejo de operações no exterior
1	Wal-Mart Stores, Inc.	Estados Unidos	485,873	0,8	2,9	7,2	2,7	29	24,3
2	Costco Wholesale Corporation	Estados Unidos	118,719	2,2	2	7,2	6	10	27,1
3	The Kroger Co.	Estados Unidos	115,337	5	1,7	5,4	5	1	0
4	Schwarz Group	Alemanha	99,256	5,3	n/a	n/a	7,3	27	61,7
5	Walgreens Boots Alliance, Inc.	Estados Unidos	97,058	8,3	3,6	5,8	6,1	10	13,7
6	Amazon.com, Inc.	Estados Unidos	94,665	19,4	1,7	2,8	17,6	14	36,8
7	The Home Depot, Inc.	Estados Unidos	94,595	6,9	8,4	18,5	6,1	4	8,5
8	Aldi Group	Alemanha	84,923e	4,8	n/a	n/a	7,7	17	67
9	Carrefour S.A.	França	84,131	-0,4	1,1	1,8	-1,1	34	53,2
10	CVS Health Corporation	Estados Unidos	81,1	12,6	3	5,6	6,4	3	0,8
	Top 10		1.355,656	4,5	4,5	3	6,4	4,5	27,3
	Top 250		4.410,828	4,1	4,1	3,2	3,3	4,8	22,5
	Participação do Top 10 nas receitas de varejo do Top 250		30,7						

* Taxa de crescimento anual composta;¹ Compostos com ponderação de vendas e ajustados pela moeda² média e = estimativa;

n/a = não disponível;

Fonte: Deloitte (2018, p. 16).

Coe e Wrigley (2017) argumentam que o foco da distribuição internacionalizada, após a crise de 2007–2008, mudou sob indução da Internet, o que pode ser caracterizado como uma nova era da distribuição globalizada. Várias empresas estão buscando a alternativa virtual como uma estratégia de reorganização econômica e de atuação, uma vez que a operação no *e-commerce* ajuda, dentre outras coisas, a reduzir custos em muitos setores, como o trabalho físico e as lojas físicas. O Carrefour, por exemplo, em seu plano de transformação global “Carrefour 2022” divulgado em 2018, direciona investimentos no *e-commerce*, estratégia que está associada à demissão de funcionários e fechamento de lojas na Europa. Além disso, é possível perceber que

⁹ No contexto da atual crise do novo coronavírus, algumas empresas têm registrado uma ampliação do seu valor de mercado. Varejistas como BW2 (dona das marcas Submarino e Shoptime), Magazine Luiza, Via Varejo, estão entre elas. A atuação no e-commerce é apontada por analistas do mercado como o principal fator explicativo dessa valorização das ações de tais empresas. Confira-se, a esse respeito, a matéria de capa do Estadão de 28 de junho de 2020, cujo título é representativo: “‘Efeito Amazon’ faz grupo de empresas lucrar apesar da crise”.

algumas empresas também têm buscado os investimentos imobiliários como uma estratégia econômica (PEREIRA, 2020).

No Brasil, por exemplo, a internacionalização das empresas de capital varejista ocorre desde a década de 1970, com a instalação do primeiro Carrefour. A partir do final dos anos 1980 e, sobretudo, dos anos 1990, com a abertura econômica para a inserção na globalização, juntamente com a estabilização da moeda e com o controle da inflação, é que a maior parte das empresas estrangeiras se instalam no país (Quadro 2), corroborando as análises de autores especialistas na globalização do varejo (WRIGLEY, 2009; COE; WRIGLEY, 2017) que identificam os anos 1990 como a década em que houve, de fato, um impulso por parte das grandes corporações varejistas em se internacionalizar, na busca de mercados estrangeiros e novos territórios.

Quadro 2: Histórico da internacionalização do capital comercial varejista do setor de super e hipermercados no Brasil

Empresa	Origem	Ano de Entrada	Modo de Entrada	Foco de Atuação	Posicionamento	Formato Prioritário
Carrefour	França	1975	Aquisição	Nacional	Classe A, B	Hipermercado
Sonae	Portugal	1989	Joint Venture	Regional (Sul)	Classe A, B	Hipermercado
Walmart	EUA	1995	Joint Venture	Nacional	Classe A, B	Hipermercado
Royal Ahold	Holanda	1996	Joint Venture	Regional (Nordeste)	Classe A, B, C	Hipermercado
Jerônimo Martins	Portugal	1997	Joint Venture	Regional (Sudeste)	Classe A, B, C	Loja de Vizinhança
Casino	França	1999	Joint Venture	Nacional	Classe A, B, C	Hipermercado
Cencosud	Chile	2006	Joint Venture	Regional (Nordeste)	Classe C, D, E	Loja de Vizinhança

Fonte: Ferreira (2013, p. 245).

Os mercados (e territórios) estrangeiros, foco dos investimentos maciços a partir dos anos 1990, respondem por uma parte importante dos lucros das empresas. Quando observamos a quantidade de países em que cada empresa do Top 10 da Deloitte (2018) opera, bem como a porcentagem da receita das empresas que vêm do exterior, o grau de internacionalização e da importância dos mercados estrangeiros para algumas empresas fica mais visível, enquanto, por outro lado, observa-se que outras empresas, ainda que internacionalizadas, têm boa parte de suas receitas advindas do mercado doméstico. Já no que se refere ao Top 250, as tendências de globalização se mostram pela porcentagem crescente da participação dos mercados estrangeiros, como revelaram Coe e Wrigley (2017, p. 431) a partir dos dados da Deloitte a respeito das vendas globais: em 2005 eram 14,4%, tendo saltado para 22,9% e 24,2% em 2008 e 2013, respectivamente. Para as mesmas 250 maiores empresas, os dados de 2015 e 2016, respectivamente, mostram uma persistência de um decréscimo, com 22,8% e 22,5% (DELOITTE, 2017, 2018).

Essa diminuição do crescimento estrangeiro é um dos aspectos de uma das três dimensões do atual processo de globalização do capital do varejo (COE; WRIGLEY, 2017). Refere-se a uma mudança de dinâmica, de expansionista para um período de retração, em que recuos em investimentos estrangeiros, o foco em mercados-chave e articulação com os mercados financeiros se destacam¹⁰. As outras duas dimensões são: mudanças e reavaliações das lógicas da globalização

¹⁰Em relação às ligações do comércio varejista com a financeirização, conferir Baud e Durand (2012) e Benquet e

do varejo após a crise de 2007 e 2008, e a expansão internacionalizada baseada no comércio eletrônico (COE; WRIGLEY, 2017).

Ao propor que podemos falar no período contemporâneo de um “espaço nacional da economia internacional”, Santos e Silveira (2001) demonstram justamente os nexos e forças que modificam a lógica territorial das diversas sociedades, sobretudo a brasileira. Para Santos e Silveira (2001), isso se refere a um “uso corporativo do território” pelas empresas que é, por isso mesmo, um uso seletivo e hierárquico. A nossa formação socioespacial é, hoje, resultado e condição para o funcionamento do capitalismo global, imperando, assim, uma lógica global no espaço nacional que tem nas empresas globais os principais agentes, principalmente, mas também relacionado ao modo como o Estado age em termos de regulação do território.

No Brasil, as grandes empresas do capital comercial buscaram, por meio da expansão territorial, ampliar suas fontes de rentabilidade. O território se constitui, assim, como um trunfo capaz de expandir as ações e, portanto, as maneiras de capturar mais-valor. Esse é um dos aspectos, mas não é o único. A distribuição geográfica na formação socioespacial brasileira é significativa, e algumas delas já operam na quase totalidade do território, com um grande número de lojas e de funcionários, atreladas a uma diversificação dos tipos de lojas (bandeiras) e muitas delas com capital aberto na Bolsa de Valores, o que significa funcionar e operar em razão das dinâmicas mais globais e com um aumento da dependência dos agentes financeiros.

O Brasil é um dos grandes mercados para várias corporações de varejo. O Carrefour, por exemplo, é uma das empresas que têm o Brasil como um dos seus principais mercados, “belo negócio, que dá entusiasmo”, como afirmou o ex-CEO da companhia Georges Plassat, em 2016 (FERNANDES, 2017). As principais empresas varejistas em termos de faturamento e vendas, no Brasil, são hoje corporações transnacionais que operam mediante estratégias diversas.

Os dados disponibilizados pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (2019) revelam que o Carrefour é a maior empresa de varejo no Brasil, enquanto o GPA é o maior dos grupos econômicos. Além disso, as cinco maiores empresas responderam por 28,29% do faturamento total do ranking das 300 maiores, enquanto as 10 maiores representam 37,85% de vendas do total em 2018. O setor com o maior número de empresas no total é o de supermercados, com 136 entre as 300, com um faturamento total bruto de R\$ 324,881 bilhões (50,13% do faturamento total das 300 varejistas). Três delas estão entre as dez primeiras (Tabela 2), e as cinco maiores supermercadistas concentram em torno de 45% do faturamento do setor. As duas maiores empresas, Carrefour e GPA, demonstraram expansão de 7,6% e 8,5%, respectivamente, no comparativo 2017–2018. Essas duas empresas correspondem a 8,69% e 12,98% do faturamento total das empresas listadas, respectivamente (SBVC, 2019, p. 38).

Nota-se que, das 300 maiores empresas listadas no ranking da SBVC, as dez maiores atuam em diversos estados do país, com uma quantidade significativa de marcas (as bandeiras) e com laços distintos em relação ao processo de financeirização (Tabela 2). Nesse ponto, das dez maiores, somente três têm capital fechado. No atual momento de crise, vimos que muitas empresas aproveitaram para reorganizarem suas estratégias. Lembro aqui que, em 2018, o fundo de investimento Advent comprou mais de 80% das operações do Walmart no Brasil e reestruturou

Durand (2016).

Tabela 2: As dez maiores empresas varejistas em território brasileiro (2018)

Empresas	Bandeiras	Estrutura do capital	Ranking	Faturamento em R\$	Nº estados	Nº de Lojas	Nº de funcionários
Grupo Carrefour Brasil ¹	Carrefour Hiper, Carrefour Bairro, Carrefour Express, Carrefour Market, Carrefour.com, Atacadão Pão de Açúcar, Extra, Assaí Atacadista, Mini Extra,	Aberto	1	R\$56.343.000.000,00	27	660	84.632
GPA Alimentar ¹	Minuto Pão de Açúcar, James Delivery, Compre Bem, Mercado Extra e Pão de Açúcar Adega	Aberto	2	R\$53.620.000.000,00	19	1.057	94.000
Via Varejo ¹	Casas Bahia, Ponto Frio, PontoFrio, Barateiro, Bartira, Extra.com	Aberto	3	R\$30.500.000.000,00	21	1.035	44.497
Walmart Brasil ⁵	Walmart, Maxxi, Big, Bompreço, Mercadorama, Todo Dia, Sam's Club	Fechado	4	R\$24.000.000.000,00	18	400	N.D
Magazine Luiza ¹	Magazine Luiza, Luizacred, Luizaseg, Consórcio Luiza, Época Cosméticos	Aberto	5	R\$18.896.513.000,00	16	954	27.000
Raia Drogasil ³	Droga Raia, Drogasil, Farmasil, 4bio e Unifers	Aberto	6	R\$15.519.133.000,00	18	1.825	36.510
Grupo Boticário ¹	O Boticário, Eudora, Quem disse Berenice?, The Beauty Box, Multi B	Fechado	7	R\$13.700.000.000,00	27	4.176	11.876
Lojas Americanas ¹	Lojas Americanas, Americanas Express	Aberto	8	R\$12.959.410.000,00	27	1.490	25.003
DPSF ³	Drogaria São Paulo, Pacheco	Fechado	9	R\$9.998.645.735,00	10	1.319	25.000
Lojas Renner ¹	Lojas Renner, Youcom, Camicado, Ashua	Aberto	10	R\$9.786.838.000,00	27	556	21.376

1. Dados declaratórios fornecidos pelas empresas, formalmente recebidos e arquivados pela SBVC; OBS: e-mails que as empresas nos enviaram; 2. Dados publicados por entidades setoriais representativas; OBS: Ranking ABRAS; 3. Balanços contábeis publicados pelas empresas; OBS: Balanços que conseguimos no site, Supermercado Moderno e Ranking Exame; 4. Publicações em veículos de notória reputação; OBS: Reportagens; 5. Estimativas feitas pela equipe técnica da SBVC, empregando como critérios a venda média por loja de redes de segmento e perfil similares ou o faturamento por loja divulgado pelas empresas em publicações setoriais, multiplicados pelo número de lojas da rede; Câmbio euro (Média 2018) R\$ 4,40; Câmbio dólar (Média 2018) R\$ 3,87.

Fonte: Adaptado de SBVC (2019, p. 46–47).

sua atuação no território nacional, com mudança de marcas e fechamento de lojas em várias cidades do país, incluindo cidades médias; e em 2020 o Carrefour adquiriu mais de 30 lojas da empresa holandesa Makro: “Essa transação é o movimento mais importante do Grupo Carrefour no Brasil desde a aquisição do Atacadão em 2007”, segundo o presidente do Carrefour no mundo, Alexandre Bompard (CARREFOUR... , 2020). Lembremos também a aquisição da Netshoes pelo Magazine Luiza em meados de 2019. Isso vai na direção apontada pela SBVC (2019, p. 38), que, mesmo no contexto da crise, “a tônica, porém, é de ‘pé no acelerador’ e aproveitamento das oportunidades existentes no mercado, seja por meio de aquisições de concorrentes”. A crise tem demonstrado, apesar de toda fratura sociopolítica e econômica já conhecida, um campo aberto de possibilidades para o capital. As relações de poder no âmbito da produção e controle do espaço e do território parecem não ter sido abaladas com a crise, tendo, na verdade, intensificado a competitividade e o poder de ação, sobretudo das maiores empresas.

Um processo de “modernização capitalista do território” caracteriza essa expansão geográfica das empresas. Ela é visível, levando-se em consideração a presença de uma maior quantidade de unidades de comércio controladas pelas empresas principais. Essa expansão geográfica, que de fato não foi aleatória, ocorreu com as empresas privilegiando diversos pedaços do território, ainda que seletivos. Essas “escolhas espaciais” (se é que assim podemos chamar) por parte dos capitalistas ocorreram em função de uma melhora considerável da economia brasileira quanto ao crescimento econômico, com resultados importantes em termos de Produto Interno Bruto (PIB), aliados a políticas sociais voltadas para a distribuição de renda, elevação de salário mínimo e concessão de créditos, que juntas contribuíram para a redução das desigualdades sociais entre 2004 e 2014.

Uma série de fatores interligados que constituíram o “reformismo fraco” do “lulismo” (SINGER, 2012) tornou possível uma interiorização de grandes superfícies comerciais e comércios

modernos em cidades do interior do Brasil, sobretudo no Norte e Nordeste, regiões que foram mais beneficiadas com as políticas do período, o que aqueceu o consumo das classes populares e média (SINGER, 2012; POCHMANN, 2014).

O varejo no Brasil se modernizou nas últimas décadas, o que reorganizou a geografia comercial e do consumo no país. A formação socioespacial brasileira se articulou com mais notoriedade nas dinâmicas da acumulação do capital em escala global e tornou-se foco de investimentos de capitalistas de outros países. As grandes empresas varejistas contribuíram injetando novos dinamismos econômicos e sociais em regiões e lugares que estavam ainda pouco conectados com determinações mais amplas do modo de produção. O Norte e o Nordeste do país foram alvos de grandes investidas de empresas como Carrefour, Walmart, além de redes de *fast-food*, como o McDonald's. As cidades médias foram consideravelmente impactadas com produção de espaços comerciais e de consumo referentes ao varejo, o que tornou mais complexas a rede urbana brasileira e as estruturações dos espaços urbanos (SPOSITO, 2009).

É nesse ponto que vale a pena passar, agora, para a escala urbana, com vistas a explorar as relações entre a urbanização e a dinâmica mais global do capitalismo. A direção que vou apresentar, embora não seja a única, busca evidenciar que, em muitas cidades e regiões, essa incorporação às dinâmicas econômicas multiescalares ocorreu com a produção de novos espaços de consumo.

4 A transformação urbana brasileira no capitalismo contemporâneo

O Brasil experimentou, na segunda metade do século XX, um rápido processo de urbanização calcado em um processo de industrialização — herança ainda da “revolução burguesa” de 1930 — atrelado a uma massiva onda de migrações campo-cidade. Uma “revolução urbana” ocorreu paralelamente a uma “revolução demográfica” (SANTOS, 1993).

Um novo regime urbano, nos dizeres de Santos (1993), ganhou corpo com uma difusão crescente do meio técnico-científico, inicialmente com uma maior articulação territorial e produtiva mediante investimentos estatais (estradas, portos, aeroportos etc.) e privados, assentados no consumo como nexos e variáveis do capitalismo nacional; posteriormente, com a globalização, a urbanização, já a partir dos anos 1980 e principalmente 1990, passou a expressar o meio técnico-científico e informacional, agora com o crédito sendo a variável explicativa, atrelada a um duplo processo de metropolização-desmetropolização assentado em uma nova terciarização (SANTOS, 1993). É nesse contexto que tanto a rede urbana brasileira quanto os espaços urbanos nas suas dinâmicas particulares são transformados sem precedentes.

Essas transformações da urbanização brasileira constituem parte de um processo de reestruturação do espaço geográfico em escala global concernente a uma “nova fronteira urbana” (SMITH, 2007). Gostaria de propor que ampliemos a compreensão da “nova fronteira urbana” para além da gentrificação, inserindo dentro do processo mais amplo de reestruturação do espaço geográfico os espaços urbanos que não apresentam processos que quase sempre são específicos dos países do primeiro mundo e das chamadas cidades globais, mas que se tornaram, de fato, novas fronteiras de expansão do capitalismo global.

Essa “nova fronteira urbana” englobaria, assim, a inserção de cidades médias e pequenas nos circuitos mais globalizados do capitalismo atual, posto que a presença de grandes empresas da produção e, sobretudo, do consumo, bem como da presença incontestemente de lógicas neoliberais no que se refere ao mercado de trabalho, da gestão urbana e da vida cotidiana, conectá-la-iam claramente às lógicas que são cada vez mais internacionais.

Uma das maneiras de se compreender a transformação urbana brasileira no capitalismo contemporâneo se dá a partir dos usos do território pelas empresas do capitalismo comercial varejista. Isso vem sendo importante para inserir, de maneira mais efetiva, cidades médias e pequenas em âmbitos mais largos dos circuitos de acumulação e valorização do capital mundializado. Espaços urbanos do interior do Nordeste brasileiro, como Juazeiro do Norte e Sobral, no Ceará, Mossoró no Rio Grande do Norte, e Petrolina/PE–Juazeiro/BA, por exemplo, assumiram novos papéis no contexto atual (PONTES, 2012; PEREIRA, 2018). Cidades de outros estados e regiões do Brasil não fugiram à regra, embora sua inserção e seus papéis, tal como as cidades nordestinas, tenham se dado diferencialmente em termos econômicos (SPOSITO, 2009; SPOSITO; GOES, 2015; MELAZZO, 2018).

As articulações entre escalas nessas mudanças parecem evidentes. Qualquer transformação em nível da escala urbana tem alguma conexão com transformações mais amplas da reestruturação do espaço geográfico. Porém essas mudanças não são mecânicas. O tempo também constitui um forte elemento de distinção e compreensão desses processos. Isso quer dizer que “devemos esclarecer não apenas a localização, mas também a temporalidade desta profunda transformação urbana” (SMITH, 2007, p. 20). Essa questão do tempo é importante por articular diferentes temporalidades nos processos, aspecto que Santos (1996) tratou muito bem. Ao reconhecer a importância do tempo, Pierre Veltz (2009, p. 155) assinala que

os tempos da cidade são inúmeros. Se a vida cidadina se inscreve em primeiro plano nas temporalidades curtas — os ritmos cotidianos ou semanais que cadenciam as práticas ordinárias — a cidade é também o lugar onde essas temporalidades curtas se ligam a temporalidades muito mais amplas.

A seu ver, o tempo e a temporalidade são, assim, como marcadores de grande importância, se quisermos compreender alguma coisa a respeito da transformação urbana no capitalismo.

Muitos exemplos poderiam ser listados das ligações entre as cidades e as dinâmicas mais globais do capitalismo. Anteriormente mencionei *en passant* que a urbanização chinesa atual e a interligação do espaço nacional chinês por um conjunto de sistemas de infraestruturas (ferrovias, autoestradas, aeroportos e cidades inteiras) se tornou um importante canal de absorção dos fluxos de capital excedente, ao mesmo tempo em que contribuiu para o deslocamento geográfico da acumulação de capital relacionada com a crise de 2007 e 2008 (SMITH, 2017; HARVEY, 2020, p. 9–14; p. 337–343). Poderíamos mencionar, ainda, três casos para deixar a ilustração mais completa dessa relação entre escalas: a transformação de Paris, na reforma de Haussmann; o conjunto de investimentos no processo de suburbanização nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, que também tem paralelos ao que atualmente ocorre na China, como Harvey

(2020) muito bem demonstrou; e o caso do Brasil com os pacotes de investimentos que incluíram o meio ambiente construído para conter os avanços da crise internacional em 2009, com destaque para o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” (ROLNIK, 2015; MELAZZO, 2018).

Essas assertivas lembram a ideia de Lefebvre (2008b) de que a cidade é uma “mediação” entre a “ordem próxima” e a “ordem distante”, sendo, portanto, resultado de agentes globais e de agentes locais. Como esses processos se tornam visíveis nas cidades é algo que já é um tanto conhecido, principalmente quando o foco da análise são os espaços metropolitanos, considerados por muitos como a mediação essencial entre o processo de reprodução do espaço e a acumulação do capital (p. ex. CARLOS, 2015; BRANDÃO, 2017).

Todavia, em virtude da planetarização do urbano e da urbanização da sociedade, é salutar lançar luz sobre como as cidades que fazem parte do sistema urbano que não constituem espaços metropolitanos, como muitas cidades médias e pequenas no Brasil (apesar de existirem críticas sobre essas denominações), se situam diante das transformações mais amplas e como, evidentemente, são impactadas com elas. Nesse sentido, Silveira (2015, p. 180) afirma que

[...] é preciso insistir na relevância dos estudos sobre a diversidade de manifestações do fenômeno urbano para evitar o risco de olhar apenas as metrópoles na atual divisão territorial do trabalho e de formular uma interpretação a-histórica da formação socioespacial e dos sistemas urbanos.

Embora seja consensual a importância dos espaços metropolitanos no que concerne à compreensão do capitalismo globalizado, é importante frisar que mudanças significativas vieram a modificar cidades de outros estratos da rede urbana. Isso explicaria a multiplicação de estudos sobre cidades médias e pequenas, posto que a compreensão do urbano contemporâneo exigiria, destarte, uma análise mais pormenorizada de como esse urbano se revela, suas formas, funções, estruturas, qualidades, conteúdos e ritmos, em espaços não metropolitanos. Com as novas determinações do modo de produção e de um consumo mais difuso, tornou-se possível compreender os papéis desses espaços urbanos nas dinâmicas regionais e nacionais no Brasil das últimas décadas.

A relação entre produção e consumo no mundo atual, nesse sentido, é importante por dois motivos: por um lado, a multiplicação e expansão de espaços comerciais e de consumo nas cidades brasileiras, principalmente as cidades dos estratos intermediários da rede urbana; por outro lado, a expansão territorial das empresas de capital comercial internacional que usam o território para a extração de mais-valor mediante estratégias espaciais e escolha de lugares que possibilitam uma maior rentabilidade para os negócios em um contexto de centralização do capital, de financeirização e de expansão do consumo das classes populares e médias.

Os processos de concentração e centralização dos capitais varejistas estão associados a processos de desconcentração territorial das atuações dessas empresas. A relação dialética entre concentração e centralização econômicas e espaciais é abordada por Smith (1988), e Sposito e Sposito (2017) a constataram ao analisar as lógicas escalares que constituem as estratégias de grandes empresas do comércio varejista no Brasil. Nesse sentido, compreende-se que, nas estratégias espaciais que articulam desconcentração territorial e centralização dos

capitais varejistas, abre-se uma “nova fronteira urbana” para a acumulação do capital comercial. As cidades médias, assim, poderiam ser compreendidas como “espaços rentáveis” pelo fato de oferecerem as novas oportunidades de lucratividade para as empresas no território nacional na medida em que elas se expandem (PEREIRA, 2018, p. 431). Inspiro-me em Santos (1996, p. 97), que argumentou o seguinte:

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer.

Do ponto de vista da cidade, a nova dinâmica da globalização do varejo produziu uma geografia comercial e de consumo urbano distinta. Novos espaços comerciais e de consumo foram produzidos nas cidades, alguns nas periferias, outros em áreas de centralidade já consolidadas no tecido urbano. As estratégias das empresas, no que diz respeito à sua expansão territorial, suas estratégias de fusão e aquisição, bem como pelo lançamento de plataformas de *e-commerce* e de franquias, adentraram o território nacional inserindo as cidades de forma cabal na lógica da mundialização do capital.

O acontecer da vida urbana foi bastante alterado nas cidades médias brasileiras nas últimas décadas. As relações que conectam o global e o local e os processos advindos de novas técnicas produtivas e de uma circulação de bens e serviços mais veloz passaram a interferir na vida social desses espaços urbanos, por isso “os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 281).

Toda a gama de possibilidades advindas do crescimento econômico e inclusão social via consumo no início do século XXI conectou de forma mais cabal a vida de relações de cidades que até poucas décadas atrás tinham um papel quase que exclusivamente regional às dinâmicas da globalização e à urbanização planetária. Seja pela produção, seja pelo consumo, novas relações se estabelecem nos sistemas urbanos, e com isso espaços urbanos não metropolitanos acabaram por ter uma maior participação na vida econômica, social e política da formação socioespacial brasileira.

Cidades como Juazeiro do Norte e Ribeirão Preto, no Ceará e em São Paulo, respectivamente, ajudam a evidenciar e a clarificar melhor essas ideias. De acordo com a estimativa do IBGE de 2019, Juazeiro do Norte tem uma população de 274.207. Já Ribeirão Preto tem uma população de 703.293. Em ambas as cidades, há uma forte participação do setor terciário na economia, girando em torno de 70% do PIB municipal, e de significativo crescimento nas duas primeiras décadas deste século. Destaca-se que Ribeirão Preto tem uma forte participação do agronegócio, que acaba por dinamizar a economia urbana e articular escalas de uma maneira significativa.

Focalizo essas duas cidades pelo fato de serem expressivas em termos econômicos, políticos e culturais em suas respectivas regiões e por centralizarem atividades comerciais, de serviços e industriais importantes. Ambas são citadas no “Ranking das Melhores Cidades para Fazer Negócios”, elaborado anualmente desde 2014 pela consultoria *Urban Systems*, em parceria com a Revista Exame e destinado a diversos segmentos do mercado¹¹. Além disso, as duas foram objeto de estudos anteriores por mim realizados e, portanto, representam bem o que estou argumentando¹². Podemos dizer que, na qualidade de cidades médias, constituem-se cada uma, ao seu modo, como “intérpretes da técnica e do mundo” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 281), tanto pelos seus papéis desempenhados em termos regionais, quanto nas suas ligações com a globalização. Meu intuito não é aqui analisá-las com profundidade, mas sim tomá-las como exemplos empíricos e concretos de manifestação da urbanização planetária que, no mundo contemporâneo, explodiu para além dos limites dos espaços metropolitanos (se é que já estiveram contidos neles) e já alcança o mundo inteiro.

As transformações do urbano que vêm ocorrendo nessas cidades servem de constatação de uma afirmação de Santos (1993) sobre as tendências da urbanização brasileira no final do século passado. Para ele, a passagem de uma “urbanização da sociedade” para uma “urbanização do território” já era nítida na década de 1990. Isso quer dizer que um conjunto de elementos que qualificariam a urbanização da sociedade já se difundia no território nacional, alcançando, assim, cidades médias e pequenas, inserindo-as no seio do processo de circulação e valorização do capital mais amplo. Trata-se, poderíamos dizer, de “novas geografias da urbanização” que extrapolam barreiras, cidades e regiões e se relacionam com o processo de destruição criativa do capitalismo (BRENNER, 2014).

Em um estudo que buscou compreender a urbanização brasileira no início do século XXI e o papel das cidades médias na rede urbana, Santos (2010) chamou a atenção para a associação dessas cidades, de um modo geral, ao crescimento do setor de serviços em paralelo com a diminuição do peso da indústria na economia nacional. Embora a autora faça sua análise tomando o recorte populacional de 100 mil habitantes como recorte mínimo (recorte arbitrário, segundo reconhecido pela própria autora, mas que ajuda na compreensão do fenômeno estudado) e distinga as cidades médias em duas categorias (as metropolitanas e as não metropolitanas), são apontadas evidências empíricas importantes da transformação territorial do Brasil no que tange aos processos urbanos.

As cidades de Juazeiro do Norte e Ribeirão Preto, como parte de regiões distintas da formação socioespacial, receberam investimentos diversos, públicos e privados (PEREIRA, 2018, p. 227–233; 282–288), que refletem o contexto de crescimento econômico da economia brasileira na primeira década do presente século. Essas cidades são exemplos concretos da dinâmica urbana e regional que reverberou nos espaços urbanos e na vida de relações regionais e suas articulações globais. Santos (2010) revela que, entre 2000 e 2009, os dados oficiais apontam para uma mudança na dinâmica da rede urbana e regional brasileira com uma participação distinta

¹¹Sobre os rankings da consultoria *Urban Systems*, consultar: Melhores... (2020).

¹²Para uma análise mais detalhada destas duas cidades no contexto de uma nova condição urbana no Brasil, consultar Pereira (2018).

das cidades médias nas diversas regiões, em razão do crescimento da atividade comercial e de serviços, juntamente com o impacto das políticas de transferência de renda e a criação de novos postos de trabalho, em que pese o nível de precariedade dessas cidades, comparadas aos espaços metropolitanos. Os parágrafos abaixo resumem as assertivas de Santos (2010).

Do ponto de vista das desigualdades de renda, nas regiões Norte e Nordeste os rendimentos por chefe de família nas cidades médias não metropolitanas era menor que nos espaços metropolitanos (leia-se, regiões metropolitanas compostas pelas capitais estaduais), o inverso das demais regiões, que apresentou um grande dinamismo e elevação do nível dos rendimentos das famílias em cidades médias. Isso indica que no Sudeste e no Sul as cidades médias fora de regiões metropolitanas surgiram como alternativa para população, aumentando os rendimentos dessas cidades, enquanto no Norte e no Nordeste os rendimentos mais elevados permaneciam ainda concentrados nas metrópoles.

Os dados para o mesmo período em relação à precariedade de vida demonstram que, de um modo geral, as cidades médias não metropolitanas têm um maior nível de precariedade das condições de vida em comparação aos espaços metropolitanos, ainda que com bastante heterogeneidade do ponto de vista do território nacional. As cidades médias situadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram um indicador de precariedade bem mais elevado que as do Sul e Sudeste, daí que “onde há maior dinamismo econômico, há baixo grau de chefes de família vivendo em situação de precariedade, ocorrendo o contrário onde é menor o dinamismo econômico” (SANTOS, 2010, p. 111).

Por fim, em relação à geração dos postos de trabalho, ainda que as regiões Sudeste e Sul tenham criado mais empregos, foi no Nordeste, nas capitais e cidades médias não metropolitanas, que se constatou o mais significativo avanço, refletindo-se, assim, as políticas sociais já mencionadas neste artigo. Já no Sudeste, constatou-se que o dinamismo da geração de empregos na primeira década do presente século foi muito mais favorável às cidades médias fora das regiões metropolitanas, indicando um processo de desconcentração espacial dos empregos (SANTOS, 2010, p. 112–113).

Esse quadro heterogêneo da dinâmica urbano-regional brasileira possibilitou a expansão das empresas varejistas para as cidades médias de várias regiões, e notadamente para o Nordeste. Juazeiro do Norte e Ribeirão Preto apresentam dinâmicas espaciais e urbanas bastante interessantes para se compreender os papéis das cidades médias em distintas regiões do Brasil. Além disso, às contradições sociais e espaciais que são marcas características da dinâmica do modo de produção capitalista na nossa formação socioespacial, tais como as desigualdades socioespaciais, a pobreza e a miséria, acrescentam-se uma “nova pobreza” (cada vez mais articulada com o processo de financeirização e incluída na lógica do consumo), o individualismo que caracteriza a sociedade neoliberal e a precarização do trabalho vigentes.

Em Juazeiro do Norte e Ribeirão Preto, isso se tornou bastante nítido. Na cidade paulista, a produção de espaços de comércio e consumo, como hipermercados e *shopping centers*, começou ainda nos anos 1980, enquanto na cidade cearense esses espaços comerciais apareceram no final dos anos 1990 e se multiplicaram após os anos 2000. Em Juazeiro do Norte, os espaços comerciais das empresas Carrefour, Walmart e Casino, com as bandeiras do Atacadão, Maxxi e

Assaí, respectivamente, surgiram entre 2009 e 2013, enquanto Ribeirão Preto, por sua vez, foi a primeira cidade do interior do Brasil a ter um hipermercado do Carrefour. Até 2016, na cidade cearense existiam quatro grandes superfícies comerciais, além de um shopping center, enquanto na cidade paulista encontravam-se 16 unidades das três maiores empresas varejistas nacionais, em diversos formatos e tamanhos (lojas de vizinhança, super e hipermercados e atacarejos), além de quatro *shopping centers*. É importante observar que unidades das outras empresas que estão entre as dez maiores do país encontram-se nas duas cidades (Lojas Americanas, Magazine Luiza, Boticário etc.) e que redes regionais do capital comercial também disputam os espaços, buscando estratégias de atuação que tentam fazer frente aos grandes capitais internacionais do setor.

É possível perceber aqui que a questão da temporalidade no desenvolvimento geográfico desigual é importante e que a urbanização planetária e a globalização alcançam de forma diferentes os diversos lugares. Essas formas espaciais sinalizam a existência de uma “sociedade burocrática do consumo dirigido” tal qual conceituada por Lefebvre (1991), baseada numa ideologia do consumo, o qual passa a organizar o cotidiano no contexto de uma racionalidade cada vez mais dirigida pela lógica do capital.

Essas duas cidades, e muitas outras, como diversas pesquisas têm mostrado (SPOSITO; 2009; SPOSITO; GÓES, 2015), tiveram mudanças significativas em suas morfologias urbanas, com um processo de reestruturação espacial que tornou mais complexa a vida social na cidade. A redefinição da centralidade urbana, relacionada a determinações econômicas do capitalismo pós-fordista, tem relação ainda com o uso do automóvel e a importância do lazer e do consumo, além das novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços (SPOSITO, 2010).

Três processos se relacionam na redefinição da centralidade em direção a uma “multi(poli)centralidade urbana” (SPOSITO, 2010). Em primeiro lugar, os interesses da valorização fundiária e imobiliária nas áreas próximas aos limites das cidades; em segundo lugar, a concentração econômica dos grupos econômicos do setor comercial e de serviços associados às novas localizações residenciais; por fim, em terceiro lugar, as mudanças nas políticas de localização industrial no contexto do pós-fordismo (SPOSITO, 2010, p. 206).

Esses três processos, lembra Sposito (2010, p. 206–207), relacionam as novas localizações comerciais e de serviços nos espaços urbanos às novas lógicas de localização residencial, que sinalizam para novas práticas de consumo cotidiano mediante o uso do automóvel e, hoje, aos usos de tecnologias de informação, cada vez mais presentes na vida social como uma característica da era urbana contemporânea. Os interesses fundiários terminam por, de certo modo, direcionarem ou fundamentarem esses processos, pois “os interesses comerciais e imobiliários tornam viável o desenvolvimento de novas escalas de distribuição pela instalação de grandes centros comerciais e/ou hipermercados na periferia das cidades e em certos nós rodoviários” (SPOSITO, 2010, p. 209).

As duas cidades aqui abordadas exemplificam as relações entre transformação urbana e globalização. São “cidades médias em processo globalização”, para cunhar uma expressão de Sposito (2009), ao se referir que as manifestações da globalização em cidades médias se notam muito mais pelo consumo do que pela produção. Os vultosos investimentos comerciais e

imobiliários nessas cidades nas duas últimas décadas expressam justamente como os espaços urbanos não metropolitanos apresentam complexidades e contradições mais aguçadas relacionadas às novas dinâmicas da globalização contemporânea (PEREIRA, 2018). Como diria Milton Santos (1996, p. 252), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”.

A transformação urbana no Brasil, nas últimas décadas, e nas cidades médias, em particular, nos dois últimos decênios, tem marcas do crescimento econômico e da ideologia do consumo. Por meio dos espaços comerciais e de consumo produzidos pelas grandes empresas do capital internacional no uso do território, uma nova condição urbana se revela como segregada e fragmentada em termos de práticas espaciais de consumo, de trabalho e de usos do espaço e tempo urbanos.

Nesse processo é possível observar que “o lugar reproduz o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar” (SANTOS, 1996, p. 100). A “ordem próxima” e a “ordem distante”, segundo Lefebvre (2008b), efetivam-se plenamente na produção do espaço urbano. Assim, no espaço e no tempo da “era urbana”, nos dizeres de Lefebvre (2008b, p. 87), constatam-se que “redes e fluxos extremamente diferentes superpõem-se e se imbricam, desde as redes viárias até os fluxos de informações, desde o mercado de produtos até as trocas de informações”.

5 Considerações finais

As configurações espaciais que surgiram no Brasil no final do século passado e início do atual revelam articulações mais complexas com o fenômeno urbano, o uso do território e a globalização. Toda uma série de transformações que mencionamos serviram para dar uma nova cara para o espaço geográfico no plano da formação socioespacial. Esse fato pode ser constatado em diversas escalas geográficas, levando-se em consideração a dialética das continuidades e descontinuidades no plano espaço-temporal do capitalismo.

O processo de urbanização foi redefinido em suas formas, conteúdos e vetores, foram inseridos na sua avassaladora transformação global espaços urbanos que se situavam um tanto marginalizados no que diz respeito à maneira como o urbano passou a se manifestar tanto mundialmente como no Brasil. Ainda nos anos 1970, Lefebvre (2008a, p. 125) afirmou que “a problemática urbana é mundial, mas a maneira de abordá-la depende da estrutura econômica, social, política dos países, assim como das superestruturas ideológicas”, o que deixa claro que não há uma homogeneização do processo urbano, mas sim uma relação complexa de uma tendência que se manifesta mundialmente com suas especificidades nacionais e mesmo locais.

Essa problemática urbana em nível global tem conexões claras com as crises do capitalismo no último quartel do século XX e, de forma um tanto reveladora, com a globalização crescente que emergiu como uma nova rodada de produção capitalista do espaço. É nesse contexto que os capitais comerciais que estão situados de maneira mais clara no âmbito do processo de circulação do capital, por vezes em associação com outras frações do capital ou mesmo em contradição com elas (veja-se o exemplo das relações entre varejistas e a financeirização),

galgaram uma expansão significativa para muitos países. Atualmente, boa parte das receitas dessas empresas advém de outros países, e tal fato nos mostra como os usos dos territórios para a extração de mais-valor continua sendo algo de grande importância para se compreender o funcionamento do modo de produção, ainda que neste artigo tenhamos focado um ângulo específico, o do comércio varejista e das empresas que de tal setor se ocupam.

Esses usos do território, como procurei demonstrar, têm heterogeneidades em termos regionais e modificam a dinâmica urbana-regional de maneira bastante específica, denotando, no caso da formação socioespacial, uma unidade na diversidade. No contexto da expansão para outros países, e posteriormente relacionadas a um certo uso do território já estabelecido, as condições econômicas, sociais e políticas permitiram que o urbano se estendesse até espaços que ainda tinham uma vida de relações predominantemente situadas na esfera local e regional, com poucas conexões e relações ao nível global. As empresas do capital comercial que se expandiram territorialmente, ao passo que se concentravam e se centralizavam do ponto de vista do capital, trouxeram para sua órbita de funcionamento cidades médias e, em alguns casos pequenas, influenciando reestruturações das cidades (novos vetores de expansão urbana, valorização fundiária, novos espaços residenciais, principalmente os “condomínios fechados”, novas áreas de centralidade etc.) e reestruturações urbanas, modificando as hierarquias e redes urbanas, conforme a conceituação de Sposito (2007).

O contexto da inserção em massa de pessoas antes marginalizadas à dinâmica do consumo no Brasil pavimentou, em alguns casos, o caminho para uma penetração massiva de grandes empresas para o interior do território. A ideologia do consumo desempenhou um papel importante na inserção de cidades médias e pequenas nos circuitos de acumulação global mediante a presença de espaços comerciais e de consumo do grande capital. Franquias diversas de alimentação, cinemas, supermercados e hipermercados, além dos *shopping centers* que antes se concentravam nas metrópoles, passaram a fazer parte da paisagem das cidades e do cotidiano urbano de milhões de pessoas.

É claro que a situação que o Brasil se encontra atualmente, de ampliação da pobreza e das desigualdades sociais e espaciais, é diferente de uma década atrás. A radicalização do neoliberalismo e de uma atuação do Estado no sentido de favorecer a construção de um “bom clima de negócios” e tudo o que isso significa em relação à vida dos trabalhadores (precarização, retirada de direitos, reformas neoliberais etc.) ocorrem no contexto de uma descontinuidade em relação ao crescimento socioeconômico que o país galgou a partir da década de 2000.

Penso que essa descontinuidade do crescimento econômico na formação socioespacial desde 2015 implica continuidade do modo de produção capitalista no Brasil e que a maneira em que as situações estão configuradas, numa grave crise social (aprofundada pela pandemia do novo coronavírus), requer que fiquemos atentos para os desdobramentos sociais, econômicos e políticos, os quais poderão revelar mudanças ou continuidades das estratégias espaciais, econômicas e de usos do território das empresas dos diversos setores, incluindo as varejistas.

Referências

- ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAUD, Céline; DURAND, Cedric. Financialization, globalization, and the making of profits by leading retailers. *Socio-Economic Review*, n. 10, 2012, p. 241–266.
- BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E. de *et al.* (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271–307.
- BENQUET, Marlène; DURAND, Cédric. La financiarisation de la grande distribution. Restructuration de l'actionnariat et déclin économique du groupe Carrefour (1999–2013), *Revue Française de Socio-Économie*, n. 16, p. 37–59, 2016.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 45–69, 2017.
- BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. *E-Metropolis*, n. 19, a. 5, p. 6–26, 2014.
- CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. *Orientação*, São Paulo, n. 9, p. 37–66, 1992 [1973].
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25–36.
- CARREFOUR paga R\$ 1,95 bilhão por 30 lojas da rede Makro no Brasil. In: G1, Economia. 16 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/16/carrefour-paga-quase-r-2-bilhoes-por-30-lojas-da-rede-makro-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 3 jun. 2020.
- CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos. In: CHESNAIS, François (org.) *A finança mundializada: razões sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35–67.
- COE, Neil M.; WRIGLEY, Neil. Towards new economic geographies of retail globalization. In: CLARK, Gordon L. *et al.* (ed.) *The New Oxford Handbook of Economic Geography*. New Edition ed. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 427–447.
- DELOITTE. *Global Powers of Retailing 2017*. The art and science of customers. Deloitte Touche Tohmatsu, 2017.

DELOITTE. *Global Powers of Retailing 2018*. Transformative change, reinvigorated commerce. Deloitte Touche Tohmatsu, 2018.

DICKEN, Peter. Globalization and Transnational Corporations. In: KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (org.). *International Encyclopedia of Human Geography*. London: Elsevier, Oxford, v. 4, 2009. p. 563–569.

DINIZ, Clélio Campolina. Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 241–257, 2019.

FERNANDES, Daniela. O Brasil é dquotebelo negócio para o Carrefour. *Valor Econômico, Empresas*, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4894472/brasil-e-belo-negocio-para-o-carrefour>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FERREIRA, Paulo Roberto do Amaral. *O processo de globalização do varejo de massa e as lutas competitivas: o caso do setor supermercadista no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Paulo_Roberto__Ferreira.pdf. Acesso em: 5 mai. 2017.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, David. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. *Cuadernos de Geografía, Geobaires*, UBA-FFyL, p. 18–54, mayo 2007.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *Os sentidos do mundo: textos escolhidos*. São Paulo: Boitempo, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Edufmg, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. El Estado Moderno. *Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 3, n. 1, p. 137–149, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Edufmg, 2008b.

LEFEBVRE, Henri. L'espace et L'état. In: LEFEBVRE, Henri. *L'État*, tome IV, Les contradictions de l'Etat moderne (la dialéctique et/de l'Etat. Paris: Union Generale d'Éditions, 1978. p. 259–324.

LEFEBVRE, Henri. L'espace: produit social et valeur d'usage. *La nouvelle revue socialiste*, Paris, n. 18, p. 11–20, 1976.

LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire. *Le Monde Diplomatique*, p. 17–19, 1989. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1989/05/LEFEBVRE/41710>. Acesso em: 03 jun. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. El Estado Moderno. *Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 3, n. 1, p. 137–149, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000.

LUSSAULT, Michel. L'urbanization, horizon du monde. *Territoires 2040*, La Documentation française, Paris, n. 1, p. 59–64, 2010.

MELAZZO, Everaldo Santos. O que as cidades podem nos contar sobre um país? Alguns elementos sobre o Brasil visto desde suas cidades. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; FERNANDES, José Alberto Rio. (org.). *Brasil e Portugal vistos desde as cidades: as cidades vistas desde o seu centro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018. p. 153-180.

MELHORES cidades para fazer negócio. In: URBAN Systems. São Paulo, SP, [2020]. Disponível em: <https://www.urbansystems.com.br/melhorescidadesparanegocios>. Acesso em: 2 ago. 2020.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. *A nova condição urbana: espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade — Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão Preto/SP*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Produção do espaço, transformações do capitalismo e estratégias imobiliárias das empresas varejistas. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, p. 1–15, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-22012020000100204&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 31 maio 2020.

POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos nordestinos. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Janio. (org.). *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Salvador: SEI, 2012, p. 19–46.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, n. 2, p. 103–119, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Geografia e planejamento: o uso do território — Geopolítica. *Revista Eletrônica: Tempo — Técnica — Território*, v. 2, n. 2, p. 1–49, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SBVC. *As 300 maiores empresas do varejo brasileiro, 2019*. Ranking do Varejo SBVC Curitiba: Posigraf, 2019.

SILVEIRA, Maria Laura. Pensando o fenômeno urbano contemporâneo. In: DIAS, Patrícia Chame; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. (org.). *Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2015, v. 99, 2015. p. 171–183.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, Neil. As cidades após o neoliberalismo? *Revista Continentes*, [S.l.], n. 10, p. 88–107, jul. 2017. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/123>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *Geosp — espaço e tempo*, São Paulo, n. 21, p. 15–31, 2007.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1989].

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233–253.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Diferenças e desigualdades em cidades médias no Brasil: da segregação à fragmentação socioespacial. In: XXXVII LATIN AMERICA STUDIES ASSOCIATION, 2019, Boston. *Anais* [...]. Boston: LASA, 2019. v. 1. p. 1–25.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: BELLET SANFELIU, Carmen Bellet Sanfeliu; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída, 2009, p. 41–69.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. (org.). *Uma Geografia em Movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199–228.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOES, Eda Maria. Grandes grupos econômicos, consumo e redefinição de centralidade urbana em cidades médias. In: BELLET, Carmen et al (org.). *Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias*. Lleida: Universidad de Lleida, 2015, v. 1, p. 107–132.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. *GEOUSP (USP)*, v. 21, n. 2, p. 462–479, 2017.

SWYNGEDOUW, Erik. Produciendo futuros: el sistema financeiro como proyecto geográfico. *Cadernos IPPUR*, a. XIII, n. 1, jan./jul. p. 17–47, 1999.

VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ASCELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades*. Rio de Janeiro: 2. ed. Lamparina, 2009. p. 155–170.

WRIGLEY, Neil. Retail geographies. In: KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel (ed.). *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford, UK. Elsevier, 2009. p. 398–405.

NEOEXTRATIVISMO E O USO DE RECURSOS NATURAIS NA AMÉRICA LATINA: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

NEO-EXTRACTIVISM AND THE USE OF NATURAL RESOURCES IN LATIN AMERICA: SOME INTRODUCTORY NOTES ON CONFLICTS AND SOCIAL-ENVIRONMENTAL IMPACTS

Claudete de Castro Silva Vitte*

Resumo: O objetivo deste trabalho é demonstrar que a América Latina vem adotando, desde a colonização europeia, um modelo de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais, que foi aprofundado recentemente devido a uma maior demanda internacional, intensificando conflitos e impactos ambientais e territoriais. Assim, é mantido um padrão (neo)extrativista. A pesquisa é exploratória e faz levantamento e revisão teórico-bibliográficos, com uso de dados e informações de fontes secundárias. Este artigo está dividido em seis partes: na primeira parte faz uma reflexão sobre a expansão do capitalismo e sobre políticas de desenvolvimento na América Latina nos séculos XX e XXI. Na segunda discute a herança histórica do padrão agroexportador extrativista no subcontinente. Na terceira parte caracteriza os recursos naturais disponíveis na América Latina. Na quarta parte analisa a relação do neoextrativismo com a acumulação por espoliação e a ideia de securitização dos recursos naturais. Na quinta parte discute conflitos e impactos socioambientais no subcontinente advindos do neoextrativismo, e na sexta parte aponta algumas alternativas para o uso de recursos naturais na América Latina, em consonância com a ideia de justiça social e de uma ordem internacional ambiental.

Palavras-chave: América Latina. Neoextrativismo. Geopolítica dos recursos naturais. Conflitos socioambientais. Desenvolvimento econômico.

Abstract: The objective of this article is to demonstrate that Latin America has been adopting, since European colonization, a development model based on the exploitation of natural resources that has been aggravated recently due to a greater international demand, intensifying conflicts, environmental and territorial impacts. Thus, a (neo) extractive pattern is maintained. This research has an exploratory methodology and is composed by a bibliographical review, using data and information from secondary sources. This article is divided into six parts: in the first

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora CNPq. E-mail: claudete@unicamp.br

part, a reflection was made on the expansion of capitalism and on development policies in Latin America in the 20th and 21st centuries. In the second part, we discussed the historical heritage of the extractive agro-export pattern in the subcontinent. In the third part, the natural resources available in Latin America were characterized. In the fourth part, the relationship between neo-extractivism and accumulation by dispossession was analyzed and the idea of securitization of natural resources. In the fifth part, conflicts and socio-environmental impacts in the subcontinent arising from neo-extraction were discussed and, lastly, in the sixth part some alternatives for the use of natural resources in Latin America were discussed, in accord with the idea of social justice and the idea of international environmental order.

Keywords: Latin America. Neoextractivism. Geopolitics of natural resources. Socio-environmental conflicts. Economic development.

1 Introdução

É desafiadora a discussão sobre conflitos e impactos socioambientais advindos da implantação e modernização da infraestrutura produtiva, mas principalmente daqueles originados pela exploração de recursos naturais e pelo agronegócio. Há debates importantes que perpassam diversos eixos temáticos, com destaque para a questão do *desenvolvimento* e os múltiplos papéis do *Estado-nação* no capitalismo.

Este trabalho teve intuito exploratório e preliminar, um primeiro esforço de síntese e análise sobre o tema. É uma versão ampliada e modificada de uma palestra apresentada na Universidade Estadual do Centro-Oeste em Irati (PR), intitulada “Crise socioambiental e a finitude de recursos: uma visão geográfica”¹. Nela, foram sumarizadas algumas reflexões recorrentes em projetos de pesquisas da autora sobre integração da infraestrutura produtiva na América do Sul e sobre geopolítica e geoeconomia dos recursos naturais para a produção agropecuária na América do Sul e que apontavam para a existência de diversos conflitos e impactos socioambientais advindos do uso de recursos naturais, da produção agropecuária e implantação de grandes projetos de infraestrutura produtiva na América do Sul.

O objetivo deste trabalho foi demonstrar como a América Latina vem adotando desde a colonização europeia, ainda que com diferentes roupagens, um mesmo modelo de desenvolvimento, baseado na exploração de recursos naturais, com um legado de devastação ambiental, agravado pelo recente avanço na exploração de recursos minerais, petrolíferos e de monoculturas de exportação, ocasionado por maior demanda internacional, desencadeando profundos impactos ambientais e territoriais, com a manutenção de um padrão (neo)extrativista, conforme definido por Eduardo Gudynas (2012).

Os principais procedimentos metodológicos desta pesquisa de caráter exploratório envolveram, fundamentalmente, levantamento e revisão teórico-bibliográficos e histórico-analíticos acerca do tema, pauta da agenda de pesquisa da geografia das relações internacionais, com o exame de materiais de natureza diversa, entre os quais se buscaram interpretações novas ou

¹ Na XV Semana de Geografia “Conjuntura socioambiental no Brasil atual”, ocorrida em 19 de setembro de 2019.

complementares, constituindo-se em uma pesquisa de revisão, com adoção de dados e informações de fontes secundárias.

Como resultados, espera-se ter contribuído com uma abordagem transescalar na interpretação do processo do desenvolvimento do capitalismo em sua dimensão territorial na América Latina na contemporaneidade, por meio da discussão sobre impactos e conflitos socioambientais advindos do uso de recursos naturais, da produção agropecuária e da implantação da infraestrutura produtiva na América Latina e também pelo aprofundamento da discussão da espacialidade da vida política centrada na relação entre espaço e poder, considerando algumas contribuições de pesquisas sobre o tema.

Este artigo está dividido em seis partes. Na primeira parte faz-se uma reflexão sobre a expansão das formas capitalistas de produção e suas consequências em termos de progresso técnico, acumulação de riquezas e desenvolvimento institucional na América Latina nos dois últimos séculos. A segunda parte versa sobre a herança histórica do padrão agroexportador de base extrativista no subcontinente. Na terceira parte faz-se uma caracterização dos recursos naturais disponíveis na América Latina. Na quarta parte analisa-se a relação do neoextrativismo com a acumulação por espoliação, fundamentado em David Harvey, e a necessidade de tratamento securitizado dos recursos naturais, em consonância com a atual agenda de estudos de segurança internacional. A quinta seção é central no artigo; nela discutem-se conflitos e impactos socioambientais no subcontinente advindos da extração de recursos naturais, da produção de *commodities* e de megaprojetos de infraestrutura produtiva, e, por fim, antecedendo as considerações finais, na sexta parte aventam-se alguns elementos normativos na busca de alternativas para o uso de recursos naturais na América Latina, em consonância com a ideia de justiça social e de uma ordem internacional ambiental.

2 A expansão capitalista e modelos de desenvolvimento na América Latina no século XX e XXI: mais do mesmo?

No âmbito da Geografia, faz-se necessária uma visão *escalar* nas análises. A escala do Estado-Nação é a referência, por suas conexões com a escala global (ou a do sistema-mundo), com a escala latino-americana e com escalas intranacionais, como as escalas regionais e local (TAYLOR, 2002).

A expansão do capitalismo no Pós-2^aGM levou ao aumento do uso dos recursos naturais e à produção excessiva de dejetos, gerando a necessidade de repensar crescimento econômico ilimitado, bem como o desperdício e o desnível do padrão de consumo entre ricos e pobres, tanto países quanto indivíduos.

Importantes marcos do debate ambiental internacional foram o Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo ocorridos na década de 1970, sucedidos por outras Conferências patrocinadas pela Organização das Nações Unidas. Assim, segundo Everton Vieira Vargas (2004),

o estabelecimento de regimes internacionais na área ambiental, ao abrigo dos organismos internacionais, especialmente das Nações Unidas, leva

não raro à expectativa equivocada de que instituições internacionais teriam capacidade política e recursos econômicos para determinar políticas públicas a serem seguidas pelos Estados. Nada é mais distante da realidade. O apoio ao multilateralismo e ao engajamento da ONU e de suas agências especializadas na solução de problemas ambientais regionais ou globais tem por fundamento a noção de que a atuação dos organismos internacionais é condicionada pelos limites definidos para seus mandatos pelos Estados que integram os diferentes regimes. A conformação desses mandatos reflete a distribuição de poder entre seus membros com repercussões importantes para a implementação e eficácia dos regimes internacionais.

Lamentavelmente, essas organizações multilaterais não têm conseguido reagir às mudanças internacionais recentes, persistindo a preponderância da política econômica acima de outras, cenário propício para a emergência de ONGs e outros atores da sociedade civil organizada no debate das relações internacionais (BARROS-PLATIAU *et alii*, 2004).

As transformações provocadas pela globalização da economia fizeram emergir uma *sociedade de riscos* que chama a atenção. Esses riscos estão distribuídos desigualmente no mundo, mas, por outro lado, agem indistintamente em todos os quadrantes do globo, desafiando os rumos do atual modelo de desenvolvimento.

Estava em xeque uma ideia de *desenvolvimento* que sempre esteve associada à expansão das formas capitalistas de produção e suas consequências em termos de progresso técnico, acumulação de riquezas e desenvolvimento institucional (FLEURY, 2006).

Considerando as especificidades da América Latina, nesse subcontinente, após séculos de predomínio de economias agrário-exportadoras, entre as décadas de 1940 e 1970, muitos países, como o Brasil, modernizaram-se.

A ideia de modernização da sociedade era vista por parte das elites econômicas e políticas como sinônimo de industrialização, ou seja, modernizar era entendido como sinônimo de se industrializar a economia, mediante o discurso de rompimento com um passado tradicional, agrário, escravista e patrimonialista. Caberia ao Estado nacional ser o instrumento dessa modernização, planejando o desenvolvimento econômico, bem como o território e implantando a infraestrutura produtiva e social.

A visão hegemônica de desenvolvimento era sinônimo de crescimento, de expansão das forças produtivas, de modernização e de industrialização, com a priorização do crescimento econômico regional e nacional, enquanto que as dimensões social, ambiental e demandas de alguns setores e grupos localmente afetados pelas ações estatais muitas vezes não eram consideradas.

Como resultados, após décadas de atuação, em âmbito econômico, por indicadores convencionais, eles foram exitosos. Quanto aos resultados sociais, eles foram dramáticos e contrastantes. Dessa forma, a modernização da *sociedade* brasileira e latino-americana podem ser consideradas incompletas e dissociadas da noção de cidadania.

No final dos anos 1970 havia sinais claros do esgotamento do modelo, abrindo-se espaço para o neoliberalismo, que predominou no Brasil e América Latina até o início do século XXI, com a chamada “onda rosa” (de governos de centro-esquerda) e que, recentemente, vem cedendo espaço para um possível *ciclo político conservador* e liberal.

De fato, nos anos 1990, conforme assinalam Alba Maria Pinho de Carvalho, Bruno Milanez e Eliana Costa Guerra (2018), em estudo de caso sobre o Brasil, mas extensivo ao demais países da região, houve

uma série de ações que inviabilizaram a continuação do modelo desenvolvimentista. Destacam-se, entre elas: o processo de rápida redução do tamanho do Estado, a entrada de transnacionais, a abertura comercial e a privatização de empresas públicas [típicas medidas neoliberais]. Dessa forma, o foco no mercado interno foi reduzido e retomou-se a preocupação com o “crescimento para fora”. Assim, a exportação voltou a ser vista como “nova” estratégia de desenvolvimento (BARTON, 2006). Este processo de inserção internacional, a reforçar as vantagens comparativas, foi marcado pela baixa competitividade dos produtos industrializados fabricados na região, o que levou o Brasil, assim como outros países da América Latina, a, novamente, se apoiar na exportação de recursos naturais (SCHAPER; VÉRÈZ, 2001), na condição de *commodities*, no âmbito do modelo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

Dessa forma, no século XXI países da América Latina vêm adotando um *modelo de desenvolvimento econômico* calcado na extração de enormes volumes de recursos naturais, utilizados de maneira intensiva e com foco em exportações. Nesse novo modelo está incluída a agropecuária (monocultura)², a mineração e extração de recursos energéticos, em uma *releitura* do histórico *extrativismo* latino-americano (GUDYNAS, 2012), mas também por meio de megaprojetos de infraestrutura que visam a ampliar e a viabilizar esse modelo econômico e que também provocam diversos conflitos e impactos socioambientais.

3 A herança histórica do padrão agroexportador de base *extrativista* na América Latina

Primeiramente, é importante observar que a formação territorial da América Latina, desde o século XVI, teve como marco a exploração de recursos naturais, com um legado de devastação ambiental gerada pelos colonizadores europeus.

Posteriormente, no século XVIII e XIX, a formação territorial da América Latina passou a ser permeada pelo *fechamento territorial* e a formação dos Estados Nacionais. No entanto havia descontinuidades, com áreas que poderiam ser ocupadas futuramente, os chamados *fundos territoriais*, segundo Antônio Carlos Robert Moraes (2000), como a Amazônia bem exemplifica. Já no século XXI, a América Latina passou novamente por um processo de *abertura territorial*, conforme ilustra a IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), criada em 2000.

² Eduardo Gudynas (2012), um reconhecido estudioso do modelo chamado de extrativista, argumenta que “o rótulo de extrativismo [...] é pertinente porque se trata da extração de enormes recursos naturais direcionados à exportação, como matéria-prima, sem grandes processamentos, e subordinados aos mercados globais, por meio de corporações multinacionais. Isto pode ser observado em especial no cultivo da soja, baseado em variedades transgênicas, no amplo uso de mecanização, herbicidas químicos, no escasso ou inexistente beneficiamento e na exportação como *commodity*. O mesmo ocorre com as monoculturas florestais, que cobrem amplas superfícies e se destinam à fabricação da pasta de celulose” (GUDYNAS, 2012, p. 306).

Cabe recordar que, historicamente, países da América do Sul, como o Brasil, tiveram grandes projetos de desenvolvimento calcados na ampliação da fronteira agrícola, tanto de cunho governamental quanto projetos privados ou apoiados por cooperação estrangeira, com impactos econômicos e sociais no território e no mercado de terras, cuja herança ainda persiste no subcontinente.

Desse modo, ao longo dos séculos, o padrão geopolítico de exploração dos recursos naturais na América do Sul tem sido uma força profunda que se intensifica ao longo do tempo por meio do progresso técnico, repercutindo na fluidez dos processos dinâmicos de territorialização e reterritorialização (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009).

A propósito, cabe esclarecer o que são recursos naturais. Segundo Moraes (2000), os “materiais e fenômenos da natureza só se qualificam como *recursos naturais* para uma sociedade quando essa dispõe de conhecimentos e técnicas para manipulá-los, atribuindo uma *utilidade* à vida humana”, passam a “ser *valores de uso potenciais*, constituindo parte da riqueza natural disponível no patrimônio do grupo social que os detém” (MORAES, 2000, p. 36, grifo do autor).

E um recurso natural se torna estratégico quando ele passa a ser *escasso* e potencialmente *vital* para o desenvolvimento de certas atividades econômicas (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009), como, por exemplo, os elementos químicos *terras raras*.

Há, assim, uma geopolítica dos recursos naturais, um componente conflitivo advindo da *assimetria natural de sua dotação*, quando em alguns territórios há certa abundância e em outros lugares há escassez (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009).

4 Recursos naturais disponíveis e potenciais da América Latina

A América Latina é autossuficiente e exportadora de uma ampla gama de produtos advindos de seus recursos naturais e da agropecuária, com a produção diversificada de matérias-primas. Essa pujança de recursos naturais é tributária de um subcontinente que possui uma grande variedade e disponibilidade de solos, de tipos climáticos, de áreas agricultáveis, de formações geológicas, de biodiversidade e recursos hídricos. Tal potencial coloca a América Latina (e sua parte Sul) como uma das principais abastecedoras do mercado mundial de *commodities* (ANTUNES, 2007). Porém esse rico potencial não se distribui igualmente entre os países da América Latina, havendo a necessidade de significativa complementação econômica entre esses países.

Resumidamente, a América Latina e Caribe (ALC) possuem 8% da população mundial (658 milhões de habitantes em 2019), um grande mercado consumidor potencial; 23% das terras *potencialmente* cultiváveis do mundo, sendo que, na atualidade, detêm 12% das terras cultivadas no planeta; têm 46% das florestas tropicais; e possuem 31% da água doce do planeta (FAO, 2016).

É uma região possuidora de vastos recursos hídricos, que abriga algumas das bacias hidrográficas mais importantes do mundo, como a do Amazonas, Orinoco e do Prata, somadas a outras mais de 50 bacias hidrográficas e diversos aquíferos, alguns compartilhados por dois ou mais países, caso do conhecido Aquífero Guarani, maior manancial subterrâneo transfronteiriço

do mundo. Nesse contexto regional, o Brasil possui a maior disponibilidade hídrica do planeta, ou seja, 13,8% do deflúvio médio mundial (CEPAL/UNASUL, 2013).

Contudo a distribuição da água na região é altamente desigual em termos geográficos, inclusive com áreas desérticas ou semidesérticas, resultando em sérios desafios relacionados à gestão da água e também a um tipo de uso pouco discutido, o da água virtual (CASTRO, 2012).

Água virtual, tão exportada pelos países da América Latina junto com seus produtos de base extrativa e de *commodities*, pode ser entendida como o volume de água demandado para a produção de determinada *commodity*, como um valor adicionado que não é contabilizado e que tem forte impacto na sustentabilidade ambiental em médio e em longo prazo, e como a água é parte indissociável da produção de muitas *commodities*, há um comércio internacional indireto que explora a abundância desse recurso³.

Na questão da produção de energia hidroelétrica, a região também se sobressai, com destaque para o Brasil, onde mais de 70% da capacidade instalada provém de fonte hidráulica. Cabe frisar que há certa crença de que esse tipo de geração de energia encaminha ao “desenvolvimento sustentável”, o que se coloca como algo que necessita ser mais bem discutido⁴. Contudo, como alertam Andréa Zhouri e Raquel Oliveira (2007), com centenas de projetos de construção de usinas no Brasil e no subcontinente, a situação é preocupante, pois, na realidade, muitas barragens já inundaram milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram centenas de milhares de pessoas, revertendo-se em um quadro de “intensificação do uso de áreas economicamente marginais e a expansão da fronteira econômica do mercado sob territórios historicamente ocupados por agricultores familiares e minorias étnicas” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 121).

Um destaque a ser mencionado é o fato de a América Latina (América do Sul) ser uma das regiões mais ricas nos recursos fundamentais para a produção de alimentos — *terra e água*. Especialmente o chamado Cone Sul da América é considerado como um dos “celeiros” do mundo.

A FAO estima também que a América Latina tem 800 milhões de hectares de terras, ainda que na sua maior parte coberta por florestas, sendo o desmatamento uma preocupação, pois ele pode iniciar a degradação do solo, com efeitos perversos para os ecossistemas. A

³ Na discussão do uso dos recursos hídricos também deve ser assinalada a relevância de um agente econômico, as empresas envolvidas com o comércio de água, e que pressionam pela privatização desse recurso natural. Segundo Roberto Malvezzi (2005), “a privatização da água não se dá ao acaso, ou de forma dispersa. Ela passa pela elaboração de grandes estratégias, mapeando a abundância da água nas regiões do planeta e construindo planos que, em longo prazo, permitam a apropriação privada desse bem em escala mundial. [...] [Há] planos que existem desde o Canadá até o sul do continente latino-americano, para termos uma ideia mínima do que está sendo estrategicamente pensado. Por trás desses planos estão sempre grandes empresas transnacionais, a intermediação dos organismos multilaterais, como BIRD, Banco Mundial e FMI, sempre em articulação com os governos e elites locais dispostas a transferir o patrimônio público para empresas privadas” (MALVEZZI, 2005).

⁴ Conforme alerta Felipe Aguiar Marcondes de Faria (2013), em reportagem de João Fallet, da BBC, a construção de hidrelétricas, além de valorizar terras e atrair imigrantes, pode estimular o desmatamento ao melhorar as condições de acesso à região, expondo florestas antes inacessíveis, bem como a elevação do efeito estufa, pois “se a construção de uma hidrelétrica implicar taxas de desmatamento superiores às de locais onde não existem tais investimentos, nós poderemos acrescentar esse desmatamento extra ao balanço de carbono do projeto”. O pesquisador também questiona os cálculos que exaltam o baixo preço das hidrelétricas em comparação com outras fontes de energia, pois não consideram adequadamente os custos socioambientais desses empreendimentos (FALLET, 2013).

transformação de ecossistemas naturais em terras agrícolas é de cerca de 30% na América Latina, o que corresponde a mais de 600 milhões de hectares de *agroecossistemas*, que apresentam, no entanto, processos de degradação que têm na pressão humana e nas mudanças climáticas os seus principais fatores (FAO, 2016).

Assim, a disponibilidade de recursos naturais na América Latina, especialmente em sua parte Sul, no que se refere a terra e à água para a produção agropecuária é extremamente positiva. Como o contexto mundial é de crescente escassez, as pressões sobre esses recursos são cada vez mais evidentes. Sob perspectiva política, há o dilema de como utilizar esses recursos: aproveitar a oportunidade de crescente demanda internacional e explorá-los para melhorar as contas nacionais ou fazer um uso estratégico, tratando esses recursos de maneira *securitizada*? Esse dilema é explícito na América Latina e é um ponto crucial na discussão sobre *geopolítica dos recursos naturais* porque, como bem lembra Bernardo Mançano Fernandes (2009), o sentido e o significado do conceito de soberania alimentar estão, cada vez mais, associados à soberania dos povos, de forma que a questão agrária não é somente um problema de renda da terra; é uma questão geopolítica, de forma que

a questão agrária é, antes de outras implicações, um problema territorial. O agronegócio e a agricultura camponesa disputam territórios em quase todo o mundo. A produção de agroenergia intensificou esta disputa e criou problemas de abastecimento de alimentos. A procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas e governos de diversos países estão arrendando, comprando, dando em arrendamento gigantescas áreas de terras.

A despeito de também conter importantes recursos naturais como petróleo e gás, as produções nacionais na América Latina parecem conter uma maldição da abundância (a chamada *doença holandesa*), fenômeno recorrente ao longo de cinco séculos no subcontinente. Primeiramente, no século XX, o potencial petrolífero se confirmou apenas com a produção da Venezuela. Contudo, após o chamado *Segundo Choque do Petróleo* (1979), ocorreu um crescimento da produção, do consumo e das reservas de petróleo na América Latina e Caribe.

Um franco crescimento das reservas de hidrocarbonetos ocorreu no início do século XXI com a descoberta e incorporação de *reservas não convencionais*, tais como o petróleo pesado da Venezuela, o petróleo ultraprofundo no Brasil e o de folhelho (petróleo de xisto) na Argentina, resultando em cerca de um quinto das reservas provadas mundiais no subcontinente (DUTRA, 2013). Dessa forma, há um potencial de exploração que vem despertando interesse de empresas estrangeiras porque outras áreas produtoras tradicionais ao redor do mundo apresentam produção em queda.

5 Neoextrativismo na América Latina: *Acumulação por espoliação ou Securitização?*

Apesar de não ser mais uma região de economia exclusivamente agrícola, o modelo econômico atual reproduz um padrão histórico da América Latina que continua concentrado na

exploração dos recursos naturais, com produção crescente de *commodities*, visando a exportações, em comparação com produtos manufaturados (PORTO apud BBC, 2014).

O recente avanço da exploração de recursos minerais, petrolíferos e as monoculturas de exportação desencadeiam profundos impactos ambientais e territoriais, mantendo-se um padrão (neo)extrativista (GUDYNAS, 2012), no qual há a extração de enormes recursos naturais direcionados à exportação, como matéria-prima, sem grandes processamentos, e subordinados aos mercados globais, por meio de corporações multinacionais.

Eduardo Gudynas (2012) denominou o atual modelo de neoextrativista porque, na sua compreensão, o padrão do passado foi *rejuvenescido* pelos governos progressistas em gestões mais recentes⁵, os governos da chamada *onda rosa*, críticos do neoliberalismo, que desempenharam papéis mais ativos com a implantação de políticas sociais importantes, com destaque em programas de luta contra a pobreza, mas sem mudanças estruturais nas atividades econômicas, dando continuidade aos modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais (GUDYNAS, 2012). Esse autor argumenta que

nos governos progressistas [especialmente os sul-americanos], o debate sobre os impactos sociais, ambientais e territoriais fica mais opaco. No que se refere à dimensão ambiental, sua existência é negada ou minimizada em várias ocasiões, sendo rechaçada em outros, sendo esta apresentada como disputa de interesses econômicos, conflitos sobre o ordenamento territorial, ou expressão de obscuras agendas político-partidárias⁶ (GUDYNAS, 2012).

Cabe observar alguns aspectos que envolvem o modelo de produção neoextrativista. Um primeiro deles é o que há de específico na atual fase neoextrativista. Segundo Eduardo Gudynas (2012, p. 309),

no velho extrativismo, brigava-se pela propriedade dos recursos. Os governos anteriores outorgavam títulos de propriedade ou criavam normas de cessão e acesso a recursos minerais ou petrolíferos, algo que na prática se assimilava muito a ceder a propriedade destes recursos. Essa tendência acarretou uma forte transnacionalização dos setores extrativistas e um papel cada vez menor das empresas estatais. No neoextrativismo, [...] o protagonismo estatal é maior, o que faz com que os controles sobre o acesso aos recursos sejam redobrados; em quase todos os casos, afirma-se que estes recursos são propriedade do Estado. Ao mesmo tempo, foram ressuscitadas ou criadas empresas estatais (por exemplo, o fortalecimento

⁵ “Na primeira década do século XXI, em meio ao acirramento das contradições do modelo neoliberal de ajuste ao capitalismo financeirizado, a América Latina deflagra processos de mudança em sua fisionomia política, delineando um novo ordenamento geopolítico. A rigor, o continente latino-americano vivencia um período de ascensão de governos ditos progressistas, de diferentes matizes” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

⁶ Importante constatação foi assinalada por Alba Maria Pinho de Carvalho, Bruno Milanez e Eliana Costa Guerra (2018) quando afirmaram que, “via de regra, os governos alinhados com o modelo neoextrativista desconsideram demandas não mercadológicas, a exemplo daquelas baseadas em valores ambientais, culturais ou religiosos. Ao contrário, quando são feitas reivindicações vinculadas a necessidades dessa natureza, os debates incorrem em uma visão gerencial e financeira, limitando-se ao valor das compensações econômicas e à definição de grupos passíveis de receber compensações (GUDYNAS, 2012a)” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

da YPF na Bolívia ou a criação de uma empresa estatal para o gás e a energia, a Enarsa, na Argentina). Essa presença é mais variada, incluindo empresas estatais, cooperativas mistas ou privadas. Mas, apesar desta situação, tanto os Estados quanto as empresas estatais visam o êxito comercial e, portanto, replicam as estratégias empresariais baseadas na competitividade, na redução de custos e no aumento da rentabilidade.

Sendo assim, deve ser evidenciado que tem havido *transnacionalização* dos setores extrativistas, ainda que haja a presença de capitais nacionais, como aponta Eduardo Gudynas (2012), na citação acima, com certo protagonismo de *empresas estatais*. Ressalte-se sua observação de que tanto as empresas estatais quanto as privadas visam ao êxito comercial, pois são empresas capitalistas, e, independente de quem controla o negócio, as consequências socioambientais advêm de ambos os tipos de empresas. Entretanto é esperado que parte do lucro gerado por empresas estatais retorne ao erário público para uso social, justificando seu papel.

Outro aspecto importante, associado ao comentado acima, é que tem se verificado uma ofensiva do capital privado sobre os recursos naturais da América Latina e Caribe. Há forte demanda por *privatizações*, que geram disputas e conflitos entre diferentes atores, nos moldes da discussão sobre *acumulação por despossessão* feita por David Harvey (2004)⁷.

Nesse contexto, com o reconhecimento das potencialidades naturais da América Latina, ganha reforço no debate político o discurso favorável à *securitização* de recursos naturais, da necessidade de controle e de planejamento para uso estratégico dos estoques desses recursos naturais.

A securitização dos recursos naturais se vincula com os problemas ou as ameaças visíveis ou potenciais em torno de sua oferta, com disputas pelo acesso e controle, sendo que são recursos que podem se esgotar ou que a extração ou uso indiscriminado podem alterar as condições sociopolíticas locais, sendo um tópico da pauta de *segurança*.

A securitização ou politização do tema do uso de recursos naturais coloca em evidência a necessidade de se criar regulações ambientais e de busca de alternativas para coibir a cobiça de agentes externos. Gian Carlo Delgado Ramos (2012, p. 4–5), ao discutir extrativismo e geopolítica dos recursos naturais, afirma que

las nociones de geopolitización o *securitización* de los recursos se vinculan con los problemas o amenazas visibles o potenciales en torno a su abastecimiento, yendo desde cuestiones asociadas a la erosión de las reservas de fácil acceso, alas condiciones sociopolíticas locales, a las regulaciones ambientales, el avance de frentes tecnológicos [...], el auge de probables nacionalismos e incluso al incremento de eventos climáticos extremos con potencial de interrumpir el flujo de recursos hacia el mercado mundial.

⁷ A acumulação por espoliação discutida por David Harvey é, segundo Igor Fuser (2008), uma releitura da elaboração marxista sobre a acumulação primitiva do capital, um processo “baseado no saque, na fraude e na violência”, ainda presentes na chamada era neoliberal e que se dá, por exemplo, por meio da apropriação de terras comunais pelas elites e grupos privados, além de outras formas de privatização ou apropriação privada, tendo como contraposição o chamado “nacionalismo de recursos”, uma forma de “resistência popular ao controle de bens naturais estratégicos por empresas estrangeiras, tal como se manifesta na Bolívia, Venezuela, Equador e outros países” (FUSER, 2008).

[...] La disputa, que incluye lo económico, lo diplomático y la fuerza o la amenaza del uso de ésta, no nada más se perfila como algo problemático en la dimensión de las relaciones internacionales, dígame entre los Estados nación, también lo es a nivel del control de los propios territorios y su gente por parte de ... [las empresas] y los grupos de poder local que la avalan y para la cual establecen una diversidad de condiciones ventajosas. [De forma que] el debate sobre la securitización de los recursos naturales, con toda la amplitud de aspectos que vincula, se coloca, por tanto, como un asunto de trascendencia que se mantendrá en la agenda latinoamericana, tanto de parte de las elites de poder extranjeras y sus socios regionales, como de los proyectos alternativos de nación, pero también de los pueblos.

Dessa forma, outro aspecto do modelo neoextrativista é o papel do Estado, já que ele não consegue se fazer presente de forma adequada e homogênea em todo o território, tendo ação limitada na proteção dos direitos dos cidadãos e na prestação de serviços públicos, falhando no desenvolvimento social, sendo, contudo, um ator muito ativo na promoção e defesa de *enclaves* extrativistas, como aponta Eduardo Gudynas (2012).

Também é fato que a agropecuária de exportação e os plantios florestais também constituem uma espécie de *megaprojeto*, com impactos diversos similares a de grandes obras de infraestrutura, quer pela dimensão quer pela velocidade de expansão, o que tem impactos em nível territorial, mas também eles também são um extrativismo agrícola (GUDYNAS, 2012).

E um último aspecto a ser ressaltado é que uma maior exploração dos recursos naturais exige *redes técnicas* (transportes, energia, comunicações), que ao serem implantadas desencadeiam outros efeitos socioambientais negativos, sendo outra fonte de conflitos, como discutido em diversos trabalhos (VITTE, 2006; 2017; 2020).

6 Conflitos e impactos socioambientais no Brasil e na América Latina

Na América Latina, o recente avanço da exploração de recursos naturais, a exemplo dos minerais, dos hidrocarbonetos, das monoculturas de exportação, por exemplo, além da execução de megaprojetos de infraestrutura, muitas vezes com vistas a atender à mineração, ao agronegócio e a alguns extrativismos para exportação, desencadeiam profundos impactos ambientais e territoriais, refletindo o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos nacionais.

Têm ocorrido diversos problemas socioambientais, ressaltando-se a destruição das florestas nativas com o desmatamento e os consequentes impactos na biodiversidade, nos mananciais, rios e em diversas comunidades tradicionais. Andréa Zhouri e Klemens Laschefski (2014) fizeram um esforço de definição e de caracterização dos conflitos socioambientais, reconhecendo múltiplos projetos de sociedade em confronto. Eles mostram que

os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o

espaço vivido [...] esses conflitos ambientais denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante. Ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental, que é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2014).

Uma importante contribuição de Zhouri e Laschefski (2014) é a proposição de uma *tipologia de conflitos*, para viabilizar que se reconheça a “profundidade do enfrentamento entre os grupos envolvidos e as possibilidades reais da sua conciliação ou solução”, sempre importantes em situações conflituosas. Identificam três modalidades de conflitos ambientais: a) os *distributivos*, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; b) os *espaciais*, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; e c) os *territoriais*, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2014). Seguem algumas observações dos autores sobre o terceiro tipo, o que mais interessa a este trabalho, ainda que, na prática, eles possam ocorrer em simultaneidade. Na concepção dos autores,

os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (p.e. área para a implementação de uma hidrelétrica *versus* territorialidades da população afetada). Nesse sentido, os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais. [...] Os conflitos ambientais territoriais surgem, então, quando este sistema de apropriação do espaço, com suas consequências sociais e ambientais, se choca com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. [...] O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2014).

Um dos setores mais polêmicos, típico gerador de conflitos ambientais territoriais, é o da mineração, um dos mais ativos da economia reprimarizada dos países latino-americanos. As empresas desse setor geram diversos problemas, inclusive em áreas distantes dos locais de extração, tais como assinalados por Carvalho, Milanez e Guerra (2018), que acusam essas empresas de promoverem

o “extrativismo predatório”, nos mesmos moldes dos idos tempos coloniais, praticando extração intensiva e em longa escala, localizada em enclaves,

controlado por empresas transnacionais, com o apoio dos governos nacionais, em um processo de subalternização de Estados nacionais, num processo designado neocolonialista (MISOCZKY; BÖHM, 2013). Assim, na América Latina, desenvolvem-se novas formas de [...] organização reprodutiva que reordenam, sob novas condições, os velhos sinais da dependência e do subdesenvolvimento que tendem a andar na contramão das necessidades da maioria da população (2013, p. 313), que, indispensável dizer, resultam em sérios impactos sociais e ambientais. Mesmo as áreas urbanas podem ser impactadas negativamente. De fato, grandes projetos extrativistas, particularmente ligados à mineração ou à infraestrutura logística, implantada para garantir a exportação dos recursos extraídos, podem levar a ondas migratórias que ocasionam inchaço urbano, favelização, aumento da violência, prostituição e sobredemanda dos serviços públicos de saúde, saneamento e segurança, que não são devidamente assegurados pelo Estado, agravando, assim, a questão social, no âmbito da crise urbana. Nesse sentido, as comunidades locais tendem a arcar com a maioria dos impactos negativos, enquanto grande parte dos benefícios é concentrada pelas empresas ou pelos governos nacionais (DAVIS; TILTON, 2005).

Transtornos humanos e ecológicos provocados por exploração de recursos naturais, pela agropecuária e pelos megaprojetos de infraestrutura têm gerado movimentos sociais de oposição ao modelo neoextrativista, havendo questionamentos sobre a sua viabilidade social e econômica quando se observam os impactos socioambientais. São movimentos sociais que apresentam um forte componente sociocultural ao defender o território, as formas de vida, a cultura e a história dos povos, sendo importante fonte de conflitos socioambientais (GOMEZ; LATTA, 2014).

São os povos das chamadas comunidades tradicionais que sofrem contínua expropriação, exploração e ameaças sobre suas terras, sobre os recursos nelas existentes, sobre suas vidas, entre eles os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaqueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros. São chamados de tradicionais, porque todas as transformações e modernização não foram suficientes para mudá-los no que diz respeito às suas culturas e à sua relação com a natureza (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012). Como explica Jean Pierre Leroy (2011),

há diferenças muito grandes entre esses grupos sociais. Destaco aqui primeiramente as comunidades tradicionais, que vivem do extrativismo ou de uma combinação de extrativismo e de produção agrícola. Através da construção social de seu território, homens, mulheres e jovens, cada um ao seu modo, criam ou reforçam as suas identidades coletivas de quilombolas, de pescadores, de extrativistas, condição necessária para conquistar o direito a um território e mantê-lo. Algumas características da gestão desses territórios se destacam. Em geral, essas comunidades estipulam restrições ao uso da terra, visando à conservação do sistema florestal e/ou aquático; elas mantêm a noção de território coletivo, para garantir sua continuidade; elas supõem organizações comunitárias legítimas e ativas e implicam a participação das famílias e comunidades locais na sua gestão, o que faz com que as regras consuetudinárias sejam mantidas, mesmo

que eventualmente necessitem de adaptações. Simplificando, podemos caracterizar os territórios tradicionais não somente por seus limites, mas também pelo controle e pela gestão dos seus recursos naturais.

Destarte, nas últimas décadas, em vários países da América Latina vêm ocorrendo uma aceleração da destruição da agricultura camponesa e a concomitante ampliação de monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação. Além da concentração de terras que este modelo agroindustrial impõe, também há a destruição de florestas nativas, com as consequentes destruições da biodiversidade, mananciais, rios e desmantelamento de comunidades tradicionais, em um processo vinculado ao avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais (SIMONETTI, 2012).

Nesse contexto, muitos camponeses fragilizados e pressionados pelo capital agroindustrial vêm se mobilizando e, por meio de ação coletiva, buscam lutar de forma organizada por seus direitos. Fruto dessa mobilização foi a criação da Via Campesina em 1992, uma rede transnacional de movimentos sociais que sofre influências mútuas entre as esferas local e global (SIMONETTI, 2012).

No que se refere a *megaprojetos* (mas também a megaobras) de infraestrutura, tais como hidrelétricas, rodovias, ferrovias, entre outros, Alexandra Martins Silva (2017) traz alguns aspectos importantes para a reflexão. Primeiramente, ela nota que, sob diferentes realidades sociais, políticas e econômicas, os megaprojetos revelam características e lógicas comuns de concepção e construção em diferentes contextos territoriais, e o *conflito de interesses* sempre se encontra presente.

Um dos principais elementos sobre megaprojetos refere-se às *relações de poder* que envolvem a dominação da natureza, mas também de alguns simbolismos geopolíticos, de força e soberania dos países, daí algumas vezes poder adjectivá-los como “obras faraônicas”, até porque megaprojetos são uma constante na História.

Porém, no que tange ao capitalismo, os megaprojetos envolvem o que Silva (2017) chamou de *novas tiranias*, pois, além de subestimação de custos e superestimação dos benefícios, há também a subestimação de impactos socioambientais que, muitas vezes, não são considerados ou são mal calculados na fase de projeto e de execução, e que, certamente, trarão consequências para as populações locais e para o ambiente⁸. A autora, baseada em literatura sobre o tema, advoga que

especialmente nos países do Sul, a edificação destas grandes obras consolidou o processo de apropriação dos recursos naturais e produziu uma espécie de epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2010), ou seja, a destruição de formas de saber, e a inferiorização de outras, entre outros processos de aniquilação cultural das populações indígenas e demais povos tradicionais. No presente, observa-se que o padrão vigente de edificação de megaprojetos tem proporcionado, de modo recorrente, as mais variadas violações de direitos humanos (SILVA, 2017).

⁸ Em uma nota, baseada em Soares (2009), Silva (2017) assevera que “sob a ótica do mercado, o território e as relações sociais que ali se desenvolvem são entendidos, pelos empreendedores e também pelo Estado, como mercadoria passível de uma valoração monetária”.

Dessa forma, diversos questionamentos aos megaprojetos têm ocorrido na América Latina, sendo emblemático o caso da Hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia brasileira.

Principalmente as hidrelétricas têm sido pautadas por inúmeros conflitos e têm sido alvos de denúncias por movimentos sociais, grupos indígenas e outras populações afetadas, não apenas pelos impactos provocados, mas também pela falta de participação popular nos processos decisórios, de forma que, como assinala Silva (2017), parece que a falta de informação e de diálogo faz parte da estratégia de projeto e execução dessas megaobras, e as populações afetadas são encaradas como entraves. A autora reforça seus argumentos afirmando que

no que corresponde aos megaprojetos, as transformações do território e a apropriação deste têm gerado controvérsias e representam uma arena de conflitos, onde diferentes interesses estão presentes e os recursos de poder são extremamente desiguais. O embate constitui o elemento central neste processo, em que, amiúde, as decisões centralizadoras contribuem para que os processos sejam altamente conflituosos. No que diz respeito a este conflito de interesses, pode-se ressaltar os grupos políticos, os grupos empresariais e as grandes construtoras. O papel destas empresas é central para se entender o alcance de todo este processo (SILVA, 2017)⁹.

Assim, megaprojetos também são obras cujas decisões são sempre centralizadas, o que contribui para a conflitualidade dos processos. Muitas vezes quando a população potencialmente afetada é chamada para participar, as decisões já estão tomadas e já se tornaram irreversíveis. Assim, os papéis de planejar, analisar, avaliar, decidir e implementar o megaprojeto cabem a governos e empresas, que apresentam as decisões como resultado de uso de técnicas e da racionalidade, em contraponto com as argumentações da população envolvida (SILVA, 2017).

Outra fonte de conflitos socioambientais advém do relevante papel das atividades agropecuárias nas economias dos países latino-americanos, com diversas implicações. Sobre o exposto, Anahí Gomez e Alex Latta (2014) asseveram que

a agricultura de exportação e os plantios florestais¹⁰ também constituem uma espécie de megaprojeto, dado que sua expansão tem impactos em nível territorial. Na dimensão hídrica, provocam mudanças profundas nos ciclos hidrológicos e geram escassez de água. Dessa maneira, ameaçam a

⁹ “Estas empresas continuam a desempenhar uma função central no jogo de interesses que envolvem os megaprojetos contemporâneos [...]. Uma das principais questões prende-se com os donativos financeiros que estas empresas fazem aos partidos políticos. Tal prática perpetua o jogo dos interesses dominantes, no qual as empresas ‘doadoras’ têm nos contratos com o setor público a principal fonte de suas receitas. A decisão de se construir um empreendimento é regida por lógicas econômicas e políticas, e estas ignoram frequentemente as necessidades dos cidadãos. Um exemplo paradigmático desta relação entre empreiteiras e partidos políticos ocorreu na construção [da usina hidrelétrica] de Belo Monte. As principais construtoras responsáveis pelas obras da usina estão sendo acusadas de pagamento de propina e de vultuosas doações para as campanhas eleitorais” (SILVA, 2017).

¹⁰ John Wilkinson, Bastian Reydon e Alberto Di Sabbato (2012) explicam que “en la última década ha habido una transformación fundamental de la industria mundial de la celulosa y el papel, con el traslado de la producción primaria hacia los países del Sur y sobre todo América del Sur. Brasil tiene más de 6 millones de ha de ‘bosques plantados’, una terminología rechazada por ambientalistas porque es esencialmente un monocultivo de eucalipto. Grandes empresas del Norte – Stora Enso – dejan los bosques de pinos e invierten en eucaliptos, cuyo crecimiento en el Sur es tres veces más rápido” (WILKINSON; REYDON; DI SABBATO, 2012).

sobrevivência de pequenos produtores e fomentam processos de emigração. [...] Os transtornos humanos e ecológicos provocados pelos megaprojetos têm gerado na América Latina, há vários anos, movimentos sociais de oposição, a partir dos quais se tem questionado o modelo de desenvolvimento e sua viabilidade social e econômica.

O uso crescente dos territórios para expansão do agronegócio também tem levado a uma acelerada destruição da *agricultura camponesa* e à concomitante ampliação de monoculturas ligadas à exportação, o que muitas vezes provoca desmatamento e perda de biodiversidade, além de problemas sociais no campo e diminuição da produção familiar para a segurança alimentar. Saliente-se também que há uma *estrangeirização* da propriedade da terra em muitos países, com imprevisíveis consequências geopolíticas, um “ninho de ovos de serpente” para *soberanias* nacionais, que no futuro podem levar à contestação territorial, cenário que não é infundado.

Outra série de conflitos socioambientais está associada à construção ou modernização de obras de infraestrutura e geração de energia, tais como a construção de estradas, ferrovias, oleodutos, complexos portuários, hidroelétricas e termelétricas, fazendas de energia eólica, muitas vezes tendo em vista a exploração de recursos naturais e o agronegócio.

Sob outra perspectiva, é evidente que o *consumismo*, entendido como a produção de mercadorias em larga escala, estimula confrontos pelo uso da natureza (RIBEIRO, 2007; ALLIER, 2007), bem como é evidente que o uso intenso de recursos leva à escassez. É esperado que o controle da extração desses recursos seja muito disputado, com alguns conflitos ambientais ocorrendo em diversas escalas.

Entre os diversos povos tradicionais ressalte-se que as populações indígenas têm sido impactadas por esse modelo neoextrativista. São povos que no passado foram confinados às regiões mais afastadas e inóspitas do subcontinente, como as selvas, montanhas, as zonas áridas, aquelas que estavam fora dos interesses na expansão capitalista. Depois de séculos de convivência nessas áreas confinadas e fora da cobiça dos negócios capitalistas, recentemente vêm sofrendo ameaças de expulsão, por ocuparem terras com potencial de uso capitalista, tais como a mineração e agricultura, levando-os a lutarem para defender seus territórios (STAVENHAGEN, 2008), vistos como fundos territoriais, conforme definido por Antonio Carlos Robert Moraes.

A título de ilustração, na América Latina os maiores números de *casos socioambientais conflituosos* documentados em 2014 estão nos seguintes países: na Colômbia, com 72 casos; Brasil, com 58 casos; Equador, com 48 conflitos ambientais; Argentina, com 32 casos; Peru, com 31; e o Chile, com 30 casos (BBC, 2014).

Três atores podem ser considerados centrais na discussão sobre conflitos socioambientais:

1. as corporações empresariais, com destaque para duas cadeias globais, a agroindustrial de alimentos e de mineração, sendo especialmente a primeira delas bastante complexa, envolvendo diversos elos entre a produção da matéria-prima até o consumidor final e que tem estimulado monocultivos, muitas vezes com a finalidade de alimentar gado ou produzir agrocombustíveis, gerando também concentração financeira e de terras. Zhouri e Laschefski (2014) complementam, afirmando que

as empresas, ao ampliarem suas atuações para além dos limites dos territórios nacionais, ganharam e ganham em força através do processo de globalização econômica. Elas se tornaram agentes independentes que criam suas próprias espacialidades e territorialidades, seja na busca de novos mercados de consumo ou de localizações para as suas unidades produtivas, além de áreas de exploração de matéria-prima. [...] A condição básica para esta dinâmica territorial empresarial é a transformação do espaço em unidades de propriedades privadas que possam ser comercializadas como mercadorias, avaliadas pelo seu valor de troca e cada vez menos pelo seu valor do uso.

2. os pequenos agricultores e povos tradicionais, que são extremamente relevantes porque são eles que produzem alimentos para o consumo interno das diversas sociedades, além de, especialmente os povos indígenas terem um papel protetor em reservas ambientais e nas florestas, sendo eles que têm sofrido toda a sorte de pressões para saírem de suas terras, para que monocultivos possam ser semeados ou a terra seja usada para a mineração. Porém, como assinalam Zhouri e Laschefski (2014), são sujeitos que

não se constituem como vítimas passivas do processo, pois vêm se organizando em variados movimentos, associações e redes. Mostram, por conseguinte, que possuem diversas formas de manifestar seu desacordo, seu embaraço, sua revolta e sua reivindicação (MARTINS, 1997, p. 14), ao mesmo tempo em que se colocam como portadores de outros projetos de vida e de interação com o meio ambiente. Organizadas em movimentos ou dispersas na forma de denúncias, há vozes que explicitam a perpetuação de um cenário de desigualdades e de conflito, e evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território.

3. o Estado, que deveria mediar os conflitos e propor políticas públicas para melhorar o bem-estar da população e a preservação ambiental, mas que, nos diversos países do subcontinente, vem apoiando o agronegócio, a mineração e o modelo de desenvolvimento que ele implica. Como lembram os autores,

a presença do Estado, nos diferentes casos, mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, posta-se ao lado das populações atingidas. Essa dubiedade pode ser interpretada como expressão da incidência dos conflitos ambientais sobre o campo institucional das chamadas “políticas ambientais”, fato que evidencia a presença de brechas de contestação no interior da dominação exercida pelo paradigma do desenvolvimento (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2014).

É preciso reconhecer que alguns países do subcontinente implementaram políticas para a agricultura familiar em momentos diversos, mas isso não significou a proteção de direitos, tais como o acesso à terra e a justa condição de produção.

Também é importante observar que diversas companhias que cometem crimes ambientais ficam impunes e há constante perseguição e assassinatos dos defensores do meio ambiente em diversos países latino-americanos.

Outro aspecto com consequências sobre a situação dramática do meio ambiente na América Latina é a crescente penetração de membros do agronegócio e de representantes de mineradoras nos aparelhos estatais, com forte presença nas bancadas legislativas de muitos países e também em cargos executivos, com alguns de seus membros chegando ao cargo de presidente da república em alguns países, em estratégia para influenciar e garantir diretamente seus interesses e pressionar para “flexibilização” de normas ambientais e direitos humanos.

Também sob o ponto de vista econômico, faz-se mister assinalar que o modelo neoextrativista não tem conseguido recentemente gerar resultados animadores, pois se o mercado global experimentou um período de boom (2003–2011), a partir de 2012 tem vivenciado um *pós-boom* das *commodities*, em processo “de expansão e retração, próprios da economia dos recursos naturais, [que] tendem a se tornar mais frequentes e extremos, em contextos de forte especulação financeira sobre as *commodities*, no mercado de capitais”. (CARVALHO, MILANEZ; GUERRA, 2018).

Tal situação do âmbito econômico, no que tange à adoção do neoextrativismo, leva os autores a defenderem que o padrão de acumulação capitalista dominante no continente latino-americano é, de fato, um modelo *rentista-neoextrativista*, centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas, com balança comercial sendo composta por alguns poucos produtos, modelo que “consubstancia a composição orgânica do capital financeiro com o capital vinculado à produção de *commodities* agrícolas, minerais e de outros recursos naturais. Trata-se da intrincada relação entre o rentismo e o neoextrativismo”, que reforça uma “dependência redobrada” do Brasil e demais países latino-americanos ao capitalismo financeirizado (CARVALHO, MILANEZ; GUERRA, 2018).

Por fim, desflorestamentos e deslocamentos de povos tradicionais são constantes nas fronteiras agrícolas que já atingem os últimos biomas e reservas naturais da região, com os monocultivos imperando no uso e ocupação de terras, concentrando propriedades e predando a natureza.

7 Em busca de alternativas para o uso de recursos naturais na América Latina: aspirando à justiça social e a uma ordem internacional ambiental efetiva

Algumas possibilidades de avanços para um futuro mais positivo podem ser aventadas. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), para alcançar os novos objetivos globais da *Agenda 2030*, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, é essencial que a comunidade internacional compartilhe o dever de cuidar do meio ambiente, incitando

Figura 1: Conflitos socioambientais na América Latina (2014)



Fonte: Atlas de Justicia Ambiental (2014).

todos os países a terem um comportamento mais consequente com questões socioambientais e criando metas para um futuro desejável e acordado entre os países (ONU, [2020?])¹¹.

Em busca de maior justiça social e de uma gestão mais sustentável dos recursos naturais, é preciso reconhecer em parcelas dos povos tradicionais uma atitude ambiental importante: povos indígenas, quilombolas, camponeses têm mantido por séculos uma ação ambiental mais adequada ao tempo da natureza, permitindo a sua conservação. São povos que insistentemente apelam por seus direitos territoriais ancestrais como forma de embate contra a possibilidade de perda de seu modo de vida e de suas terras para a mineração, o agronegócio e o extrativismo (RIBEIRO, 2010). Reconhecer o seu papel como protetores históricos da natureza, sem dúvida, é uma medida positiva.

Também reconhecer a organização de sua luta é muito relevante. Como já dito anteriormente, nas últimas décadas em vários países da América Latina vêm ocorrendo uma aceleração da destruição da agricultura camponesa e a concomitante ampliação de monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação. Além da concentração de terras que este modelo agroindustrial impõe, também há a destruição de florestas nativas, com as consequentes destruições da biodiversidade, mananciais, rios e desmantelamento de comunidades tradicionais, em um processo vinculado ao avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais (SIMONETTI, 2012).

Nesse contexto, muitos camponeses fragilizados e pressionados pelo capital agroindustrial vêm se mobilizando e, por meio de ação coletiva, buscam lutar de forma organizada por seus direitos. Fruto dessa mobilização foi a criação da Via Campesina em 1992, uma rede transnacional de movimentos sociais que recebe influências mútuas entre as esferas local e global. Segundo Mirian Claudia Lourenção Simonetti (2012),

cabe destacar que a transnacionalização de movimentos sociais abarca as

¹¹Para maiores detalhes, ver em NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2020).

relações sociais originadas das tensões existentes entre o local e o global, formadas entre agentes coletivos além dos limites territoriais dos países, que em graus variáveis de institucionalização, congregam membros dos mais variados países, possibilitando uma atuação mais efetiva em busca de seus interesses. Em decorrência dos novos desafios surgidos no cotidiano camponês, houve uma maior convergência dos movimentos sociais rurais em direção da nacionalização, regionalização e da transnacionalização. Assim, buscavam novos ambientes de negociação e de ação coletiva para que o alcance de seus objetivos fosse facilitado, levando-se, assim, a um maior estreitamento entre o ativismo dos movimentos sociais transnacionais, tanto do Norte como do Sul, pilar esse de sustentação da Via Campesina.

De fato, apenas nas últimas décadas emergiu uma efetiva preocupação de governos de diversos países do mundo com a temática ambiental, o que possibilitou a institucionalização da *ordem ambiental internacional*, que objetiva regular questões ambientais em caráter mundial e que deve ser valorizada.

Nessa ordem ambiental internacional existem muitas críticas às convenções e cúpulas sobre meio ambiente, como aquelas organizadas pela ONU, com algumas vozes argumentando que elas não levam a resultados concretos; não são capazes de definir políticas públicas que resolvam a assimetria entre países no uso dos recursos naturais, que elas produzem apenas consensos superficiais, não atingindo o cerne dos temas discutidos.

Contudo é possível contra-argumentar, como fez Wagner Costa Ribeiro (2010) quando defendeu que os documentos das convenções ambientais expressam algumas vitórias importantes de países pobres que conseguem salvaguardar parte de seus interesses, o que certamente não ocorreria se as decisões fossem definidas por meio de ações militares, caso dos países latino-americanos. Ele assevera que “a ordem ambiental internacional renova oportunidades de cooperação e impõe à reflexão os interesses reais de cada participante no cenário internacional envolvendo o ambiente” (RIBEIRO, 2010). Complementando, Everton Vieira Vargas (2004, grifo nosso) tenta demarcar responsabilidades e o âmbito de discussão e atuação no regime ambiental internacional, lembrando que

a ideia de que regras internacionais são o meio adequado para lidar com “problemas globais” requer uma concertação prévia sobre o que caracteriza a natureza global de certas questões. Se, de um lado, temas como a mudança do clima e a destruição da camada de ozônio transcendem as fronteiras nacionais e, portanto, requerem ações definidas em *âmbito multilateral*, de outro, questões como o manejo sustentável das florestas ou a conservação e o uso sustentável da biodiversidade parecem primariamente da *alçada interna dos Estados*.

Ademais, a ordem ambiental internacional permite melhorar o *soft power* dos países, uma vantagem adquirida por alguns países, como o Brasil, e que, lamentavelmente neste caso, vem sendo perdida por opções de política externa no governo Bolsonaro (2019–).

Em suma, as respostas aos desafios ambientais incluem uma atuação mais incisiva das organizações internacionais, sendo o multilateralismo um canal privilegiado para a discussão

das questões que transcendem às fronteiras (VARGAS, 2004), mas que está sob ataque nos últimos anos em uma reação de governos nacionalistas e do governo norte-americano na gestão de Donald Trump (2017–).

De fato, efetivamente há uma assimetria do poder internacional na disputa entre as nações pelos estoques das riquezas naturais, uma vez que a distribuição geográfica de tecnologia e de recursos é desigual e a apropriação e o uso das riquezas naturais passam a ser almeçados por diferentes atores.

Considerando que no mundo moderno os territórios estão vinculados ao *domínio estatal do espaço*, que é o âmbito espacial de exercício do poder de um Estado, o tema Soberania adquire relevância. Antonio Carlos Robert Moraes (2000) advoga que o conceito de soberania pressupõe a existência de uma base espacial e de fronteiras (a delimitação de sua área de exercício ou limite de abrangência espacial). Derivada desse assunto, no que se refere aos recursos naturais, há a defesa da ideia de *soberania permanente sobre os recursos naturais*. Essa perspectiva defende que o Estado nacional é o proprietário dos recursos naturais existentes na sua jurisdição territorial e, por isso, tem plena legitimidade para definir as regras para a exploração das reservas e canalizar para os cofres públicos a máxima receita possível (FUSER, 2008).

Nesse plano de ideias, tem ganhado relevância a discussão sobre bens públicos globais. Rafael Jacques Rodrigues (2008) explica que os *bens públicos globais* são

correspondentes a riquezas naturais que deveriam ser compartilhadas entre todos os seres humanos, independentemente das fronteiras políticas e jurisdicionais existentes. Se [este conceito] por um lado considera a amplitude da escala dos problemas ambientais, a ideia de proteção compartilhada de riquezas naturais globais desperta, por outro, várias divergências políticas entre os países na medida em que esbarra no conceito tradicional de soberania internacional e na autonomia de organização do uso do território.

Assim, os dilemas de uma possível *governança global* emergem nas discussões sobre as possibilidades de construção de uma ordem internacional mais justa. Isso porque os danos ambientais transbordam da esfera local e nacional, de forma que eles rompem estruturas territorialmente delimitadas, tornando pertinente discutir sobre responsabilidades globais. Alberto Teixeira da Silva (2006) resume o delineamento desse mecanismo como uma possibilidade para a construção de uma ordem mundial mais justa e solidária. Ele aponta que

a questão ambiental é emblemática para uma discussão dos atores, estratégias e rumos do sistema internacional — que hoje constitui efetivamente um sistema global, e a noção de governança tem o mérito de reconhecer a complexidade do sistema. Governança global [que] não é governo mundial, mas um processo dinâmico e policêntrico, aglutinando perspectivas e agendas multifacetadas. Manifestando a tese de que não há alternativa senão trabalhar em conjunto e usar o poder coletivo para criar um mundo melhor, o relatório da Comissão sobre Governança Global estabeleceu o conceito de *governança* como sendo: “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual

é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam ao interesse das pessoas e instituições” (SILVA, 2006).

Um dos aspectos derivados dessa questão é que há incertezas sobre o presente e o futuro da biosfera e decisões precisam ser adotadas de forma preventiva, ainda que muitas vezes carecendo de informações científicas suficientes. É um contexto no qual ganhou notoriedade o chamado *Princípio da Precaução* que “exprime a necessidade de agir com base em incertezas, para evitar consequências maléficas derivadas dos riscos da modernidade insustentável” (SILVA, 2006). Como admite Wagner Costa Ribeiro (2004), mantido o modo de produção capitalista, “cujas temporalidades desconsideram a capacidade natural de reposição de recursos naturais, quando são renováveis, ou mesmo a degradação ambiental que geram, as dificuldades em obter recursos serão ampliadas” e por isso muitas inquietações permanecem. Esse autor enumera alguns exemplos preocupantes, reforçando a ponderação acima assinalada, quando afirma que

projeções do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente indicam que em 2025 [a água] será rara entre países de grande população, como a Índia e a China, mas também em países de elevado padrão de consumo de mercadorias, como os Estados Unidos e grande parte dos países europeus, incluindo França, Espanha e Alemanha. Ao mesmo tempo, os estudos avaliam que haverá excedente hídrico em países da América do Sul, na África Central e na Austrália, o que permite vislumbrar um intenso fluxo de água intercontinental. [...] A diversidade biológica também engendra questões importantes. O acesso à informação genética e a partilha dos benefícios que ela gera é tema ainda indefinido entre os atores envolvidos na discussão sobre a regulação do acesso à bio e sócio-diversidade. Países megadiversos como o Brasil, a Bolívia e o Peru são alvo de cobiça internacional dado que possuem matrizes genéticas passíveis de serem utilizadas em pesquisas para o desenvolvimento da engenharia genética e da biotecnologia¹² (RIBEIRO, 2004).

Porém o discurso sobre bens públicos globais pode, contraditoriamente, fortalecer o argumento da necessidade de adoção de uma *agenda liberal* defendida por países com governos majoritariamente de direita e algumas empresas multinacionais, especialmente aquelas que são grandes consumidoras de recursos naturais. Esse discurso liberal enfatiza os *direitos dos investidores* sem levar em conta a questão da propriedade nos territórios onde se situam os recursos a serem explorados. Assim, sob o ponto de vista liberal, as matérias-primas minerais são consideradas como um patrimônio natural, cabendo aos *Estados hospedeiros* cobrar impostos sobre os lucros obtidos na sua exploração, mas sem o exercício das prerrogativas inerentes à

¹²Contudo o autor (RIBEIRO, 2004) complementa apontando uma potencialidade que também pode ser motivo de disputa e roubo: “Mas esses países [os mega diversos] também contam com inúmeras comunidades locais (povos indígenas, ribeirinhos, camponeses, caboclos, quilombolas, caiçaras), que possuem conhecimento específico de determinadas espécies que ajudam no desenvolvimento de produtos”, motivo de tensão entre conhecimento tradicional e propriedade intelectual. Para maiores esclarecimentos sobre essa relação, ver Zanirato e Ribeiro (2007).

soberania. Quem impõe as regras do jogo são os investidores e os consumidores estrangeiros (FUSER, 2008), sem considerar os diversos pontos acima assinalados neste artigo.

8 Considerações finais

A primeira década do século XXI foi exitosa para a economia da maioria dos países latino-americanos. A região vinha se beneficiando em seu conjunto com o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional. Mas este período de *bonança* vem se esgotando, e a conjuntura atual traz algumas preocupações.

É fato que esses recursos naturais *commoditizados*, inclusive terra e água usadas nas atividades de agropecuária e mineração, têm sustentado certa estabilidade econômica na região, mas, por outro lado, esse modelo *reprimariza* a pauta de exportações das principais economias da região, criando dependência.

Há poucos investimentos em *diversificação* das economias nacionais e regionais para possibilitar que os países da região se tornem mais autônomos e independentes de importações de produtos industrializados no comércio internacional.

As assimetrias que marcam o sistema internacional, que tornam a América Latina um ator subalterno no cenário internacional, requerem esforços redobrados para a sua superação. No meio ambiente são necessárias diversas medidas que ao menos *mitiguem* as mudanças climáticas, em particular aquelas de caráter global.

É preciso também que se levem em consideração as distintas *responsabilidades históricas*, especialmente das sociedades mais avançadas, pela deterioração do meio ambiente global, bem como as diferentes capacidades das nações de responderem aos desafios colocados por essas mudanças (VARGAS, 2004). Na América Latina este é um legado desde a chegada de Cristóvão Colombo no subcontinente, no final do século XV, em um extermínio e degradação ambiental reforçados por outros imperialismos subsequentes, causadores de pobreza e dependência.

Sob o atual modelo neoextrativista, certamente alguns podem advogar que há alguns aspectos positivos, já que ele possibilita geração de divisas, maior escala de produção, maior avanço tecnológico. Mas a qual custo?

Estaria, então, o neoextrativismo contribuindo para um genuíno desenvolvimento, para a autonomização dos indivíduos nas desiguais e empobrecidas sociedades latino-americanas? A frase de John Keynes “o futuro, ah, o futuro... no futuro estaremos todos mortos!” parece ser a tônica do *zeitgeist* na América Latina, com a sua voracidade e inconsequência, oposta à ideia de securitização recomendada na agenda de discussão de segurança e defesa na atualidade. Nesse esteio,

vale notar que o capital não necessita exercitar o domínio administrativo sobre o território. O território é território para ele quando lhe é útil demarcar suas posses. Mas é espaço indefinido quando ele o vê como mero suporte para suas atividades, fonte de extração de riqueza e local de rejeito do que não lhe dá lucro e do *refugio humano* [...] que não lhe serve. Espaço sem limites quando limites poderiam tolher seu avanço

sobre novas terras e sobre a população local. Sob esse ângulo, o capital delega ao poder público, colocado a seu serviço, o exercício do poder e do controle sobre esse território. O capital procede, assim, à desconstrução e à reconstrução permanente do território, esvaziando-o de sentidos e de povos conforme seus interesses, tornando-o móvel e incerto para poder fazer dele um território à escala do mundo desde que mantidas as aparências de território público com suas divisões administrativas. Para a bolsa de valores de Chicago, pouco importa se a soja vem da fronteira amazônica do Mato Grosso ou dos pampas argentinos. Não existem fronteiras nem povos para ela (LEROY, 2011).

Nesse comentário Leroy (2011) alerta como a lógica capitalista se impõe sobre o território e a soberania estatal, o que traz enormes desafios para a resolução de conflitos e impactos socioambientais, mesmo em democracias.

Referências

ALLIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres*. Apresentação de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Contexto, 2007.

ANTUNES, Antônio José Cerqueira. *Infraestrutura na América do Sul: situação atual, necessidades e complementaridades possíveis com o Brasil*. CEPAL, 2007. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/32302/LCBRSR186AntonioJoseCerqueiraAntunes.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

ATLAS de Justicia Ambiental. In: EJATLAS. 2014. Disponível em: <http://ejatlas.org/#>. Acesso em: 13 set. 2020.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 47, n. 2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 16 jul. 2020.

BBC. *Mapa inédito coloca o Brasil em 3º lugar em conflitos ambientais*. 21 março 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140321_disputas_ambientais_mdb. Acesso em: 16 jul. 2020.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990–2017). In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (org.). *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/11/Tramas-para-a-Justi%20Ambiental-E-BOOK.pdf>). Acesso em: 10 jul. 2020.

CASTRO, José Esteban. A gestão da água na América Latina. *Desafios do Desenvolvimento*. 31 out. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2834:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 11 ago. 2020.

CEPAL/UNASUL. *Recursos naturais na União das Nações Sul-americanas (UNASUL): situação e tendências para uma agenda de desenvolvimento regional*. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/49931/RecursosNaturaisUNASUL.pdf>, 2013. Acesso em: 17 jul. 2020.

DUTRA, Luís Eduardo. O petróleo na América do Sul: para não repetir a História. *Revista Princípios*, 2013. Disponível em: <http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/309-o-petroleo-na-america-do-sul-para-nao-repetir-a-historia.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FALLET, João. Hidrelétricas “impulsionam desmatamento indireto” na Amazônia. *BBC*, 29 nov. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/11/131127_desmatamento_amazonia_hidroeletrica_jf. Acesso em: 21 jul. 2020.

FAO. *Estado Mundial del Recurso Suelo: resumen técnico*. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y Agricultura, Roma, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5126s.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A geopolítica da questão agrária mundial*. 21 de outubro de 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdata luta/boletim_data luta_06_2009.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. *Internactional Land Coalition*. 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

FLEURY, Sônia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: FLEURY, Sônia (org.). *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

FUSER, Igor. Os recursos energéticos e as teorias das relações internacionais. *A energia, a política internacional e o Brasil*. São Paulo: Instituto Memória, 2008. Disponível em: <http://www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/tri/Fuser.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GOMEZ, Anahí; LATTA, Alex Latta. *Água e megaprojetos na América Latina*, 2014. IPEA. Ano 10, ed. 78. 16 de janeiro de 2014. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2983:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 19 jul. 2020.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.). *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Garamond & IRD, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Gudynas/publication/326671300_0_novo_extrativismo_progressista_na_America_do_Sul_teses_sobre_um_velho_problema_sob_novas_expressoes/links/5b5c8edca6fdccf0b2fe7caf/0-novo-extrativismo-progressista-na-America-do-Sul-teses-sobre-um-velho-problema-sob-novas-expressoes.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 28 jul. 2020.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LEROY, Jean Pierre. Territórios e bens comuns. *Agricultura*, v. 8, n. 4, dez. 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/territorios-e-bens-comuns/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MALVEZZI, Roberto. A questão da água na América Latina. 13 set. 2005. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/aquiferoguarani/soberania/so_malvezzi_alatina.htm. Acesso em: 13 ago. 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. 2000. Tese (Livre Docência em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo/FFLCH, São Paulo, 2000.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU BRASIL). Brasília, DF. [2020?]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 12 set. 2020.

RAMOS, Gian Carlo Delgado. Extractivismo, fronteras ecológicas y geopolítica de los recursos mar. 2012. Disponível em: <https://movimientom4.org/2012/03/extractivismo-fronteras-ecologicas-y-la-geopolitica-de-los-recursos-en-america-latina/>. Acesso em: 1 ago. 2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia Política e recursos naturais, *Mercator* - Revista de Geografia da UFC, v. 3, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/download/135/105/0>. Acesso em: 16 jul. 2020.

RIBEIRO, Wagner da Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/08.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2020.

RODRIGUES, Rafael Jacques Rodrigues. O papel do meio ambiente na geopolítica mundial. *Revista Diversa*, Belo Horizonte. UFMG, n. 14, jul. 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/345960730/0-Papel-Do-Meio-Ambiente-Na-Geopolitica-Mundial>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SENHORAS, Elói M.; MOREIRA, Fabiano A.; VITTE, Claudete de Castro Silva. A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: da empiria à teorização

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 167 – 194, jan./jun. 2020

geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais. *Anales del XII Encuentro Internacional de Geógrafos de América Latina*. Montevideo, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326377504_A_AGENDA_EXPLORATORIA_DE_RECURSOS_NATURAIS_NA_AMERICA_DO_SUL_Da_empiria_a_teorizacao_geoestrategica_de_assimetrias_nas_relacoes_internacionais/link/5b48b915a6fdccadaec7aed2/download. Acesso em: 16 jul. 2020.

SILVA, Alexandra Martins. Processo decisório e conflitos: questões e reflexões a partir dos megaprojetos. *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol. 05, No. 09 Jan/Abr/2017. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/download/266/138>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. Os movimentos sociais, a Via Campesina e o Pós-Colonial. *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Uberlândia, 15–19 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1377_1.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Os movimentos indígenas na América Latina. Entrevista. Centro Novamerica de Educação Popular: Rio de Janeiro. *Nuevamerica*, n. 117, 25 jan. 2008. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/?p=1301>. Acesso em: 2 jul. 2020.

TAYLOR, Peter; FLINT, Colin. *Geografia Política: Economia-Mundo, Estado-nación y localidad*. 2. ed. Madrid: Trama, 2002.

VARGAS, Everton Vieira. O meio ambiente como tema de política externa. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. v. 2, n. 4, São Paulo: FAAP, 2004. Disponível em: http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/vargas.htm. 2. ed. Acesso em: 11 ago. 2020.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Integração, soberania e território na América do Sul. *Terra Livre*, AGB, v. 2, n. 27, 2006.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A terra é novo ouro: geopolítica dos alimentos, conflitos por terras e principais atores envolvidos na América do Sul. XII ENANPUR. *Anais*. São Paulo, 2017.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Financiamento e projetos prioritários do Cosiplan/Unasul e sua articulação com projetos nacionais: dilemas da integração regional: In: GOMES, Maria Terezinha Serafim; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Questões regionais e a geografia econômica: perspectivas e desafios*. Editora CRV: Curitiba, 2020 (prelo).

WILKINSON, John; REYDON, Bastian; SABBATO, Alberto. El caso de Brasil. In: BARQUERO, Fernando Soto; GOMÉZ, Sergio (org.). *Dinámicas del mercado de la tierra em América Latina y Caribe: concentración y extrangeirización*. FAO, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/019/i2547s/i2547s.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas Organizações Multilaterais. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ANPPAS, v. X, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a04.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, Anppas, v. X, n. 2, jul./dez., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-753X2007000200008&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 11 ago. 2020.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. *Conflitos Ambientais*, 2014. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

CARAJÁS E GURGUEIA: NOVOS ESTADOS COMO IDEOLOGIA PARA A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL NO BRASIL

CARAJÁS AND GURGUEIA: NEW STATES AS IDEOLOGY FOR PRIMITIVE ACCUMULATION OF CAPITAL IN BRAZIL

Carlos Henrique da Silva*
Flávio Henrique Soares de Alencar†
Carlos Rerisson Rocha da Costa‡

Resumo: O presente artigo analisa os projetos legislativos de divisão territorial do estado do Piauí para a criação do estado do Gurgueia e do estado do Pará para a criação do estado do Carajás. O objetivo geral é analisar os fundamentos apresentados por esses projetos para tal divisão territorial, no contexto da geografia do capitalismo. Os objetivos específicos são (I) analisar esses projetos no contexto das propostas de criação de novos estados no Brasil desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1988; (II) analisar os discursos que justificam esses dois projetos de divisão territorial; (III) identificar as principais atividades econômicas, as políticas territoriais e os grandes projetos de infraestrutura instalados nos dois territórios reivindicados; e (IV) identificar os agentes políticos e econômicos e suas ações para a divisão territorial. Compreendendo que o capitalismo escapa de sua própria contradição através da urbanização e da expansão geográfica do capital, analisa-se a proposição dos estados do Carajás e do Gurgueia nesse movimento inerente à geografia do capitalismo, estando os seus territórios sobrepostos à fronteira de acumulação que se expandiu e se adensa no Cerrado e na Amazônia. Busca-se apontar, portanto, que um novo estado é fator e produto dessa expansão, tendo ideologias geográficas como par indissociável para esse processo, pois, fundamentalmente, os dois projetos representam, cada qual, os interesses de frações da classe dominante em ter maior poder político.

Palavras-chave: Novos estados. Estado do Carajás. Estado do Gurgueia. Ideologia Geográfica.

Abstract: This article analyzes the legislative projects of territorial division of the states of Piauí, creating the state of Gurgueia, and of Pará, creating the state of Carajás. The general objective is to analyze the arguments presented by these projects for these territorial divisions.

* Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Jacarezinho. E-mail: carlos.silva@ifpr.edu.br

† Especialista em Geografia e Pesquisa pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: fhgeografia@gmail.com

‡ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura – UESPI. E-mail: rerissoncosta@ccm.uespi.br

The specific objectives are: (I) to analyze the creation projects in the context of the proposals for the creation of new states in Brazil after the 1988 National Constituent Assembly; (II) analyze the discourses that support these two territorial division projects; (III) identify the main economic activities, territorial policies and major infrastructure projects in the area covered by the two claimed territories; and (IV) to identify the political and economic agents and their actions for the territorial division. Understanding that capitalism escapes its own contradiction through urbanization and the geographical expansion of capital, we analyzed the proposition of the states of Carajás and Gurgueia in this movement inherent to the geography of capitalism, with their territories overlapping under the frontier of accumulation that expanded and strengthened in the Cerrado and in the Amazon Forest. It seeks to affirm, therefore, that a new state is a factor and product of this expansion, having geographical ideologies as an inseparable pair for this process, because fundamentally, both projects represent, each in its own way, the interests of fractions of the dominant class in having greater political power.

Keywords: New states. State of Carajás. State of Gurgueia. Geographic ideology.

1 Introdução

Ao longo de sua história, os territórios vêm ganhando novos arranjos que tendem a fragmentações, criando novas fronteiras a partir de conflitos políticos, econômicos e culturais. Esse longo processo redesenha os espaços de soberania nacional dos distintos Estados Modernos, como também redefine a composição territorial interna das unidades político-administrativas, reconfigurando os territórios nacionais. Nesse sentido, os territórios só podem ser explicados “enquanto formação e em sua particularidade” (MORAES, 2011, p. 9).

No âmbito da formação territorial do Brasil não foi diferente, uma vez que o atual território agregou diversas configurações ao longo de sua história, de acordo com interesses e necessidades de potências externas, cujas relações geopolíticas situadas na economia-mundo capitalista impunham determinadas atividades econômicas que redefiniam as formas de exploração da natureza e dos seres humanos.

Conforme afirma Moraes (2011, p. 10), “na história moderna a repartição do espaço terrestre se entrelaça com o processo de afirmação das dominações estatais”, já que, de acordo com o autor, “o território moderno é estatal, assim como o estado moderno é territorial, sendo construções históricas que se completam”. O Estado torna-se um dos principais agentes no processo de formação territorial. É nesse processo que internamente o Brasil passou por diversos arranjos que levaram à sua atual estrutura territorial. Nesse processo inserem-se os distintos projetos de criação de novos estados no território brasileiro, que se encontram em tramitação, outros arquivados, no Senado e na Câmara Federais. Trata-se de ações políticas que visam a legitimar a produção de novos arranjos territoriais, através de planos e projetos de cunho separatista, propondo criar novas unidades federativas no país.

Os movimentos de criação de novos estados, assim como os de novos municípios, são conduzidos por uma intenção de redivisão territorial, que se constitui em elemento ideológico, administrativo e de reorganização da vida política (CATAIA, 2015).

Parte considerável das justificativas dos referidos projetos legislativos é composta por elementos que atribuem à própria geografia dos lugares a argumentação em defesa das novas unidades territoriais. São exemplos disso aquelas que apontam a necessidade de uma descentralização administrativa por conta da distância entre a parte do território reivindicado e as atuais estruturas de governo, que, pela separação geográfica, são consideradas ineficientes. Argumentam que a nova configuração territorial dividida estimularia o crescimento econômico, o fortalecimento das regiões (a do novo estado e a do estado remanescente), uma melhor qualidade de vida para a população etc. Um novo estado a partir da divisão de uma unidade existente é compreendido como uma condição *sine qua non* para solucionar os problemas dos estados.

Do outro lado, há um conjunto de argumentos que contestam esses movimentos, vistos como ações de frações da classe dominante que ocupam a posição de lideranças políticas regionais e locais em busca de privilégios e de partilha nas possibilidades de exploração dos territórios. Para compor esses pontos desfavoráveis à fragmentação, soma-se o aumento de despesas com a máquina estatal que um novo estado exige. Posto isso, entende-se que o assunto precisa ser discutido em variadas esferas da sociedade, envolvendo diversos atores, constituindo assim um esforço coletivo (CATAIA, 2015; CAZZOLATO, 2011).

Entre os mais de 30 projetos apresentados no Congresso Nacional desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, em tramitação e arquivados, estão os dos estados do Gurgueia e do Carajás. O primeiro seria formado por desmembramento de 87 municípios localizados na região sul piauiense. O projeto tramitou pela última vez em 2007, com o objetivo de convocar um plebiscito sobre sua aceitação por parte da população piauiense. Já o estado do Carajás seria formado por desmembramento de 39 municípios localizados no sudeste do Pará. Este projeto teve maior avanço no que tange às etapas de tramitação, tendo sido inclusive realizado um plebiscito em dezembro de 2011, visando à consulta da população do Pará sobre a criação de dois novos estados a partir da divisão do seu atual território: os estados do Tapajós e do Carajás, cujos resultados não foram favoráveis à divisão.

Os dois projetos analisados apresentam o intuito de promover os respectivos territórios reivindicados, colocando-os como uma “nova oportunidade de desenvolvimento”, a partir da ideia de que, com a criação dessas novas unidades federativas, são garantidas melhores vias para o desenvolvimento, o que fica ainda mais evidente em territórios de intensa produção do agronegócio ou mineração, como são os casos dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, região batizada pelo acrônimo MATOPIBA. Sobre todas elas, exceto o Tocantins, existem movimentos de divisão territorial a partir da criação de novos estados.

Sendo assim, qual a relação entre a criação de um novo estado e a expansão geográfica do capital no Brasil? De que maneira um projeto dessa natureza se realiza enquanto ideologia geográfica, com a finalidade de ampliar as condições de espoliação no território brasileiro? Como os projetos de criação do Carajás e do Gurgueia inserem-se nesse processo?

Buscando contribuir com a elucidação de tais questões, analisamos os projetos legislativos de criação dos estados do Carajás e do Gurgueia, com ênfase nos fundamentos apresentados por seus respectivos autores. Para isso, ambos foram interpretados a partir do contexto do movimento de criação de novos estados em todo o Brasil, identificando os discursos que os

justificam, as principais atividades econômicas, as políticas territoriais, os grandes projetos instalados nos territórios reivindicados, e os principais agentes políticos e econômicos.

A pesquisa bibliográfica se delineou com uma revisão de literatura voltada para a compreensão de conceitos e temas relacionados à temática em tela, destacando-se as obras de Cataia (2015), Cazzolato (2011), Harvey (2004, 2005, 2011) e Moraes (2000, 2005, 2008, 2011). Além disso, realizou-se pesquisa documental, destacando-se a análise dos Projetos de Decreto Legislativo que propõem a criação dos dois estados estudados, e ainda o levantamento de programas televisivos e de matérias de jornais impressos e digitais.

O artigo é formado por quatro seções. A primeira situa os projetos de criação de novos estados como parte do movimento das fronteiras internas, que marca a formação territorial do Brasil, evidenciando a continuidade desse processo e sua relação com as disputas de poder que movem a expansão geográfica da acumulação. A partir daí, as duas seções seguintes trazem a análise das propostas de criação dos estados do Carajás e do Gurgueia, demonstrando justificativas apresentadas nas disputas políticas conduzidas pela classe dominante, bem como os recursos existentes em cada fração do território, que se articulam e motivam implícita ou explicitamente o interesse por esses processos de divisão territorial. Por fim, na última seção lançamos mão do conceito de *ideologias geográficas*, buscando demonstrar em nossa análise o papel desempenhado por certo discurso geográfico que faz das disputas territoriais em questão instrumentos de legitimação da expansão geográfica do capital por meio da espoliação na periferia do Brasil.

2 O movimento das fronteiras internas

A primeira divisão territorial do que mais tarde chamou-se *Brasil* resultou em 15 *donatarias*¹ (1534), quando, através da lógica geopolítica de “dividir para dominar”, o Império Português procurou garantir seu domínio em terras sul-americanas. Desde então, o mapa do Brasil, no que tange às suas fronteiras internas, tem sido redesenhado, sempre a contar com maior número de unidades político-administrativas². A nomenclatura e a legislação mudaram, passando de donataria à *capitania*³, à *província* e, por fim, a partir de 1891, a *estados e territórios federais*.

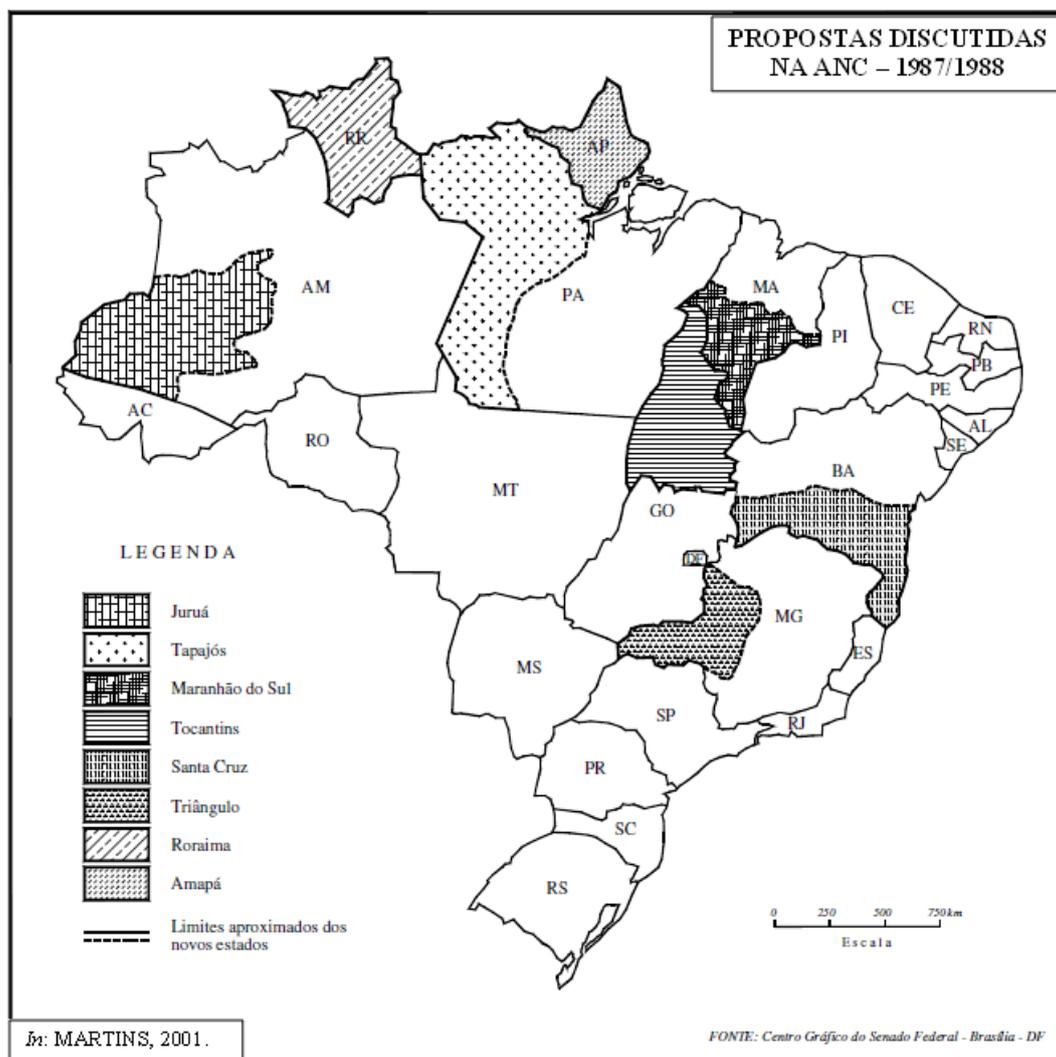
Com relação aos estados, as fronteiras internas são as mesmas desde 1988, quando se intensificou o debate em torno do tema na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987/88. Dos nove projetos em pauta naquela ocasião (Figura 1), sem qualquer consulta à população, quatro foram aprovados. Sobre os territórios federais de Fernando de Noronha, Amapá e Roraima, o primeiro passou a distrito estadual de Pernambuco e os dois últimos foram transformados em estados. Já o estado do Tocantins surgiu do desmembramento do norte de Goiás.

¹ Conjunto de *capitanias hereditárias* e *capitanias reais* que formavam a colônia sul-americana de Portugal.

² “A ação de um grupo sobre o espaço pode delimitá-lo. Por isso, falar de território necessariamente remete à noção de *limite*. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não. A demarcação pode estar materializada no território ou, por exemplo, numa representação cartográfica. O mapa é o instrumento ideal para todo esse processo de demarcação de fronteira” (RAFFESTIN, 1993, p. 153 et seq.).

³ Não confundir com as capitânias hereditárias. Referimo-nos às que formavam o território colonial; por exemplo, no período em que ele estava dividido em *Estado do Brasil* e *Estado do Maranhão e Grão-Pará* (1621–1774).

Figura 1: Mapa ilustrativo das propostas de novos estados discutidas na Assembleia Nacional Constituinte — 1987/88



Fonte: Martins (2001).

Nota: Não está representado no mapa, mas o território federal de Fernando de Noronha passou a distrito estadual de Pernambuco.

Durante esses mais de 30 anos passados, parlamentares insistem na aprovação de projetos reprovados, assim como reivindicaram com projetos para aproximadamente vinte unidades federativas, entre novos estados e o retorno de territórios federais, muitos dos quais estão arquivados. Segundo Martins (2001, p. 24–5), os movimentos derrotados na ANC tornaram-se uma tendência no federalismo brasileiro, mesmo sem unidade entre eles. O projeto para o estado do Triângulo (em Minas Gerais), por exemplo, tentou se consolidar dez vezes.

Nesse processo, um evento inédito na história político-eleitoral do Brasil foi a realização de um plebiscito (em dezembro de 2011) com a finalidade de consultar a população acerca da criação de um novo estado. No caso, a divisão do Pará a partir da criação dos estados do Carajás e do Tapajós⁴. Contudo o debate sobre o tema permanece concentrado no âmbito político-estatal. Por isso uma notícia de que na atualidade se reivindica no Congresso Nacional a

⁴ Na urna eleitoral a pergunta foi a seguinte: “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?”. O mesmo para o estado do Tapajós. Respectivamente, 66,60% e 66,08% dos votos válidos responderam “não” às duas perguntas (TRIBUNAL Regional Eleitoral, 2011).

criação de aproximadamente dez novos estados causaria surpresa a muita gente. Afinal os limites das fronteiras internas aparecem como fixos e definitivos, quando não ainda como dádivas da natureza.

De 1988 até o presente, inúmeros projetos tramitaram no Congresso Nacional reivindicando algo em torno de 30 novas unidades federativas, entre estados e o retorno de territórios federais. Cazzolato (2011, p. 14 et seq.) afirma que a maioria dos projetos atualmente em discussão no Congresso Nacional não tem embasamento técnico, são improvisados, de argumentação frágil e apoiados em vantagens locais, não levando em conta os impactos sobre o todo federativo. Mesmo assim, o autor considera Mato Grosso do Sul e Tocantins exemplos exitosos e endossa mais de dez projetos, entre eles a criação do estado de São Paulo do Leste.

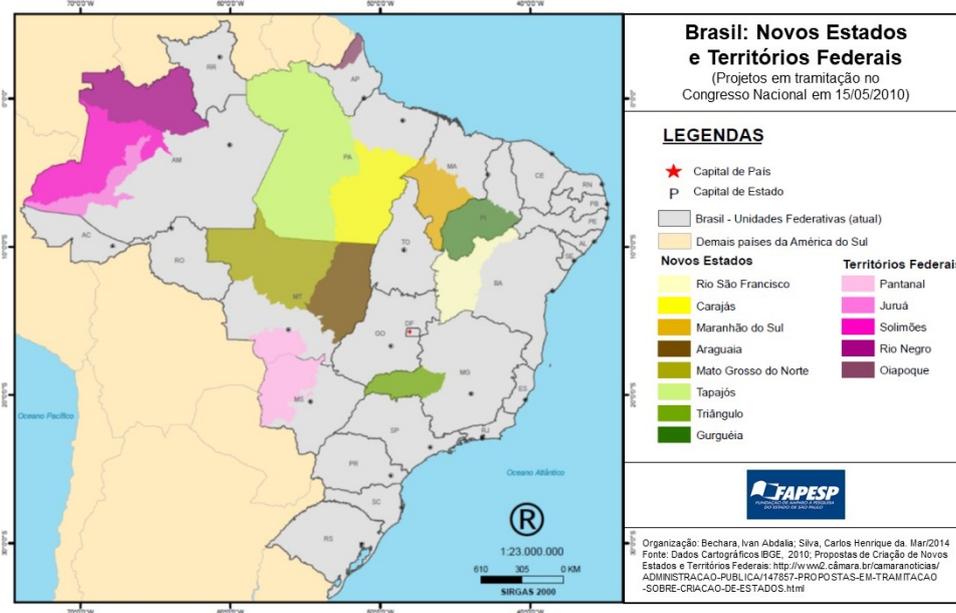
Os movimentos de criação de novos estados, assim como os de novos municípios, têm sido conduzidos por uma intenção de redivisão territorial, que se constitui em elemento ideológico, administrativo e de reorganização da vida política (CATAIA, 2015). Nas propostas de criação de novos estados há diversas justificativas apresentadas no sentido de legitimar tais proposições. Parte dessas justificativas é formada por elementos que atribuem à própria materialidade do território a argumentação em defesa das novas unidades territoriais. São exemplos disso aquelas que apontam a necessidade de uma descentralização administrativa por conta da distância entre os territórios reivindicados e as atuais estruturas de governo, que, pela separação geográfica, são consideradas ineficientes. Ao contrário disso, apresenta-se que as novas configurações territoriais permitem estimular o crescimento econômico, o fortalecimento de regiões, uma melhor qualidade de vida para a população etc.

Paralelo a isso, tem-se um conjunto de argumentos que contestam esses movimentos, vistos como ações de grupos políticos regionais e locais que representam a classe dominante em busca de privilégios e de uma partilha nas possibilidades de exploração dos territórios. Nesse sentido, as propostas de criação de novos estados carregam o intuito de promover os territórios que se querem dividir, colocando-os como novas oportunidades para a exploração, a partir da ideia de que, com a criação dessas novas unidades federativas, são garantidas melhores vias para o “desenvolvimento”. Relacionam-se a isso as propostas de criação de novos estados nas partes dos territórios em que se instalam dinâmicas produtivas, a exemplo do agronegócio ou a mineração, como são os casos dos estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Pará, que possuem propostas de divisão de seus territórios.

Analisando as propostas em tramitação no Congresso Nacional ainda em 2010 (Figura 2), podemos observar essa relação, quando se constata que a maioria dos projetos para a criação de novos estados está sobreposta a uma *fronteira de acumulação* que se estabelece e se expande por terras da Amazônia e do Cerrado brasileiro, sobretudo a partir da expansão do capital sobre territórios atrelados majoritariamente à produção de *commodities*. Trata-se de um arco que se estende do norte do Mato Grosso, passando pelo Pará (Carajás), Maranhão, Piauí (Gurgueia) e oeste da Bahia, incluindo, portanto, a chamada MATOPIBA, região situada no Cerrado, formada por parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, em que se expande uma exploração intensiva do território, especialmente a partir de *commodities* agrícolas e minerais.

Falamos de *fronteira de acumulação*, em vez de “fronteira de expansão”, “fronteira

Figura 2: Mapa ilustrativo das propostas de novos estados em tramitação no Brasil, 2010



Fonte: Silva (2014).

agrícola” ou “frente pioneira”, porque, segundo Harvey (2011, p. 55), a “acumulação por espoliação”, isto é, a continuidade da acumulação primitiva do capital não teve fim com a ascensão do capitalismo industrial no final do século XVIII, sendo esse o processo (e toda a sua violência) o que caracteriza esse espaço aqui denominado de fronteira de acumulação. Trata-se de um processo que ainda marca profundamente a construção de um país periférico como o Brasil, cuja expansão da acumulação em seu território é marcada pela despossessão da terra, das condições autônomas de trabalho ou de vida.

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2010) concluiu que a maioria desses projetos para novos estados, exceto o do Triângulo, não têm fundamentação econômica e os gastos estimados para alguns superariam seu próprio Produto Interno Bruto (PIB).

No Brasil, do

[...] ponto de vista estritamente fiscal, temos agora um plano de enxugar os gastos públicos. Mas isso de nada adiantará se os estados e municípios continuarem inadimplentes. Temos uma contradição entre o discurso e a prática. De um lado se imagina que o Estado tem que encolher. Mas do outro se multiplicam municípios e estados, o que faz crescer a máquina burocrática do País (MARTIN, 1993, p. 6).

Os “capitalistas envolvem-se na produção mesma maneira ativa de suas respectivas geografias, como um empreendimento especulativo, da como produzem todo o resto” (HARVEY, 2011, p. 154), de modo que a reprodução do capital é realizada com a conivência e cumplicidade, quando não com a ativa colaboração do Estado, já que a “mobilidade geográfica do capital requer infraestruturas espaciais seguras para funcionar efetivamente”; (HARVEY, 2005, p. 146).

O capitalismo, “atualmente em seu estágio imperialista, consegue escapar de sua própria contradição através da expansão geográfica e da intensificação do consumo”. No entanto, para

que isso se realize, “novos espaços para a acumulação são necessários” (HARVEY, 2005, p. 62). A propósito disso, nos lembra o próprio Harvey (2004, p. 55) que, se “a acumulação do poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo”. Nesse sentido, as possibilidades de acumulação passam pelas disputas políticas que incluem o domínio e a partilha dos territórios, incluindo suas possibilidades de comando e destinação de projetos prioritários de exploração, bem como a construção dos aparatos normativos, físicos e financeiros às suas viabilizações.

É aí que se situam as disputas que dão base à maior parte dos projetos de redivisão territorial com a proposição de novos estados no Brasil, sobretudo aqueles cujos territórios situam-se na fronteira de acumulação e são tratados publicamente e discursivamente como “últimas fronteiras”, que são os casos dos atuais estados do Pará e do Piauí, de onde se desmembrariam os novos estados do Carajás e do Gurgueia, respectivamente, cujas construções analisamos, no sentido de compreender os seus projetos, os territórios em disputa e as justificativas apresentadas, em que o próprio território aparece naturalizado como justificador das dominações políticas em construção.

3 A construção do estado do Carajás

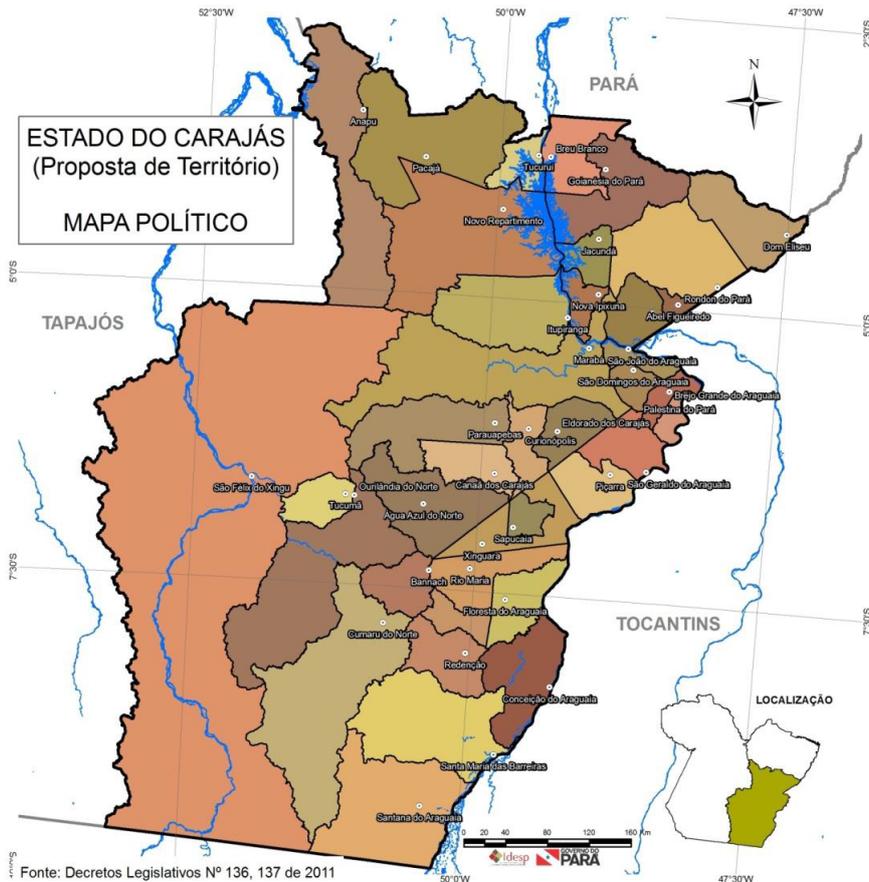
O debate a respeito da divisão do Pará para a criação do estado do Carajás (Figura 3) e, na ocasião, também do estado do Tapajós (no Oeste paraense) tomou força a partir de junho de 2011, quando no Senado Federal foi aprovada, via decreto legislativo, a realização de um plebiscito para consultar a população sobre a criação dos dois estados.

Na Figura 4 são apresentados dados gerais de aspectos dos territórios em questão. Chamamos a atenção para o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB/*per capita* do Pará remanescente e do Carajás.

Conforme determina a legislação eleitoral, quatro frentes parlamentares foram criadas com a finalidade de organizar as campanhas pelo sim e pelo não à divisão. Em dezembro do mesmo ano, eleitores dos 144 municípios paraenses votaram a partir da seguinte pergunta: “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?”. O mesmo se fez referente ao Tapajós. O resultado foi 66,60% (Carajás) e 66,08% (Tapajós) dos votos válidos contrários à divisão (BRASIL, 2011). Pela primeira vez, no Brasil, houve plebiscito para tratar de assunto dessa natureza.

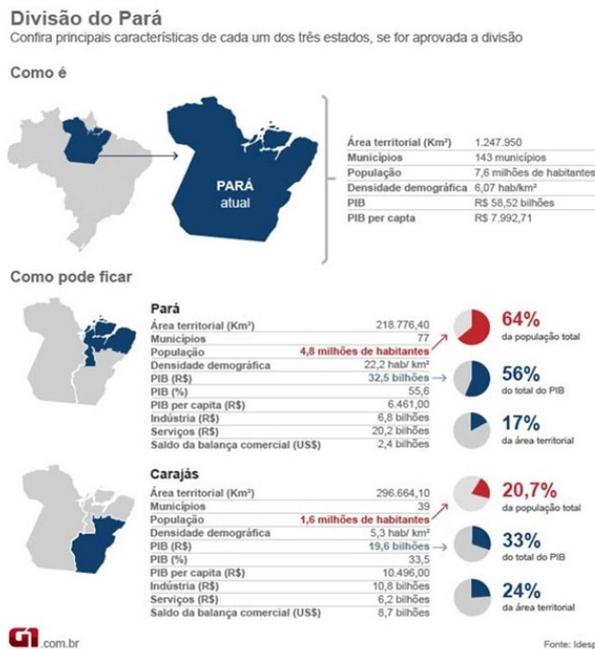
Segundo José Soares de Moura e Silva, presidente da Comissão Brandão Pró-Carajás, em 1981 iniciaram-se “os estudos que nos levaram à proposta de criação do estado de Carajás. Então, [José Brandão] ele é a primeira pessoa, é o idealizador desse novo estado, a célula *mater*, o início de tudo” (DIVISÃO... , 2010). Um ano após a ANC de 1987/88, o deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) apresentava ao Congresso Nacional aquele que seria o primeiro projeto legislativo para a criação desse novo estado, a partir da divisão do Pará (BRASIL, 1989). Em 1992, o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) apresentou um novo projeto (BRASIL, 1992) para que se realizasse um plebiscito sobre a criação do Carajás. O mesmo tramitou, mas não foi

Figura 3: Mapa proposto para o estado do Carajás, formado por 39 municípios a serem desmembrados do Pará (conforme Decreto Legislativo nº 136, de 2011)



Fonte:

Figura 4: Dados territoriais do Carajás e do Pará remanescente



Fonte: Maioria... (2011).

Nota: Alteramos a figura com a exclusão do Tapajós, já que o projeto desse estado não compõe os objetivos da pesquisa.

aprovado. Em 2007, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) fez o mesmo, também sem êxito (DIVISÃO... , 2010). Não está nos objetivos deste artigo, no entanto nos chama a atenção, o fato de esse parlamentar ter seu mandato pelo Tocantins e reivindicar uma nova unidade federativa no estado vizinho.

Criada em Marabá (Pará), em 1986, a *Comissão Brandão Pró-Emancipação do Estado do Carajás*, segundo seu Presidente, tem como objetivo

realizar estudos, divulgar, propagar, estar articulando, aquecendo a campanha de um modo geral [...] atua em todos os 39 municípios, atua em Belém, atua em Brasília e onde mais for necessário. [...], [A] exploração predatória da região, a imensidão territorial e a ausência do Estado são os três principais motivos que justificaram a luta pela “secessão” paraense (DIVISÃO... , 2010).

Tais justificativas aparecem então como elementos do discurso defensor da criação do novo estado, como o segundo motivo mencionado, representado em cartaz divulgado durante a campanha do plebiscito (Figura 5).

Conforme o projeto legislativo, o território delimitado para o estado do Carajás conta com significativas reservas minerais, com destaque aos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas (extração de minério pela empresa Vale) e Tucuruí (usina hidrelétrica de mesmo nome).

Quando questionado se o interesse em torno dos *royalties* gerados na exploração mineral influenciou na delimitação das fronteiras, João Salame, Ex-deputado estadual, Ex-prefeito do município de Marabá e presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás (em 2012)⁵, afirma que

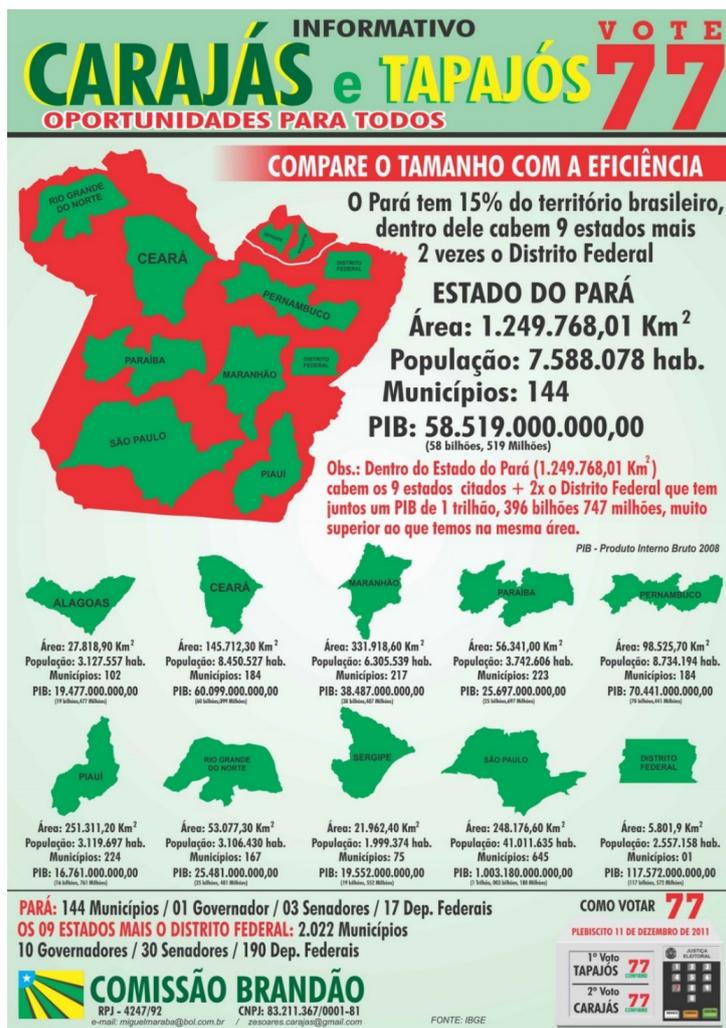
[...] não, quando essa proposta foi feita (há 30 anos) não havia *royalties* nos municípios. Foi criada a AMAT [Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins] (1977), reconhecida pelo governo do estado, definiram-se os seus limites de atuação, ou seja, os seus municípios membros e este é o mapa. Um mapa criado há 30 anos quando não existia a mina de Carajás e a mina de Parauapebas (SALAME NETO, [2011]).

Conforme consta no sítio eletrônico da Associação (que atualmente se chama AMATCarajás), ela cumpre função estratégica e fundamental na formulação e implementação de políticas públicas coerentes com o desenvolvimento regional sustentável (ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás — AMATCarajás).

Ao conferirmos as datas, percebemos que a explicação do Deputado não procede, confirmando o interesse estratégico daqueles que definiram os limites territoriais do pretense estado. Os primeiros projetos legislativos que reivindicam o estado do Carajás são de 1989 e 1992. A referida associação foi criada em 1977, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída entre 1974–85, a jazida de Carajás (a maior reserva mundial de minério de ferro) foi descoberta em

⁵ Ano em que contatamos a assessoria do Deputado, com o intuito de entrevistá-lo, mas, por duas vezes, não conseguimos acesso ao parlamentar.

Figura 5: Cartaz utilizado no plebiscito realizado em 2011, com argumentos que justificariam a criação de novos estados a partir da divisão do Pará



Fonte: Comissão Brandão Pró-emancipação do Estado de Carajás [2011?].

1967, o Programa Grande Carajás (PGC)⁶ é de 1980. Muitos desses projetos, assim como os do setor agropecuário, foram financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Portanto, por evidência até mesmo cronológica, o projeto legislativo definiu os limites territoriais do novo estado a partir da localização desses empreendimentos.

Na segunda metade do século XX, a pecuária foi o principal vetor econômico do Sudeste Paraense (uma das mesorregiões estaduais). A mineração também se destacou na década seguinte, através dos garimpos, como o de Serra Pelada e o complexo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Obras viárias foram construídas, como é o caso das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. O Sudeste Paraense elevou sua participação no PIB do Pará de 2,6%, em 1970, para 30,4%, em 2007 (SANTOS, 2017).

De outro lado, aproximadamente 70% do Pará estão demarcados como território da União. São unidades de conservação ambiental, terras indígenas etc. E, no estado do Carajás, caso criado, seriam proporções semelhantes (ANDRADE, 2011a).

As justificativas do projeto legislativo para a criação do estado do Carajás (PDC nº

⁶ O programa tinha como objetivo “explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região” (BECKER, 1991, p. 16–17).

159, de 1992) são breves e meramente descritivas, não havendo argumentos de fato, conforme se verifica a seguir:

1. equivalência ao estado do Tocantins em área e população;
2. produção agropecuária crescente;
3. expressivas reservas minerais: ferro, manganês e ouro;
4. indústria madeireira consistente;
5. comércio “ativo e próspero”;
6. hidrelétrica de Tucuruí, que “garante o desenvolvimento célebre de toda a região do novo Estado”;
7. sistema de abastecimento hídrico em 30% da região;
8. linha aérea diária.

Essencialmente de ordem econômica, a descrição visa a mostrar que o Carajás tem condições naturais e técnicas para ser um estado. O autor do projeto, deputado Giovanni Queiroz (PDT/Pará), conclui: “Por tudo isso, tenho certeza que esta Casa [Câmara dos Deputados] não cerceará os direitos, nem frustrará as expectativas e os anseios do povo daquela região” (BRASIL, 1992). Em entrevista, o Parlamentar afirma ser “inviável a administração de um território com a dimensão do Pará” (1,247 milhão de km², isto é, algo em torno de 1/7 do território nacional) e que existe “uma demanda na região pela presença de um estado mais presente nas áreas de segurança, educação, saúde, infraestrutura” (PROJETOS... , 2010, grifo nosso).

De outro lado, Zenaldo Coutinho, prefeito de Belém e Ex-deputado federal (PSDB-Pará), quando do plebiscito, considera a iniciativa de dividir o estado uma agressão ao pacto federativo, com possibilidade de aumentar o empobrecimento do Pará remanescente. Afirma que muitos empresários e políticos da região metropolitana de Belém são contrários à divisão (PROJETOS... , 2010). Na mesma matéria, Simão Jatene (PSDB), governador do Pará por três mandatos (de 2003 a 2007 e de 2011 a 2019), diz que o Brasil não precisa de mais ou menos estados, e sim de estados fortes, que atendam às demandas.

Em 2004, um novo projeto (PDC nº 1217, de 2004) foi apresentado na Câmara dos Deputados. Dessa vez o deputado José Roberto Arruda e outros reivindicaram a criação de dez novos estados na Amazônia. A partir do Pará: Carajás, Tapajós (PA), Xingu (PA); do Mato Grosso: Araguaia e Aripuanã; do Amazonas: Juruá, Madeira, Rio Negro, Solimões e Uirapuru. A justificativa restringe-se tão somente ao fator área: as distâncias que “separam o poder e o povo” devem ser diminuídas para solucionar problemas socioeconômicos por meio de um “modelo de organização territorial que permita a aproximação de governantes e governados” (BRASIL, 2004)⁷.

⁷ O deputado autor do projeto explica que se trata de uma reapresentação do texto, pois o mesmo estava arquivado, sendo a autoria original do Ex-deputado Pimenta da Veiga (BRASIL, 2004).

O presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás e Ex-deputado estadual, João Salame, argumenta que o orçamento estadual do Pará é insuficiente para gerir seu território, que, se dividido para a criação do Carajás e Tapajós, triplicaria o Fundo de Participação Estadual (FPE) para a mesma área e população e aumentaria a representatividade da Amazônia no Congresso Nacional. “Nós estamos tratando de onde é que o ‘braço’ do poder público chega para resolver os problemas e se tem dinheiro para resolver. Esse é o debate da redivisão [territorial]” (SALAME NETO, [2011?], grifo nosso).

Diferentemente de tais entendimentos, interpretamos que o movimento pela divisão territorial do Pará a partir da criação do Carajás tem como questão central o conflito entre frações da classe dominante do Pará remanescente com setores do Carajás, que se originaram a partir de processos de formação territorial diferentes entre si.

As “elites locais não se resumem mais às oligarquias tradicionais, mas inclui outros agentes que chegaram com as frentes de expansão, inclusive grandes empresários, pecuaristas etc., como no caso do Sudeste Paraense ou dos sojeiros, como no caso do Oeste Paraense” (EMMI, 1987 apud TRINDADE JR., 2012, p. 11, grifo nosso). Aponta ainda que, com essas “novas lideranças políticas do Estado do Pará, localizadas fora da área de influência imediata de Belém e fortalecidas economicamente pelas frentes de modernização recentes no interior da Amazônia, têm comandado, notadamente, as propostas de criação dos novos estados”, o que se dá a partir da “segunda metade do século XX” (EMMI, 1987 apud TRINDADE JR., 2012, p. 11, grifo nosso).

4 A Construção do estado do Gurgueia

A construção do estado do Gurgueia está proposta em dois projetos, que visam ao desmembramento da porção Sul do atual estado do Piauí, separando deste um total de 87 municípios. O primeiro projeto é de autoria do Deputado Federal Paes Landim (PFL), com o Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 1994, da Câmara dos Deputados, que solicita, por meio de uma consulta popular, a realização de um plebiscito para consultar os que concordam ou não com a criação do novo estado. Um segundo projeto é o Projeto de Decreto Legislativo, nº 55, de 2007, do Ex-Senador João Vicente Claudino (PTB), que sofreu algumas alterações em relação ao primeiro projeto apresentado. Esse segundo projeto encontra-se arquivado desde 26/12/2014, logo ao término do mandato do senador mencionado. Já o primeiro projeto, de nº 439, de 1994, encontra-se em situação pronta para pauta no plenário, com a sua última movimentação em 16/06/2011, solicitada pelo Deputado Federal Júlio Cesar (PSD) (BRASIL, 2018).

O estado do Gurgueia, caso fosse aprovado em plebiscito, teria uma área territorial de aproximadamente 61% do atual estado do Piauí, com 152.907 km² de extensão, composto por 87 municípios e com uma população em torno de 643.735 habitantes, correspondente a 21,4% do total do Piauí (Mapa 1).

Ambos os projetos solicitam, através de decreto legislativo, a realização de plebiscito sobre a criação do novo estado, a exemplo do que fora feito no Pará. No tocante ao Gurgueia, a proposta convoca somente a participar da consulta popular os 87 municípios que fariam

parte da nova unidade da federação. O movimento pró-Carajás exigiu o mesmo, no período pré-plebiscito, no entanto votaram os eleitores de todos os municípios paraenses. Isso decorre do entendimento divergente sobre o Art. 18 da Constituição Federal, mesmo com complementos legislativos publicados após 1988:

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar (BRASIL, 1988).

O debate está em torno do que seja a “população diretamente interessada”. Mas a indefinição dissolveu-se após a Lei nº 9.709, de 1998, no Art. 7º: “Nas consultas plebiscitárias previstas nos Arts. 4o e 5o entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento [...]” (BRASIL, 1998).

Os projetos que propõem a divisão do estado do Piauí com o fito da criação de um novo estado apresentam uma série de justificativas favoráveis para isso. Nesse sentido, trazem argumentos que indicam que o abandono da porção Sul do estado do Piauí foi um fator que desanimou a onda do “movimento divisionista — dividir para crescer”, quando foram criados vários municípios no início dos anos 1990 (BRASIL, 1994, p. 8).

Os projetos apresentam argumentos que justificam do ponto de vista econômico a exploração mineral de ouro, níquel, vermiculita, amianto, cal dolomítico, como também produção de grãos de soja, milho e arroz. Relatam que há uma ausência de infraestrutura básica, fazendo com que não ocorra crescimento da economia. Mostram que o futuro estado possui “terras férteis, rios perenes, vales úmidos, poços jorrantes e o maior lençol freático do mundo”, mas não possui energia que possa ser aproveitada em algum investimento (BRASIL, 1994, p. 8). Alegam ainda que o estado do Piauí não tenha participado de “nenhum dos ciclos da economia nacional”, como também não foi beneficiado por decisões político-governamentais (BRASIL, 1994, p. 9).

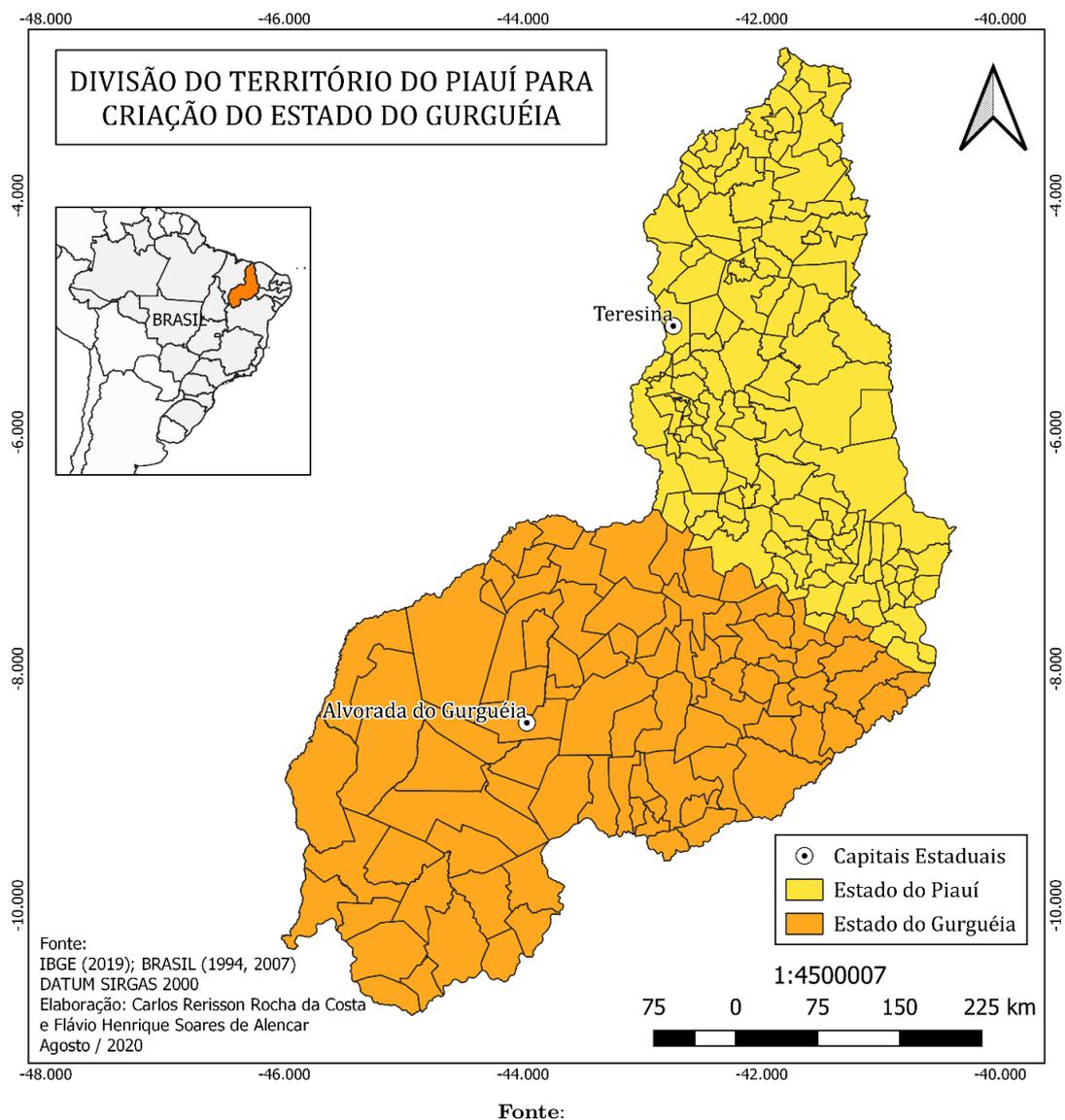
Em um pronunciamento na câmara federal, o ex-senador João Vicente Claudino (PTB) comentou:

O centro das decisões ficará próximo ao problema, uma racionalidade administrativa, e o cidadão que vive na região se sentirá e será melhor atendido em suas necessidades. Como dizia o geógrafo e intelectual Milton Santos, “quanto mais longe do poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz” (BRASIL, 2007, p. 13).

A dimensão territorial do estado, a distância da capital, o esquecimento por parte do governo do estado são discursos presentes nas justificativas que pretendem criar o estado do Gurgueia e também no projeto do estado do Carajás.

Outro ator à frente do processo é o ex-deputado federal Jesualdo Cavalcanti, uma das principais vozes favoráveis à criação do estado do Gurgueia, sendo o presidente do CEDEG — Centro de Estudos e Debates do Gurgueia. Jesualdo Cavalcanti (2011) justifica que a divisão de territórios de grandes extensões é a melhor forma de administrar e democratizar o poder, pois

Mapa 1: Divisão do estado do Piauí para a criação do estado do Gurgueia



torna mais próxima a ação do poder estatal no território ao seu povo. Sugere que o período de municipalização no Brasil, na década de 1990, fez com que o coronelismo no estado do Piauí deixasse de existir por completo.

Em estudo da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento, em 2006, o relator deputado Júlio Cesar traz novas justificativas para a criação do estado do Gurgueia. No relatório, apresenta pontos históricos e discursos políticos com o interesse na separação do estado.

[...] o próprio fundador de Teresina, o Conselheiro José Antônio Saraiva, considerava em 1850 uma necessidade palpitante aqueles sertões serem desmembrados do Piauí. Por isso mesmo, o senador Joaquim Pires Ferreira em 1950 exortava: “Façamos a independência do Sul do Estado em benefício do próprio estado”. Em 1987, outro político do Norte, o Senador Chagas Rodrigues, defendeu a criação do Piauí do Sul. (BRASIL, 1994, p. 17).

Nesses estudos, foi realizado um inventário no qual consta a presença de grandes empresas instaladas, projetos de irrigações já existentes, cultivo de planta para a produção de biodiesel; um novo levantamento de um mapa geológico, mostrando a presença de gipsita, calcário, dolomítico, fósforo e níquel. Apresentam-se um total estrutural da malha rodoviária, pistas para pouso de aeronaves, número de agências bancárias, como também a presença do agronegócio no cerrado, com modernas tecnologias implantadas na produção, destacando ainda os números de escolas de educação básica e de universidades na região que formariam o novo estado (BRASIL, 1994).

No dia 19 de outubro de 2011, uma pesquisa realizada pela Capta Vox foi apresentada na TV Cidade Verde, no programa Viva Piauí — O futuro que queremos. A pesquisa contou com 1.814 entrevistados de 75 municípios do Piauí, dos quais 54,2% se mostraram contra a divisão do Piauí para criar o estado do Gurgueia e 29,8% se posicionaram favoravelmente à criação do estado do Gurgueia, enquanto 15,9% afirmaram não saber responder ou não ter opinião formada. A capital do Piauí, Teresina, teve 68,7% dos participantes contra a criação do novo estado. Já nas cidades de Cristino Castro e Bom Jesus, que estão localizadas ao Sul do estado do Piauí, 92% dos entrevistados se manifestaram a favor da criação do Estado do Gurgueia (VIVA PIAUÍ, 2011).

Nesse mesmo programa, que foi veiculado no Dia do Piauí (19 de outubro), com transmissão ao vivo para todo o estado, foram realizados enquetes e debates, divididos em dois grupos: primeiro o “Piauí Unido”, com o professor Solimar Oliveira, da Universidade Federal do Piauí — UFPI, o ex-deputado Nazareno Fonteles, o deputado João de Deus e o professor Washington Bonfim — UFPI; o segundo grupo de debatedores, o “Gurgueia”, com o ex-deputado Jesualdo Cavalcante, o deputado Júlio Cesar, o ex-prefeito de Paulistana, Luís Coelho, e o Deputado Fabio Novo (VIVA PIAUÍ, 2011).

O segundo grupo apresentou argumentos favoráveis à criação do novo estado, afirmando que o movimento parte de baixo para cima, que o povo é quem está à frente do processo emancipatório, como afirmou Jesualdo Cavalcante (BONIFÁCIO, 2011). Afirmou ainda que a situação precária do Sul do estado do Piauí estaria feita propositalmente para garantir o poder das oligarquias regionais.

O professor Solimar, em contraponto a tal posição, afirmou que a base do argumento é política, e não popular, e que grupos regionais querem se beneficiar da divisão do estado para controlar a máquina pública, com administração da capital do novo estado. Já o deputado Fábio Novo comentou que a União não cumpriu sua função e está fazendo um federalismo mínimo.

Ao término do programa, foi apresentada uma nova enquete, realizada através de seu site, com a participação de 10 mil pessoas de todo o Piauí, em que 52% dos participantes se manifestaram contra a criação do estado do Gurgueia, enquanto 48% se posicionaram favoráveis à criação do novo estado.

Outro argumento contrário à criação do estado do Gurgueia é do Deputado Merlong Solano, em matéria publicada no portal Cidade Verde: “Deve-se aumentar o investimento em educação, infraestrutura e atração de mais empreendimentos econômicos para o Piauí”, e

comenta também que os gastos com a folha de pessoal e a máquina estatal oneraria bastante o novo estado (DEPUTADOS... , 2011).

Além disso, os aspectos culturais são apresentados, como no relato de Eugenio Guerra (2011): “o Gurgueia tem um sotaque mais ‘carregado’, próprio, um jeito de falar diferente do povo de Teresina e do Norte do Piauí, bem como tradições culturais bem peculiares”.

Entre os políticos piauienses favoráveis à criação do estado do Gurgueia estão os ex-governadores Mão Santa e Wilson Martins, bem como o atual governador Wellington Dias e os deputados Wilson Brandão e Marcelo Castro.

O movimento de redivisão territorial do estado do Piauí para a criação do estado do Gurgueia segue com diversos discursos políticos, que apresentam justificativas pertinentes, mas que contêm uma série de fragilidades técnicas. Nesse esteio, temos um outro movimento em andamento com uma série de ações promovidas pelo governo do estado e pela União na região Sul do Piauí, que atendem a alguns argumentos separatistas e que podem dar um outro tom ao processo de criação de um novo estado.

Os governos estadual e federal, tal como grupos empresariais, vêm promovendo uma série de transformações na região sul do estado do Piauí, através da expansão de dinâmicas econômicas relacionadas ao agronegócio, à mineração e à produção de energia (eólica e solar), tendo por base a implantação de estruturas ferroviárias, rodoviárias e portuárias.

O Sul piauiense, como já mencionado, forma a região denominada MATOPIBA, resultado das iniciais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esses estados apresentam, nas últimas décadas, grandes transformações na ocupação de seus territórios, com a expansão do agronegócio sobre o Cerrado, com foco na produção de soja voltada à agroindústria e ao mercado externo.

Os governos federal e estadual buscam uma política de atração de investimentos externos para a produção do agronegócio. Sobre a política de ação no território piauiense, a Fundação CEPRO elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Piauí — PIAUÍ 2050, apresentando uma série de potenciais econômicos do estado. O documento indica o que o território pode proporcionar e o que está sendo realizado no momento e tem por prioridade os investimentos em agronegócio, energia solar, infraestrutura viária, turismo, agricultura irrigada, indústria extrativa mineral, energia eólica e indústria petroquímica (CEPRO, 2015). Os estudos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indicam que a mineração no Piauí apresenta potencial de exploração de minério com reconhecimento nacional e internacional, configurando o estado como uma nova fronteira de expansão na mineração (PIAUÍ... , 2012).

Municípios como o de Paulistana possuem reservas de minério de ferro avaliadas em 400 milhões de toneladas, enquanto o município de Coronel Gervásio Oliveira tem reservas de níquel estimadas em 88 milhões de toneladas; no município de Gilbués é explorada uma mina de diamantes, com números avaliados em dois milhões de quilates (PIAUÍ... , 2012).

Nogueira (2017) apresenta ainda mais elementos quanto a essa expansão da exploração mineral no estado, expondo os avanços de investimento da empresa SRN Mineração no Piauí. Segundo a autora,

A SRN Mineração, localizada na região Centro-Sul do Piauí, tem avançado no chamado “Projeto SRN”, de prospecção de minério de ferro. A mineradora anunciou, em reunião com o governador Wellington Dias, a instalação

de sua planta de produção, que deve produzir, a partir de 2018, 600 mil toneladas de ferro e empregar 200 pessoas em São Raimundo Nonato, sede da empresa. A SRN Mineração já investiu R\$ 20 milhões e agora vai investir mais R\$ 15 milhões na construção da planta piloto da mineradora. A empresa prevê produzir 300 mil toneladas da commodity por ano. O projeto foi iniciado há 17 anos e, de lá para cá, foram realizadas pesquisas e perfurações que chegam a ter 14 mil metros de sondagens. O presidente da mineradora, Marcelo da Silva Prado, declarou que a empresa decidiu produzir e vender para o mercado local (NOGUEIRA, 2017).

As matrizes energéticas solar e eólica contam com grandes investimentos, resultando em um dos maiores parques de energia solar da América do Sul.

A região Sul do estado conta com investimentos em circulação, entendidos como viabilizadores das formas de exploração consideradas prioritárias. Destacam-se aí as intervenções realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, do Governo Federal, com as obras da rodovia Transcerrados, para ligar a região aos portos do Nordeste, visando a um melhor escoamento de grãos (PIAUI, 2011).

Além disso, também merece destaque a Ferrovia Transnordestina, que já teve investimento da ordem de R\$ 1,075 bilhão no estado. Sobre seu alcance e importância ao Piauí e ao Nordeste, Silva (2016, p. 17) comenta:

A ferrovia Transnordestina visa viabilizar uma ligação ferroviária entre o cerrado e os portos de Suape, no Pernambuco, e Pecém, no Ceará. Conforme dados da Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, a ferrovia se estenderá por 1.752 km, dividida em quatro trechos, dentre os quais o trecho Trindade-PE — Eliseu Martins-PI, com 423 km de extensão, que corta no estado do Piauí em 21 municípios, onde residem mais de 120 mil pessoas (CFN, 2008). Parte desses municípios encontra-se em áreas produtoras de grãos e onde grandes projetos de exploração mineral estão em vias de instalação. Assim, tendo como foco atender às necessidades do agronegócio e da exploração mineral, a ferrovia Transnordestina se coloca como infraestrutura estratégica à inserção desses pontos do território no cenário econômico nacional e internacional.

Há, portanto, na porção do território abarcada pela proposta de criação do novo estado, um conjunto de recursos e um rol de intervenções estatais que, quando são confrontadas aos discursos pró-Gurgueia, aparecem de modo implícito ou como dádiva da natureza pouco ou mal explorada e que permitiria a construção de um estado rico, caso a divisão do território do Piauí fosse aprovada.

5 As ideologias geográficas

Durante o século XX, enquanto foi proclamado morto na academia, o conceito de ideologia foi gradativamente assimilado a uma visão não objetiva do mundo, em razão de estar comandada por um apriorismo político, concepção que se sedimentou a partir da tese positivista

da “neutralidade valorativa” científica, segundo a qual a ideologia deve ser banida da ciência, que requer total assepsia política. De acordo com Moraes (2005), ideologia é o discurso com nítida orientação política. E no universo das ideologias é possível nomear um campo como “geográfico”,

[...] que expressa a consciência do espaço trabalhada num sentido político. [...] [ela] manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espaço e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política. Toda a elaboração política sobre temas espaciais constitui matéria das ideologias geográficas (MORAES, 2005, p. 44).

Não se trata da forma espacial criada (material e objetiva), mas sim da sua imagem no universo da cultura e da política. O objetivo é apreender os discursos sobre os lugares (sua difusão, contexto e interesses), sendo a geografia uma dessas modalidades discursivas. Essas ideologias exprimem localização e identidade, matérias-primas da ação política (MORAES, 2005). E não é que estejam separadas das materialidades, pelo contrário, formam entre si um único processo chamado *formação territorial*.

O autor afirma que

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política (MORAES, 2005, p. 44).

As ideologias geográficas reforçam três modalidades de discurso: (I) o que veicula uma visão do espaço, do território, do lugar: por exemplo, temas como o da “aptidão” de certas porções do planeta ou ainda o do “destino” de determinados lugares; (II) o discurso normativo a respeito do espaço, como os planos e projetos que visam a ordená-lo; (III) o discurso que coloca as questões sociais como qualidades do espaço, como, por exemplo, as teses do determinismo geográfico (MORAES, 2005). Os discursos dos movimentos acerca da criação dos estados do Carajás e do Gurgueia contêm essas três modalidades, com destaque à terceira.

Como apresentado anteriormente, vinculam-se problemas de ordem geográfica ao tamanho da área do Pará. Esse argumento aparece também no que diz respeito ao Piauí, cuja região Sul é apontada como distante do poder público estadual, “abandonada pelo Estado”. Em suma, conforme a ideologia geográfica do gigantismo territorial, somente a sua divisão resolveria seus males. Nota-se a representação da *ideologia do determinismo geográfico*, visto que naturaliza o problema, pois não há qualquer relação entre dimensão da área e grau de *desenvolvimento socioeconômico*.

Ao dissertar acerca do movimento pela criação do estado do Rio São Francisco no Oeste baiano, território, portanto, do MATOPIBA, Brandão (2013) afirma que as condições para a ampliação das possibilidades de reprodução do capital por meio do agronegócio se materializam,

entre outros aspectos, na tentativa de criar uma nova unidade federativa. Para tanto, explica o autor, através da diferenciação regional, cria-se um discurso hegemônico por parte da classe dominante regional, que dissemina mitos com o intuito de legitimar a necessidade da divisão territorial. Identificamos essa característica nos regionalismos do Carajás e do Gurgueia, cujo impulsionamento da defesa dos respectivos projetos tem relação direta com os grupos ligados ao agronegócio regionais.

No regionalismo, a classe dominante trabalha pela construção de uma identidade regional, apresentam especificidades que lhes dão o direito inclusive de marcar juridicamente a região, tornando-a conhecida e reconhecida (DUTRA, 1999). Portanto os projetos de criação dos dois estados analisados são exemplos de ideologia geográfica, pois servem de base às políticas territoriais do Estado e à consciência que diferentes grupos sociais constroem a respeito do território e de sua relação com ele.

Sobre a difusão ampliada de regionalismos, entre as ideologias utilizadas pelo governo ditatorial do Estado Novo (1937–45), emergiu a da temática regional como central na interpretação do Brasil. Getúlio Vargas não só realizou a primeira regionalização oficial, como também assimilou o conceito de região ao vocabulário oficial do Estado, de modo que a brasilidade foi definida como o somatório das culturas regionais, o que desencadeou um movimento de identidades, tradições e regionalismos (MORAES, 2002).

É comum ao discurso regionalista a retórica que tenta apagar o conflito entre classes, como se proprietários e trabalhadores tivessem interesses fundamentais em comum. As classes dominantes veem na região o seu espaço de luta, difundindo nas duas regiões em análise a ideologia de que a luta é de todos, “de todo o povo”, o que provavelmente contribuiu para o resultado do plebiscito já realizado no Pará: mais de 90% dos eleitores da região do Carajás votaram pela criação desse novo estado. O mesmo se observa nas pesquisas realizadas em municípios do Sul do Piauí, que sinalizam favoráveis à criação do Gurgueia. Entretanto a sociedade capitalista tem o Estado como aparelho destinado a controlar a vida social, a garantir o estatuto vigente de propriedade contra as competições entre os proprietários e também contra os não proprietários (KONDER, 1965). Um novo estado pode representar a diminuição do conflito entre frações das classes dominantes estaduais. Nas duas regiões divisionistas, novas frações da classe dominante se formaram e exigem maior poder político próprio, via um novo estado.

6 Considerações finais

Desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, o montante de projetos legislativos que reivindicaram e reivindicam algo em torno de 30 novos estados e territórios federais mostra uma certa volatilidade dos limites de seu conjunto de fronteiras internas, assim como da quantidade delas através da tendência em aumento do total de unidades federativas. Segundo Moraes (2005), para o Estado brasileiro, seu território não está plenamente construído, sendo a história brasileira um contínuo processo, ainda em curso, de expansão territorial.

Os projetos legislativos de divisão territorial do Pará e do Piauí a partir da criação, respectivamente, dos estados do Carajás e do Gurgueia estão sobrepostos a fronteiras de

acumulação do capital, que se estabelecem no Brasil atualmente em terras dos Domínios Cerrado e Amazônico, com destaque ao território denominado MATOPIBA. Essa correlação é fundamental na interpretação da questão dos novos estados no Brasil e ficou evidente, de antemão, a partir da sobreposição do mapa com a delimitação das fronteiras territoriais dos dois projetos.

Sem desconsiderar os problemas aos quais os trabalhadores e populações tradicionais estão submetidos, assim como suas reivindicações legítimas por melhorias nas condições de vida, quem hegemoniza os movimentos pelo Carajás e pelo Gurgueia são frações da classe dominante que se formaram nos respectivos territórios divisionistas. Essa é a razão central que sustenta o objetivo separatista. As respectivas classes dominantes regionais organizam-se por maior poder político via novo estado. O mesmo se verifica nas frentes contrárias à divisão, hegemonizadas por outras frações da classe dominante localizadas nos territórios remanescentes. Isso ficou mais explícito no caso paraense, até mesmo pelo fato da aprovação do plebiscito e dos desdobramentos desse processo eleitoral. Há o “Parazinho” para o movimento contrário à divisão e o “Novo Pará”, segundo aqueles que objetivam a divisão.

Para a compreensão do problema da divisão territorial é essencial considerar que as ideologias geográficas não estão separadas das materialidades; não devem ser apreendidas como desvinculadas entre si. Pelo contrário, formam um único processo chamado *formação territorial*.

Se uma fração do território é produzida enquanto região, se tem viabilidade econômica ou não, são questões e debates formadores de uma falsa polêmica, pois o que motiva os dois movimentos de divisão territorial analisados, assim como o seu contrário, é, fundamentalmente, a apropriação do território valorizado ou a valorizar com a expansão geográfica do capital em curso sobre os territórios reivindicados. A seguinte pergunta parece retórica, mas não é; ela pode elucidar o problema analisado: a questão é criar o Carajás ou dividir o Pará? Criar o Gurgueia ou dividir o Piauí?

Segundo Harvey (2011, p. 137 et seq.), a lógica de funcionamento do capitalismo é a de uma sociedade de classes destinada à produção perpétua de excedentes, prática que traz consigo seus complicadores (crises cíclicas, por exemplo). No entanto a exportação dos excedentes de força de trabalho e capital parece um meio importante para se combater a desvalorização, mas, quando a absorção dos excedentes de capital e o crescimento das populações tornam-se um problema, a urbanização é crucial para a absorção das duas coisas. Logo, a produção de excedente, o crescimento populacional e a urbanização são fatores estritamente conectados. A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornaram-se um grande negócio no capitalismo, conclui o autor.

Para se compreenderem os dois movimentos separatistas, é fundamental levar em conta os fatores destacados anteriormente por Harvey, pois nos dois casos se constata, principalmente na segunda metade do século XX, intensa expansão geográfica do capital para os territórios reivindicados, através de subsídios estatais a empreendimentos capitalistas, doação de terras a capitalistas, financiamento público de grandes obras de engenharia (portos, rodovias, usinas etc.), migração intensa de trabalhadores. A produção de *commodities* é densa nesses territórios, processo no qual muitas vezes faz uso de tecnologias sofisticadas e, ao mesmo tempo, emprega

trabalho precário e até a escravização de trabalhadores. São recorrentes a grilagem de terras devolutas e a expulsão e assassinato de camponeses e de comunidades tradicionais.

Por fim, interpretamos os movimentos pela criação do Carajás e do Gurgueia sem perdermos de vista, de um lado, a violência da existência da própria forma estatal e, de outro, a função do Estado na reprodução da sociabilidade capitalista. A geografia, enquanto discurso, legitima a expansão geográfica do capital por meio da espoliação e de outras heranças coloniais que continuam a marcar a formação do Brasil no processo permanente de acumulação primitiva do capital.

Referências

ANDRADE, Lúcia Cristina (coord.). *Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais*. Belém: IDESP, 2011.

ANDRADE, Lúcia Cristina (coord.). *Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais — ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais*. Belém: IDESP, 2011a.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás (AMATCarajás). Disponível em: http://www.amatcarajas.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=6. Acesso em: 01 dez. 2012.

BECKER, Berta Koiffmann. *Amazônia*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PIAUI é a nova fronteira da mineração do Brasil. In: PORTAL Riachaonet, Picos-PI, 12 set. 2012. Disponível em: <https://www.riachaonet.com.br/portal/piaui-e-a-nova-fronteira-da-mineracao-do-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2018.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um estado para o oeste baiano? reflexões para o debate sobre discurso identitário e mitos fundadores do pretense estado do (rio) São Francisco. In: V COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES (NEER). *Anais [...]*, Cuiabá, MT, 26 a 30 nov. 2013.

BRASIL. *Agronegócio e aposta para atrair mais investimentos em logística diz ministro*. 29 maio 2018. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/05/agronegocio-e-aposta-para-atrair-mais-investimentos-em-logistica-diz-ministro>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_18_.shtm. Acesso em: 01 abr. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto Legislativo n. 36/1989*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=166707&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto Legislativo n. 136/2011. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 mai. 2011. Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo-136-26-maio-2011-610679-publicacaooriginal-132614-cn.html>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.709/1998. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 nov. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19709.htm. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Decreto Legislativo n. 52/2007*. Dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação do Estado do Carajás. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=80278. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Decreto Legislativo (SF) n. 55, de 2007*. Institui plebiscito sobre a criação do Estado do Gurguéia. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80485>. Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo n. 159/1992. In: DIÁRIO do Congresso Nacional. 11 abr. 1992. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1992.pdf#page=18>. Acesso em: 5 jun. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Decreto Legislativo n. 1217/*. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=213391&filename=PDC+1217/2004. Acesso em: 05 jun. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projetos de Lei e Outras Proposições — PDC n. 439/1994*. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Gurguéia. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=13811>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CATAIA, Antônio Márcio. Novos desenhos da federação brasileira. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). *Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil*. São Paulo: Consequência, 2015.

BONIFÁCIO, José. Por que não criar também o estado do Gurguéia? In: *GP1*, 11 maio 2011. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/colunistas/por-que-nao-criar-tambem-o-estado-do-gurgueia-194987.html>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CAZZOLATO, José Donizete. *Novos estados e a divisão territorial do Brasil: uma visão geográfica*. São Paulo: Oficina de Texto, 2011.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais. *Plano de Desenvolvimento Sustentável — Piauí 2050*. Teresina: CEPRO, 2015.

COMISSÃO Brandão Pró-emancipação do Estado de Carajás. Disponível em: <http://www.facebook.com/ComissaoBrandaoCarajasETapajos>. Acesso em: 01 jul. 2013.

DEPUTADOS divergem sobre criação do Estado do Gurgueia. *Cidade Verde*, 8 jun. 2011. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/78931/deputados-divergem-sobre-criacao-do-estado-do-gurgueia>. Acesso em: 22 jun. 2017.

DIVISÃO do Pará: separatismo em debate. *Jornal Diário do Pará*, 2 maio 2010. Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=88369>. Acesso em: 01 jul. 2013.

DUTRA, Manuel. *O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós*. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1999.

GUERRA, Eugênio Paraguassú Martins. O Estado do Gurgueia e suas razões...! In: PORTAL AZ, 25 nov. 2011. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/232614/artigo-o-estado-do-gurgueia-e-suas-razoes>. Acesso em: 10 jun. 2017.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *Propostas carecem de fundamentação econômica, avalia IPEA*. 14 maio 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/140601-propostas-carecem-de-fundamentacaoeconomica-avalia-ipea/>. Acesso em: 31 jan. 2014.

KONDER, Leandro. *Marrismo e alienação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

MAIORIA dos eleitores do Pará rejeita divisão do estado, diz Datafolha. In: *G1*, São Paulo, 09 dez. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/maioria-dos-eleitores-do-para-rejeita-divisao-do-estado-diz-datafolha.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

MARTIN, André Roberto. *Jornal da USP*, 02 a 08 ago. 1993.

MARTINS, Herbert Toledo. A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais* [...]. Fortaleza: 03 a 06 set. 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.

Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 195 – 220, jan./jun. 2020

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MOURA E SILVA, José Soares de. *Presidente da Comissão Brandão Pró-Carajás*. Entrevista concedida (por telefone) a Carlos Henrique da Silva. Marabá, Pará, nov. 2012.

NOGUEIRA, Bruna. *SRN avança em projeto de minério de ferro no Piauí*. 2017. Disponível em: <http://revistamineracao.com.br/2017/07/06/srn-avanca-em-projeto-de-minerio-de-ferro-no-piaui/>. Acesso em: 27 maio 2018.

PIAUI. Governo do Estado do Piauí. *Infraestrutura*. 2011. Disponível em: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/3/id/33>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PROJETOS em análise na Câmara podem dividir o País em 40 estados. 14 maio 2010. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/noticias/140602-projetos-em-analise-na-camara-podem-dividir-o-pais-em-40-estados/>. Acesso em: 31 abr. 2012.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SALAME NETO, João. *Entrevista com João Salame, deputado estadual e presidente da Frente Parlamentar Pró-Estado do Carajás*. Rede Liberal e TV Tapajós. [2011?]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pnuEI67mFDI>. Acesso em: 22 abr. 2013.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. A economia do Sudeste Paraense: evidências das transformações estruturais. In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SILVA, Alberto Rogério Benedito da. *A indústria mineral no Pará*. Belém: edição do autor, 2012.

SILVA, Carlos Henrique da. *O Pará aos pedaços: projeto de criação dos estados do Carajás e Tapajós no contexto da fronteira de acumulação*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

SILVA, Simone Rodrigues da. *A ferrovia transnordestina e as transformações territoriais no município de Paulistana – PI*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ. *Relatório da votação dos plebiscitos 2011*. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/plebiscito-2011/relatorios-da-votacao-dos-plebiscitos-2011>. Acesso em: 31 jan. 2014.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. A Amazônia oriental brasileira: processos de territorialização e perspectivas de fragmentação política do espaço. XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. *Anais* [...]. Bogotá, 7 a 11 mai. 2012.

VIVA PIAUÍ. TV Cidade Verde exibido no dia 19 out. 2011. *O futuro que queremos*. Sons e imagens concedidas pela emissora Cidade Verde por DVD em fev. 2017.

A GEOPOLÍTICA DA PRODUÇÃO E DA CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

THE GEOPOLITICS OF PRODUCTION AND CIRCULATION OF KNOWLEDGE

Joaquim A. P. Pinheiro*

Resumo: Este artigo argumenta que a produção e a circulação do conhecimento nas ciências humanas, em grande parte, organizam-se a partir de hierarquias entre centro e periferia. O objetivo é investigar como o conhecimento científico é legitimado segundo lugares e sujeitos da produção de conhecimento, mediante a relação geopolítica entre centro e periferia. Para isso, foi realizado diálogo teórico e empírico com autoras e autores do Sul Global, principalmente os(as) que analisam a estruturação de modos de pensar e conhecer a realidade diante das relações de poder e saber. Inicialmente o trabalho reflete sobre o lugar geopolítico que pesquisadores e pesquisadoras assumem na observação e interpretação de contextos. Em seguida, contextualiza o debate a partir das hierarquias entre centro e periferia e as possibilidades para romper essa assimetria. Conclui que fazer ciência na atualidade requer compreender criticamente as relações assimétricas entre centro e periferia na produção do conhecimento, bem como os pressupostos de disputa de posições e interpretações geopolíticas que as estruturam.

Palavras-chave: Geopolítica do conhecimento. Centro-periferia. Teoria do conhecimento.

Abstract: This article argues that the production and circulation of knowledge in the human sciences, in large part, is organized from hierarchies between center and periphery. The objective is to analyze how scientific knowledge is legitimized from places and subjects of knowledge production based on the geopolitical relationship between center and periphery. The paper was carried out through theoretical and empirical dialogue with authors from the Global South, mainly, who analyze the structuring of ways of thinking and knowing reality based on relations of power and knowledge. Initially, it analyzes the geopolitical place that researchers assume in the observation and interpretation of contexts. Then, it contextualizes the debate from the hierarchies between center and periphery and the possibilities to break this asymmetry. It concludes that doing science today requires a critical understanding of the asymmetric relationships between center and periphery in the production of knowledge, as well as the assumptions of disputed positions and geopolitical interpretations that structure them.

Keywords: Geopolitics of knowledge. Center-periphery. Theory of knowledge.

* Doutor em Sociologia, mestre em Educação Brasileira, cientista social e engenheiro agrônomo. Atualmente é professor colaborador do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília – FUP/UnB e pesquisador em projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF. E-mail: joaquimpinhopinheiro@gmail.com

1 Introdução

Este trabalho organiza-se a partir da noção de hierarquias cognitivas que indicam relações entre sujeitos e lugares de produção e reprodução do conhecimento. A noção foi elaborada por diferentes autoras e autores como pensamento abissal (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004), colonialidade do saber (QUIJANO, 2005), assimetrias do conhecimento (CONNELL, 2007), entre outros. Ela organiza a relação de autoridade e subalternidade nos processos de elaboração e difusão do conhecimento. Nessas hierarquias estão posicionadas perspectivas acerca dos usos da teoria, da metodologia e de recorte empírico. A posição superior referencia-se no que é aceito pelo *mainstream* e por ele é definido hegemonicamente como superior e original, segundo uma posição teórica, pelo uso do método científico ou a partir do lugar geopolítico de centro de produção e difusão do conhecimento. Do outro lado da hierarquia está a posição considerada inferior e reprodutora de teorias e metodologias. Além disso, a pesquisa, nessa posição, restringe-se ao uso de quadros teóricos reconhecidos, a estudos empíricos ou a registro de práticas e interpretação das realidades locais cujo lugar geopolítico de produção do conhecimento é a periferia.

Este artigo argumenta que a produção e a circulação do conhecimento nas ciências humanas são hegemonicamente organizadas a partir de hierarquias cognitivas entre centro e periferia. O objetivo é analisar como o conhecimento científico se legitima pelo nexos entre lugares e sujeitos da produção de conhecimento e a partir da relação geopolítica. O trabalho estrutura-se em duas partes. A primeira analisa a geopolítica da produção e circulação do conhecimento nas ciências humanas. A segunda parte explora as relações centro e periferia na produção e divulgação do conhecimento acadêmico. Fazer ciência na atualidade requer compreensão crítica das relações assimétricas entre centro e periferia na produção do conhecimento, bem como os pressupostos de disputa de posições e interpretações geopolíticas que as estruturam.

2 A geopolítica da produção e da circulação do conhecimento nas ciências humanas

As ciências humanas são construídas pelo diálogo entre intérpretes dos processos sociais e sua audiência, seus pares e a sociedade em geral. O diálogo é mediado pelas referências que utilizam e os contextos que se analisam. A densidade analítica das pesquisas e a das interpretações realizadas darão a dimensão do alcance desse diálogo. Entretanto há uma tensão nessa mediação a partir do lugar de onde se fala, para quem fala e quais teorias utilizam-se para apoiar a argumentação (MARTÍN, 2014). Esse sentido do processo aponta para a relevância da geopolítica do conhecimento na produção e circulação do conhecimento, pois relaciona o lugar geográfico no qual estão os sujeitos da elaboração do conhecimento às disputas de poder e reconhecimento. A noção de poder utilizada nessa reflexão destaca as diversas assimetrias produzidas a partir da distinção dos contextos de origem ou de filiação institucional aos quais pesquisadoras e pesquisadores estão vinculados e o alcance do reconhecimento produzido.

Esta seção analisa o problema dos lugares de produção do conhecimento nas ciências humanas e dialoga com perspectivas analíticas que discutem a geopolítica da produção e circulação

do conhecimento. Tais perspectivas contribuem para compreender o contexto pesquisado ao se situar em movimentos teóricos contemporâneos e emergentes que analisam as assimetrias na produção e na circulação do conhecimento em âmbito mundial. Teóricas e teóricos que estão nesse campo de debate contribuem para compreender as permanências e as rupturas com os modelos estabelecidos na tradição acadêmica e entender as assimetrias na produção do conhecimento em contextos centrais e periféricos.

Connell (2007) traça um cenário da produção de teoria social a partir da assimetria na divisão internacional do trabalho intelectual¹ entre as antigas colônias, os atuais países periféricos, como lugares de coleta de dados, estudos empíricos e aplicação de teorias, e a metrópole, países centrais da Europa e Estados Unidos, considerados os lugares de produção de conhecimento teórico por excelência. A autora considera que a teoria proveniente dessa divisão é distribuída por redes de instituições globais nas quais estão incluídas universidades, organizações científicas, periódicos e agências de desenvolvimento. A partir dessa rede estrutura-se a hegemonia do conhecimento produzido no centro, ressalta Connell (2007).

A autora salienta que uma narrativa do progresso se difundiu da metrópole para a colônia. A ciência social preocupou-se, na sua fundação, em analisar o progresso evolutivo das sociedades e estabelecer hierarquias entre populações e seus contextos. Para isso, constituiu um corpo teórico de referência como um cânone, um conjunto privilegiado de obras que definiu o campo de conhecimento a partir de conceitos, interpretações e reinterpretações. A teoria estabelecida pelo cânone tornou-se a lente de observação e interpretação da realidade (CONNELL, 2007).

A referência em cânones e o método comparativo orientam o fazer pesquisa nas ciências sociais de modo geral na atualidade. A comparação é a maneira para destacar um modelo de sociedade a ser alcançada, além de consolidar um fluxo unidirecional de informação como “capacidade de examinar uma gama de sociedades a partir do exterior e com capacidade de circular livremente de uma sociedade para outra” (CONNELL, 2007, p. 12). Assim, a ciência produzida nos países centrais, locais sociais específicos, tornou-se padrão civilizacional para diferentes populações e realidades do mundo (CONNELL, 2007).

A periferia muitas vezes é uma fonte de dados para interpretação e produção de teorias por pesquisadoras e pesquisadores do centro. Connell (2007) aponta dois casos emblemáticos para compreender essa relação na produção do conhecimento. As situações refletem como teorias canônicas foram produzidas a partir da análise de dados empíricos de contextos sociais periféricos.

O primeiro caso é o livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, do francês Émile Durkheim, uma das obras fundadoras da sociologia. A base empírica do livro foi a etnografia sobre o povo Arrernte, população originária da Austrália, no final do século XIX, escrito por Francis James Gillen e Walter Baldwin Spencer². Os registros foram coletados por Gillen durante as jornadas em que ele acompanhava pastores e mineiros na ocupação colonial da Austrália. A

¹ Connell (2007) identifica a análise do sistema-mundo de Wallerstein (2011) para compreender divisão internacional do trabalho intelectual.

² Spencer foi professor de biologia na Universidade de Melbourne, e Gillen ocupou o cargo de oficial de telégrafo.

obra escrita por Spencer e Gillen foi lida com interesse na Europa e rapidamente se tornou o ícone do primitivo do velho continente sobre o povo sobre o qual o Ocidente poderia projetar suas próprias teorias de origem (AUSTIN-BROOS, 2009).

O segundo caso é o clássico estudo de Pierre Bourdieu sobre o povo Kabila. A pesquisa que fundamentou o trabalho foi realizada quando Bourdieu era soldado do exército francês durante a ocupação colonial da Argélia. O autor produziu o denso artigo “A casa de Kabila ou o mundo às avessas”, em que descreve a organização social desse povo de origem argelina. A análise realizada por Bourdieu apresenta os fundamentos para a posterior elaboração do estruturalismo genético. As teorias provenientes da interpretação desses dados e os livros resultantes tornaram-se cânones mundialmente reconhecidos na sociologia.

Os dois casos acima ressaltam o fluxo periferia-centro-periferia na produção do conhecimento sociológico e a apropriação dos contextos periféricos como fonte de dados, sua utilização como base de reflexões, a posterior produção de teorias nos centros e a utilização destas como “caixa de ferramentas” para interpretar os contextos sociais da periferia. A atualização desse fluxo é o esquecimento intencional da capacidade de suas acadêmicas e acadêmicos locais de produzir teoria a partir da interpretação de suas realidades. Essa relação encarna a resposta intelectual da metrópole ao mundo colonizado (CONNELL, 2007). A relação ressalta a

lógica comum em que um sistema de categorias é criado por intelectuais metropolitanos e lido posteriormente fora pelas sociedades da periferia, para onde as categorias retornaram para serem preenchidas empiricamente (CONNELL, 2007, p. 66).

A fundação desse processo é analisada por Syed Alatas³ (1977) pelo “mito do nativo preguiçoso”, dos conceitos de “imperialismo intelectual” e de “mente cativa”, analisados a seguir. O mito do nativo preguiçoso resulta da análise que o autor faz do colonialismo no cenário asiático a partir dos conceitos de ideologia e capitalismo colonial, propostos na sociologia do conhecimento de Mannheim. Syed Alatas alerta que utiliza o conceito de ideologia no sentido de influência negativa, tendência distorcida, acrítica e inconsistente que surge como modo de pensar de um estudioso que se apega inconscientemente à ideologia dominante. O colonialismo, por sua vez, é “não apenas uma extensão da soberania e do controle de uma nação e de seu governo para outra, mas também um controle da mente dos conquistados ou subordinados” (ALATAS, 1977, p. 17).

A ideologia colonial utilizou o mito do nativo preguiçoso para justificar práticas de exploração do trabalho nas colônias, informa Syed Alatas (1977). Esse mito é apresentado pelo autor como “uma imagem negativa dos nativos e de sua sociedade para justificar e racionalizar a conquista e dominação europeia”, resultando de uma distorção de “elementos de realidade social e humana para garantir uma construção confortável da ideologia” (ALATAS, 1977, p. 2). Para o autor, a ideologia do capitalismo colonial visou a justificar e a legitimar o suposto

³ Syed Hussein Alatas é um intelectual da diáspora que realizou sua formação em universidades europeias e pesquisou países periféricos da Ásia e África. O autor é um dos precursores da análise das assimetrias na produção do conhecimento e dialoga criticamente com o contexto acadêmico no qual foi formado.

objetivo das metrópoles de modernizar e civilizar as sociedades que sucumbiram ao domínio das potências ocidentais. Ele complementa que o aviltamento ideológico do nativo, de sua história e sua sociedade variou de uma fantasia vulgar a uma erudição refinada.

A relação entre fantasia e erudição dos dominantes foi analisada por Said (2003). O autor propõe o conceito de orientalismo para analisar os sentidos criados pelos ocidentais (europeus e norte-americanos) para o Oriente. Um primeiro sentido, relacionado à fantasia vulgar, é o Oriente como um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens exuberantes e de experiências notáveis. Inspirado na visão de franceses e britânicos do Oriente como lugar de riqueza nas antigas colônias, aponta Said um segundo sentido, relacionado à erudição refinada, dado pela academia europeia, que definiu o orientalismo como estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica entre o Oriente e o Ocidente. Um terceiro sentido apontado pelo autor é o de que o orientalismo é “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”.

Em contextos pós-coloniais, no entanto, Syed Alatas afirma que a imagem do nativo preguiçoso mudou e que os elementos ideológicos que o caracterizavam foram transformados. Ele comenta que “a imagem do nativo indolente, aborrecido, atrasado e traiçoeiro mudou para a de um nativo dependente que necessita de ajuda para subir a escada do progresso” (ALATAS, 1977, p. 8).

Esse processo de sujeição é retomado por Syed Alatas (2000) no conceito de imperialismo intelectual, desdobramento do imperialismo político, econômico, social e histórico da metrópole sobre a colônia. O sentido do imperialismo político e histórico é subjugar um povo a outro para obtenção de vantagem para os dominantes. O imperialismo intelectual se metamorfoseia como um modo de pensar inculcado nos povos subjugados a partir da assimetria metrópole-colônia. O conceito de imperialismo intelectual apresenta como características a exploração e o controle do poder subjugar sobre os dominados, a tutela, a conformidade, o papel secundário, a aceitação e o destaque de acadêmicos inferiores em contextos periféricos. Essas características expressam a sujeição dos povos subjugados pelo imperialismo intelectual que se conecta ao imperialismo político, econômico, social e histórico (ALATAS, 2000).

A exploração e o controle do poder subjugar sobre os dominados expressam-se no imperialismo político e econômico pelas metrópoles que exploram as matérias-primas das colônias que as industrializam e, posteriormente, redistribuem-nas para as colônias. Tal lógica é reproduzida por intelectuais e pesquisadores que vão à colônia para coletar dados primários, retornam às metrópoles, produzem teorias, publicam livros e artigos e, posteriormente, exportam teorias como produto finalizado para o país no qual foi realizado o trabalho de campo (ALATAS, 2000). Essa situação foi anteriormente analisada a partir dos casos indicados por Connell (2007).

A tutela tem como pressuposto que as pessoas da periferia sabem menos sobre praticamente todos os assuntos quando comparadas às pessoas da metrópole, por isso devem aprender ou ser ensinadas para adquirirem competências, de modo a alcançar fins e propósitos estabelecidos pela autoridade intelectual da metrópole. Por essa perspectiva, considera-se que pessoas da periferia não têm competência intelectual e precisam de tutela direta ou indireta, mediante formação ou outra forma de repasse de conhecimento (ALATAS, 2000).

A conformidade ocorre mediante o comportamento social do dominado de adaptar-se ou reproduzir o modo de pensar, a obediência às regras e ao uso acrítico dos cânones. O poder dominante acadêmico espera o uso sem questionamento do método de análise que ele referencia. Além disso, tem a expectativa de que seus temas de interesse sejam adotados e reproduzidos (ALATAS, 2000).

O papel secundário de acadêmicas e de acadêmicos da periferia expressam-se em sociedades acadêmicas, publicações, periódicos e conferências internacionais. É pouco frequente que essas pessoas assumam o controle acadêmico ou ocupem lugares de direção em instituições acadêmicas internacionais. Em congressos e conferências, há pouca distinção para intelectuais que não sejam de países centrais, que não tenham tido formação acadêmica nesses lugares ou não tenham realizado parte de suas carreiras acadêmicas em países centrais, aponta Syed Alatas (2000). Geralmente, acadêmicas e acadêmicos que se destacam a partir de temas específicos aos países periféricos tornam-se de interesse por conjuntura ou localização, mas não por sua universalidade, como é o caso dos estudos sobre desigualdades sociais, considerado na metrópole como características endêmicas dos contextos periféricos (ALATAS, 2000).

A aceitação pelo dominado do imperialismo intelectual e sua racionalização são uma das etapas necessárias para alcançar-se o progresso humano pela metrópole, além do reconhecimento de que o projeto de poder imperialista é “civilizar” os povos subjugados. Nessa perspectiva, acadêmicas e acadêmicos das sociedades periféricas, por não poderem alcançar o *status* de produtoras e produtores de conhecimento, devem reconhecer seu lugar na divisão internacional do trabalho intelectual e restringir-se a realizar estudos empíricos aplicando as ferramentas teóricas e metodológicas produzidas no centro (ALATAS, 2000).

Por fim, os quadros acadêmicos inferiores da metrópole que se mudam para a periferia e tornam-se elementos destacados, assim como no passado, eram os burocratas imperiais menos competentes e desprestigiados que eram enviados às colônias para administração. Acadêmicas e acadêmicos formados em países centrais que não conseguiram destaque ou vínculo em suas instituições de origem filiam-se a universidades ou centros de pesquisa da periferia e jactam-se de renomado saber com o qual não tiveram reconhecimento em seus próprios países (ALATAS, 2000).

O outro lado da moeda do imperialismo intelectual é a “mente cativa”, conceito também cunhado por Syed Alatas (1972) para caracterizar a relação de dependência nas ciências humanas do Oriente em relação ao Ocidente. A mente cativa é definida como uma “mente acrítica e imitativa dominada por uma fonte externa, cujo pensamento é desviado de uma perspectiva independente” (ALATAS, 1972, p. 692) e revela-se nos níveis teórico e empírico. Algumas das características da mente cativa são a incapacidade da acadêmica ou do acadêmico de ser criativo, definir problemas originais, elaborar métodos analíticos originais e a alienação quanto às principais questões da sua própria sociedade (ALATAS, 1972).

O conceito de mente cativa relacionado ao “efeito demonstração”, termo da economia, caracteriza o processo de mudança no comportamento do consumidor com objetivo de criar uma demanda para a compra de um produto. Baseia-se na frequência e na intensidade de estímulos para motivar a aquisição de bens. Os contatos com esses estímulos reforçam a superioridade do

produto a adquirir e um abandono do padrão de consumo anterior (ALATAS, 1972).

Nas ciências humanas em contextos periféricos, o efeito demonstração caracteriza-se pela importação de teorias do mundo euro-americano pelas sociedades periféricas sem a devida contextualização sócio-histórica. Há um fosso entre essas ideias e o mundo da experiência que pode ser ampliado até o limite da perda de relevância de conceitos e teorias produzidos localmente, bem como a perda da dimensão do que é descoberta ou novidade (ALATAS, 1972).

Alguns efeitos da reflexão imitativa são a inadequação dos quadros teóricos e o hábito de discursar proposições gerais, abstratas, descontextualizadas ou redundantes, pois já são suficientemente conhecidas. A mente cativa obstaculiza o pensar autônomo dos vários momentos da atividade científica, como a configuração de problemas, a conceituação, a explicação, a compreensão e o domínio de dados, a abstração e a generalização (ALATAS, 1972).

A superação do pensar imitativo, característico da mente cativa, exige a exposição das fraquezas do padrão que está sendo imitado e as condições que levam à reprodução acrítica e à sua perpetuação como comportamento intelectual (ALATAS, 1972). Farid Alatas (2016) acrescenta que são necessários modelos, metodologias e conceitos alternativos para modificar, complementar ou substituir os padrões que são imitados.

Essas questões estruturam o padrão hegemônico de produção e circulação da divisão internacional do conhecimento. Além disso, fazem com que o lugar de elaboração e de expressão da produção teórica de intelectuais da periferia seja subalternizada e negam-lhes a possibilidade de se tornarem sujeitos na produção do conhecimento. Spivak (2010) indaga se o subalterno pode falar (e elaborar teorias), aponta críticas e possibilidades de responder essa questão.

A autora assume o discurso de resistência em favor do subalterno, mas reconhece que, mantidas as estruturas de poder e opressão, mantém-se o subalterno silenciado, mesmo quando se fala por ele. O intelectual que faz a opção pelo subalterno ainda está imbricado ao discurso hegemônico do ocidente, mesmo quando nega a determinação geopolítica. Para ela, “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente e há um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como sujeito” (SPIVAK, 2010, p. 24 e 25). Ela comenta que há, nos intelectuais que fazem opção pelo subalterno, uma “contradição constitutiva”, pois, ao fazerem um “discurso efetivamente heliocêntrico, preenchem o espaço vazio do agente com o sol histórico da teoria – o Sujeito da Europa” (SPIVAK, 2010, p. 36).

A autora afirma que esse intelectual utiliza a teoria como uma caixa de ferramentas que não possui nenhuma associação ao significante. Há uma ausência de diálogo do intelectual com o subalterno, mesmo quando o defende e afirma sua libertação da condição de opressão e exploração. A autora faz uma ácida constatação: o subalterno não possui agência, por isso não pode falar e ser ouvido. Para revelar as estruturas que permitem a expressão do pensamento do subalterno por ele mesmo, Spivak destaca que “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade”, ou seja, criar processos e espaços para que sejam ouvidos e para que sua fala seja considerada.

3 Dependência acadêmica nas relações centro-periferia

A análise das desigualdades na divisão internacional do trabalho intelectual inspira-se na Teoria da Dependência, na abordagem de Theotônio dos Santos (1970), a qual afirma que certos países subordinam seu desenvolvimento e expansão ao de outros. Santos (1970) destaca que os países dominantes podem expandir-se e tornar-se autossuficientes, enquanto os países dependentes apenas podem desenvolver suas economias a partir daqueles. Em paralelo aos processos econômicos e sociais, “as ciências humanas de países periféricos estão condicionadas pelo desenvolvimento e crescimento das ciências humanas dos países centrais, aos quais estão subordinadas” (ALATAS, 2003).

Assim, em um ambiente de conhecimento globalizado, a dependência ocorre quando algumas comunidades acadêmicas se expandem a partir de parâmetros de desenvolvimento e progresso autonomamente determinados, enquanto outras se desenvolvem por condicionantes determinados por aquelas comunidades (ALATAS, 2003). O resultado desse processo é a instituição de um sistema internacional que estabelece centros em países desenvolvidos e periferias localizadas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (CUETO, 1989).

Algumas características definem o centro na produção e difusão do conhecimento (ALATAS, 2003). A primeira é que esses países geram grande quantidade de pesquisas publicadas em periódicos revisados por pares, livros de referência e outras modalidades de divulgação científica. A segunda característica é o amplo alcance e repercussão das ideias e informações contidas nesses trabalhos. A terceira, e mais importante, é a capacidade de influenciar a produção do conhecimento nos demais países a partir da referência em pesquisas e em trabalhos publicados. O centro é o lugar a partir do qual o conhecimento é disseminado e cujos trabalhos são mais lidos e mais reconhecidos do que os produzidos em outros lugares. O centro também é o lugar para o qual são atraídos pesquisadores e pesquisadoras de outros lugares para obterem formação, acessarem informações e serem internacionalmente reconhecidos.

A periferia, por sua vez, caracteriza-se pela produção de ciência considerada atrasada e marginal no sistema internacional de produção do conhecimento, em termos de recursos, número de pesquisas, qualidade e quantidade de temas estudados. Um aspecto do atraso está relacionado ao reduzido número de referências e citações contabilizadas em *rankings* relacionados a periódicos de reputação internacional. Segundo esses indicadores, a periferia tem uma participação muito pequena na produção científica mundial (CUETO, 1989).

A relação entre comunidades acadêmicas centrais e periféricas é marcada por desigualdades. Farid Alatas (2003) aponta três características desse processo. A primeira diz respeito à possibilidade de realizar pesquisas teóricas e/ou empíricas. Em contextos centrais, há a possibilidade de realizar as duas modalidades, enquanto, nos contextos periféricos, geralmente é realizada a pesquisa empírica em que a teoria, na maioria das vezes, restringe-se a ser lente de interpretação dos dados, e pouca novidade teórica é produzida. A segunda característica é que pesquisadoras e pesquisadores dos centros podem optar por realizar investigações tanto em seus países de origem quanto em outros, enquanto pesquisadoras e pesquisadores da periferia geralmente realizam pesquisas somente em seus próprios países e contextos. A terceira e última

característica é a possibilidade de pesquisadoras e pesquisadores de países centrais realizarem pesquisas comparativas em diferentes contextos, enquanto na periferia há uma prevalência de estudos de caso como regra, pois a mobilidade é limitada em razão da restrição de recursos.

A relação centro-periferia nas ciências sociais é analisada por Farid Alatas a partir do conceito de dependência acadêmica. O autor relaciona esse conceito aos de imperialismo intelectual e mente cativa, propostos por Hussein Alatas e discutidos anteriormente. Farid Alatas reforça a análise de Hussein Alatas, seu pai, de que a academia reproduz o imperialismo intelectual tal como os países realizam o imperialismo econômico e político.

A dependência acadêmica pode assumir diferentes dimensões a partir de distintos processos (ALATAS, 2003). Tais dimensões são a dependência de teorias e metateorias, o controle dos meios de divulgação, a natureza tecnológica, a disponibilidade de recursos financeiros, a formação acadêmica em diferentes níveis e a fuga de cérebros.

A dependência de teorias e metateorias pressupõe a separação entre pesquisa empírica e teórica. No centro são produzidas as teorias, os métodos e determinadas as agendas de pesquisa, enquanto na periferia geralmente se produzem dados e se realizam as pesquisas empíricas, analisadas a partir de teorias produzidas nos centros de produção de conhecimento.

Os meios de divulgação são os periódicos científicos, os livros e as publicações eletrônicas em vários níveis e áreas de conhecimento. As esferas de controle e propriedade dos meios de circulação do conhecimento produzido são as editoras possuidoras dos direitos autorais de periódicos e de livros, além de páginas da internet pertencentes a instituições, grupos de pesquisa e eventos científicos especializados na divulgação do conhecimento produzido. Por intermédio do acesso a esses meios de divulgação, ampliam-se ou restringem-se o impacto dos trabalhos e o reconhecimento acadêmico.

A dimensão da natureza tecnológica informa que no centro há maior disponibilidade e domínio de equipamentos e sistemas informatizados para tratamento de dados e informações, bem como formação para sua utilização. Tais meios geralmente são de acesso restrito nos contextos periféricos, em razão de custos de aquisição ou de capacitação para uso. Os programas de análise qualitativa, por exemplo, são caros, o que restringe seu uso a instituições e grupos de pesquisa da periferia.

A disponibilidade de recursos financeiros para custeio influencia as agendas de pesquisa. Fundos de instituições de países centrais patrocinam investigações, intercâmbios, aquisição de livros e assinaturas de periódicos internacionais, além de outros meios, para instituições e grupos de pesquisadoras e pesquisadores, de acordo com interesses e agendas de temas previamente determinados pelo financiador, o que limita a liberdade de indicação de temas de pesquisa de acordo com as realidades locais.

A formação acadêmica em diferentes níveis reforça a dependência acadêmica por meio da transmissão de conhecimentos por professores do centro para pesquisadoras e pesquisadores que atuam em universidades e institutos de pesquisa periféricos. Esse processo ocorre como incentivo à formação em cursos de pós-graduação, principalmente para estudantes da periferia realizarem cursos em países centrais e posteriormente esses conhecimentos para instituições periféricas de ensino e pesquisa.

A fuga de cérebros não se relaciona somente à transferência de pesquisadoras e pesquisadores da periferia para o centro em busca de melhores condições de vida e de salários, mas também em busca de recursos materiais e financeiros para viabilizar projetos e pesquisas. É o caso de toda uma geração de pesquisadoras e pesquisadores africanos que realizou estudos de graduação em seus países de origem. Tiveram apoio de seus países para cursarem mestrado e doutorado em universidades da Europa e América do Norte, mas muitas dessas pessoas não retornaram aos países de origem entre as décadas de 1980 e 1990 (MKANDAWIRE, 1995).

As desigualdades entre centro e periferia na produção da ciência foram analisadas sob inspiração da Teoria da Dependência, conforme analisado anteriormente, e produziu o conceito de periferia científica para entender a localização espacial e geopolítica dos países atrasados no panorama mundial do conhecimento. Cueto (1989) critica a rigidez do conceito de “ciência periférica”, decorrente dessa análise, por não reconhecer a dinâmica da atividade científica local, nem as interações, matizes e resistências que existem entre a ciência produzida no centro e na periferia. O autor propõe o uso do conceito de “ciência na periferia” para ressaltar que nem toda a ciência produzida nos países periféricos é marginal ou de baixa qualidade, comparada ao cenário mundial. Para Cueto (1989), o trabalho científico na periferia tem suas próprias regras que devem ser entendidas não como reflexos do atraso ou da modernidade, mas como parte de sua própria cultura e das interações com a ciência internacional.

O caso da internacionalização do pensamento de Paulo Freire encontra-se com a análise de Cueto e as possibilidades de repercussão internacional de um conhecimento elaborado a partir de contextos periféricos. A teoria de Freire transcendeu as fronteiras espaciais e acadêmicas do sistema mundo de produção e circulação do conhecimento e tornou-se referência mundial. Trata-se de um percurso inverso ao que geralmente ocorre no circuito internacional de circulação do conhecimento no qual a teoria elaborada ou sistematizada por autores do Norte Global é posteriormente reproduzida e adaptada em países periféricos.

A repercussão do pensamento de Paulo Freire pelo mundo reforça o questionamento às hierarquias cognitivas como relação entre sujeitos e lugares de produção e reprodução do conhecimento. Paulo Freire transcende essas hierarquias. Ele elaborou uma teoria do conhecimento e da educação a partir de realidades periféricas marcadas por desigualdades sociais, políticas, econômicas e tornou-se cânone internacional. Freire é um dos autores mais citados na literatura acadêmica mundial e seu pensamento tem ampla repercussão e em diferentes matrizes disciplinares. Sua obra é referência em debates acadêmicos, projetos de desenvolvimento, movimentos sociais e processos de mudança política.

Nessa direção, Cueto (1989) aponta que a compreensão dos processos de produção da ciência na periferia deve ultrapassar os modelos previamente definidos, como a polarização centro-periferia, e buscar identificar problemas de pesquisa ligados ao contexto local. Ele ressalta que os modelos de produção e validação das pesquisas são adaptados dos estudos realizados no mundo industrializado, nos quais o autor destaca dois problemas. O primeiro é que nem sempre esses estudos capturam a riqueza de informações que surge das diferentes sociedades e das experiências em contextos periféricos. O segundo é que há uma separação entre o que é estudado na periferia como algo particular ou exótico, o que dificulta a compreensão da semelhança dos

problemas que podem ser da mesma natureza dos estudados no centro. Cueto (1997) sugere que os estudos de caso devem relacionar-se a questões ou problemas gerais de pesquisa, de modo a superar as tentações do localismo e reafirmar os principais componentes da ciência, entre os quais está a perspectiva comparativa.

Cueto desafia repensar as desigualdades entre centro e periferia e aponta perspectivas de que nem toda ciência produzida na periferia é marginal ou de baixa qualidade. Pelo contrário, a ciência na periferia pode responder aos desafios localmente apresentados e universalizar-se pelo diálogo com a ciência produzida em diferentes lugares do mundo.

4 Considerações finais

A produção e a circulação do conhecimento nas ciências humanas se organizam majoritariamente a partir de hierarquias entre centro e periferia. A análise de como o conhecimento científico é legitimado, a partir de lugares e sujeitos, possibilita compreender a relação geopolítica estabelecida. O diálogo entre teoria e contextos de pesquisa permite desvelar a estruturação de modos de pensar e conhecer a realidade a partir de relações de saber e poder.

Duas linhas de argumentação foram desenvolvidas neste para validar o argumento de que a produção e a circulação do conhecimento se organizam por hierarquias entre centro e periferia: a análise da geopolítica da produção e da circulação do conhecimento nas ciências humanas e a dependência acadêmica nas relações centro-periferia.

As geopolíticas da produção e da circulação do conhecimento se organizam pela assimetria na divisão internacional do trabalho por meio de um corpo teórico reconhecido como cânone, pelo método comparativo e pela apropriação de contextos periféricos como fonte de dados. O processo se funda na ideologia colonial, por meio do “mito do nativo preguiçoso” e dos conceitos de “imperialismo intelectual” e “mente cativa”. Essas questões organizam o padrão hegemônico da divisão internacional do conhecimento e obliteram a expressão da fala e do pensamento da periferia.

A dependência acadêmica nas relações centro-periferia ocorre por diferentes meios e processos e fundamentam uma relação entre uma ciência superior, avançada e que dispõe de meios para se desenvolver, enquanto uma ciência subalterna caracteriza-se pela reprodução de teorias e métodos, é carente de recursos e possui precária estrutura.

Por outro lado, as desigualdades entre centro e periferia precisam ser repensadas de modo a ressaltar que nem toda ciência produzida na periferia é marginal ou de baixa qualidade. É necessário realçar que a produção do conhecimento na periferia tem sua própria gramática, é parte de uma cultura acadêmica particular e responde aos desafios apresentados localmente em interação com a ciência mundialmente elaborada. Assim, pesquisadoras e pesquisadores da periferia, dada a relação próxima com os objetos sociais analisados, são desafiados, de múltiplas maneiras, a interpretar processos dinâmicos que requerem permanente reflexão e questionamento da teoria. Tais aspectos podem delinear uma nova relação entre o lugar geopolítico de produção do conhecimento e a validade de pesquisa e descobertas científicas realizadas a partir do lugar em que se está.

Referências

- ALATAS, F. S. Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, nov. 2003.
- ALATAS, F. S. Captive Mind. In: RITZER, G. (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Nova Jérsei: John Wiley & Sons, 2016.
- ALATAS, S. H. Intellectual imperialism: definitions, threats and problems. *Shouteast Asian Journal*, v. 28, n. 1, p. 23-25, 2000.
- ALATAS, S. H. The captive mind in development studies. *International Social Science Journal*, v. 24, n. 1, p. 9-25, 1972.
- ALATAS, S. H. *The Myth of the Lazy Native: a study of the image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th century and its function in the ideology of colonial capitalism*. Londres: Frank Cass and Company Limited, 1977.
- AUSTIN-BROOS, D. J. *Arrernte present, Arrernte past: invasion, violence, and imagination in indigenous central Australia*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press. 2009.
- CONNELL, R. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge: Polity Press: 2007.
- CUETO, M. *Excelencia científica en la periferia: actividade científicas e investigação biomédica en el Perú, 1890-1950*. Lima: GRADE-CONCYTEC, 1989.
- CUETO, M. Science under adversity: latin american medical research and american private philanthropy, 1920-1960. *Minerva*, v. 35, p. 233-245, 1997.
- MARTÍN, E. How to write a good article: current. *Sociology*, v. 62, n. 7, p. 949-955, 2014.
- MKANDAWIRE, T. Three generations of african academics: a note. In: CODESRIA Bulletin, n. 3, 1995.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (org.). *Semear outras soluções*. Porto: Afrontamento, 2004.
- SANTOS, T. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, maio 1970.
- Conexão Política, Teresina v. 9, n. 1, 221 – 233, jan./jun. 2020

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the Sixteenth Century*. California: University of California Press, 2011.

Resenhas

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Clayton Mendonça Cunha Filho[†]

Lançado em 2018 nos Estados Unidos e traduzido para o português, no Brasil, ainda no mesmo ano, pela editora Zahar, o livro *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, é certamente um caso de *best-seller* imediato. Embora bastante recente, o livro já recebeu mais de cem citações da sua versão brasileira e quase oitocentas da sua versão original¹ e segue suscitando debates e recebendo elogios ao redor do mundo, impulsionado por um *Zeitgeist* mundial em que a democracia enfrenta visíveis processos de erosão e ruptura.

O livro busca mostrar como a democracia pode e é frequentemente subvertida por dentro, pelas mãos de líderes e atores de tendência autoritária que, navegando através de suas mesmas instituições e poderes, terminam por transformá-la em um regime distinto e autocrático, sem necessariamente precisar utilizar das forças armadas ou de um golpe de Estado clássico. Segundo os autores, a morte da democracia atualmente viria principalmente através de medidas anunciadas com nobres intenções, tais como combate à corrupção ou segurança nacional, e coberta de vernizes democráticos, frequentemente avalizadas por instituições como parlamentos ou cortes de justiça.

A subversão democrática na maioria das vezes se daria através de medidas graduais e se iniciaria, na verdade, já através de medidas simbólicas e discursos polarizadores que buscam construir a ideia de ilegitimidade dos opositores. E prossegue através da captura ou neutralização de instituições de controle, tais como Procuradorias, Cortes de Justiça ou Tribunais de Contas, removendo seus membros mais independentes e/ou preenchendo-as com lealistas fanáticos, tanto para diminuir os riscos e limitações que tais instituições representariam aos objetivos do autocrata, quanto pelo potencial que representam na coerção dos adversários, que passam a enfrentar um campo de atuação cada vez mais desnivelado. E, apesar de as tendências autoritárias de líderes autocráticos serem frequentemente reconhecíveis e por vezes mesmo explicitamente anunciadas, desde muito antes de suas chegadas ao poder, tais líderes acabam sendo “normalizados” por parte de elites políticas que neles enxergam a possibilidade de se livrar de adversários incômodos. Minimizando os riscos ao próprio regime democrático, aproveitam-se de maneira interessada dos abusos contra seus adversários e terminam na maioria das vezes engolidos pelo avançar do processo.

[†] Professor-Adjunto do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: cunhafilho@ufc.br

¹ 110 citações da versão em português, 795 da versão em inglês. Dados obtidos no *GoogleScholar*, consultados em 21/04/2020.

O livro consta de nove capítulos e uma introdução bem encadeados entre si, nos quais os autores alternam entre a apresentação de suas teses ilustradas com casos ao redor do mundo, em distintos tempos, e capítulos onde as aplicam a episódios da história estadunidense. Assim é que, após resumir as teses do livro na Introdução, Levitsky e Ziblatt descrevem no Capítulo 1 os processos de chegada ao poder de *outsiders* autoritários em alianças com atores da elite política que pensavam instrumentalizá-los e se veem por eles engolidos. Já no Capítulo 2, focam em episódios semelhantes da história política dos EUA em que, no entanto, tais *outsiders* se viram barrados antes da presidência pelo papel de guardiões democráticos que atribuem aos partidos políticos e suas elites; e, no Capítulo 3, prosseguem com a análise das mudanças introduzidas no sistema de primárias dos partidos do país e que as teriam tornado potencialmente mais porosas à passagem de líderes dessa natureza, sendo Trump uma espécie de culminação do processo.

Nos Capítulos 4 e 5, por sua vez, retornam às ideias mais gerais acerca da morte democrática, descrevendo em detalhes, no quarto capítulo, os processos internos de tomada gradual de poder pelos autocratas eleitos através da cooptação das instituições de controle e da perseguição e afastamento dos principais adversários; e, no quinto, desenvolvem sua tese principal. Para os autores, além de boas constituições e instituições eficientes, a democracia para funcionar necessitaria do que eles chamam de regras não escritas que a protejam. Uma cultura política de tolerância mútua entre os adversários e o que eles chamam de reserva institucional (*forbearance*), ou seja, o “ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito” (p. 107) constituiriam as grades de proteção necessárias à sobrevivência da democracia. Sua ausência implica polarizações excessivas, transformando adversários em inimigos essenciais e a competição democrática em um confronto sem meios-termos possíveis em que predominaria o oposto da reserva, chamada por eles de jogo duro constitucional (*constitutional hardball*), cujo resultado último não pode ser outro que a aniquilação da própria democracia.

Nos três capítulos seguintes, Levitsky e Ziblatt voltam novamente suas atenções ao caso estadunidense, descrevendo no Capítulo 6 as origens e o desenvolvimento das grades de proteção nos EUA, bem como momentos em que as mesmas foram ameaçadas ou mesmo ruíram, como durante a Guerra Civil, e seu processo de reconstrução após o fim da ocupação dos estados derrotados do Sul e que teriam então resistido firmemente pelo menos até os anos 1980. Os autores, no entanto, admitem, ao fim do capítulo, que devem “concluir com uma advertência perturbadora. As normas que sustentam nosso sistema político repousavam, num grau considerável, em exclusão racial. A estabilidade do período entre o final da Reconstrução e os anos 1980 estava enraizada num pecado original: o Compromisso de 1877 e suas consequências, que permitiram a desdemocratização do Sul e a consolidação das leis de Jim Crow. A exclusão racial contribuiu diretamente para a civilidade e a cooperação partidárias que passaram a caracterizar a política norte-americana no século XX” (p. 140). Após as políticas de inclusão dos anos 1960 que desmantelaram a segregação racial sulista, o país teria finalmente se democratizado plenamente, mas a polarização política e as ameaças às grades de proteção voltaram a crescer cada vez mais. No Capítulo 7, então, passam a descrever com exemplos concretos o abandono cada vez maior das regras não escritas sobretudo por parte do Partido Republicano, que passa a

se enraizar cada vez mais nos conservadores estados do Sul, incrementando significativamente a polarização. Anteriormente, a heterogeneidade constitutiva dos partidos políticos estadunidenses, com democratas conservadores no Sul racista, mas progressistas no Norte liberal, e republicanos conservadores no Norte, mas progressistas no Sul, conferia certo equilíbrio e proteção ao sistema, segundo sua interpretação. Por fim, no Capítulo 8, os autores se concentram em descrever as sucessivas violações de Donald Trump às grades de proteção do país e as possíveis consequências nefastas que daí adviriam para o futuro democrático estadunidense.

Levitsky e Ziblatt concluem o livro no Capítulo 9, “Salvando a Democracia”, o qual iniciam admitindo mais uma vez que a excepcionalidade democrática dos EUA estivera ancorada na exclusão racial e que as tentativas de superá-la no século XX teriam trazido de volta a polarização e os ataques às grades de proteção que estariam ameaçando a democracia no país atualmente. Tentando, talvez, passar um tom algo mais otimista, voltam-se em seguida a listar alguns países ao redor do mundo em que a democracia estaria sendo aumentada ou pelo menos ainda plenamente preservada, e que seriam, segundo eles, ainda a “vasta maioria”, embora a lista apresentada pareça duvidosa ao incluir o Brasil entre os países em que a democracia ainda “permanece intacta” (p. 195). Mesmo que o livro tenha sido publicado em 2018 e, portanto, os autores não tenham podido considerar os efeitos trazidos pela presidência do claramente autocrático (pelos critérios do livro) Jair Bolsonaro, é imperdoável para pesquisadores do quilate dos dois autores considerar que o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, o qual se utilizou eminentemente das táticas de jogo duro constitucional por eles apontada no Capítulo 5, não tenha sequer arranhado nossa democracia. Levitsky e Ziblatt, então, passam a conjecturar três possíveis cenários para os EUA pós-Trump: um cenário otimista e considerado improvável, em que os esforços autoritários do presidente são plenamente derrotados e restaura-se a democracia com todas as suas grades de proteção e respeito às regras não escritas; um outro cenário pessimista, considerado por eles como possível, mas ainda não tão provável em que Trump triunfa plenamente e mata de vez o que resta de democracia no país; e uma terceira possibilidade, que consideram a mais provável no futuro imediato, em que a democracia dos EUA passa a viver sem as regras de contenção e com efeitos perigosos e imprevisíveis no longo prazo. Os autores terminam o capítulo e o livro tentando apontar caminhos para a restauração democrática e insistem na reconstrução da tolerância mútua e na reserva institucional como parte fundamental dos mesmos, apresentando como casos de sucesso a reconstrução da direita alemã no pós-Guerra e a ampla coalizão chilena da Concertação que teria permitido o regresso do país à democracia após a ditadura pinochetista.

Como visto, embora traga de fato exemplos concretos de atores e processos que minaram a democracia por dentro em várias épocas e lugares distintos — da Alemanha nazista ao Peru de Fujimori, passando pela Venezuela chavista, as Filipinas de Marcos, e a contemporânea Hungria de Orbán, entre alguns outros casos — e tenha um título “genérico” sobre a morte democrática, levando a crer tratar-se de uma obra de foco teórico geral, o livro é, na verdade, fundamentalmente uma análise do caso estadunidense sob a presidência de Donald Trump (2017-). Embora isso possa vir a frustrar em alguma medida alguns leitores que eventualmente

cheguem ao livro buscando uma abordagem mais “universal”, não constitui exatamente um problema na medida em que um foco mais restrito, de fato, frequentemente permite uma análise mais aprofundada de qualquer fenômeno concreto. Além disso, se é correta a tese dos autores de que a democracia estadunidense se encontra atualmente em perigo devido a processos iniciados nas últimas décadas e exacerbados pela presidência Trump, tampouco se trataria de qualquer caso, visto que os EUA representam para muitos, com ou sem razão e dentro ou fora dos próprios EUA, uma representação simbólica da própria ideia de democracia e exercem influência desproporcional ao redor do mundo.

O problema é que os autores parecem não levar às últimas conclusões o alcance do argumento desenvolvido e uma análise aprofundada do mesmo pareceria indicar um veredito ainda mais pessimista acerca da preservação da democracia no atual contexto mundial do que eles parecem considerar. Se toda a grande *pax democrática* estadunidense esteve baseada, como eles mesmos admitem, na exclusão racial e as grandes rupturas dessa estabilidade vieram da adoção de políticas de inclusão, não seria um grande *wishful thinking* a proposta de preservação democrática por meio de amplas coalizões interpartidárias em que os atores voluntariamente freiam suas iniciativas para não derrotar completamente a oposição? O livro é repleto de metáforas esportivas, o que certamente facilita sua leitura pelo público leigo e isso é extremamente positivo, mas será mesmo possível salvar a democracia apenas pela adesão voluntária dos vencedores à reserva institucional como numa partida de basquete de rua, como sugerem Levitsky e Ziblatt?

Extrapolando os achados dos autores para outros países, recorde-se que quando do início da redemocratização da América Latina, nos anos 1980, as perspectivas de sua consolidação aos olhos da Ciência Política eram invariavelmente pessimistas devido a sua extrema desigualdade socioeconômica. Quando a persistência democrática nos anos 1990-2000 colocou em questão tal diagnóstico pessimista, autores como Kurt Weyland (2004) consideraram que a ampla adesão ao neoliberalismo na região havia contribuído para essa estabilidade por retirar da agenda política questões redistributivas que historicamente tinham melindrado as elites da região e ensejado rupturas democráticas, embora reconhecendo que isso, ao mesmo tempo, diminuía a qualidade de nossas democracias. As décadas seguintes do novo milênio trouxeram a vários países da região questionamentos a essa hegemonia neoliberal, com experimentos redistributivos e intervencionistas em geral bastante moderados, mas que, mesmo assim, propiciaram o retorno da polarização, e mesmo golpes de Estado *manu militari*, como na Venezuela (2002) e Honduras (2009), ou interdições parlamentares, como no Paraguai (2012) e Brasil (2016). Seria então realmente possível imaginar a preservação democrática apenas pela autorrestrição dos atores políticos em contextos em que há realmente grandes questões em jogo, em que, se talvez não sejam plenamente de soma zero, é preciso que alguém perca algo para que outros grupos possam superar sua situação de exclusão?

Voltando ao caso dos EUA, nas últimas páginas do livro, os autores analisam — e rejeitam — sugestões de superação da polarização política no país por meio do abandono, pelo Partido Democrata, dos interesses de minorias e das políticas de identidade em geral em prol de “recapturar a assim chamada classe trabalhadora branca” (p. 213), propondo em vez disso

a adoção de políticas sociais universalistas de combate às desigualdades estruturais do país para fortalecer a democracia e gerar bases para coalizões interpartidárias que restaurassem as grades de proteção. Mas o quão factível seria realmente a proposta se ele dependesse, para sua execução, da anuência do mesmo Partido Republicano cada vez mais sólido na defesa de interesses econômicos das megaelites econômicas? De fato, infelizmente, a proposta acaba soando mais como utopia do que como concretude, sobretudo se lida à luz de relatos como os de Wolfgang Streeck (2018) sobre o abandono progressivo pelo Grande Capital dos compromissos democráticos que sustentaram a Era de Ouro do Estado do Bem-Estar na Europa e que tanto contribuíram aos desgastes e desencantos cidadãos para com a democracia, a partir de meados dos anos 1980.

Em suma, o livro de Levitsky e Ziblatt oferece uma narrativa sucinta e em linguagem acessível acerca dos processos contemporâneos de erosão democrática e constitui-se em leitura importante, no momento, tanto para pesquisadores do tema quanto para o público em geral. Contudo as soluções sugeridas parecem fundamentadas muito mais em um normativismo voluntarista do que na análise plena dos desdobramentos das teorias e fatos relatados ao longo do livro. É um bom ponto de partida para a discussão de como as democracias morrem, mas, longe da palavra final, sobretudo se de salvá-las se trata.

Referências

- STREECK, W. *Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- WEYLAND, K. Neoliberalism and Democracy in Latin America: a mixed record. *Latin American Politics and Society*, v. 46, n. 1, p. 135-157, Spring 2004.

SANDEL, Michael J. *The tyranny of merit: what's become the common good?* New York, EUA: Editora Farrar, Straus and Giroux, 2020.

Adan John Gomes da Silva[†]

Em seu novo livro, *A tirania do mérito*, o filósofo e professor estadunidense Michael J. Sandel retoma alguns dos principais traços de sua filosofia política, dessa vez para analisar o que considera ser o papel erosivo que a meritocracia teria sobre uma comunidade cívica forte e saudável, e como esse ideal, inserido em um contexto de crescente desigualdade e de uma forma tecnocrata de governar, culminou na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e no Brexit, no Reino Unido. Dessa análise o autor deduz ainda quais seriam os passos necessários para atenuar, ou mesmo reverter, os efeitos nocivos do que ele passou a chamar de *tiranía do mérito*.

Já na introdução do livro ele mostra como o ultraje público causado pela descoberta de um esquema fraudulento de ingresso à universidade serviu para evidenciar o quanto a sociedade estaria comprometida com o ideal meritocrático. E isso porque, para além de ver esse esquema fraudulento como uma forma desonesta de ter acesso às supostas oportunidades que a universidade é capaz de oferecer, a opinião pública também condenava o fato de que pessoas que não precisaram se esforçar usufruíssem da mesma estima daqueles que entraram na universidade por mérito próprio. Com efeito, segundo o autor, a escolha dos pais abastados por gastar verdadeiras fortunas para simular a aprovação legítima de seus filhos, quando podiam simplesmente deixar-lhes uma boa herança, comprova que eles buscavam algo além de um futuro confortável para seus filhos. O que eles buscavam comprar era o “brilho do mérito”.

No primeiro capítulo, *Vencedores e perdedores*, é onde Sandel faz a conexão entre essa constatação e o clima reinante quando da eleição do presidente Donald Trump em 2016. Segundo ele, a despeito da popularidade de Trump entre grupos xenófobos, anti-imigração e partidários de um crescente populismo nacionalista, sua eleição deveu-se especialmente a sua habilidade em tocar em um conjunto de queixas populares as quais outros políticos sequer chegaram a notar, e que diziam respeito principalmente ao ressentimento que as classes mais populares sentiam diante de seu fracasso em prosperar em uma sociedade meritocrática, e à condenação que acompanhava esse fracasso.

O autor explica que a insistência dos governantes em responder ao aumento da desigualdade ocasionado pela globalização por meio de um discurso que enaltecia a meritocracia — isto é, a ideia de que todos têm a oportunidade de crescer, desde que se tenha talento e se trabalhe duro — trouxe implícito o raciocínio de que cada um seria responsável pela sua própria posição social, e, portanto, merecedor dela. Com isso, tornou-se mais fácil culpar os menos afortunados pela sua condição e, conseqüentemente, mais difícil de demonstrar solidariedade por eles.

[†] Mestre e doutorando em filosofia pela UFRN. Professor de filosofia no IFRN. Email: adan.john@ifrn.edu.br

Cabe aqui lembrar que essa não é a primeira vez que o filósofo estadunidense chama atenção para os efeitos nocivos que um foco excessivo em nossa autossuficiência pode ter. Em *Contra a perfeição* (2007), ao argumentar contra a possibilidade de que as pessoas pudessem escolher seus próprios talentos por meio de aprimoramentos biomédicos, esse autor já tinha em mente a estreita relação entre a contingência de nossa herança genética e nossa capacidade de nos colocarmos no lugar daqueles que foram menos sortudos nesse quesito. Aqui Sandel retoma essa temática ao alertar para a tendência que a meritocracia tem em nos fazer sentir responsáveis por todos os aspectos de nosso sucesso, ameaçando assim nossa humildade e solidariedade pelos menos afortunados. Daí ele concluir que a revolta pública contra as elites seria muito mais devido ao efeito dessa ética meritocrática, que foi capaz de gerar arrogância entre os vencedores e ressentimento e humilhação entre os perdedores ao insinuar que “talvez o rico seja rico porque merece, e os pobres mereçam ser pobres”. Isso explica porque o autor está muito mais preocupado com o próprio ideal meritocrático do que com questões de justiça relacionadas, visto que nem mesmo uma sociedade perfeitamente igualitária estaria livre desse tipo de efeito.

Como agravante, ele atenta ainda para o caráter tecnocrata que a política havia assumido também como reação à globalização. Nesse sentido, lembra que foram os governos marcadamente liberais de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido que deram início a essa tendência ao enxergar os mecanismos de mercado também como ferramentas para se alcançar o bem público. Como consequência, questões públicas que até então eram permeadas por divergências morais e ideológicas e para as quais a opinião dos cidadãos comuns era importante passaram a ser tratadas como questões de eficiência econômica administradas por especialistas e inacessíveis ao grande público.

O filósofo estadunidense já havia expressado sua preocupação com esse tipo de sobreposição. Em *O que o dinheiro não compra* (2012), ele argumentou exaustivamente a favor da ideia de que quanto mais esferas de nossa vida são dominadas pela lógica do mercado, menores são as oportunidades para ricos e pobres conviverem juntos e sentirem que fazem parte de uma mesma comunidade. Dessa vez, ele acusa a forma tecnocrata de governo de criar um abismo semelhante; ao lidar com questões públicas como se fossem questões econômicas, inviabiliza um espaço de debate em que qualquer um possa participar.

Sandel reconhece o valor do mérito e lembra que escolher com base nesse critério é a coisa mais justa e eficiente a se fazer. Daí ele dedicar seu segundo capítulo — *Grande porque bom: uma breve história moral do mérito* — a explorar as raízes do pensamento meritocrático e como o foco que ele coloca na maestria e autoconstrução acabou por torná-lo tóxico.

Nesse sentido, ele lembra que a noção de que nosso destino reflete nosso mérito é uma constante na civilização ocidental, sendo inclusive um tema central na teologia cristã, que, por muito tempo, debateu se os favores divinos e a salvação eterna seriam dados como recompensas por nosso comportamento ou simplesmente atribuídos de acordo com a vontade e graça de Deus. E, embora essa última versão tenha tido notória representação na história através de nomes como Agostinho, Lutero e Calvino, a ideia de que somos responsáveis pelo nosso destino e pela nossa salvação acabou prevalecendo, trazendo consigo a tendência que temos em enxergar o

sofrimento e o infortúnio como sinais de pecado, e supor que aqueles que sofrem o fizeram por merecer.

Como essa forma de ver a salvação e o aspecto punitivo que ela trouxe consigo infiltrou-se no discurso político é alvo do terceiro capítulo, *A retórica da ascensão*. Nele, Sandel mostra que o discurso segundo o qual somos responsáveis pelo nosso próprio sucesso, embora seja parte do dito “sonho americano”, só veio a ganhar força a partir de Reagan e Thatcher e de seus governos liberais. E embora essa retórica tenha se consolidado como um ponto comum no discurso dos chefes de estado que os sucederam, a imobilidade social persistente fez com que ela finalmente perdesse sua capacidade de inspirar, fazendo com que sua mais recente porta-voz, Hillary Clinton, perdesse para Trump nas urnas.

A partir daí é que Sandel explica que o apoio que este candidato havia recebido era na verdade uma forma de as classes mais populares canalizarem seu ressentimento e reagirem a um discurso que por anos os havia apontado como únicos responsáveis pela sua própria condição. Em outras palavras, aqueles que abraçaram por anos a promessa meritocrática, mas se viram incapazes de prosperar, acabaram se voltando contra os porta-vozes de um discurso que implicitamente os responsabilizava pela crescente desigualdade.

No quarto capítulo — *Credencialismo: o último preconceito aceitável* —, o filósofo estadunidense mostra como políticos de ambos os espectros, ao invés de atacarem o problema da desigualdade por meio de reformas econômicas, preferiram dar vazão ao credo meritocrático incentivando uma busca pela igualdade de oportunidades por meio da educação. Isso é o que teria dado origem ao que ele considera um dos efeitos colaterais mais irritantes da arrogância meritocrática, o credencialismo, isto é, a ideia de que o sucesso e fracasso de uma pessoa estão intimamente ligados à sua capacidade em conquistar um diploma universitário.

Outra expressão desse preconceito seria a crença de que, quanto mais bem qualificados academicamente nossos governantes, melhor sua capacidade para realizar um bom governo. E, embora Sandel negue que haja aí uma ligação necessária — já que seria preciso adicionar à lista de qualidades de um governante uma habilidade de deliberar sobre o bem comum e persegui-lo efetivamente —, ele descreve como a forma de governar tecnocrata fez uso dessa suposta ligação para reforçar a ideia de que a tomada de decisões sobre assuntos públicos estaria além do alcance do cidadão comum e caberia a experts bem informados.

É nesse ponto que vemos Sandel resgatar um dos tópicos mais recorrentes em seus livros; a de que a tentativa de governar de uma forma neutra e acima de qualquer consideração moral e ideológica estaria fadada ao fracasso. Com efeito, aqui ele destaca que o uso cada vez mais frequente da oposição entre “inteligente” e “burro” e da expressão “a coisa inteligente a fazer” no discurso político seria a tentativa mais recente por parte das elites políticas para empregar uma linguagem neutra, livre de posicionamentos morais, dando a impressão de que qualquer discordância sobre questões públicas seria devida a uma mera questão de falta de informação e não a uma discordância ideológica.

Fazendo eco a ideias defendidas já no seu clássico *Justiça* (2009), Sandel assevera que, embora o apelo por neutralidade e objetividade seja o grande atrativo do discurso tecnocrata, é

também sua maior fraqueza, pois acaba afastando os líderes políticos de questões de justiça e bem comum que são essencialmente ideológicas, passíveis de discordância e próprias de toda democracia. Escapar delas ao classificar as partes envolvidas entre “bem informados” e “mal informados”, ou mesmo “inteligentes” e “burros” acaba dispensando a participação do cidadão comum, que se sente assim cada vez menos relevante.

Sandel inicia o capítulo seguinte, *Ética do sucesso*, lembrando-nos de que a meritocracia não é um remédio para a desigualdade, mas para o imobilismo social. Com efeito, mesmo uma sociedade em que houvesse uma verdadeira igualdade de oportunidade e a chance de ascender valendo-se apenas de seus talentos e trabalho estaria sujeita a desigualdades, com a única diferença de que aí elas estariam justificadas por um sistema meritocrático.

Mas aqueles que defendem a desigualdade com base na meritocracia, continua o autor, ignoram que certos talentos — decisivos para o sucesso em diversas áreas — e o fato de eles serem valorizados em uma certa sociedade não são mérito de quem os possui, e que por isso pensar no mérito como um critério de justiça seria algo falho. Essa observação do autor, inclusive, complementa a recusa que ele já havia feito em *Contra a perfeição* aos aprimoramentos biomédicos, visto que a possibilidade de que esses talentos deixassem de ser aleatórios e passassem a ser fruto da escolha deliberada das pessoas serviria para fortalecer ainda mais a arrogância meritocrática.

Contudo, aqui Sandel faz o leitor notar que, mesmo versões alternativas de justiça, que não a fazem depender do mérito — como o liberalismo de livre mercado de Friedrich Hayek e o liberalismo igualitário inspirado por John Rawls — acabam não se distanciando muito das atitudes danosas fomentadas pela meritocracia; a arrogância entre os bem-sucedidos e ressentimento entre os perdedores.

Mas, se a meritocracia é o problema, qual seria a solução? Essa é a questão que Sandel começa a tentar responder em seu sexto capítulo, *A máquina de triagem*, e cujo ponto de partida é reconhecer que não precisamos descartar o mérito na alocação de trabalhos e papéis sociais, mas repensar a forma como entendemos o sucesso, despojando-lhe das características que ele assume na educação e no trabalho.

No que diz respeito à esfera da educação, ele sugere que o caráter exclusivista das universidades — responsável por insultar os que não conseguiram entrar e também por impor uma ansiedade extrema sobre os que conseguem — poderia ser combatida ao criarmos um mecanismo que pusesse em evidência o que, segundo ele, já seria verdade; a ideia de que nenhum de nós é totalmente responsável por nosso destino.

Para ele, cada universidade deve realizar uma seleção preliminar entre os candidatos, a fim de separar aqueles que dispõem do mínimo de qualidade para frequentar a universidade, e, dentre os selecionados — que certamente ainda seriam muitos para o número de vagas disponíveis —, distribuir as vagas por meio de uma loteria. Com essa proposta, Sandel pretende selecionar os que possuem mérito suficiente para ingressar na faculdade — tratando-o como um limite de qualificação, ao invés de como um ideal a ser maximizado — ao mesmo tempo em que insere um elemento de aleatoriedade suficientemente forte e claro para diluir a arrogância dos selecionados

e o ressentimento dos excluídos, sem com isso diminuir a qualidade e a diversidade que se espera de uma universidade.

Complementar a essa proposta, Sandel também diz que devemos nos esforçar para tornar o sucesso na vida menos dependente de um diploma universitário, vendo outras formas de educação e os profissionais que dali resultam com o respeito que merecem. Essa mudança de perspectiva tomaria por base a conscientização de que muito do prestígio das universidades depende do seu propósito de preparar as pessoas não apenas para o mundo do trabalho, mas também para serem pessoas moralmente reflexivas e capazes de deliberar sobre o bem comum, propósito para o qual o diploma universitário não tem monopólio. A educação cívica, lembra ele, pode florescer em outros tipos de instituições que, por conta disso, merecem estima análoga.

No seu último capítulo, *Reconhecendo o trabalho*, o autor estende essa proposta para que ela possa também recuperar a estima dos trabalhadores comuns e mudar a forma como a sociedade honra e recompensa o trabalho. A esse respeito, ele começa sugerindo que devemos resistir à tentação de ver o salário do trabalhador como uma boa medida de sua contribuição para o bem comum, já que isso implicaria em afirmar que o bem comum se alcançaria simplesmente maximizando o bem-estar do consumidor. Uma versão mais apropriada do bem comum, endossada por ele, mudaria o foco para nossa capacidade de deliberarmos com nossos concidadãos sobre como conceber e perseguir uma sociedade justa e boa, em que nossas vidas sejam significativas, e para a qual a atividade econômica é apenas um elemento, e não o todo.

Sandel sugere assim que mudemos o foco da justiça distributiva para uma justiça contributiva, ou seja, que para além de buscarmos uma igualdade salarial, devemos sobretudo nos equiparar às pessoas no que diz respeito à importância de suas atividades para o bem comum. Daí ele sugerir dois tipos de ações que visem a expressar certo julgamento social a esse respeito; promover um pagamento suplementar aos trabalhadores de baixa renda, a exemplo do que fez a Europa durante a pandemia de 2020 para evitar que eles fossem demitidos, e taxar de forma mais incisiva aqueles cuja contribuição para o bem comum está muito aquém em relação às recompensas que recebem do mercado.

Por fim, Sandel dedica sua conclusão, *Mérito e bem comum*, para enfatizar a razão mais profunda por trás de sua crítica à meritocracia; seu papel avesso ao tipo de ligação cívica que uma boa democracia exige. Daí ele destacar a importância de perseguirmos não apenas uma igualdade de oportunidade, mas também uma igualdade de condições, capaz de fornecer uma vida decente mesmo àqueles que não alcançaram grande riqueza ou posições privilegiadas, para que estes não se sintam excluídos e possam, juntos com seus concidadãos, deliberar sobre o bem comum.

O grande mérito desse livro de Sandel é conseguir dar continuidade de forma coerente a ideias expostas em outros trabalhos e utilizá-las para analisar acontecimentos sempre recentes. Não é surpresa, portanto, que por todo o livro encontremos passagens e ideias que nos soam bem familiares: o papel erosivo da meritocracia, os riscos de se tentar resolver questões polêmicas recorrendo a princípios neutros, o perigo da influência cada vez maior do dinheiro em nossa vida social e a importância do sentimento de pertencimento na construção de uma democracia

saudável. Todos esses temas são revistos nesse livro.

Isso, contudo, não significa que o autor se limite a repetir o que já foi dito anteriormente. Com efeito, esse livro traz, como nenhum outro, sugestões práticas do que pode ser feito para amenizar os problemas que ele analisa. Além disso, ele traz novos elementos que prestam significados sempre mais pertinentes aos já familiares. Seja recorrendo ao discurso político, ao mundo acadêmico e do trabalho ou mesmo aos efeitos da pandemia mundial de Covid-19, Sandel segue adicionando cada vez mais reflexões sobre o que precisamos para alcançar o bem comum.



DOSSIÊ: Geopolítica, território e poder

1 Apresentação

Raimundo Batista dos Santos Junior

2 A resistência Guarani contra a barbárie da “civilização”: a busca pelo Tekoa Porã

Jessica Aparecida Corrêa; David Karáí Popygua; Bernadete Aparecida C. Castro

3 Uma guerra também se faz com mapas

Manoel Fernandes de Sousa Neto

4 “Sertão acaba. Acaba?”: a territorialização do capital pelo planejamento na Serra do Cabral, Minas Gerais

Suelen Rosa Pelissaro

5 A perspectiva da geopolítica do capitalismo para David Harvey

Raimundo Jucier Sousa de Assis

6 Reflexões sobre a geopolítica russa: o governo Vladimir Putin de 2012 a 2015 sob a perspectiva das ações políticas e militares

Felipe Rodrigues de Camargo; Paulo Roberto Teixeira de Godoy

7 Algorithmic governance on the new silk road: an essay on power, technology, cities and regimes

Ricardo Andrade

8 Os espaços do capitalismo global: empresas varejistas, uso do território e transformação urbana no Brasil

Cláudio Smalley Soares Pereira

9 Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais

Claudete de Castro Silva Vitte

10 Carajás e Gurgueia: novos Estados como ideologia para a acumulação primitiva do capital no Brasil

Carlos Henrique da Silva; Flávio Henrique Soares de Alencar; Carlos Rerisson Rocha da Costa

11 A geopolítica da produção e da circulação do conhecimento

Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro

Resenhas

12 LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Clayton M. Cunha Filho

13 SANDEL, Michael J. The tyranny of merit; what's become the common good? Editora Farrar, Straus and Giroux, 2020.

Adan John Gomes da Silva

APOIO:



SALTHER